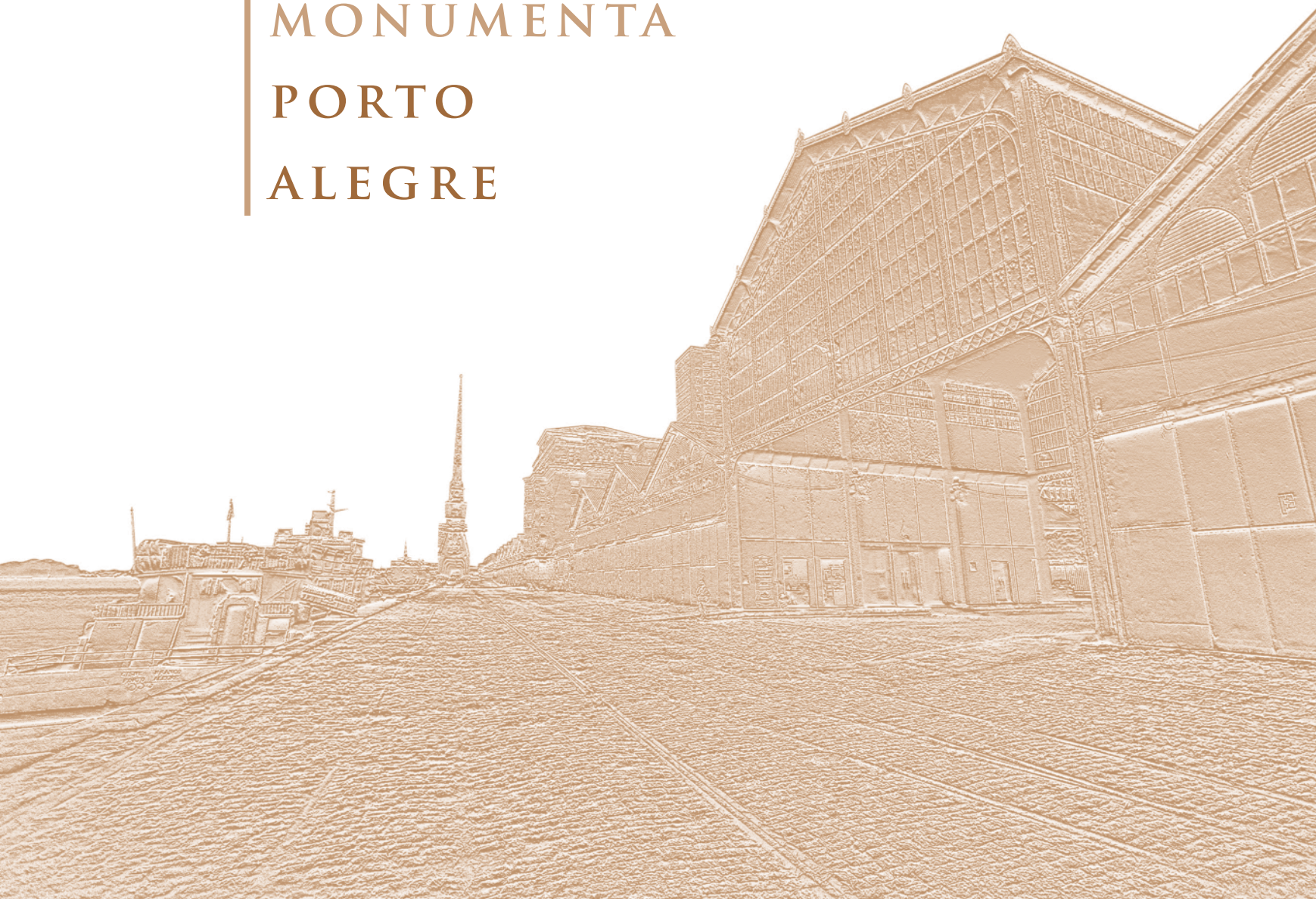
PROGRAMA MONUMENTA PORTO ALEGRE



Créditos

Presidenta da República do Brasil
Dilma Rousseff

Ministra de Estado da Cultura
Ana de Hollanda

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenador Nacional do Programa Monumenta
Luiz Fernando de Almeida

Coordenador Nacional Adjunto do Programa Monumenta
Robson Antônio de Almeida

Diretoria do Iphan
Célia Maria Corsino
Dalmo Vieira Filho
Márcia Helena Gonçalves Rollemberg
Maria Emília Nascimento Santos

www.iphan.gov.br | www.monumenta.gov.br | www.cultura.gov.br

P964 Programa Monumenta : Porto Alegre / Organização de Briane Bicca. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2010.
240 p. : il. color. ; 23 cm. – (Registro).

ISBN : 978-85-7334-166-9

1. Porto Alegre. 2. Programa Monumenta. I. Série

CDD 981.65

Coordenação editorial
Sylvia Braga

Edição
Caroline Soudant

Organização
Briane Bicca

Produção
Pedro Vargas e equipe da UEP

Copidesque e preparação
Denise Costa Felipe

Revisão
Ana Lúcia Lucena
Gilka Lemos

Design gráfico
Ronald Neri

Fotos
Bento Vianna, Doris Oliveira, Eduardo Hahn, Eduardo Lyra, Vinícius Vieira e arquivos do Iphae, Iphan, Monumenta e Unidade Executora de Projeto – UEP - Porto Alegre

Apresentação

O objetivo da presente publicação ultrapassa a simples divulgação de resultados do Programa Monumenta – um dos que integram as ações estratégicas de preservação do patrimônio nacional conduzidas pelo Iphan – por meio da sua aplicação na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.

A título de ilustração, foi em 1999 que a capital gaúcha expressou a vontade de integrar o Programa Monumenta. Seu centro histórico acabava de ser reconhecido como relevante para a identidade da nação com o tombamento de um conjunto de edificações e espaços públicos pelo Iphan.

Ora, apresentar uma das experiências mais inovadoras de requalificação de centros históricos brasileiros a partir de uma experiência específica não significa, de modo algum, enfatizar o particular em detrimento do geral. Por se tratar de um programa de abrangência nacional, todas as particularidades desenvolvidas em cada uma das cidades contempladas com a implantação do Monumenta, por força do contexto local, podem ser entendidas como ramificações desse tronco comum. Os procedimentos descritos, fruto da aplicação dos conceitos do Programa no município de Porto Alegre, configuram-se como padrões adotados por igual pelos demais 26 municípios que o integram.

Assim, esta publicação envolve antes de tudo o registro de atividades, processos de trabalho e descobertas. O registro quando organizado, codificado e sobretudo publicado, torna-se fonte e suporte de informações, especialmente para os gestores dos monumentos restaurados, aos quais interessa conhecer os procedimentos técnicos adotados nas restaurações para levar avante a sua conservação preventiva, objetivo maior do Programa Monumenta, de modo a evitar a superveniência de sucessivas restaurações, o que acarreta a perda gradativa da substância histórica dos bens.

As informações, quando trabalhadas e analisadas, convertem-se em conhecimento, sendo esse o principal intento desta publicação, mais do que a mera divulgação dos resultados do Programa na capital gaúcha. É o conhecimento que vai sustentar, desenvolver e criar novas oportunidades de preservação do nosso patrimônio.

Luiz Fernando de Almeida
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Junho 2011



À esquerda, Memorial do Rio Grande do Sul e, à direita, o prédio do Margs, vistos a partir da avenida Sepúlveda, direção cais do porto – praça da Alfândega.



Bento Viana

Sumário

Apresentação 03

PRIMEIRA PARTE 08

Porto Alegre: uma breve história 09

Projeto Monumenta Porto Alegre: uma síntese 11

I. Introdução 13

II. Antecedentes 15

III. O BID e a modelagem do programa 17

IV. Sistemática de trabalho do Programa Monumenta e da UCG Monumenta 23

V. O Projeto Monumenta Porto Alegre e a estratégia dos eixos 33

VI. Conclusão 95

VII. Anexo 103



01 - Pórtico Central
do Cais Mauá 111



02 - Palácio Piratini 123



03 - Museu de Arte
do Rio Grande do Sul
Ado Malagoli 171



04 - Memorial do
Rio Grande do Sul 185



05 - Biblioteca Pública do
Estado do Rio Grande do Sul 207



06 - Edifício Clube
do Comércio 227

PRIMEIRA PARTE

Porto Alegre: uma breve história

O território sulino no Brasil foi disputado pelas coroas portuguesa e espanhola por um longo período. Depois do Tratado de Madri, em 1750, com a expulsão dos índios guarani das missões jesuíticas da margem ocidental para a margem oriental do rio Uruguai – o que deu origem à Guerra Guaranítica –, a coroa portuguesa, no desejo de povoar suas terras, tratou de transferir para lá famílias açorianas. Essas famílias ficaram precariamente estacionadas por algum tempo – à espera do final do conflito na região das missões – em uma enseada às margens do Lago Guaíba, acabando por ali se fixar. Esse lugar que começou a ser desenhado poucas décadas depois do assentamento definitivo dessas primeiras famílias açorianas ficou conhecido como o Porto dos Casais, povoado que mais tarde viria a se tornar a capital gaúcha. O local, antes parte de uma sesmaria concedida a Jerônimo Dornelles, em 1742, servia para o acampamento de tropas da coroa portuguesa, em constante deslocamento pela região sul da colônia, na disputa por territórios com o Reino de Espanha. Foi ali, então, que se estabeleceram, a partir de 1752, os imigrantes açorianos. Em 1773, já com a denominação de Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, tornou-se capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul e, em 1822, foi elevada à categoria de cidade.

A arquitetura dessa área central da cidade, há pouco denominada pela municipalidade de Centro Histórico, guarda alguns testemunhos de meados do século 19 e das primeiras décadas do século 20. Ali, na forma de edificações, estão os marcos da trajetória da capital, pelos quais é possível conhecer a história da cidade e



Vista de Porto Alegre na primeira metade do século 19. Gravura de Debret.



Detalhe de vitral no interior do Clube do Comércio.

do estado. Por exemplo, foi na antiga Assembleia dos Representantes, na rua Duque de Caxias, ao lado do Palácio Piratini, que Bento Gonçalves proferiu o discurso que desencadeou a Revolução Farroupilha. Destaca-se ainda na paisagem urbana a praça da Alfândega, uma espécie de porto natural às margens do Lago Guaíba, na antiga geografia da Porto Alegre do século 18.

Seguindo a tradição do urbanismo português, as plantas contendo o traçado das ruas da capital gaúcha mostram o território dividido em cidade alta (praça da Matriz, o seu centro cívico e administrativo) e cidade baixa (praça da Alfândega, com funções comerciais, portuárias e de aduana).

A cidade ganhou importância como centro comercial, administrativo e militar graças ao escoamento, pelo porto, do trigo proveniente das plantações dos açorianos e, a seguir, dos produtos das regiões de colonização alemã e italiana. Após o fim da Revolução Farroupilha, em 1845, foram erguidos casarões e prédios administrativos, ainda de feição colonial. Para organizar o comércio, surgiu o Mercado Público, em 1870.

A atual face arquitetônica do centro é da segunda metade do século 19 e primeiras décadas do século 20. Materialização do processo de inversão de recursos econômicos no setor industrial e no comércio, o centro mostra imponentes edificações ecléticas.

O reconhecimento de Porto Alegre como cidade histórica foi chancelado em 2000 com o tombamento como patrimônio nacional de um perímetro expressivo da área central da cidade, que é alvo das ações do Programa Monumenta.

Projeto Monumenta Porto Alegre: uma síntese



Condomínio Frederico Mentz, antigo Hotel Jung, a ser restaurado pelo Monumenta.

Bento Viana

I. Introdução

Porto Alegre é uma das 26 cidades brasileiras integrantes do Programa Monumenta, que objetiva a melhoria das condições dos sítios históricos urbanos, incluindo a restauração de monumentos, edificações, praças e ruas de valor cultural, além de outras iniciativas culturais que reforçam a representatividade dos centros históricos na memória da coletividade. Tendo esse objetivo, o Programa resultou de uma cooperação estabelecida, ainda em 1995, entre o Ministério da Cultura (MinC), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Unesco, cujo modelo de financiamento era, até então, inédito no país.

Denominado Programa Monumenta em âmbito federal, nas cidades escolhidas para dele participar chama-se Projeto Monumenta, contando, em cada uma delas, com uma Unidade de Execução do Projeto (UEP), à qual compete implementar o plano de ação previamente definido, de forma conjunta, pelos agentes culturais participantes da Oficina de Planejamento que, no caso de Porto Alegre, teve lugar em 13 de fevereiro de 2001. Essa foi a atividade inaugural da etapa de formatação do Monumenta, processo que se repetiu em cada uma das 26 cidades participantes do Programa. Nessas oficinas, cada cidade definiu o que seria o perfil do projeto local, portanto diferenciado dos demais em função das especificidades de seu patrimônio, estado de conservação e responsabilidade de gestão.

Em nível federal, a Unidade Central de Gestão do Programa Monumenta (UCG), do Iphan, vinculada ao


Bento Viana

Detalhe de "O Atlante", escultura na fachada do Memorial do Rio Grande do Sul.

Ministério da Cultura, tem a função de implementar o programa na sua dimensão nacional, assim como supervisionar, orientar e gerenciar as atividades das UEPs. O Monumenta é um dos programas que integram as ações estratégicas de preservação do patrimônio nacional coordenadas pelo Iphan. Por se tratar da preservação do patrimônio cultural (que inclui patrimônio edificado e imaterial), as ações contidas no perfil do projeto e desenvolvidas em cada uma das cidades (planos de ações das UEP) passam pela aprovação do Iphan, por meio das suas superintendências regionais. Em Porto Alegre a responsabilidade de

analisar, aprovar, orientar e acompanhar a execução das ações da UEP é da 12ª Superintendência Regional do Iphan no Rio Grande do Sul. O trabalho da UEP de Porto Alegre contou sempre com a mais estreita colaboração e presteza da superintendência do Iphan e de seu corpo de funcionários. A relação amistosa e cooperativa já estabelecida anteriormente com o Iphan e com os órgãos da administração municipal, como a Ephac – Equipe do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural e o Conselho Municipal de Cultura, contribuiu sobremaneira para o bom andamento do Projeto Monumenta na cidade. Trabalhando braço a braço no dia a dia do Projeto, o Iphan tem como uma das suas atribuições aprovar todos os projetos e ações do Monumenta, avalizar as medições e fiscalizar o andamento das obras, com visitas semanais aos canteiros. Da mesma forma, o órgão estadual de preservação do Patrimônio, o Iphae, tem sido parceiro do Monumenta, assim como a Secretaria de Estado da Cultura - Sedac, por intermédio da qual o governo do estado estabeleceu convênio com a prefeitura para elaboração de projetos de restauração e a respectiva contrapartida financeira para as obras nos próprios estaduais incluídos no Monumenta, que, pelo fato de se tratar de uma capital, são a maioria dos monumentos restaurados.

No que diz respeito à circulação dos recursos do Programa Monumenta para permitir o cumprimento de suas atividades, à Caixa Econômica Federal cumpre a função de agente repassador responsável pelo fluxo financeiro e disponibilização dos recursos aos municípios para o pagamento dos valores estabelecidos nos contratos para a execução das obras de restauração dos prédios, monumentos, vias, praças, escavações arqueológicas, sinalização etc.

A rua da Ladeira (Gen. Câmara) une a Cidade alta à Cidade baixa.



II. Antecedentes

Os antecedentes do Programa Monumenta recuam a 1995 e à cidade do Recife, onde teve lugar uma reunião do BID, congregando representantes do banco nos diversos países. O Presidente do BID, Federico Iglesias, o Ministro da Cultura do Brasil, Francisco Weffort e o Representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, juntos em visita a Olinda, designada patrimônio da humanidade pela Unesco, diante do impacto causado pela situação precária de conservação daquele magnífico patrimônio, ouviram de Federico Iglesias a oferta de criação de uma linha de financiamento para a implantação no país de uma ação em favor da preservação de suas cidades históricas. O banco vinha de uma experiência positiva de oito anos, de criação de um fundo de investimento para a revitalização do centro histórico de Quito, capital do Equador, também patrimônio mundial, duramente afetado por um terremoto ocorrido em 1988, que abalou boa parte dos monumentos e edificações tradicionais do seu perímetro histórico. A instituição, a par da motivação principal de recompor o tecido do centro, constatara no seu acompanhamento e nas suas análises um ganho adicional, e não esperado, devido à vitalidade econômica que emergira da aplicação dos recursos do fundo pela equipe equatoriana, sob a competente direção da arquiteta Dora Arrízaga. Tratava-se de experiência pioneira para o banco, tudo indica impulsionada internamente pelo arquiteto chileno Eduardo Rojas.

Sob o impacto da proposta do BID, o ministro e o representante da Unesco não titubearam em abraçá-la imediatamente, tendo sido deliberado que à Unesco caberia reunir em Brasília uma equipe de especialistas em montagem de programas de financiamento com os parâmetros de empréstimo do banco e colocá-la em andamento, o que começou literalmente no dia seguinte. Coube ao setor da cultura da Unesco em Brasília dar esses primeiros passos, ao qual se somou o Iphan, oferecendo os parâmetros para o começo da modelagem do programa, cuja denominação inicial foi Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, para mais adiante adotar a denominação Monumenta, mais facilmente apreensível. As cidades de Ouro Preto, Olinda, Recife e Rio de Janeiro foram as escolhidas para essa modelagem do programa, por representarem realidades diferenciadas e por essa razão adequadas ao estabelecimento de parâmetros que atendessem a diversidade das cidades históricas brasileiras. Entre essas quatro, estão duas cidades grandes e duas menores, duas capitais de estados, uma periférica à capital e uma situada no interior de seu estado. Concomitantemente, a Unidade Central de Gestão, cujos membros foram contratados via Unesco, montava a estrutura do programa. Em meio a intensas negociações, com constantes vindas de missões do BID, entre indefinições, concordâncias e divergências, nascia o arcabouço do programa. Ao cabo de quase cinco anos, em dezembro de 1999, no hotel Quitandinha,



Colunas na fachada do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

em Petrópolis, Rio de Janeiro, foi firmado o contrato de empréstimo entre o governo brasileiro e o BID e definidos o montante dos recursos, parte do orçamento federal brasileiro e parte empréstimo do BID, e as regras para iniciar sua operação.

Criado o Programa, sua coordenação foi sucessivamente exercida pelos arquitetos Pedro Taddei, Marcelo Ferraz e, desde 2001, por Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Iphan.

Seriam US$ 200 milhões, dos quais US$ 100 milhões do BID e US$ 100 milhões brasileiros, entre os recursos do orçamento da União e a contrapartida local (municípios, estados e iniciativa privada). No regulamento operativo, contendo as regras a serem seguidas na sua aplicação, ficaram estabelecidos como parte integrante do contrato o uso dos recursos do empréstimo, o prazo de carência e os juros de permanência, compondo o contrato de financiamento, identificado com o número 1.200/OC-BR.

Após o inventário e a problematização do conjunto de núcleos históricos com bens tombados federais no país, em 2000 foram escolhidas as 27 cidades participantes, todas classificadas pelo Iphan como patrimônio nacional, entre elas as quatro iniciais e aquelas inscritas como patrimônio da humanidade pela Unesco. A decisão de escolha dessas 27 cidades foi tomada conjuntamente por uma comissão de representantes de entidades culturais nos três níveis de governo, gestores culturais de todas as regiões, analisando os elementos trazidos à mesa sobre a situação e relevância dos núcleos históricos brasileiros. Os parâmetros foram decididos a fim de beneficiar cidades das diversas regiões, de todas as épocas na história do país, e de socorrer aquelas em que o patrimônio corria risco de desaparecimento.

Porto Alegre pôde se candidatar a participar do Programa Monumenta devido a algumas iniciativas preliminares da administração municipal, já no início de 1999, como foi o caso da apresentação ao ministro da cultura do conjunto de iniciativas da política de preservação do patrimônio da cidade, especialmente do seu centro histórico. A essa, segue-se o cumprimento da exigência do BID de que para integrar o Programa as cidades tivessem perímetros tombados pelo Iphan. Para tanto, ou seja, para ter aprovado um perímetro de proteção para tombamento pelo Iphan, foi instituída comissão de técnicos das três esferas de governo a fim de conjuntamente instruírem o processo, que foi aprovado em final de 1999 pelo Conselho Consultivo do Iphan, em prazo recorde. Por conseguinte, em 2000, quando da escolha das cidades a integrarem o Programa, Porto Alegre já estava credenciada e havia apresentado ao MinC um amplo dossiê contendo o planejamento das ações municipais de valorização do patrimônio da área central, correspondente ao esforço que o município vinha empreendendo nesse sentido, via o Projeto de Revitalização do Centro.

Uma vez selecionadas as cidades, essas passaram a cumprir uma determinada pauta para a elaboração de pesquisas, estudos e projetos que demonstrasse a sua aptidão para ingressar no Programa, conforme adiante descrito.

III. O BID e a modelagem do programa

O objetivo do BID, na gestão do Programa, é produzir a desejada dinâmica de transformação, por meio da aplicação de princípios, tais como: buscar a viabilidade dos investimentos e a segurança de seu retorno; ofertar atrativos financeiros para o engajamento de agentes públicos e privados ao Programa; lançar mão da exemplaridade das ações para obter a expansão e repercussão dos seus resultados para o restante do centro histórico; buscar a sustentabilidade econômica dos grupos sociais que habitam o centro histórico, por meio dos investimentos do Programa.

Para o BID, ao que tudo indica, o Monumenta também era uma experiência inédita: uma ação de maior envergadura na área da preservação do patrimônio. O diálogo das autoridades brasileiras com o BID nesse



Condomínio Santos Dumont.



Vista frontal da Igreja das Dores, a partir da avenida Padre Tomé.

Bento Viana



Bento Viana

Lobby do Condomínio Santos Dumont.

período inicial, a partir de 1995, especialmente ao longo das suas missões ao Brasil, chefiadas pelo economista Arthur Darling, resultou no quadro preliminar da operação, avançando até modelar o Regulamento Operativo do Programa. Este foi alicerçado nos estudos técnicos e pesquisas elaborados pela equipe precursora – constituída por especialistas nos procedimentos para montagem de financiamentos internacionais –, contratada por meio de convênio entre o MinC e a Unesco.

Coube ao BID introduzir na sistemática do Programa Monumenta uma série de práticas correntes de controle, fiscalização, acompanhamento e monitoramento dos resultados, levando o Programa a incorporar procedimentos decorrentes do seu perfil de instituição de fomento: o levantamento das condições locais de adoção do Programa e identificação dos agentes para tanto; a exigência de estudos prévios sobre a sustentabilidade local dos investimentos; o conhecimento do mercado imobiliário local e do perfil da população moradora e usuária; a definição de um perímetro físico do centro histórico, denominado área do projeto, situado no sítio protegido federal e concentrando aí o investimento de modo a reforçar as mudanças positivas provocadas no ambiente a fim de, a partir daí, espraiar a sua exemplaridade para o restante do centro histórico; o incentivo a outros agentes na preservação e uso de seus *stocks* de imóveis de interesse histórico; o planejamento minucioso das ações a serem empreendidas, estabelecendo uma sistemática de análise e aprovação de projetos, tanto no nível local quanto no federal, com emissão de "não objeção" do Banco

à licitação das obras; a definição prévia do uso dos bens restaurados; a exigência da conservação preventiva desses bens após sua restauração; a garantia de licenciamento ambiental prévio para o plano de trabalho do Monumenta como um todo, em cada localidade; a comprovação da propriedade dos imóveis públicos; a elaboração de orçamentos abertos e detalhados como bases para as licitações das obras de restauração de bens públicos; a prestação de contas dos investimentos realizados; a ênfase na conservação dos bens privados de valor cultural com oferta de financiamento aos proprietários; a garantia da continuidade dos efeitos do Programa por meio da instituição do Fundo de Preservação Monumenta, com duração de 20 anos, a sua institucionalização por lei municipal e a sua gestão gestão por um conselho com representação de entidades locais e do poder público; a garantia da continuidade da contribuição local anual ao Fundo, em um esforço para seu fortalecimento.

Em conjunto com o MinC, o BID identificou no Iphan o agente federal responsável pelo monitoramento e controle do processo e garantidor da qualidade dos resultados do Programa.

Para a modelagem dos instrumentos do Monumenta foram observados alguns princípios, entre os quais o reconhecimento da contribuição essencial do tecido urbano privado de valor cultural na constituição dos centros históricos e na formação de sua imagem, e a ênfase nas atividades de serviço e na habitação como vitalizadoras dos centros históricos.

Assim, também nesse período inicial, no plano tático e operacional, foram formulados os princípios para sua operação, exigindo-se: cadastros das edificações; projetos executivos de restauração detalhados e orçados; análise aprofundada desses projetos; aprovação pelo Programa e pela administração local; compartilhamento de responsabilidades à administração local, à qual coube providenciar as condições técnicas, operacionais e financeiras para a operação do Programa; previsão, nas programações financeiras locais, de rubricas para o cumprimento das metas anuais inscritas nos planos de trabalho; incentivo à integração de agentes externos ao Programa, contribuindo financeiramente ou por meio de ações diretas para o cumprimento do plano de trabalho e seu reforço por meio de ações identificadas como extraprograma; incentivo à dinâmica econômica local e apoio a ações culturais de educação para a preservação, ações de cunho formativo, em atividades de interesse para a vitalização do centro histórico.

Após a assinatura do contrato entre o MinC e o BID, coube à representação do BID no Brasil, sediada em Brasília, o acompanhamento da implantação do Programa, por intermédio da responsável pelo setor de Ciências Sociais, Ana Lúcia Dezolt Paiva, que teve especial empenho em atender às demandas dos responsáveis pelos projetos locais durante todo o período de execução do Programa, até o término do contrato em 2010.

Deve-se registrar ainda algumas repercussões locais em relação à obrigatoriedade de aplicação da sistemática adotada pelo BID, em especial quanto aos modelos de editais de licitação para obras de restauração, tendo em vista a particularidade desses editais – denotados por acordos internacionais entre o Brasil e o BID – em relação aos praticados pelo Estado brasileiro. Por essa razão, houve ocasiões em que a administração municipal se viu diante da obrigatoriedade de aplicação de modelos diferenciados dos que costumeiramente utiliza para o Projeto Monumenta, devido a exigências do BID.



Detalhe do relógio do Memorial do Rio Grande do Sul.

Bento Viana

IV. Sistemática de trabalho do Programa Monumenta e da UCG Monumenta

Uma vez firmados os contratos de financiamento com as municipalidades, se iniciavam os procedimentos a serem seguidos pelas equipes locais e da UCG/MinC/Iphan. Essa sistemática foi definida de comum acordo entre o MinC/Iphan e o BID. De acordo com ela, a aprovação de projetos e obras e a obtenção da "não objeção" do BID seriam específicas para cada caso. Essa foi uma etapa crucial do processo para que os investimentos pudessem ser considerados adequados para as finalidades do Programa: os municípios só poderiam prestar contas dos investimentos que contassem com a "não objeção" do BID.

À UCG coube a coordenação e a orientação das equipes das 26 cidades, assim como a articulação com o BID e demais ministérios e instituições envolvidas, a Unesco e a Caixa entre elas.

Coube ainda organizar a rotina de análise e aprovação de projetos e respectivos orçamentos e os termos das licitações para obras a serem lançadas pelos municípios e por eles contratadas e executadas, que, de um modo geral, seguem as regras da Lei 8.666, Lei de Licitações vigente no país, com algumas adequações e especificidades, tendo em vista uma parte dos recursos investidos no Programa tratar-se de financiamento do BID. Quanto às etapas para aprovação de projetos e dos processos licitatórios do Programa Monumenta, são elas as seguintes:

Primeira fase – A UEP envia para a UCG documentação referente à aprovação do projeto executivo e à abertura da licitação:

- Ofício de encaminhamento da documentação;
- Ato de constituição e nomeação da comissão de licitação;
- Minuta do edital e anexos;
- Parecer jurídico da prefeitura;
- Autorização do proprietário do imóvel para a realização da obra;
- Memorial descritivo;
- Projetos executivo e complementares;
- Orçamentos;
- Aprovações no município e Iphan.

Segunda fase – A UEP envia à UCG a documentação referente ao processo licitatório:

- Publicação do aviso de licitação;
- Edital preenchido;
- Ata de recebimento das propostas e de abertura das documentações;
- Publicação do resultado da habilitação;
- Recursos e respostas, se houver;
- Propostas e anexos do edital preenchidos pelas empresas;
- Garantia de proposta;
- Ata de julgamento;
- Quadro comparativo dos preços ofertados;



Fachada de residência na rua Riachuelo, 933. Primeiro prédio privado restaurado pelo Monumenta.

Bento Viana

- Adjudicação;
- Parecer jurídico da prefeitura sobre o procedimento licitatório.

Terceira fase – A UEP envia à UCG a documentação referente ao contrato com a empresa vencedora:

- Cópia do contrato assinado;
- Cronograma físico-financeiro contratual;
- Garantia de execução contratual;
- Homologação da licitação;
- Publicação do extrato do contrato e homologação.

Empresas e mão de obra dedicadas à restauração: a sistemática de seleção das empresas para a execução das obras de restauração do Programa Monumenta se assemelha àquela da Lei de Licitações, Lei 8.666, com o diferencial de que devem ser instituídas comissões de licitação especiais para proceder ao julgamento das obras do Monumenta, o qual deve ser encaminhado à UCG para aprovação de todas as etapas do processo licitatório.

Assim, também, a elaboração de orçamento discriminado e analítico para as obras que dele necessitam, baseado na medição especializada dos serviços, que são vinculados às composições de custo unitário usualmente praticadas pelo mercado. A planilha orçamentária apresenta todos os serviços a serem medidos, fazendo-se anexar a relação completa das composições de custo unitário utilizadas.

Tomando como exemplo as esquadrias, são medidas as unidades por tipo. Nas composições de custo unitário são incluídos a mão de obra, composta de carpinteiro e servente, e os insumos, folha da porta, contramarco, marco, alisares, tacos de fixação, buchas, parafusos e massa de calafetação.

As leis sociais e encargos trabalhistas – são utilizados aqueles calculados e divulgados oficialmente pelo sindicato das indústrias da construção civil da região – perfazem hoje em torno de 179%. Essa taxa incide sobre o valor unitário da mão de obra referenciada na composição de custo unitário.

Dado o ineditismo do programa que o Monumenta iria desenvolver, distribuído por todas as regiões, a UCG, depois de analisar o perfil dos bancos públicos do país, definiu a Caixa Econômica Federal como o agente financeiro repassador dos recursos aos municípios, devido à extensão de sua rede de agências, distribuídas por todo o território nacional.

Tendo em vista ser uma das ações previstas no Programa oferecer financiamento a proprietários privados para a restauração de seus imóveis, cabia ao município buscar um agente financeiro para efetuar os contratos e gerir o financiamento para a constituição do fundo.

Etapas para aprovação de projetos e dos processos licitatórios do Programa Monumenta

Seguiu-se ao início da execução nos municípios um período de intenso diálogo entre a UCG e as UEPs para a internalização e implementação das rotinas ao nível municipal: definição de linhas orçamentárias para a cobertura da contrapartida local; atendimento das exigências da UCG para a definição do perfil da equipe local e das responsabilidades de cada um de seus membros, entre as especialidades necessárias ao bom andamento das ações.

A UCG/Iphan/MinC, a par da própria montagem e qualificação de sua equipe central, investiu apreciavelmente na formação dos quadros locais das UEPs.



Sede do jornal Correio do Povo, na rua da Praia.

Bento Viana

Para tanto, organizou seminários e reuniões com as equipes, bem como deslocou técnicos para cada uma das cidades, buscando resolver questões que se colocavam em nível local, com a finalidade de dar agilidade à inserção do Monumenta nas rotinas administrativas e financeiras e na cultura específica de cada localidade. Com o passar do tempo, essas práticas azeitaram-se melhor e a UCG também buscou aperfeiçoar sua relação com as UEPs, designando responsáveis fixos para cada cidade que passaram a ser os interlocutores das UEPs, facilitando e simplificando a troca de informações e a orientação sobre os procedimentos. Em muitas situações de dificuldade pelas quais passaram as UEPs, os técnicos da UCG vinham em socorro às cidades, buscando desbloquear e dar maior agilidade ao cumprimento de prazos e atendimento de exigências. Nesse sentido, foram úteis os manuais de procedimentos administrativos e técnicos, que fazem parte da linha editorial do Programa Monumenta, com farta publicação de obras referenciais para a preservação do patrimônio que já se encontravam esgotadas, assim como séries sobre as ações das cidades participantes do mesmo. Um *site* contendo informações gerais sobre os propósitos do Programa e suas ações estratégicas, sobre as ações nas cidades, foi essencial para o acesso a um público cada vez mais interessado na preservação das cidades históricas, além de oferecer elementos para estudos e pesquisas das instituições de ensino em todos os níveis, mas especialmente às

Praça da Matriz.



Bento Viana

universidades. Exposições itinerantes sobre o universo de atuação do Monumenta rodaram as cidades dele participantes e foram apresentadas em seminários e reuniões no país e no exterior, buscando divulgar o Programa.

Reuniões entre as UEPs e a UCG, BID, Unesco e Caixa, em Brasília, São Francisco do Sul, Mariana, entre outras, permitiram o encontro e a aproximação entre as equipes, a troca de informações sobre acertos e dificuldades e a apreensão de novas orientações da UCG. Nelas, a UCG também divulgava informações sobre a execução do Programa como um todo e os prazos definidos para as ações nas cidades. Nessas ocasiões eram dadas a conhecer as suas novas ações estratégicas, como foi o caso da reunião de Mariana, Minas Gerais, no final de 2007, quando anunciou-se o aporte do Monumenta para restauração de prédios históricos destinados a abrigar novas universidades, caso de Cachoeira, na Bahia, e de Laranjeiras, em Sergipe, e mais recentemente, a instalação de uma universidade estadual no centro histórico de São Luís do Maranhão. São iniciativas com marcante caráter inovador, por agregarem a ampliação do ensino universitário público à preservação de centros históricos. As condições precárias de conservação dos centros históricos se devem à ausência de atividades dinâmicas, situação que a instalação de universidades vem reverter, por atrair uma ampla gama de serviços complementares e principalmente trazer os jovens para impregnar esses centros com sua vitalidade

Ainda em nível federal, a Secretaria de Controle Interno, o Tribunal Federal de Contas e o Ministério Público são órgãos que acompanham e fiscalizam a execução do Programa Monumenta e dos projetos locais, este último demandando constantemente informações sobre o cumprimento das metas do Programa e dos projetos.

Financiamento de imóveis privados de interesse sócio-histórico e o papel da Caixa Econômica Federal

Um segmento das ações do Programa Monumenta confere a ele o diferencial por seu ineditismo – trata-se do financiamento com recursos próprios a proprietários privados de prédios de valor cultural na área do projeto para a restauração das suas edificações. Esse segmento tem na Caixa Econômica Federal um parceiro de primeira hora, cujo entusiasmo é marcante e a presença é imprescindível para a realização desse conjunto de obras. A Caixa, por sua expertise em financiamentos habitacionais, abraçou a tarefa de cooperar com o segmento dos imóveis particulares com muita competência. Cabe àquela instituição bancária assumir os procedimentos técnicos e operacionais para a análise dos orçamentos das obras, a análise do perfil dos candidatos a tomadores dos recursos, a análise da documentação dos imóveis e das garantias oferecidas aos empréstimos, bem como a redação e assinatura dos contratos de financiamento dos imóveis selecionados pelas UEPs por meio de edital de seleção de imóveis de valor cultural para financiamento. Em Porto Alegre, a superintendência regional da Caixa designou um gerente exclusivo para as operações entre o município, a Caixa e os proprietários dos imóveis selecionados pela UEP. A Caixa participou desde o início da implantação do projeto na cidade, por meio de reuniões de esclarecimento e mobilização dos proprietários de imóveis de interesse sócio-histórico, e conferiu credibilidade às ações de financiamento do

Monumenta, dado o Programa, na época, ser quase desconhecido. Partiu também da equipe da Caixa Econômica Federal de Porto Alegre o esforço para chegar à solução formal para a contratação de financiamentos com condomínios – edificações que possuem vários proprietários –, que sofriam de um "vácuo" jurídico-operacional que dificultava a inclusão desses imóveis nas ações do projeto em Porto Alegre, assim como nas outras cidades vinculadas ao Monumenta.

As Ações Concorrentes e o papel da Unesco

Por sua vez, outro parceiro de primeira hora do Programa Monumenta é a Representação da Unesco no Brasil, à qual coube gerenciar a formatação do Programa na sua gênese, juntamente com o MinC, o Iphan e o BID. A Unesco contrata, entre outras, as denominadas ações concorrentes, com recursos do Ministério da Cultura. Essas ações buscam o bom resultado do Programa, somando às iniciativas clássicas de obras de restauração, outras, no âmbito da economia da cultura, da educação patrimonial, e que reforcem a autoestima das comunidades em relação a seu patrimônio cultural. Em Porto Alegre, ganharam destaque, entre outras, a Oficina de Arqueologia que ocorreu na praça da Alfândega e na Santa Casa de Misericórdia e trabalhos correlatos de educação patrimonial oferecidos ao público escolar – uma mostra de grafismo sobre os tapumes da escavação arqueológica na praça, destinada ao público em geral. Esse conjunto de ações concorrentes fortaleceu os laços de parceria da UEP com a Fapa - Faculdade Porto-Alegrense, responsável pelas oficinas de arqueologia; a Grafar - Grafistas Associados do Rio Grande do Sul; a Câmara Riograndense do Livro e a Feira do Livro de Porto Alegre; o Centro Cultural Santander e inúmeros outros adeptos. Foram assinados convênios para a execução das atividades, por meio da Unesco, com a Fapa e a Grafar. As duas outras instituições se tornaram parceiras de forma voluntária.

Duas oficinas de qualificação dos artesãos da praça da Alfândega, que trabalharam o design de suas peças para que expressassem o patrimônio cultural local, foram possíveis por meio de contratos entre a Unesco e o Laboratório Piracema de Design; Heloísa Crocco Design; LT Arquitetura Interiores, Design, Projeto e Execução. O primeiro desses cursos teve lugar no Mercado Público, e o segundo foi realizado nas dependências do Centro Cultural dos Bancários, instalado em dois prédios históricos do centro, restaurados especialmente para abrigar a função pelo Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul, que se tornou parceiro do projeto, tendo destacado reiteradas vezes o trabalho da UEP em seu jornal corporativo.

Ao constatar a carência de mão de obra qualificada para o trabalho de artífice em madeira para as obras em restauração na área de projeto do Monumenta, foi realizado um curso de formação de artífices em marcenaria e carpintaria voltadas para as obras de restauração, a cargo do Instituto Pão dos Pobres. Tal curso também foi realizado mediante contrato com a Unesco. Esse foi o caso do projeto de dotar a Igreja Nossa Senhora das Dores de folheteria informativa, o que incluiu a edição de um vídeo sobre a história e o patrimônio da igreja.

Por último, foi assinado, em março de 2009, um novo contrato entre a Unesco e uma organização do movimento negro local, Angola-Janga, indicada pelo

Crab - Centro de Referência Afro-Brasileiro de Porto Alegre, visando implementar o projeto Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre.

Tais projetos , em razão do seu cunho social e educativo, são contratados pela Unesco e executados com recursos do Programa Monumenta. Esse formato tem a virtude de acelerar a tramitação e execução dos projetos classificados como ações concorrentes.

O Setor da Cultura da Unesco é o responsável pela condução desse processo de contratação das ações concorrentes em seu conjunto, e o tem realizado com extremo empenho e competência.

Parcerias nos municípios e a divisão dos recursos financeiros

Outra questão interessante para entender a mecânica do Monumenta é a da repartição dos recursos: 70% dos recursos financeiros transferidos para os municípios se dão a fundo perdido; desses, 20% provêm do orçamento federal e 50% de financiamento do Banco Interamericano. Portanto, as cidades recebem 70% do orçamento do Programa a elas destinado, cabendo-lhes aportar os restantes 30%, denominados "cesta de contrapartida", integrada por recursos locais e da iniciativa privada. No caso de Porto Alegre, há uma contrapartida do estado, tendo em vista que a maioria dos prédios históricos que estão sendo restaurados é de propriedade do estado, por tratar-se de uma capital. Nesse caso, a cesta de contrapartida é constituída por recursos do município, do estado e de empresas. Estão previstas no Monumenta, além das ações de recuperação e restauração de edifícios de valor cultural, públicos e privados, também iniciativas voltadas à valorização dos fatos que tiveram o centro histórico como cenário, a intensificação das atividades culturais e a qualificação dos serviços oferecidos. Ao orçamento do projeto somam-se recursos extraprograma, consequência de ações de reforço que têm como agentes e fontes financeiras outras instituições públicas e privadas, tais como o Trensurb (do Ministério das Cidades), a Câmara Riograndense do Livro, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e o Santander Cultural, entre outros.



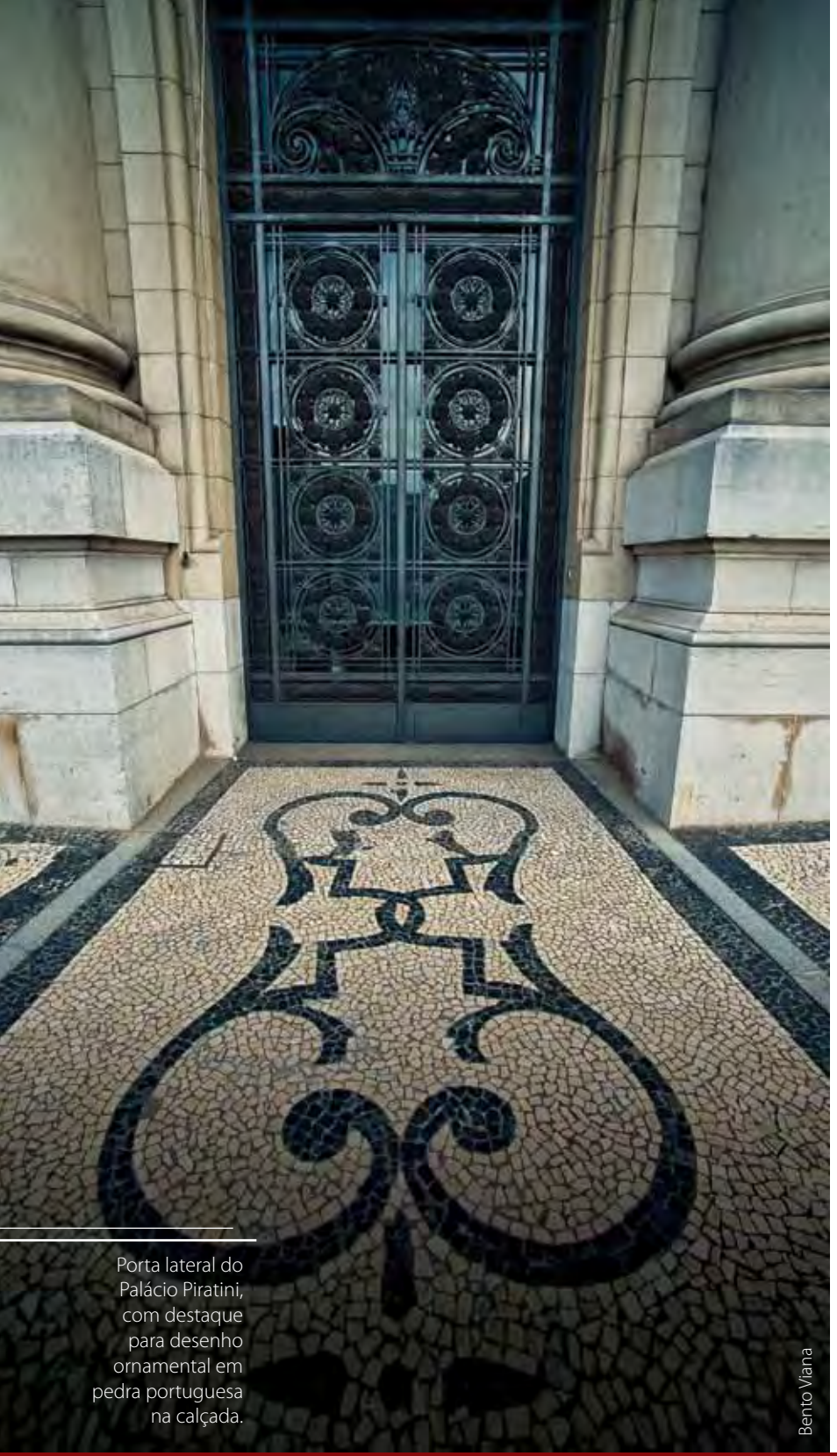
Auxiliar de Restauro

novidade no mercado da construção civil

Programa Monumenta – O que é

Fundação O Pão dos Pobres - Rua República, 901 - Tel.: (51) 3433-6900 - Abril/2008

Folder do curso de formação de artífices em marcenaria e carpintaria para restauração de prédios históricos.



Porta lateral do Palácio Piratini, com destaque para desenho ornamental em pedra portuguesa na calçada.

Bento Viana

A participação da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul no Projeto Monumenta Porto Alegre

Tendo em vista tratar-se de uma capital, parte significativa das edificações de caráter monumental no centro histórico são de propriedade do estado do Rio Grande do Sul. Na reunião de planejamento de fevereiro de 2001, quando da montagem preliminar da relação de bens a receberem o benefício do Monumenta, foi constatada a presença maciça das propriedades estaduais. O estado, por seu turno, diante de uma situação de emergência – o desprendimento de elementos ornamentais na fachada do Palácio Piratini, sede do governo –, havia iniciado as obras de restauração de sua fachada frontal, obra que foi incorporada ao Monumenta. Um convênio entre o município, tomador dos recursos do Programa, e o estado deu cobertura a essa incorporação, valendo os recursos dispendidos no Palácio como contrapartida estadual ao Monumenta. Mais adiante, um novo convênio deu continuidade ao primeiro – que já está no sexto aditivo –, por meio do qual, além da obra realizada no Palácio Piratini, foram executadas outras: no Pórtico do Cais, no Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, no Memorial do Rio Grande do Sul, na Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul e no Museu de Comunicação, esta última ainda em andamento. Por meio do Iphae - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, da Secretaria de Estado da Cultura , foram executados os projetos de restauração desses monumentos e o acompanhamento da execução dessas obras. Assim, a Secretaria de Estado de Obras também contribuiu no acompanhamento das obras para a sua boa execução. O quadro abaixo traz as informações sobre as ações do convênio.

Plano de Trabalho do Convênio do Município com o Estado do Rio Grande do Sul para restauração de próprios estaduais

OBRAS PROGRAMA MONUMENTA Edifícios Históricos Próprios do Estado	EXECUTADO até dez 2007	A EXECUTAR EM 2008	A EXECUTAR EM 2009	TOTAL GERAL
Palácio Piratini	570.292,89	-	-	570.292,89
Biblioteca Pública do Estado	233.911,46	208.347,72	-	442.259,18
Museu de Arte do Rio Grande do Sul	327.364,47	-	-	327.364,47
Memorial do Rio Grande do Sul	352.283,35	206.329,43	-	558.612,78
Pórtico Central do Cais do Porto	129.301,99	-	-	129.301,99
Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa	-	207.037,53	35.952,94	242.990,47
Total	1.613.154,16	621.714,68	35.952,94	2.270.821,78

CONTRAPARTIDA ESTADO	EXECUTADO até dez 2007	A EXECUTAR EM 2008	A EXECUTAR EM 2009	TOTAL CONTRAPARTIDA ESTADO
Contrapartida Estado - Obras	570.292,89	75.000,00	35.952,94	681.245,83

QUADRO SÍNTESE		
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO	2.270.821,78	100%
RECURSOS DO TESOURO/BID	1.589.575,95	70%
RECURSOS DO ESTADO DO RS	681245,834	30%

Através desse convênio-mãe, prorrogado por meio de aditivos de prazo, foram executadas cinco obras, estando em andamento a sexta e última – a restauração do Museu de Comunicação, cujo término está previsto para o segundo semestre de 2010.



Escultura simbolizando a imprensa na fachada do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.



Vista da fachada do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Bento Viana

V. O Projeto Monumenta Porto Alegre e a estratégia dos eixos

São marcantes a concentração de monumentos, edificações e logradouros de valor histórico-cultural, assim como o arruamento nos moldes tradicionais, definindo o centro histórico de Porto Alegre. Parte dele foi tombada pelo Iphan em 1999. Reunindo as sedes do executivo, do legislativo e do judiciário estaduais, templos e uma dezena de casas de cultura, teatros, museus, memoriais, bibliotecas, arquivos e praças históricas, somados a uma variedade de edificações privadas de valor cultural, constitui-se no lugar que define a personalidade da cidade e conforma sua imagem. O centro possui três pontos focais: a praça XV de Novembro, com o mercado e a prefeitura, a praça da Alfândega e a praça da Matriz. A Igreja Nossa Senhora das Dores é um bem patrimonial protegido pelo Iphan desde 1938, constando da primeira lista de bens nacionais a serem preservados.

A área de projeto e sua vizinhança passaram por processos intensos de adensamento e verticalização, mas mesmo assim apresentam regiões claramente diferenciadas, conforme as atividades ali desenvolvidas, sejam de comércio ou do setor terciário, além de uma boa parcela que guarda a função residencial. As informações contidas na Pesquisa Sócio-Econômica da População Residente e Estabelecimentos da Área do Projeto, elaborada em maio de 2002 pela empresa Amostra Pesquisas & Projetos, são a base dos dados que se seguem.

Segundo a pesquisa, a maioria dos imóveis residenciais é de propriedade dos moradores, enquanto que os imóveis não residenciais são, em sua maior parte, ocupados por locatários. Os residenciais apresentam boas condições de habitabilidade. Os não residenciais examinados caracterizam-se como pequenos negócios, com até quatro pessoas trabalhando. Os moradores, em geral residentes antigos do centro da cidade, em sua maioria têm mais de trinta anos, sendo bastante baixo o número de crianças. Não foram encontrados analfabetos e é significativo o número de residentes que estão cursando ou que concluíram o curso superior. Os rendimentos encontram-se acima da média de renda da população brasileira , mas sem seus extremos.

Nessa mesma pesquisa há depoimentos dos moradores onde se verifica que é boa a percepção da população sobre o significado de patrimônio histórico, identificando-o como edificações antigas. E quanto ao Monumenta, manifestam uma expectativa positiva: "O Programa é de preservação do patrimônio, é necessário que funcione muito bem, vou torcer por ele". Ou: "Espero que o centro se torne o principal ponto turístico de Porto Alegre e fique belo". Como prioridades para preservação ou conservação da área central, com mais frequência são mencionadas pelos moradores as praças, seguidas de prédios e monumentos históricos (39,7%).





Cruzamento da rua da Praia (eixo longitudinal) com o Largo dos Medeiros (eixo transversal): situação atual e maquete eletrônica reproduzindo a intervenção do Monumenta no local.

O Projeto Monumenta se empenha para consolidar a percepção de que Porto Alegre possui um centro histórico variado, rico em experiências humanas e estéticas, batendo continuamente nessa tecla, desde 2001, em especial através dos meios de comunicação social. Recentemente, por inspiração do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Compahc), foi aprovada Lei Municipal oficializando a denominação centro histórico para a área central antiga da cidade, denominação que recentemente passou a ser adotada pelos Correios, e agora já se generaliza.

A escolha da área do Projeto Monumenta Porto Alegre, baseada nos eixos longitudinal e transversal à orla do Guaíba, inspirou-se na existência de perímetro tombado pelo Iphan em 1999, que se estende da cumeada do promontório que caracteriza a área mais antiga, ao longo da rua Duque de Caxias, até a orla do Lago Guaíba, cruzando-se ambos os eixos no largo dos Medeiros, ponto fortemente ancorado na história da cidade. Essa escolha foi reforçada pela preexistência do corredor cultural da rua da Praia, cuja valorização por meio de melhorias nas calçadas, arborização e iluminação, foi promovida pelo município nos anos 1980. O contorno desses eixos, dos quais o perímetro foi levemente ampliado por conter significativo volume de imóveis privados de valor cultural, abarca os principais monumentos e logradouros tradicionais do centro histórico. Os investimentos do Monumenta concentram-se prioritariamente ao longo desses eixos, prevendo-se que seu efeito exemplar e dinamizador se espraie na circunvizinhança, atraindo investimentos e incentivando iniciativas de restauração de imóveis e melhorias urbanísticas. Com essa estratégia pretende-se reforçar a imagem do centro histórico aos olhos da população. Vem ao encontro desse propósito o fato de os eixos transversal e longitudinal serem espaciais e topograficamente bem delimitados e conhecidos pela população.

O primeiro é definido, na cumeada, pelo quarteirão do Palácio Piratini, Catedral e Cúria Metropolitana, e no outro extremo pelo Pórtico e os Armazéns A e B do Cais Mauá. Esse eixo do centro histórico abarca a totalidade do perímetro do sítio urbano tombado pelo Iphan em 1999.

No segundo, o eixo longitudinal – corredor cultural da rua da Praia –, no trecho do Monumenta, é limitado, de um lado, pela Esquina Democrática e, de outro, pela imponente Igreja Nossa Senhora das Dores.

A área do Projeto Monumenta Porto Alegre, com 24,5 hectares, para os efeitos do Programa, leva a denominação oficial de Sítio Histórico das praças da Matriz e da Alfândega, contendo aproximadamente 280 imóveis, dos quais 130 têm valor cultural ou arquitetônico reconhecido por meio de inventário da Epahc – Equipe do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural, da Secretaria Municipal da Cultura, a grande maioria deles de propriedade particular.

Para implantação do plano de trabalho do Monumenta foram aplicadas a sistemática de trabalho estabelecida pela UCG - Unidade Central de Gestão, a coordenação federal do Programa Monumenta, e a sistemática de trabalho interna ao município da UEP - Unidade de Execução do Projeto Monumenta Porto Alegre, conforme segue.

A implantação do Programa em Porto Alegre

Uma vez definidas as cidades a serem integradas ao Programa Monumenta, coube às suas administrações organizarem-se para apresentar ao MinC e ao BID elementos de convencimento, comprovando que estavam aptas a encetar a implantação do Programa, desencadeando uma sucessão de eventos, a começar pela organização de uma oficina de planejamento – composta por representantes da cultura nos três níveis governamentais e por gestores culturais de universidades e de associações diversas –, representativa do pensamento local sobre a situação do centro histórico, à qual coube, entre outras tarefas, delinear uma primeira hipótese do que viria ser o perímetro de atuação do Programa na cidade e estabelecer um elenco de medidas/ações para solucionar os principais problemas para a conservação de seu patrimônio. Essa oficina em Porto Alegre teve lugar em fevereiro de 2001. Seguiu-se a elaboração de uma carta consulta, adiantando valores estimativos para as ações, apontando projetos existentes, assegurando a capacidade orçamentária e de execução locais. Aprovada pelo MinC/BID (Porto Alegre obteve essa aprovação em janeiro de 2002), a proposta preparada pelo município foi aperfeiçoada e aprofundada, gerando o perfil do projeto, um amplo conjunto de informações de responsabilidade do município, organizado em dez volumes, que em Porto Alegre foram editados para registro e arquivamento, tendo em vista tratar-se de uma radiografia de seu centro histórico, que então não era reconhecido como tal pela população.

O perfil do projeto compôs-se dos seguintes cadernos:

1. Perfil do projeto contendo o marco de referência e a área de projeto – estudo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre.

2. Pesquisa sócio-econômica da população residente e estabelecimentos da área do projeto – Amostra Pesquisas & Projetos, Porto Alegre, maio, 2002.

3. Pesquisa do mercado imobiliário da área do projeto – Contacto Consultores Associados S/C Ltda., São Paulo, fevereiro, 2002.

4. Viabilidade técnica – estudo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre.

5. Viabilidade socioambiental – estudo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre.

6. Viabilidade econômica – José Cláudio Ferreira da

Silva e Paulo Sérgio Braga Taffner Consultores, Rio de Janeiro, fevereiro, 2002.

7. Viabilidade financeira – José Cláudio Ferreira da Silva e Paulo Sérgio Braga Taffner Consultores, Rio de Janeiro, fevereiro, 2002.

8. Sustentabilidade do projeto – José Cláudio Ferreira da Silva e Paulo Sérgio Braga Taffner Consultores, Rio de Janeiro, fevereiro, 2002.

9. Viabilidade institucional do projeto – estudo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre.

10. Resumo executivo – estudo realizado pela Prefeitura de Porto Alegre.

O custo de elaboração dos estudos, que compõe o perfil do projeto, assim como todos os investimentos iniciais eram de responsabilidade do município e por ele financiados, como pré-investimentos a serem contabilizados *a posteriori,* como contrapartida local. Essa contrapartida foi estipulada pelo Programa, para todos os municípios, em 30% do total do investimento em cada cidade, podendo superar esse percentual, composta no formato de uma "cesta" reunindo investimentos municipais e de outras fontes, como do estado do Rio Grande do Sul, no caso de Porto Alegre, e de privados.

Como resultado da Oficina de Planejamento de fevereiro de 2001, ficou estabelecido que a distribuição dos recursos procuraria cobrir equilibradamente os componentes do Programa. No que tange ao componente dos monumentos públicos, decidiu-se então que os recursos seriam designados segundo as necessidades de correção das patologias que afetavam cada um desses imóveis, dos quais apenas um em situação de arruinamento.

À aprovação do perfil do projeto, em maio, seguiu-se a assinatura do convênio, em junho, entre o Ministério da Cultura e o município – publicado no *Diário Oficial* do município em 4/7/2002, com o número 401/2002, no valor total de R$ 16,85 milhões. E foi iniciada a execução do correspondente plano de trabalho. Esse contrato vem sendo renovado a cada ano por meio de aditivos de prazo.

Algumas adequações ao plano de trabalho de 2002 foram necessárias ao longo desse tempo, para garantir a sua exequibilidade. Uma das alterações diz respeito aos projetos concorrentes, que passaram a ser contratados via Unesco com recursos do Programa Monumenta, e os valores previstos para a sua execução no plano de trabalho foram repassados para os itens de obras, de modo a cobrir as diferenças devidas à elevação do seu custo, que obrigaram à gradativa atualização dos orçamentos ao longo do tempo.

Buscando atender as exigências da UEP para a definição do perfil da equipe local e das responsabilidades de cada um dos seus membros, entre as especialidades necessárias ao bom andamento das ações, a equipe da UEP de Porto Alegre, instituída pelo Decreto 13.498/2002, a exemplo das demais UEPs, teve a seguinte composição:

- Coordenador;
- Especialista em patrimônio;
- Especialista em obras;
- Especialista financeiro.

No caso de Porto Alegre, a equipe foi designada por portaria do prefeito.

Imediatamente após a designação formal da equipe, à mesma foi acrescida uma historiadora, que permaneceu durante quatro anos estabelecendo o perfil da UEP nessa especialidade. Durante o processo de implantação do Monumenta em Porto Alegre e respondendo às necessidades crescentes de pessoal técnico, devido ao gradativo aumento do volume de obras e de ações, essa equipe enriqueceu-se com novos profissionais, entre os quais um administrador, mais um arquiteto especialista em preservação do patrimônio e estagiários de arquitetura, de história e do ensino médio, de modo a oferecer as mínimas condições para execução do programa de trabalho.

A equipe da UEP em dezembro de 2009 era constituída dos seguintes profissionais: coordenadora, arquiteta Briane Elisabeth Panitz Bicca; arquiteto Luiz Merino Xavier; arquiteta Doris Maria Saraiva de Oliveira; historiador Pedro Rubens Vargas; administrador Lauro de Carvalho, contando com o apoio de 3 estagiários, sendo um de arquitetura, um de história e um estudante de 2º grau.

Ainda na etapa inicial de implantação do projeto, foi instituída a lei de criação do Fundo Monumenta Porto Alegre, atendendo o que consta no contrato do município com o ministério da cultura, firmado em julho de 2010, para a implantação do Projeto Monumenta. Em sua cláusula sobre as competências do convenente, diz que é obrigação do município "implantar o fundo contábil local de preservação, para dar sustentabilidade ao projeto, por prazo mínimo de 20 anos, incluindo, anualmente, na proposta de lei orçamentária, nos termos da legislação municipal, dotação específica para o Fundo, em montante mínimo de R$ 200.000,00, a ser revisto a cada biênio".

A lei n. 8.936, de 3 de julho de 2002, cria o fundo Monumenta Porto Alegre**,** sem personalidade jurídica própria e de duração indeterminada, gerido pela Secretaria Municipal da Cultura, com o objetivo de financiar as ações de preservação e conservação de áreas submetidas à intervenção do projeto de Porto Alegre, desenvolvido e implantado no âmbito do Programa Monumenta, contando com um conselho curador composto por dez membros entre representantes das esferas públicas de preservação e de entidades da sociedade civil, em igual número, cujo orçamento será integrado ao orçamento do município, e a aplicação tem prioridade para imóveis localizados na área central de Porto Alegre. A principal fonte de ingresso financeiro do fundo é a restituição dos financiamentos tomados pelos proprietários privados para a restauração dos seus imóveis.

Sistemática de trabalho interna ao município

Ao longo do seu período de implantação, o Projeto Monumenta Porto Alegre esteve sediado em três diferentes secretarias do município. A começar, em 2000, pela Secar - Secretaria de Captação de Recursos, à qual coube negociar com o MinC o ingresso da cidade no Programa e orientar todos os estudos iniciais para a definição do perfil do projeto até a assinatura do convênio. Nesse período foi garantida a aprovação do Monumenta pelas instâncias decisórias locais e a inserção da correspondente rubrica no plano de investimentos do município e no seu orçamento para 2002. Seguiu-se a transferência da sede do Monumenta para a SPM – Secretaria de Planejamento Municipal, à qual coube implantar o projeto, além de iniciar a negociação



Artesãos da praça da Alfândega exibindo produtos da Coleção Largo da Quitanda.

Bento Viana

com o governo do estado a fim de estabelecer um convênio visando sua participação no Monumenta. Essa cooperação se faria para a elaboração dos projetos de restauração e na contrapartida financeira às obras de restauração em imóveis próprios do estado, de caráter histórico, situados na área do Monumenta – convênio esse que vem sendo renovado bienalmente até o presente, cumprido em sua integralidade. Também nesse período, foi tomada a decisão de se estabelecer convênio com a Caixa Econômica Federal, com a finalidade de oferecer financiamento aos proprietários privados de bens de valor cultural inventariados como tal pelo município. A partir de 2003, a coordenação do Projeto Monumenta Porto Alegre transferiu-se para a Secretaria Municipal da Cultura, onde continuará sediada até seu término. Nessa secretaria, obteve o apoio decisivo do gabinete nas duas gestões do Secretário Sergius Gonzaga e da Secretária Adjunta Ana Fagundes, e na gestão anterior, de Vitor Ortiz e Doris Oliveira. Por meio da Secretaria Municipal de Cultura, o projeto foi suprido de recursos municipais nos sucessivos períodos de planejamento, até o último, de 2010 a 2013, permitindo desse modo o crescimento do total de seu orçamento em torno de 25%, devido à revisão do perfil levada a efeito pelo município em 2009 e aprovada pelo MinC e o BID, cujo aditivo de valor foi firmado ainda em dezembro de 2009, e as ações estão sendo executadas em 2010, estendendo-se a 2011.

Sua equipe é constituída por técnicos especialistas em preservação do patrimônio, história, administração e finanças, originários dos quadros municipais, sendo o coordenador especialista externo contratado. A UEP tem como sede os Altos do Mercado Público Municipal, situado no centro histórico da cidade.

A sistemática adotada para a execução das diferentes ações observa processos e práticas específicos, de acordo com seu perfil, como segue. Da descrição foram suprimidos os procedimentos a respeito do acompanhamento do Programa Monumenta,

tendo em vista que eles se repetem para as 26 cidades participantes e que já foram descritos em outros documentos. Cabe registrar que todos os passos em cada uma das fases do processo, seja de projeto, orçamento, licitação, contratação, medição, encerramento e entrega, são seguidos e aprovados pela UCG Monumenta, o que compreende intensa troca de documentos, cumprimento de exigências do BID e da UCG – todo esse processo é alvo de prestação de contas, em um número de operações que ultrapassa em muito várias centenas de encaminhamentos, trocas de informações e orientações recebidas da UCG. A UEP, por meio do especialista financeiro, apresenta mensalmente à UCG a prestação de contas de execução do plano de trabalho, encaminhando vários documentos: relatório de execução físico-financeira; demonstrativo de execução da receita e despesa; relação de pagamentos e seus respectivos documentos comprobatórios; relação de bens (adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da União); extrato das contas bancárias; cópia do termo de aceitação definitiva da obra (quando for o caso); comprovante do recolhimento do saldo dos recursos; cópia do despacho adjucatório e homologação das licitações realizadas, ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade. Ao final do projeto é feita uma prestação de contas de encerramento, consolidando financeiramente o cumprimento do plano de trabalho.

Assim, também a superintendência regional do Iphan aprova e acompanha todos os procedimentos técnicos, desde o projeto – incluindo as fiscalizações semanais, registradas em relatórios de andamento, e as medições para pagamento de etapas de serviço executadas – até a entrega da obras, as quais avaliza quando finalizadas.

O Iphan teve a possibilidade, oferecida pela UCG Monumenta, de contratar estudos, inventários e levantamentos planialtimétricos que foram de grande utilidade para conferir maior consistência aos projetos de restauração do Monumenta Porto Alegre. Esse foi, entre outros, o caso do cadastro da Biblioteca Pública do Estado. A saudável insistência do Iphan, ao longo de todo o processo, para que os projetos de restauração fossem feitos com base em rigorosos levantamentos e diagnósticos das patologias apresentadas nos prédios onde as obras seriam executadas, contribuiu de maneira notável para que os resultados das restaurações fossem mais efetivos e duradouros.

A sistemática de implementação do Programa em Porto Alegre se iniciou em 1999 com o procedimento prévio de tombamento pelo Iphan de um perímetro do centro histórico, prevendo-se o encerramento do Projeto Monumenta Porto Alegre em 2010, sendo que algumas obras poderão se estender até 2011. Sua ação, entretanto, se prolongará por meio do fundo destinado ao financiamento para a restauração de novos imóveis de valor cultural situados no centro histórico, além daqueles que financiou no período do Projeto, para então se estender a imóveis de valor cultural em outros bairros da cidade, com uma obrigação contratual de duração de 20 anos.

O plano de trabalho do Projeto Monumenta, conforme sua execução, é acompanhado por prestações de contas do cumprimento das metas físicas, das liberações de recursos e dos pagamentos efetuados, atividade antes executada por técnica designada pelo Gabinete de Planejamento e Orçamento – GPO, a contabilista Maria Inês Lottermann Braga, participante da equipe do Monumenta Porto Alegre desde seu início.

Quando da aposentadoria dessa técnica, o administrador da UEP passou a se responsabilizar pelas prestações de contas mensais. Devido à carência de especialistas em orçamento de obras de restauração, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intercessão da secretária de estado da cultura, cedeu o engenheiro Paulo Tatsch, do quadro da Fundação de Economia e Estatística, com larga experiência na matéria, o qual executou exemplarmente e com grande empenho os orçamentos da maioria das obras dos prédios estaduais.

Segue-se, de forma resumida, a sistemática específica adotada para a execução de cada uma das categorias de ações do Projeto Monumenta Porto Alegre.

Imóveis públicos: a elaboração dos projetos deveu-se aos órgãos responsáveis pelo patrimônio, estado ou município, com o acompanhamento do Iphan e da UEP Monumenta. A licitação das obras, julgamento das propostas, confecção de contratos com as empresas vencedoras e expedição da ordem de início das obras ficaram a cargo da Secretaria Municipal de Obras e Viação - Smov, bem como a fiscalização das obras, medições e entrega das mesmas, com a participação direta da UEP Monumenta e do Iphan. À Procuradoria Geral do município coube avaliar os termos dos contratos e proceder à sua assinatura, além de agir quando da interposição de liminares e ações pelas empresas.

Espaços públicos: uma comissão de trabalho, instituída por portaria e constituída por representantes das secretarias municipais de Planejamento, Cultura, Obras e Meio Ambiente, e pela empresa pública de transporte e circulação, além das instituições responsáveis pela área de patrimônio cultural nos três níveis governamentais – Iphan, Iphae e Ephac –, encarregou-se de estabelecer os parâmetros a serem seguidos para a restauração dos espaços da área de projeto, amplamente discutidos. A licitação do projeto executivo foi efetuada pela SMC, assim como o julgamento e a contratação da empresa vencedora; o desenvolvimento do projeto pela empresa foi acompanhado e orientado pelo conjunto dos órgãos até a sua aprovação; a licitação das obras esteve a cargo da Smov, assim como os demais passos, incluindo a fiscalização e medição da obra, juntamente com a UEP Monumenta e o Iphan.

Imóveis privados: a UEP Monumenta lançou três editais por meio dos quais foram escolhidos os imóveis a serem beneficiados com financiamento do Programa. À Caixa cabe analisar a situação jurídica do imóvel e o perfil financeiro do tomador, além das garantias a serem apresentadas pelo mesmo; ao proprietário do imóvel, orientado pela UEP, compete contratar o profissional para a elaboração do projeto de restauração e o orçamento da obra. Esse custo de projeto também pode ser incluído no financiamento. Ao proprietário cabe ainda escolher entre as empresas de construção aquela cujo orçamento é o mais conveniente, isso com a orientação do Monumenta. A Caixa Econômica Federal, por meio da Gidur – Gerência de Desenvolvimento Urbano, analisa e aprova o orçamento discriminado, e a agência da Caixa designada para atender o Monumenta procede à elaboração do contrato de financiamento, apresentado previamente ao tomador para sua aprovação. Uma vez aprovado o projeto de restauração pelo município, é elaborado pela Caixa o contrato a ser firmado entre o município, a Caixa e o tomador proprietário, depois registrado em tabelionato e depositado em cartório. Cumpre ao proprietário contratar a empresa para a

execução da obra e, à UEP Monumenta, fiscalizar a obra, executar as medições e liberar o pagamento das respectivas parcelas ao proprietário, que por sua vez paga à empresa, até a total execução da obra. Após um prazo de carência de seis meses, o proprietário inicia a restituição das parcelas do financiamento à Caixa, que as deposita em um fundo de preservação do Monumenta.

Ações concorrentes: para as ações constantes dos editais lançados pelo Programa Monumenta com a Unesco, as entidades preparam suas propostas e, ao serem selecionadas, detalham o projeto em cooperação com a UEP Monumenta, especialmente quanto à contrapartida a ser oferecida pela entidade contratada para executar a ação. Uma vez firmado o contrato com a Unesco, organismo que possui convênio de cooperação com o Programa Monumenta, o projeto entra em execução, sempre em estreita sintonia com a UEP Monumenta, que atesta o seu cumprimento integral, conforme os objetivos traçados no contrato.

Com o valor do Convênio de 2002, cuja validade se estende até 2010, foram e estão sendo executadas as seguintes ações, segundo os componentes do projeto:

Prédios públicos: Museu de Arte do Rio Grande do Sul; Memorial do Rio Grande do Sul; Pórtico Central do Cais do Porto; Palácio Piratini; Biblioteca Pública; Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa; Igreja Nossa Senhora das Dores; Pinacoteca Ruben Berta.

Prédios privados: rua dos Andradas, 673; Igreja Anglicana; rua Riachuelo, 838; rua gen. João Manoel, 440; Hotel Praça da Matriz; rua General Câmara, 123; Condomínio Santos Dumont; rua Fernando Machado, 506; rua Demétrio Ribeiro, 535; Condomínio São Salvador; rua Riachuelo, 933; Clube do Comércio.

Espaços públicos: praça da Alfândega; Cais do Porto (pórtico); avenida Sepúlveda; praça da Matriz; rua General Câmara.

O escopo do plano de trabalho foi redefinido por meio de revisão do perfil do projeto, realizada em setembro de 2009, sendo acrescentados quatro itens ao plano de trabalho, elevando-se a R$ 21.322.633,16 o valor total do investimento.

A revisão do perfil do projeto consiste na proposição das ações complementares ao plano de trabalho, com aumento de valor do convênio no momento em que as ações nele propostas já foram cumpridas em sua maior parte. Em geral são ações cujos projetos de restauração já foram elaborados, assim como os respectivos orçamentos, necessitando-se recursos adicionais para a execução dos mesmos.

No caso da revisão do perfil do Monumenta Porto Alegre, foram acrescidos os seguintes projetos:

- Financiamento de mais dez obras de restauração de edificações privadas;
- Construção de um módulo de serviços na praça da Alfândega, que abrigará um espaço para o pequeno comércio e oferecerá sanitários públicos aos frequentadores;
- Sinalização interpretativa do centro histórico por meio de painéis informativos, placas de ruas, placas nos imóveis históricos e concurso para erguer um conjunto escultórico na área do projeto;
- Conclusão da obra de restauração do prédio que acolherá a Pinacoteca Ruben Berta.

Detalhamento das ações do Projeto Monumenta Porto Alegre

Na sequência é apresentado o detalhamento das ações do Projeto Monumenta Porto Alegre no seus principais componentes: restauração de monumentos públicos, restauração de imóveis privados por meio de financiamento, restauração dos espaços públicos e ações concorrentes.

Obras em prédios públicos em Porto Alegre

Trata-se do módulo pelo qual se iniciou a atividade do Projeto Monumenta na cidade, tendo em vista a possibilidade de elaboração de projetos de restauração e respectivos orçamentos segundo seu desenvolvimento pelos órgãos públicos responsáveis nos três níveis da administração.

A mão de obra da qual dependeu a restauração dos monumentos públicos e dos prédios privados foi arregimentada em Porto Alegre. Os profissionais mais qualificados e especializados em geral já eram cadastrados ou conhecidos das empresas de restauração e, empregados nas obras dos prédios públicos, chegam aproximadamente a 200, especializados em várias modalidades de ofícios: especialistas em formas para a reprodução e recomposição de ornamentos; restauradores dos ornamentos de cobre e rebocos artísticos; estucadores; especialistas na aplicação de cirex (pó de pedra); calceteiros; basalteiros (calceteiros de basalto); serralheiros de serralheria fina; vidraceiros; funileiros especializados em tubulações em cobre e pintores-alpinistas de detalhes ornamentais.

Nas equipes de obras, os profissionais empregados em maior número são: pedreiro, carpinteiro (estruturas de telhados, formas, manuseio de máquinas), serralheiro (trabalhos em metal), pintor, eletricista, marceneiro (esquadrias e pisos), ajudante de marceneiro, instalador hidráulico, funileiro, vidraceiro e servente.

Os profissionais com menor grau de especialização, em geral, são contratados via Sine – Sistema Nacional de Emprego. No caso dos serventes, a proporção é de um a três serventes para cada pedreiro. Para as obras nos espaços públicos, essa proporção é de três serventes para cada pedreiro, devido às distâncias a percorrer desde o depósito de material e ferramental até o local da obra. A excentricidade fica por conta da contratação de empresa especializada na realização de pintura com alpinistas, para a execução de trabalhos de detalhe em fachadas ornamentadas, como ocorreu no Memorial Rio Grande do Sul e nas torres da Igreja Nossa Senhora das Dores. Os arqueólogos também integraram as equipes de obras em algumas das intervenções, sempre com prospecções prévias no caso de escavações para execução de fundações ou passagem de redes, com importante atuação.

Também foi preciso lançar mão, em duas ocasiões, de especialista para atualização dos orçamentos das obras do módulo de serviço, da urbanização da rua da Praia; e, em outra ocasião, da restauração da Pinacoteca, sendo necessário adequar os valores e especificações para o lançamento da segunda licitação.

Segue a apresentação das edificações públicas beneficiadas com obras de restauração pelo Projeto Monumenta Porto Alegre, contendo as principais informações de interesse, tanto para os técnicos quanto para o público em geral, como a data de início

e término da obra (com exceção das obras que estão em andamento), o tipo de intervenção e seu histórico.

Algumas das obras, assinaladas com um asterisco (*), são descritas mais detalhadamente na segunda parte desta publicação.

Pórtico Central do Cais Mauá do Porto de Porto Alegre*

Endereço: avenida Mauá.

Proprietário: governo federal com outorga de uso ao estado do Rio Grande do Sul.

Início e conclusão: agosto de 2002 a junho de 2003.

Valor da obra: R$ 129.301,99.

Palácio Piratini, sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*

Endereço: praça Marechal Deodoro.

Proprietário: estado do Rio Grande do Sul.

Início e conclusão: de final de 2000 a final de 2006.

Valor da obra: R$ 570.292,89.

Museu de Arte do Rio Grande do Sul Aldo Malagoli*

Endereço: praça da Alfândega, s/n.

Proprietário: estado do Rio Grande do Sul.

Início e conclusão: setembro de 2005 a abril de 2007.

Valor da obra: R$ 327.364,47.



Detalhe dos torreões do Museu de Artes do Rio Grande do Sul Ado Malagoli – Margs.

Memorial do Rio Grande do Sul*

Endereço: rua Sete de Setembro, 1020.

Proprietário: estado do Rio Grande do Sul.

Início e conclusão: novembro de 2006 a abril de 2008.

Valor da obra: R$ 407.904,05.

Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul*

Endereço: rua Riachuelo, 1190.

Proprietário: estado do Rio Grande do Sul.

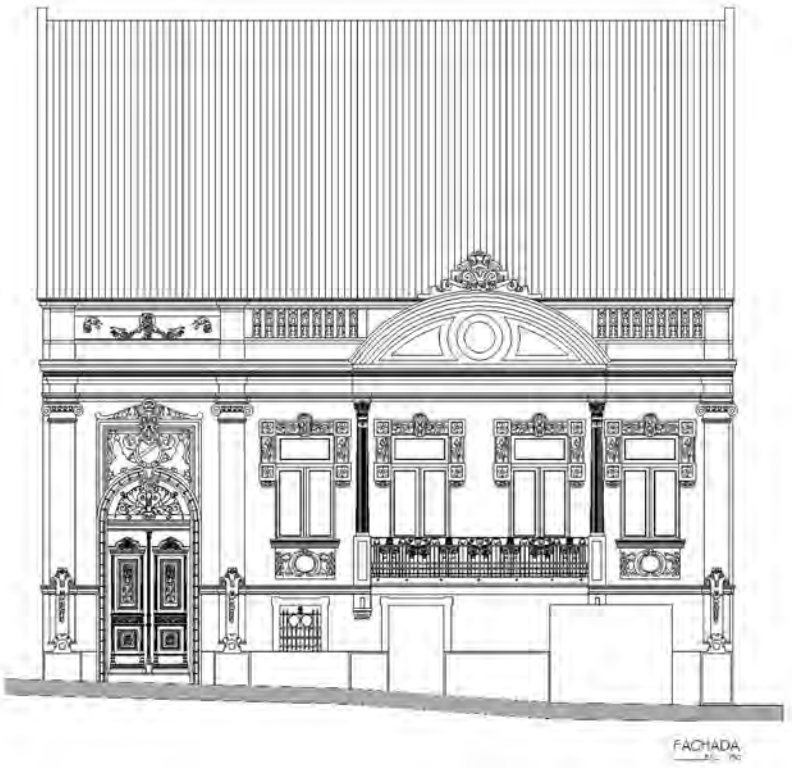
Início e conclusão da 1ª etapa: outubro de 2007 a julho de 2008.

Valor da obra na 1ª etapa: R$ 348.687,34.

Pinacoteca de Porto Alegre – Ruben Berta

Endereço: rua Duque de Caxias, 973.

Proprietário: município de Porto Alegre, por cessão da Secretaria do Patrimônio da União.



Desenho técnico da fachada da Pinacoteca Ruben Berta.

Projeto de restauração: Ana Margarida Xavier e Rosilene Possamai, arquitetas da Epahc - Equipe do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural do município.

Empresa responsável pela obra na 1ª licitação: Porto Novo Empreendimentos e Construções Ltda.

Mão de obra: 30 operários, entre mestre de obras, pedreiros, carpinteiros e serventes.

Fiscalização: Iphan, Epahc e UEP Monumenta

Início e conclusão prevista na 2ª licitação: o lançamento da nova licitação é previsto para dezembro de 2010, com prazo de término em oito meses.

Valor previsto para a 2ª licitação: R$ 1.420.563,78.

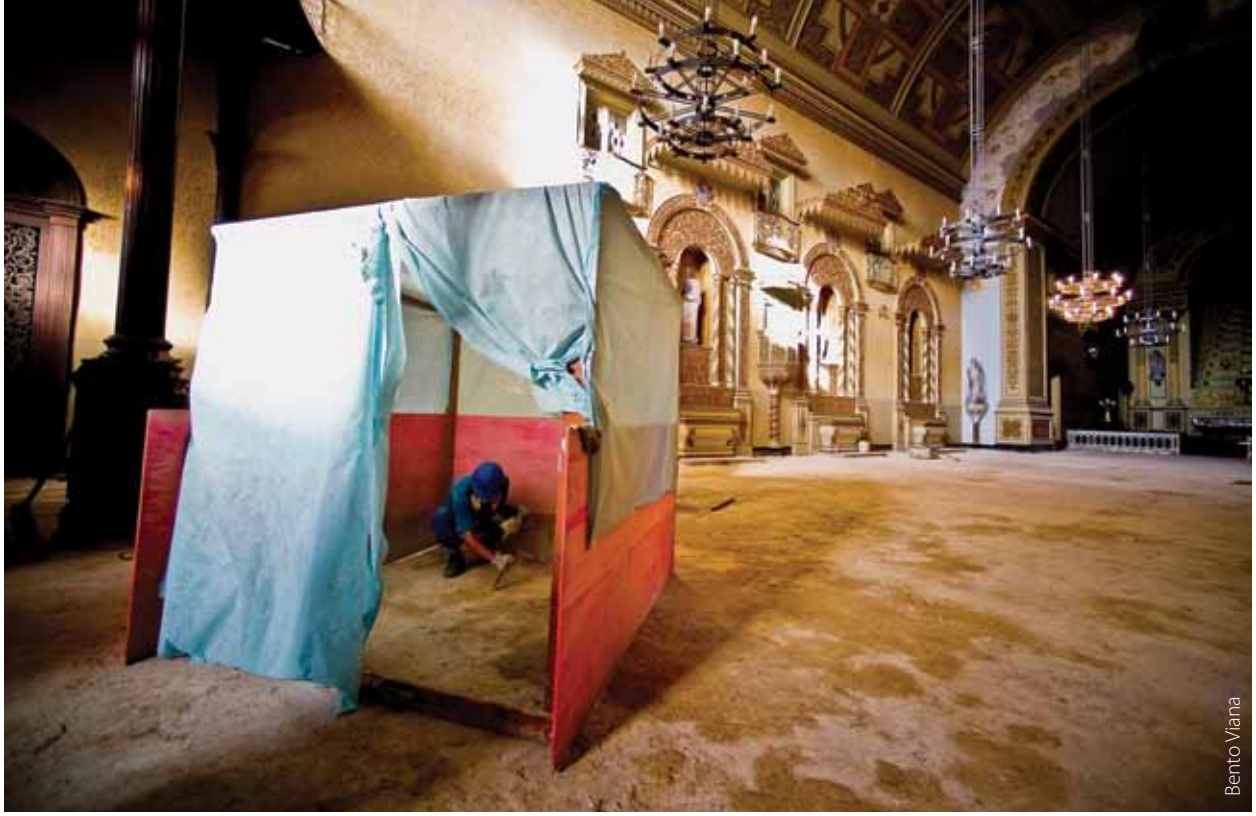
Observação: por meio dessa licitação, a contratada executou 28% do total da obra, no prazo contratual. Para o prosseguimento do trabalho e sua finalização foi necessária a contratação da revisão e atualização do orçamento, de modo a poder ser lançada nova licitação para sua conclusão, o que acarretou um atraso de 15 meses**.**

Início e conclusão da obra prevista na 2ª licitação: o lançamento da nova licitação é previsto para dezembro de 2010, com prazo de término em oito meses.

Valor previsto para a 2ª licitação: R$ 1.420.563,78.

Valor total da obra: R$ 1.937.943,01.

Intervenção: restauração da fachada frontal, com complementação da argamassa dos ornamentos, restauração do trabalho em serralheria das sacadas e substituição das esquadrias. Devido ao estado avançado de arruinamento da edificação, a intervenção implicou a reconstrução completa da cobertura, dos entrepisos, de parte significativa das alvenarias internas, das esquadrias, do conjunto das instalações hidráulicas,



Obras de restauração no interior da Igreja Nossa Senhora das Dores, com operário trabalhando no interior da proteção para evitar a propagação da poeira da retirada do piso.

elétricas, de ar condicionado, lógicas e de prevenção de incêndio. Para propiciar a utilização do porão foi realizado o rebaixamento do piso. É prevista a instalação de elevador e instalação de reserva técnica. A escavação arqueológica evidenciou as várias etapas pelas quais passou a expansão da residência e uma ampla e profunda cisterna, com seus coletores e drenos.

Histórico: O prédio que abrigará a Pinacoteca Ruben Berta foi construído para ser residência em 1893. Modificado em 1916, alcançou sua forma atual, assumindo o ecletismo, gênero arquitetônico marcante na paisagem da cidade nas duas primeiras décadas do século 20.

Observação: os projetos complementares, de estruturas, climatização, hidrossanitário e elétrico, foram financiados com recursos do Programa Monumenta, Brasília, e contratados por meio da Unesco, pelo valor total de 16 mil reais.

Igreja Nossa Senhora das Dores

Endereço: rua dos Andradas, 630.

Proprietário: Paróquia Nossa Senhora das Dores.

Projeto de restauração: Espaço Arquitetura.

Empresa responsável pela obra: EPT – Engenharia e Pesquisas Tecnológicas.

Mão de obra: em torno de 15 a 20 operários: marceneiros, ajudantes de marceneiro, pedreiros, pintores, instaladores hidráulicos, eletricistas, serventes.

Fiscalização: Iphan, Smov e UEP Monumenta.

Início e conclusão: agosto de 2008, com término previsto para outubro de 2010.

Valor da obra: R$ 2.152.387,54.



Vistoria da equipe técnica no adro da Igreja das Dores. O observador em frente à escadaria é o pároco da igreja.

Observação: a paróquia integralizou a contrapartida necessária com uso de recursos de renúncia fiscal pela iniciativa privada, por meio de Lei de Incentivo à Cultura – LIC.

Intervenção: recuperação da cobertura do lado do Evangelho (lateral leste), do altar-mor e das escadarias de acesso às duas torres; restauração do coro e do forro sob o coro; restauração do para-vento; execução de sanitários adaptados para deficientes e de sanitários no térreo e pavimento inferior; recuperação de esquadrias e ferragens; pintura externa geral; recuperação do adro; pavimentação da nave, com troca dos pisos; instalações hidrossanitárias; escavação arqueológica sob o arco da escadaria.

A restauração dos bens integrados – forro da nave, retábulos e altares laterais, pinturas murais, esquadrias internas, coro e inventário do acervo –, finalizada em 2007, contou com o patrocínio das seguintes empresas: Refap - Refinaria Alberto Pasqualini, com patrocínio master; Dana; Cláudio Vogel Telhas; Inçavas e Sulgás.

Histórico: Nossa Senhora das Dores é a igreja mais antiga de Porto Alegre e a única protegida como monumento nacional pelo Iphan. Seu tombamento ocorreu em 1938, a pedido da comunidade.

O longo tempo de execução das obras da igreja, em torno de cem anos, de 1807 a 1901, fez com que ocorresse uma justaposição de estilos: o corpo da igreja tem características da arquitetura tradicional luso-brasileira; a fachada, características neoclássicas; e as torres, traços germanizantes. A nave da igreja possui entalhes em madeira do mestre português João do Couto e Silva, e pinturas de Germano Straub. A igreja está no imaginário da cidade para além da pedra e da cal, pois de suas paredes emergem lendas urbanas como a do escravo Josino, que teria lançado uma praga à qual se atribui um atraso de décadas na construção das torres.

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Endereço: rua dos Andradas, 959.

Proprietário: estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de restauração: Iphae – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

Fiscalização: Iphan, Iphae, Smov e UEP Monumenta.

Empresa responsável pela obra: Grês Engenharia e Serviços Ltda.

Mão de obra: média de 5 operários, entre mestre de obras, pedreiros, pintores e serventes.

Início e conclusão: setembro de 2009, com término previsto para agosto de 2010.

Valor da obra: R$ 271.409,04, dos quais 52% de contra-partida do governo do estado.

Fiscalização: Iphan, Iphae, Smov e UEP Monumenta.

Intervenção: recuperação da fachada, da cobertura e saneamento do subsolo.

Histórico: localizado na esquina da rua dos Andradas com a rua Caldas Júnior, o prédio foi construído em 1922, em estilo eclético, com predominância de elementos neoclássicos, a fim de sediar o jornal *A Federação***.** Esse periódico gaúcho, lançado em 1884 por um grupo de intelectuais e políticos, destinava-se à divulgação das ideias republicanas e abolicionistas de seus integrantes. A partir da proclamação da República, o jornal passa a ser o órgão de imprensa de sustentação do PRR - Partido Republicano e, com a ascensão desse partido ao governo do estado, o edifício passou a sediar a *Imprensa Oficial do Estado*, posteriormente *Diário Oficial*. O prédio abriga o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, em homenagem ao primeiro jornalista brasileiro, que, de Londres, editava o *Correio Braziliense*. O museu recebeu os jornais antigos do setor de periódicos da Biblioteca Pública do estado, documentos fundamentais para o seu acervo. Também é responsável pela guarda e divulgação do acervo oficial de imagens dos governadores do estado do Rio Grande do Sul, assim como de objetos diversos ligados à história da comunicação do estado.

Restauração de imóveis privados

A experiência da UEP Porto Alegre no financiamento de obras de restauração em imóveis privados listados pela Secretaria Municipal da Cultura como de interesse sócio-histórico foi um instrumento de preservação e valorização da diversidade de usos e funções dessas edificações, que marcam, com sua permanência no tempo, a configuração do centro histórico da capital.

Em dois editais, nos anos de 2004 e 2006, foram investidos pelo Projeto Monumenta R$ 2,63 milhões na restauração de 10 unidades, sendo seis residenciais, das quais uma, além de manter a função residencial, foi adaptada para ateliê por um renomado artista plástico; três edifícios, dois deles de propriedade de condomínios, contemplando mais de 90 famílias; a Catedral da Santíssima Trindade, de confissão anglicana; um pequeno hotel; e o Clube do Comércio, sediado em um prédio de mais de dez pavimentos, em estilo historicista, construído em 1939.

O terceiro e último edital, lançado em 2008, selecionou mais 10 edificações, das quais se destacam um condomínio residencial, a sede de um jornal centenário, o primeiro hotel dos anos 1930 em "estilo arranha-céu" e uma instituição de ensino; os demais são habitações uni e plurifamiliar.

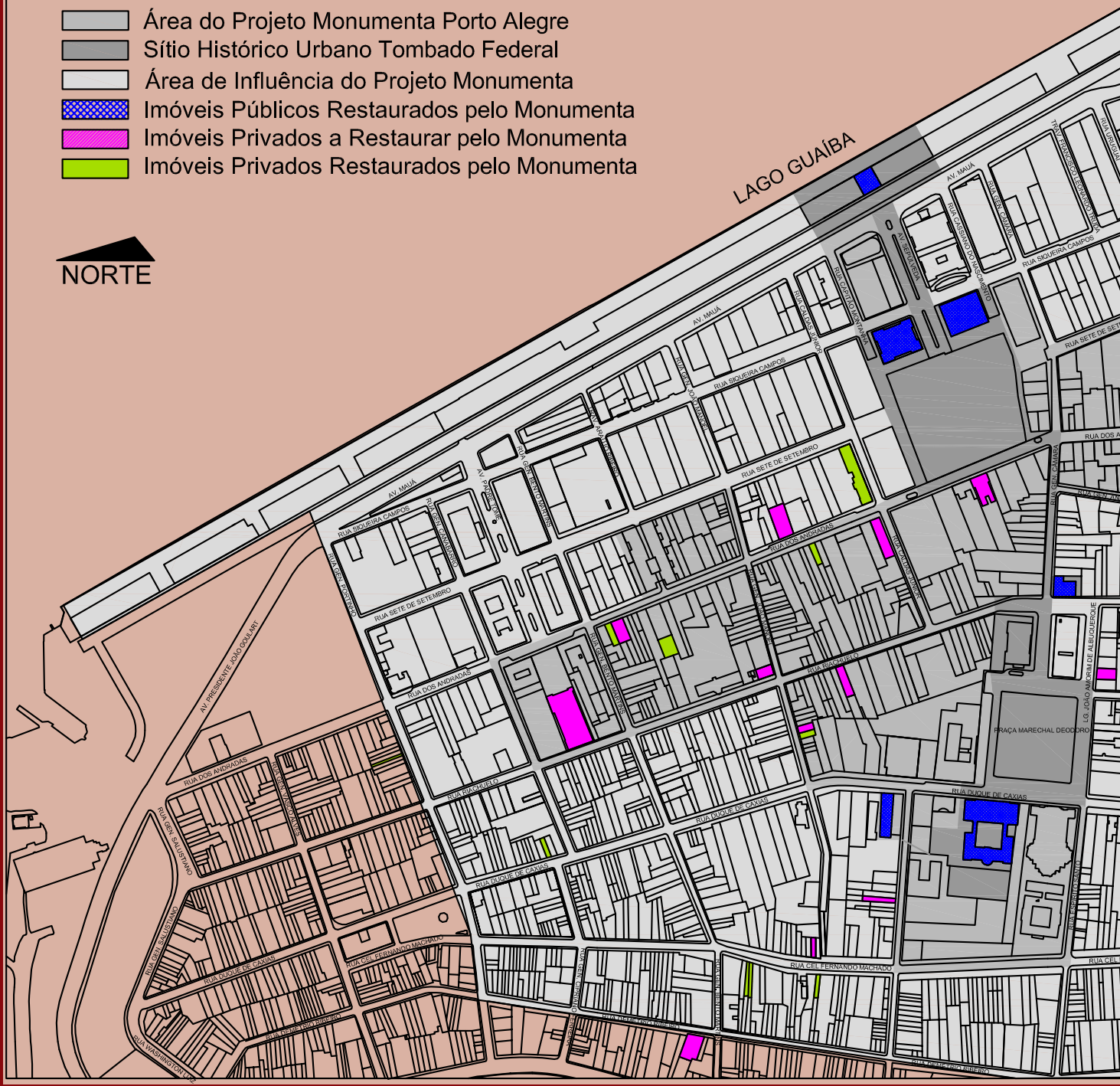
O custo estimado dessas obras importa em R$ 4,008 milhões. Quanto à divisão das fontes, do total de recursos (somados os editais 1, 2 e 3), que perfaz R$ 6,638 milhões, 71,5% provêm do BID e 28,5% da União.

A planta a seguir apresenta a área de abrangência do Projeto Monumenta Porto Alegre, localizando os imóveis privados já restaurados e a serem restaurados em 2010.

LEGENDA:

- Área do Projeto Monumenta Porto Alegre
- Sítio Histórico Urbano Tombado Federal
- Área de Influência do Projeto Monumenta
- Imóveis Públicos Restaurados pelo Monumenta
- Imóveis Privados a Restaurar pelo Monumenta
- Imóveis Privados Restaurados pelo Monumenta

NORTE


LAGO GUAÍBA
AV. MAUÁ
RUA SIQUEIRA CAMPOS
RUA SETE DE SETEMBRO
RUA DOS ANDRADAS
RUA RIACHUELO
RUA DUQUE DE CAXIAS
RUA GEN. SALUSTIANO
RUA GEN. CÂMARA
RUA GEN. CAMARA
RUA GEN. CÂMARA
RUA GEN. VITORINO
RUA GEN. VITORINO
RUA GEN. PORTINHO
RUA GEN. PORTINHO
RUA GEN. CÂMARA
RUA GEN. CÂMARA
RUA GEN. CÂMARA


AV. MAUÁ
AV. JÚLIO DE CASTILHOS
TRAV. LUIZ ANTUNES
AV. JÚLIO DE CASTILHOS
MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL
AV. BORGES DE MEDEIROS
RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
PRAÇA XV DE NOVEMBRO
AV. OTÁVIO ROCHA
RUA JOSÉ MONTAURY
RUA URUGUAI
AV. BORGES DE MEDEIROS
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO
RUA VICARIO JOSÉ INÁCIO
RUA DOS ANDRADAS
RUA GEN. VITORINO
AV. SENADOR SALGADO FILHO
RUA RIACHUELO
RUA RIACHUELO
AV. BORGES DE MEDEIROS
RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO
RUA VICARIO JOSÉ INÁCIO
RUA JERÔNIMO COELHO
RUA JERÔNIMO COELHO
RUA DUQUE DE CAXIAS
AV. BORGES DE MEDEIROS
FERNANDO MACHADO
RUA CEL. GENUINO
RUA LUIZ E SILVA



É importante salientar a mobilização e o interesse dos proprietários desses imóveis em participar do certame. E enfrentar todos os trâmites até a obtenção do financiamento. Essa mobilização é fruto da inserção do Programa Monumenta na comunidade e da boa imagem de que goza, assim como da expectativa dos proprietários e moradores para ter acesso aos recursos do Programa, a fim de investir em suas unidades edificadas. Essa atitude é resultante da consolidação do relacionamento da UEP com esses proprietários e da presença maciça de matérias sobre a valorização da preservação do patrimônio nos meios de comunicação.

Falar em consolidação de relacionamento pressupõe um processo, e este, uma história, que nas suas entrelinhas teve de superar a dificuldade inicial dos donos dos imóveis em aceitar a proposta de financiamento para manter de pé e restaurar seu patrimônio.

A Caixa Econômica Federal, desde o início, assumiu a função de agente dos financiamentos privados do Monumenta. E juntou-se à equipe da UEP para atuar no convencimento dos proprietários de que sua iniciativa em concorrer ao financiamento viria em favor da preservação do patrimônio da cidade e de suas famílias, devido aos imóveis restaurados se apresentarem em melhores condições de servir às finalidades habitacionais anteriores ou à incorporação desses bens a novos usos.

Essa é uma experiência que merece ser apresentada, para que se possa contribuir e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar o trabalho iniciado. Porém, parece interessante trazer um breve relato sobre experiências anteriores nesse âmbito, a fim de situar a importância do financiamento para a restauração de imóveis privados em centros históricos. Trata-se aqui de mostrar as razões do apoio financeiro do Programa Monumenta aos proprietários de edificações históricas nas cidades onde está sendo implantado, para que estes possam restaurar suas residências.

O incentivo do poder público, por meio de facilidades financeiras para arcar com o custo da restauração, provém do reconhecimento, de um lado, da relevância das edificações privadas nas cidades históricas e, de outro, da precariedade de sua conservação, dado o custo da manutenção de edificações antigas.

As edificações privadas são a maioria das construções que compõem as cidades. Sem as mesmas, não haveria ruas, praças e largos, porque elas conformam os espaços urbanos. Para conservar o caráter e a integridade dos centros históricos ou das áreas mais antigas e tradicionais das cidades é imprescindível conservar as edificações privadas. Estas, em geral, são mais suscetíveis de destruição do que os monumentos e prédios públicos, ficando sua permanência ou desaparecimento à mercê da vontade soberana de seu dono, e dependendo de muitas condicionantes: valor no mercado imobiliário; localização; tipo de ocupação (uni ou plurifamiliar); estado de conservação; tamanho; situação financeira do proprietário e seu entendimento do valor cultural do imóvel; existência de uma política municipal de incentivos à preservação.

Sabe-se que conservar uma edificação antiga é consideravelmente mais dispendioso do que manter uma edificação contemporânea. Desde que tomaram consciência de que moram em um sítio histórico, os habitantes dessas áreas demandam políticas que os apoiem na conservação/manutenção de seus imóveis. Entendem os moradores que lhes é imputada uma



Edifício comercial e residencial na rua Riachuelo, 933.

carga adicional de trabalho e recursos por habitarem em prédios antigos de interesse para a cultura e história do país, mas que nenhum incentivo em resposta a esse esforço é oferecido pelo poder público nas três esferas. Os técnicos dos órgãos de preservação que trabalham diretamente com os moradores dos centros históricos atestam ser essa uma das principais queixas da população: ausência de apoio do poder público para a preservação de suas edificações antigas, considerando todo o tipo de problemas que enfrentam para continuar habitando nesses imóveis, e o custo e esforço que implica conservá-los. Até aqui, falta a mão estendida do poder público para esse exército silencioso de cidadãos, os guardiões privados de nossas cidades históricas, cujo esforço em dar habitabilidade às suas residências, comércios e oficinas de serviços não é nem reconhecido nem, muito menos, valorizado e apoiado.

O primeiro sinal de responsabilização solidária do poder público encontra-se expresso no Decreto-lei 25, de novembro de 1937, quando reza que em casos de haver perigo para moradores e transeuntes, que seja representado por uma edificação com tombamento federal em estado de instabilidade, e a família comprovando a falta de meios para a conservação de sua edificação habitacional, cabe ao Iphan executar os trabalhos. Em alguns casos, o Iphan, embasado nesse instrumento, agiu em favor do salvamento de edificações de particulares.

Nessa trajetória, na segunda metade da década de 1970, ainda existindo o BNH, houve uma experiência-piloto em Olinda com a criação da Fundação Pró-Memória, depois integrada ao Iphan, com recursos concedidos ao município a fim de que estabelecesse contratos de financiamento com os moradores para a restauração de



Edifício Monteiro. Condomínio residencial na rua Riachuelo. Prédio restaurado.

partes ou do todo de suas edificações. Com a extinção do BNH, a proposta estancou.

Logo a seguir, no início dos anos 1980, o Programa de Cidades Históricas – PCH, ainda da Fundação Pró-Memória, cujo plano de trabalho cooperativo entre estados e municípios abrangia um amplo leque de atividades coordenadas, levou a cabo algumas experiências de restauração de sobrados e de reconstrução de ruínas, especialmente em Salvador e em São Luís do Maranhão, destinando-os para habitação popular.

Ainda em São Luís do Maranhão, o Prodetur financiou o estado do Maranhão para a adequação de unidades habitacionais populares em prédios históricos, como parte do programa de revitalização de seu centro histórico.

A Caixa Econômica Federal, com o apoio da Unesco, nos anos 1990, primeiro contando com a cooperação francesa e depois com a implantação do PAR – Programa de Arrendamento Residencial, teve algumas experiências bem-sucedidas em prédios históricos de Salvador e do Rio de Janeiro. E em outras cidades, como é o caso de Porto Alegre, o PAR foi acionado para a adequação de prédios protomodernistas de vários pavimentos, situados no centro histórico e adquiridos de instituições públicas autárquicas, a fim de transformá-los em habitação popular.

O Ministério das Cidades tem buscado o aproveitamento de edifícios vazios de propriedade de entes públicos, alguns de valor cultural, a fim de criar unidades habitacionais para cooperativados de baixa renda: o primeiro deles foi inaugurado, em 2009, em Porto Alegre, na avenida Borges de Medeiros, junto à escadaria do viaduto Otávio Rocha.

No entanto, até a implantação do Programa Monumenta, mesmo com outros exemplos além dos aqui

apontados, as iniciativas em favor da preservação dos imóveis privados de valor cultural atingiam apenas um número reduzido de sítios históricos. E nesses, poucas unidades eram favorecidas, devido à escassez de recursos financeiros públicos e dificuldades de comprovação de renda e de registro dos imóveis pelos moradores.

O Monumenta, desde sua gênese, teve entre seus eixos programáticos a diretriz de tratar da problemática do *stock* privado e de incorporar uma linha específica de financiamento, beneficiando edificações pertencentes aos cidadãos das cidades ou centros históricos, até então desatendidos. Mesmo que os mecanismos financeiros e legais, e as práticas de gestão necessárias à implantação dessa diretriz ainda estivessem por ser definidos, havia a clara consciência da indispensabilidade desse vetor no futuro Programa. Esse era um nó a desatar, sob pena de incorrer em parcialidade nos seus objetivos e de desatender à real problemática dos lugares históricos do país.

O mecanismo do Monumenta de constituição de um fundo de preservação municipal – formado com os recursos dos financiamentos, quando do seu retorno na forma das parcelas restituídas pelos proprietários que tiveram seus imóveis restaurados com o financiamento – permitirá a continuidade desse processo, a fim de restaurar outros imóveis no centro histórico e edificações de valor cultural nos bairros da cidade. O compromisso do município, expresso no convênio firmado com o MinC para participação no Programa Monumenta, é manter o fundo operativo por 20 anos. A lei municipal que deu cunho legal ao fundo prescreve que o mesmo é gerido por um conselho curador gestor, constituído por representantes das entidades locais, ao qual cabe estabelecer a política de utilização dos recursos depositados no fundo em prol da restauração das edificações de valor cultural na cidade.

A história do financiamento de imóveis privados em Porto Alegre e a relação estabelecida entre o Monumenta e os proprietários destes, deve ser contada por partes. Para tanto, a dividimos em três momentos, cada qual correspondendo aos editais de 2004, 2006 (reabertura do Edital de 2004) e 2008.

Desde 2003, são mantidos contatos com cerca de 140 proprietários de imóveis privados de valor patrimonial na área de ação do Monumenta, sendo elaborados: guia de financiamento, com os passos para a tomada de recursos; levantamento fotográfico pela Epahc/SMC de todos os imóveis inventariados de valor cultural; pré-orçamento do custo de restauração de cada imóvel; ficha descrevendo seu estado de conservação. Mas a desconfiança desses proprietários era grande, em razão da pouca credibilidade que nutriam em relação às ações do poder público para as propriedades privadas; pelo fato de estarem tomando um financiamento, visto como assunção de mais uma dívida; e, ainda, em razão do pensamento de que assumir tal compromisso poderia representar um impeditivo para a venda ou uso dos imóveis para outros fins, o que não passava de uma suposição.

O primeiro edital de seleção foi aberto em dezembro de 2004, e posteriormente reaberto em 2006, relacionando 134 imóveis passíveis de receber apoio financeiro para o restabelecimento de suas características arquitetônicas

e históricas. O valor disponível para essa ação foi de R$ 5,957 milhões. Dos proprietários de 134 imóveis, 76 retiraram o edital e 24 apresentaram propostas; 12 imóveis foram selecionados.

O perfil desses imóveis reflete as características histórico-arquitetônicas do centro histórico de Porto Alegre: grande diversidade de épocas, estilos e alturas, variadas condições de conservação e integridade.

Uma dificuldade extra que repercutiu na demora do início das obras dos imóveis privados foi a obrigatoriedade de registro dos contratos de financiamento e de suas respectivas garantias nos tabelionatos e, a seguir, no cartório de registro de imóveis.

Esse procedimento burocrático é realizado porque, na cidade de Porto Alegre, o contrato de financiamento da Caixa não tem fé pública, tornando necessária a elaboração, em tabelionato, de uma escritura pública de constituição de garantia hipotecária, nos casos em que o imóvel é a garantia do financiamento. Os recursos do financiamento somente são liberados após o registro dessa escritura no cartório de imóveis. Em razão do procedimento apontado, que envolve um período tempo, às vezes extenso, existe a possibilidade frequente de as obras demorarem para ser iniciadas.

Interessa assinalar o esforço de três proprietários que colocaram nas obras de restauração dos seus imóveis recursos além daqueles do financiamento, concentrados nas obras internas, de modo a criar condições necessárias ao novo uso a ser ali instalado. Esses valores somam R$ 632.715,48 e estão registrados no Monumenta Porto Alegre na categoria extraprograma.

Com o início e a conclusão das obras, aliados à exposição que o trabalho realizado pelo Monumenta em conjunto com os proprietários ganhou na mídia local, a falta de confiança inicial foi aos poucos sendo dissipada, transformando-se no seu contrário, ou seja, numa onda positiva. Alguns desses proprietários acabaram investindo em contrapartida mais do que previam no início das obras. O grau de satisfação alcançado com os procedimentos de restauração aguçou o interesse de vizinhos e outros donos de imóveis, sendo que para o lançamento do terceiro edital, em 2008, a procura por parte dos particulares foi grande, fazendo com que a seleção dos imóveis a serem beneficiados provocasse grande expectativa. Esse comportamento dos interessados vem mostrar que o Monumenta, em Porto Alegre, com relação a essa modalidade de investimento, tem superado suas expectativas.

Os arquitetos responsáveis pelos projetos de restauração e as empresas escolhidas para a execução das obras foram designados pelos proprietários. A UEP Monumenta orientou a elaboração dos projetos e fiscalizou as obras com frequência semanal, registrando seu andamento em relatórios detalhados**.** As medições das obras, para fins de transferência das parcelas aos proprietários, também foram realizadas pela equipe da UEP Monumenta e pelo Iphan. Os recursos correspondentes são depositados pela Caixa na conta do proprietário, que efetua o pagamento da empresa encarregada da obra.

Uma mudança relacionada à descrição do orçamento das obras foi preparada para os financiamentos das selecionadas no terceiro edital de imóveis privados em 2008. A partir dele, foi exigido constar, no contrato de financiamento com a Caixa, o orçamento detalhado

das intervenções a serem realizadas nas edificações, nos mesmos moldes do que é exigido para os prédios públicos e monumentos, em substituição à descrição genérica do orçamento dos contratos dos editais anteriores. Essa exigência se deve às dificuldades de acompanhamento e fiscalização das obras em prédios privados, por falta de clareza nos orçamentos. A experiência demonstrou, ao longo dos anos, que quanto mais detalhado o orçamento das obras, mais eficaz torna-se a fiscalização da execução dos serviços e melhores são os resultados finais em termos da qualidade da intervenção de restauração.

Segue a apresentação das obras de restauração realizadas em prédios privados financiadas pelo Monumenta, na ordem da sua execução, contendo as principais informações de interesse tanto para os técnicos quanto para o público em geral, como o valor do financiamento, o custo da obra, a data de início e término da obra, o tipo de intervenção e um breve histórico. É importante destacar que, em média, cada obra dos editais apresentados contou com 11,5 trabalhadores.

Edificação na rua Riachuelo, 933, 935, 937

Proprietário: Aldo Borges.

Financiamento: R$ 297.934,80.

Contrapartida direta do proprietário: R$ 398.547,40.

Valor total da obra: R$ 696.482,20.

Concessão do financiamento: março de 2005.

Início e conclusão: março a dezembro de 2005.

Empresa responsável pela obra: CDJ Construções.

Mão de obra: 15 a 20 operários em média, entre pedreiros, marceneiros, serralheiros e serventes.

Intervenção com recursos do Monumenta: a obra incluiu a recuperação de pisos e esquadrias internas, gradis, cobertura e entrada de energia, além da fachada, que foi totalmente restaurada, tendo a pintura seguido a paleta de cores original. As escavações necessárias à consolidação estrutural foram acompanhadas por arqueólogo.

Intervenção com recursos do proprietário: o proprietário executou as obras internas, instalações hidráulicas e elétricas, e a adaptação do prédio para sua ocupação por escritórios, com elevador e cabeamento de rede lógica. A ambientação tradicional do prédio foi complementada com o assentamento de ladrilhos hidráulicos nos espaços de circulação.



Detalhe de portas na rua Riachuelo, 933.

Uso proposto: escritórios.

Observação: após a conclusão da obra, a edificação foi vendida, para uso residencial unifamiliar.

Histórico: prédio construído no final do século 19, um dos remanescentes nessa região do centro histórico de uma tipologia corrente da arquitetura tradicional – térreo comercial e pavimentos superiores residenciais; foi-lhe agregado um quarto pavimento no início do século 20, e também aposta uma fachada com elementos ecléticos. Possui 16,89 metros de fachada. É um exemplar raro de arquitetura residencial com planta baixa apresentando características coloniais. A edificação foi implantada em uma das ruas do sítio inicial da cidade, localizada próxima ao centro cívico, religioso e cultural, inserida em um contexto de residências burguesas, demonstrando a valorização e o prestígio daquele espaço urbano, para o qual contribuiu com a imponência de sua fachada eclética. A destinação residencial do imóvel manteve-se até a década de 60 do século passado, quando os proprietários deixaram de residir no imóvel e este foi alugado, vindo depois a se deteriorar. Ruíram o telhado, os entrepisos e paredes internas, restando apenas as paredes do perímetro exterior da antiga edificação. O imóvel privado foi tombado pela Secretaria Municipal da Cultura – SMC, em 1997.


Doris Oliveira

Dois casarões residenciais e de comércio restaurados, na rua da Praia, 673.

Sobrados na rua dos Andradas, 673, 677, 679 e 683

Proprietário: Cyro Luiz Comiran.

Financiamento: R$ 422.000,00.

Contrapartida direta do proprietário: R$ 224.168,08.

Valor total da obra: R$ 646.168,08.

Concessão do financiamento: dezembro de 2006.

Início e conclusão: março a novembro de 2007.

Projeto de restauração: arquiteta Liette Lasta.

Empresa responsável pela obra: DTK Construções.

Mão de obra: 30 operários: 10 pedreiros, 10 carpinteiros, 2 serralheiros e 8 serventes.

Intervenção com recursos do Monumenta: consolidação estrutural e execução de entrepisos, da cobertura, da fachada e das esquadrias.

Intervenção com recursos do proprietário: paredes de alvenaria internas e aberturas, a totalidade das redes, escadas, instalação de sanitários e cozinha, revestimentos de pisos e pintura.

Uso proposto: residencial e comercial.

Histórico: os sobrados da rua dos Andradas nºs 673, 677, 679 e 683 são imóveis privados, listados como bens de valor cultural para preservação pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre. Edificações da segunda metade do século 19, com ornamentação eclética de cunho neoclássico, os dois casarões são testemunho das mudanças ocorridas na cidade. Construídos para servir de residência a famílias abastadas, foram perdendo prestígio ao longo do século 20, transformando-se em pensão, depois em fábrica de instrumentos musicais e finalmente em loja de móveis. Por muito pouco não tiveram o mesmo destino de outros prédios que formavam o antigo alinhamento da mais tradicional rua da cidade: demolidos para abrigar estacionamentos. Escondidas por tapumes, e muito deterioradas, por cerca de trinta anos essas construções ficaram imperceptíveis à vista dos porto-alegrenses. Com as paredes e telhado ruídos, apenas a casca exterior permaneceu. Há pouco mais de três anos, os imóveis foram adquiridos de uma empresa de construção pelo atual dono. A oportunidade oferecida pelo Projeto Monumenta, aliada ao desejo de preservação do proprietário, trouxe as fachadas ecléticas que marcaram a arquitetura de Porto Alegre nas primeiras décadas do século passado de volta ao cenário da rua da Praia. A edificação foi praticamente reconstruída em sua totalidade, uma vez que só restavam as fachadas frontais e algumas ruínas das estruturas internas. A escavação ao nível do terreno e os trabalhos necessários à consolidação estrutural dos maciços remanescentes das antigas paredes tiveram o acompanhamento de arqueólogo.

Casa na rua General Auto, 123

Proprietário: Renato Garcia dos Santos.

Valor do financiamento aprovado: R$ 35.000,00.

Contrapartida direta do proprietário: R$ 5.000,00.

Valor total da obra: R$ 40.000,00.

Concessão do financiamento: outubro de 2006.

Início e conclusão: junho de 2007 a outubro de 2007.

Projeto de restauração: arquiteto Paulo Cesa.

Responsável pela obra: arquiteto Paulo Cesa.

Mão de obra: 3 operários: pedreiro, carpinteiro e servente.

Tipo de intervenção: recuperação da fachada e cobertura.

Uso proposto: persistência do uso residencial.

Histórico: edificação construída para fins residenciais na década de 1930 e que manteve a mesma função até os dias atuais. Seu estilo arquitetônico pode ser lido como eclético tardio. Por meio de recursos disponibilizados para financiamento na linha de imóveis privados pelo Programa Monumenta, foi recuperada a fachada e a cobertura.

Edifício na rua General João Manoel, 440

Proprietário: Osmar Carneiro Terra Lopes.

Financiamento: R$ 35.014,24.

Concessão do financiamento: outubro de 2006.

Início e conclusão: agosto a dezembro de 2007.

Projeto de restauração: Vargas Engenharia.

Empresa responsável pela obra: Vargas Engenharia.

Mão de obra: 5 operários: 2 pedreiros, 2 marceneiros e 1 servente.

Intervenção: recuperação da fachada e cobertura.

Uso proposto: continuidade do uso residencial coletivo.

Observação: a restauração desse prédio residencial, com a persistência do uso do reboco em cirex, incentivou os proprietários do prédio na rua Riachuelo a seguir seu exemplo.

Histórico: prédio de quatro pavimentos, com oito apartamentos, remanescente da arquitetura residencial da década de 1940, protomoderna, com balcões salientes e linhas austeras e fachada revestida com o característico reboco em pó de pedra ou mica, hoje conhecido como cirex.

Hotel Praça da Matriz

Endereço: largo José Amorim de Albuquerque, 72.

Proprietário: JHFM Hotéis Ltda.

Valor do financiamento aprovado: R$ 85.000,00.

Contrapartida direta do proprietário: R$ 10.000,00.

Valor total da obra: R$ 95.000,00.

Concessão do financiamento: outubro de 2006.

Início e conclusão: julho a novembro de 2007.

Projeto de restauração: engenheiro Marco Antônio Serpa.

Empresa responsável pela obra: MAM Engenharia Ltda.

Mão de obra: 4 operários: 2 pedreiros, 1 marceneiro e 1 servente.

Intervenção: recuperação da fachada, cobertura e estrutura.

Uso proposto: continuidade do uso para hotel.

Histórico: construída em 1925 com três pavimentos, para ser residência, a edificação com o tempo passou a ter a função de hotel. De estilo eclético, possui como adorno destacado uma cúpula de cobre, estrutura que denotava requinte e que é vista em outros casarões construídos no mesmo período em Porto Alegre. O prédio ainda tem um belo e agradável pátio interno a céu aberto. O financiamento imobiliário destinado a imóveis de propriedade privada de interesse histórico, uma das ações de Programa Monumenta, propiciou a recuperação da fachada, da cobertura e da estrutura elétrica, contribuindo para a preservação das características arquitetônicas do hotel.

Edifício na rua Riachuelo, 838

Proprietário: Luiz Ary Vessini de Lima.

Valor do financiamento aprovado: R$ 83.160,00.



Bento Viana

Hotel Praça
da Matriz.

Contrapartida direta do proprietário: R$ 30.000,00.

Valor total da obra: R$ 113.160,00.

Concessão do financiamento: setembro de 2007.

Início e conclusão: setembro de 2007 a março de 2009.

Projeto de restauração: Baggio Arquitetura.

Empresa responsável pela obra: HS Consultores.

Mão de obra: 10 operários: 4 pedreiros, 4 marceneiros e 2 serventes.

Intervenção: restauração de cobertura e fachada.

Uso proposto: continuidade do uso residencial.

Histórico: prédio residencial com quatro pavimentos e oito apartamentos, remanescente da arquitetura da década de 1940, construído em estilo protomoderno, com revestimento em cirex, balcões salientes e linhas austeras.

Catedral da Santíssima Trindade

Endereço: rua dos Andradas, 800.

Proprietário: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Valor do financiamento aprovado: R$ 263.996,60.

Contrapartida direta do proprietário: R$ 3.000,00.

Valor total da obra: R$ 266.996,60.



Bento Viana

Igreja Anglicana, na rua da Praia.

Concessão do financiamento: dezembro de 2007.

Início e conclusão: dezembro de 2007 a dezembro de 2008.

Projeto de restauração: arquitetos Paulo Edi, Letícia Castilhos Coelho, Simone Pretto Ruschel, Larissa Gransotto e Catia Ceccarelli.

Empresa responsável pela obra: Arquium Construções e Restauro.

Mão de obra: 8 operários: 4 pedreiros, 2 carpinteiros e 2 serventes.

Intervenção: restauração de coberturas e fachada.

Uso proposto: continuidade do uso para culto.

Observação: a paróquia, entusiasmada com os resultados da restauração, resolveu dar continuidade ao esforço para recuperação integral da igreja, passando agora à restauração dos vitrais e das esquadrias.

Histórico: construída entre 1900 (lançamento da pedra fundamental) e 1903, quando foi inaugurada. No ano de 1900, a igreja anglicana comprou um terreno na rua dos Andradas, que na época ocupava os números 106, 108 e 110. O lote tinha 8,8 metros de frente por 34 metros de profundidade e foi adquirido com verba vinda da igreja dos Estados Unidos. Em 27 de outubro do mesmo ano lançou-se a pedra fundamental em uma cerimônia com vários convidados. A única documentação existente do projeto é um desenho de uma fachada com forte influência da linguagem gótica. Segundo alguns registros, o autor da obra teria sido R. Ahrons, e o executante, Francisco Tomatis. A fachada executada, uma simplificação daquela projetada, leva a crer que isso ocorreu devido à falta de verbas. A imponente torre central foi substituída por uma edícula com telhado de duas águas, e suprimiram-se elementos decorativos, vitrais e arcos botantes.

Casa na rua Fernando Machado, 506

Proprietário: Maria Helena Pinheiro de Barcelos Leitão e outros.

Valor do financiamento aprovado: R$ 70.000,00.

Contrapartida direta do proprietário: R$10.000,00.

Valor total da obra: R$ 80.000,00.

Concessão do financiamento: dezembro de 2007.

Início e conclusão: fevereiro a junho de 2008.

Projeto de restauração: NAD Arquitetura.

Empresa responsável pela obra: Engecarlo Construções.

Mão de obra: 7 operários: 2 pedreiros, 2 marceneiros, 1 pintor e 2 serventes.

Intervenção: recuperação da cobertura e das fachadas (inclusive sacadas e esquadrias) e recuperação estrutural dos pisos do pavimento térreo.

Uso proposto: persistência do uso residencial unifamiliar.

Histórico: a casa, com três pavimentos, faz parte de um conjunto formado pela escadaria da rua João Manoel e por mais oito residências tombadas, construídas pela família Chaves Barcellos entre 1927 e 1928. A área onde foi edificado o casario da rua Coronel Fernando

Sobrado restaurado, na rua Fernando Machado, 506.


Bento Viana

Machado localizava-se ao fundo do terreno do prédio n. 863 da rua Duque de Caxias, residência de Antônio Chaves Barcellos Filho. Antigamente, um pouco acima do local das casas, ficavam as cocheiras do Palácio da Província. No início dos anos 1920, uma parte do terreno foi adquirida do dr. Freitas e Castro, e outra, do governo do estado. Entre 1927 e 1928, Antônio Chaves Barcellos Filho mandou erguer – por João Knogl e Theo Backer – o conjunto de casas sobre a área em frente à rua Coronel Fernando Machado, hoje números 464, 472, 480, 482, 492, 494, 504, 506 e 514. Os prédios formam um conjunto homogêneo com suas nove casas de três pavimentos geminadas, construídas em alvenaria de tijolos e cobertas com telhas francesas. As coberturas têm as cumeeiras longitudinais, perpendiculares à fachada da frente, e quatro águas.

Casa na rua Demétrio Ribeiro, 535

Proprietário: Felix Bressan e Maria Cristina Ferrony.

Valor do financiamento aprovado: R$ 66.000,00.

Contrapartida direta do proprietário: R$ 10.000,00.

Valor total da obra: R$ 76.000,00.

Concessão do financiamento: julho de 2007.

Início e conclusão: dezembro de 2007 a janeiro de 2009.

Projeto de restauração: arquiteto Gabriel Menna Barreto.

Empresa responsável pela obra: Vargas Engenharia e Construções Ltda.

Mão de obra: 12 operários, entre pedreiros, carpinteiros, marceneiros e serventes.

Intervenção: restauração de coberturas e fachadas.

Uso proposto: persistência do residencial unifamiliar e ateliê artístico de escultura.

Histórico: construída em 1927, a casa assobradada, com dois corpos separados em estilo eclético, pertencia

ao artista plástico paulista Júlio Gavronski. Somente em 2002 o imóvel deixou de ser propriedade da família Gavronski, passando para o domínio de outro artista: Félix Bressan e sua esposa Maria Cristina Ferrony.

Condomínio São Salvador

Endereço: rua Duque de Caxias, 1350.

Proprietário: Condomínio São Salvador.

Valor da obra: R$ 286.330,00.

Concessão do financiamento: dezembro de 2007.

Início e conclusão: fevereiro de 2008 a julho de 2010.

Projeto de restauração: ATM Construções Ltda.

Empresa responsável pela obra: ATM Construções Ltda.

Mão de obra: 8 operários: 2 pedreiros, 2 marceneiros, 2 pintores e 2 serventes.

Intervenção: restauração de coberturas e fachadas.

Uso proposto: continuidade do uso como condomínio residencial.

Histórico: edifício residencial com 12 pavimentos (incluído o térreo, que possui apartamentos residenciais, e o pavimento superior, com dois apartamentos de terraço). Contando 73 apartamentos de uso residencial e cinco lojas, localiza-se na esquina da rua Duque de Caxias com a avenida Borges de Medeiros (junto a uma das escadarias do viaduto Otávio Rocha). Sua porta principal de acesso fica na rua Duque de Caxias, e a secundária, a partir da escadaria do viaduto. Possui área de 3.870 metros quadrados.



Bento Viana

Condomínio São Salvador, junto do Viaduto Otávio Rocha.

O edifício construído na década de 1950 com características *art déco,* restaurado pelo Projeto Monumenta, terá recuperado suas fachadas, terraço e os balcões curvos que marcam suas belas fachadas.

Condomínio Santos Dumont

Endereço: avenida Borges de Medeiros, 464.

Proprietário: Condomínio Santos Dumont.

Valor da obra: R$ 192.948,60.

Concessão do financiamento: dezembro de 2007.

Início e conclusão: julho de 2008 a agosto de 2010.

Projeto de restauração: Nasi Engenharia.

Empresa responsável pela obra: Nasi Engenharia.

Mão de obra: 3 operários: 1 pedreiro, 1 pintor e 1 servente.

Condomínio Santos Dumont.



Bento Viana

Intervenção: restauração de cobertura e fachada.

Uso proposto: continuidade do uso como condomínio residencial.

Observação: a concessão de financiamento para condomínios trata-se de uma inovação no Programa Monumenta. A contratação estendeu-se devido à falta de uma modalidade de contrato de financiamento para aplicação às especificidades de condomínio residencial.

Histórico: trata-se de imóvel listado como patrimônio cultural da cidade, com 12 pavimentos, contando 24 apartamentos de uso residencial e três lojas. O prédio é datado da década de 1940, com projeto do arquiteto Arnaldo Gladosch, autor de diversas obras relevantes no centro de Porto Alegre e em outras cidades brasileiras. A linguagem arquitetônica inspira-se no plano de reformulação da cidade de Berlim: o emprego de um telhado de quatro águas iguais em cobre. No entanto, há liberdade na composição de grandes massas de uma grelha estrutural livremente recortada. Embora ligado às formas clássicas, sua monumentalidade e imponência estão diretamente associadas à linguagem empregada pelos modernistas do Rio de Janeiro, com recuo no térreo, formando uma galeria coberta para circulação de pedestres.

Clube do Comércio*

Endereço: rua dos Andradas, 1085.

Proprietário: Clube do Comércio.

Valor da obra: R$ 699.989,00.

Data de concessão do financiamento: dezembro de 2006.

Início e conclusão: abril de 2007 a janeiro de 2008.

Histórico: O edifício Clube do Comércio possui oito pavimentos com quatro apartamentos cada, somando 32 apartamentos e quatro pavimentos destinados ao Clube. Foi construído para abrigar a sede do tradicional Clube do Comércio, fundado em 1856, e teve sua pedra fundamental lançada em 1938. Trata-se de edificação de uso misto, na época inovador, contendo, além da sede do Clube, apartamentos residenciais com acesso independente, além de três lojas no andar térreo, abertas para a rua da Praia (dos Andradas). A obra, a cargo da firma Dahne, Conceição e Cia., foi concluída e inaugurada em 1939. Nas suas dependências, em 1943, realizou-se o primeiro baile de debutantes do Rio Grande do Sul: o Baile do Perfume. O projeto de recuperação incluiu a restauração da fachada principal, da elevação lateral e das esquadrias externas e a retirada dos condicionadores de ar; incluiu ainda a restauração do piso em mármore do saguão e do vitral que acompanha a escadaria do clube em 4 pavimentos, cujo tema é a história do comércio no estado. Esses vitrais são compostos por painéis de vidros jateados, com desenhos gravados em ácido, fixos em estrutura metálica.

Mão de obra: 25 operários, entre mestre de obras, especialista em painéis de vidro trabalhado, especialista em mármore, pedreiros, carpinteiros, serralheiros e serventes. Obra detalhada na segunda parte desta publicação.

O quadro a seguir resenha as informações sobre as 12 obras de restauração de imóveis privados, incluindo duas destacadas, de imóveis tombados pelo município. A mão de obra implicada é em torno de 130 trabalhadores, nas várias modalidades de ofícios.

Financiamentos concedidos aos proprietários privados

Nome do Beneficiário e localização do imóvel	Tipo de intervenção	Valor do financiamento aprovado	Contrapartida
Osmar Carneiro Terra Lopes (rua Gen. João Manoel, 440)	Restauração de fachada, cobertura	R$ 35.014,24	-
JHPM Hotéis Ltda. (largo João Amorin de Albuquerque, 72)	Restauração de cobertura, fachada e estrutura	R$ 85.000,00	R$ 10.000,00
Renato Garcia dos Santos (rua gen. Auto, 123)	Restauração de fachada, cobertura	R$ 35.000,00	R$ 5.000,00
Cyro Luiz Comiran (rua dos Andradas, 673, 677, 679 e 683)	Restauração de cobertura, estrutura, entrada de energia elétrica	R$ 422.000,00	R$ 224.168,08
Félix Bressan (rua Demétrio Ribeiro, 535)	Restauração de coberturas e fachadas	R$ 66.000,00	R$ 10.000,00
Luiz Ary Vessini (rua Riachuelo, 838)	Restauração de cobertura e fachada	R$ 83.160,00	R$ 30.000,00
Maria Helena Leitão (rua Fernando Machado, 506)	Restauração de cobertura e fachadas e recuperação estrutural dos pisos do pavimento térreo	R$ 60.000,00	R$ 10.000,00
Catedral da Santíssima Trindade – Igreja Anglicana (rua dos Andradas, 880)	Restauração de cobertura e fachada	R$ 263.996,60	R$ 3.000,00
Condomínio São Salvador (rua Duque de Caxias, 1350)	Restauração de coberturas e fachadas	R$ 286.330,00	-
Condomínio Santos Dumont (av. Borges de Medeiros, 464).	Restauração de cobertura e fachadas	R$ 192.948,60	-
Destacado: Clube do Comércio (rua dos Andradas, 1085, 1091 e 1095)	Restauração de cobertura, fachadas, vitral	R$ 699.989,00	-
Destacado: Aldo Teixeira Borges e Nilza Terezinha Borges (rua Riachuelo, 933, 935 e 937)	Restauração de cobertura, fachada, entrada de energia elétrica	R$ 297.934,80	R$ 398.547,40
Totais		**R$ 2.526.923,24**	**R$ 690.715,48**

A maioria desses proprietários está restituindo parceladamente os valores financiados à conta do Projeto Monumenta na Caixa, sendo que o valor depositado no Fundo Monumenta Porto Alegre em junho de 2010 é R$ 546.765,88. O saldo do fundo Monumenta em 31/12/2009 era R$ 313.694,60, proveniente da restituição das parcelas mensais depositadas pelos proprietários cujos imóveis foram restaurados com financiamento do Programa Monumenta.

Outros imóveis

No terceiro edital de imóveis privados lançado pelo Projeto Monumenta em 2008, foram selecionados dez imóveis. Dois dos proprietários desistiram do financiamento. Os processos tramitam na Caixa Econômica Federal, estando também em andamento a elaboração dos respectivos projetos arquitetônicos de restauração. Seguem as edificações selecionadas nesse edital e o valor do financiamento requerido:

- Sobrado residencial, rua Duque de Caxias, 619; R$ 39.000,00.
- Sobrado residencial, rua João Manoel, 462; R$ 48.000,00.
- Sobrado, comercial no térreo, rua dos Andradas, 891; R$ 1.100.000,00.
- Empresa Jornalística Caldas Júnior, rua Caldas Júnior, 219; R$ 629.092,91.
- Colégio Nossa Senhora das Dores, rua dos Andradas, 769; R$ 1.388.157,89.
- Casa térrea, rua Coronel Fernando Machado, 439; R$ 85.000,00.
- Sobrado, comercial no térreo, rua Fernando Machado, 513; R$ 120.000,00.
- Sobrado, comercial no térreo, rua dos Andradas, 667; R$ 220.000,00.
- Condomínio residencial, avenida Borges de Medeiros, 855; R$ 82.294,00.
- Condomínio de escritórios, avenida Otávio Rocha, 22; R$ 196.600,00. Desses, verificou-se a desistência dos proprietários de duas residências e de um condomínio.

Os dois primeiros editais envolveram 135 trabalhadores empregados na restauração daqueles prédios. Para o terceiro edital, podemos esperar um número mínimo similar, em vista de as obras de restauração abrangerem dois prédios de grande porte, como é o caso do jornal Correio do Povo e do colégio Nossa Senhora das Dores.

Sendo assim, as obras de restauração dos prédios privados do Monumenta Porto Alegre empregaram em torno de 250 profissionais da restauração, entre mestres de obras, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, serralheiros, vidraceiros, especialistas em painéis de vidro trabalhado, especialistas em mármore, pintores e serventes. É importante destacar que, em média, cada obra dos editais acima apresentados contou com 11,5 trabalhadores, como foi dito anteriormente.

Obras de qualificação em espaços públicos

O centro histórico de Porto Alegre abriga as sedes do executivo, do legislativo e do judiciário estaduais. Várias atividades administrativas e culturais são aí desenvolvidas. A ocupação desse espaço é dinâmica e crescente, com considerável presença de comércio e serviços.

O sítio histórico federal tombado de Porto Alegre é formado por dois espaços originados ainda no



Doris Oliveira

Obras no espaço público – praça da Alfândega.

século 18, que posteriormente vieram a constituir as duas principais praças da cidade – a praça da Matriz e a praça da Alfândega –, incluindo ainda as vias de conexão entre ambas, a rua General Câmara e a avenida Sepúlveda. Esta última, um bulevar de ligação da praça da Alfândega ao Pórtico do Cais Mauá do porto de Porto Alegre, construído nas primeiras décadas do século 20, então principal porta de entrada da cidade.

Situado no centro histórico da cidade, esse conjunto de praças, largos e ruas ocupa uma área de 13,5 hectares, configurando o espaço público de atuação do Projeto Monumenta Porto Alegre. Diversos imóveis públicos e privados vêm sendo restaurados nesse entorno nos últimos anos, aos quais se somam a maioria das obras do Monumenta, antes descritas. No entanto, poucas foram as ações de requalificação, especialmente de ruas e praças, no espaço público, que encontra-se degradado no que diz respeito às condições de seus passeios e pavimentos. O mobiliário urbano é mal localizado, mal conservado, sem padronização; ocorrem graves problemas de acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência, bem como de microacessibilidade para automóveis; há falhas na sinalização histórica e turística. Especialmente na praça da Alfândega, intervenções em décadas recentes descaracterizaram seu traçado; a vegetação cresceu sem controle e sua sombra estendeu-se para além do desejável, criando problemas de competição entre espécies e a criação de um ambiente sombrio. Para a desejada qualificação, alguns usos e atividades que hoje ali têm lugar deverão ser relocalizados e redimensionados, como as bancas de revistas, dos artesãos e engraxates, entre outros. Esse foi o caso do monumento em forma de torre, alusivo à campanha *O petróleo é nosso*, retirado em virtude da escavação arqueológica e realocado no seu retorno à praça.

A partir de 2003, a necessária preparação para a restauração do espaço público se constituiu em um

conjunto de iniciativas, a começar pela reunião, ao longo de quatro anos, de um arquivo documental composto por imagens fotográficas que permitissem assinalar ao longo do tempo as mudanças ocorridas nos espaços públicos, acervo esse que comporta hoje mais de 1.200 fotos digitalizadas. No campo da arqueologia, as intervenções são coordenadas pelo Programa de Arqueologia Urbana da Secretaria da Cultura do município, com sede no Museu Histórico de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

Esse museu organizou escavações, pesquisas e exposições, tendo por base a cultura material urbana escondida no subsolo da cidade a partir de 1993, quando a **arqueologia urbana** começou paulatinamente a transpor as fronteiras do mundo acadêmico e a se tornar familiar aos ouvidos dos porto-alegrenses

O sucesso de tal empreendimento fez com que o museu, a partir de 1997, implantasse um Programa de Arqueologia Urbana, articulando a gestão, a educação patrimonial e a pesquisa sobre o patrimônio arqueológico do município de Porto Alegre.

O programa contribuiu de forma decisiva na divulgação desse patrimônio para a população em geral e para a formação de técnicos, organização de publicações e de pesquisas acadêmicas levadas a cabo com a contribuição das universidades locais, além de fazer com que a arqueologia entrasse na ordem do dia das preocupações da gestão municipal no licenciamento ambiental das obras que causam impacto sobre o ambiente nas diversas regiões da cidade.

A partir de 2002, a identificação dos porto-alegrenses para com seu patrimônio material ganha um impulso significativo, com a inclusão de Porto Alegre entre as 26 cidades brasileiras que passam a contar com financiamento para a recuperação e preservação de seu patrimônio histórico através do Programa Monumenta, conjugando ações necessárias para cumprir os objetivos da preservação com desenvolvimento econômico e social.

As escavações arqueológicas desenvolvidas na praça da Alfândega e na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no centro histórico da capital, em 2006, uma das ações integradas do Projeto Monumenta, mostraram aos cidadãos e visitantes da urbe as potencialidades da arqueologia urbana, fazendo-os compreender, com riquezas de detalhes, o modo de vida e as formas de ocupação do território que sedia Porto Alegre.

Ações de comunicação integradas, não apenas por meio da conquista de espaços na mídia em geral, mas também com propostas educativas, como as monitorias para escolares e transeuntes; pinturas murais executadas por cartunistas no tapume que cercava a área de escavação – que mostraram o olhar do artista sobre a arqueologia e o trabalho que ela desenvolve; e informações históricas em linguagem acessível no perímetro das escavações fizeram do Projeto Monumenta um catalisador do Programa de Arqueologia Urbana do município. E propiciaram sua difusão ampliada, o que se refletiu na adesão espontânea de novos parceiros institucionais, como foi o caso do Santander Cultural, que incorporou o local das escavações na praça da Alfândega ao roteiro de visitas às suas exposições, para as quais traz o público escolar da periferia. Caso também da Câmara Riograndense do Livro, que se incorporou ao esforço para ampliar a visitação às escavações.

Ao potencializar o programa arqueológico, propiciando o uso de tecnologias inéditas na experiência de Porto Alegre, como a prospecção por georradar, o Projeto Monumenta cumpre um de seus objetivos: o de promover a capacitação de mão de obra especializada em patrimônio. Os técnicos e os coordenadores das escavações, ao longo dos anos, adquiriram experiência e formação no programa do Museu Joaquim José Felizardo. A partir das obras na praça da Alfândega, por meio de oficinas e prática de campo e laboratório, com apoio da Fapa – Faculdade Porto-Alegrense, tiveram a oportunidade de transmitir a estudantes universitários esse conhecimento.

Com certeza, o Projeto Monumenta Porto Alegre, em todos os seus aspectos e em especial em relação à arqueologia, tem contribuído sobremaneira para o interesse e a apropriação do patrimônio cultural pelo cidadão.

Em Porto Alegre, no âmbito do Projeto Monumenta, iniciou-se esse processo com a contratação de uma prospecção da praça da Alfândega por georradar, buscando-se detectar sinais de estruturas aterradas do antigo porto da cidade, construído entre 1856-1858, do qual, além da murada, se tinha registro fotográfico das duas escadarias, do trapiche construído primeiro em madeira e depois em alvenaria de pedra, e da antiga Alfândega, destruída na década de 1910. Essa pesquisa evidenciou a presença – a 50 cm de profundidade em relação ao nível atual da praça – da murada do antigo cais e das escadarias do porto, situadas junto ao calçadão que atravessa a praça, correspondendo ao alinhamento da avenida Sete de Setembro, das fundações da antiga Alfândega e dos trapiches, no alinhamento da então futura avenida Sepúlveda. Esse procedimento permitiu maior exatidão e rapidez na escolha dos sítios a prospectar, além de melhores resultados nas escavações. A escavação do cais precisou ser recoberta com areia, devido à fragilidade da camada de cal de assentamento das pedras da escadaria, retiradas quando foi feito o aterro. A intenção é deixar afloradas algumas seções desses vestígios, acompanhadas de painéis contendo informações sobre seu significado. No poço aberto pela escavação junto ao calçadão da rua da Praia, os resultados foram mais discretos, com a identificação de vestígios do que poderia ter sido o primitivo ancoradouro do início da povoação. Muitas hipóteses foram levantadas, cuja confirmação depende da continuidade das prospecções e escavações.

A restauração do espaço público, a cargo do Monumenta, teve como base os achados arqueológicos, assim como as amplas pesquisas históricas e séries de imagens fotográficas registrando as sucessivas transformações ocorridas nessa área. Em 2006 foi licitado o projeto de qualificação do espaço público, com diretrizes definidas ao longo de nove meses por um grupo de gerenciamento constituído por representantes de uma dezena de secretarias municipais, do Iphan, do Iphae e da Epahc. As decisões sobre a imagem histórica a recuperar, trecho a trecho da área, foram tomadas consensualmente, sempre levando em conta as atividades e necessidades atuais da população e dos visitantes. Nessa base, foi lançada licitação para elaboração dos projetos executivos para as obras de restauração e qualificação dos espaços públicos, e contratado o consórcio vencedor, que ao longo de dois anos detalhou os inúmeros projetos e quantificou os custos das obras, em constante interação



Maquete com projeção da restauração na praça da Matriz.

com a esfera pública. Submetida ao crivo do Iphan e dos demais, o projeto executivo foi aprovado, entre outros, pelo Conselho do Patrimônio Artístico e Histórico do Município - Compahc. Com base nesse projeto foram lançadas as licitações para as respectivas obras, uma das quais, a do trecho Cais/Praça da Alfândega, já se encontra em andamento, tendo sido firmado contrato para as obras no trecho Largo dos Medeiros/Praça da Matriz.

Pela massa de pedestres que cruza a praça da Alfândega, foram mantidos os seus dois calçadões tradicionais, da rua Sete de Setembro e da rua da Praia, sendo que este último será preparado para circulação de veículos leves, atendendo às necessidades de acessibilidade do Clube do Comércio e do futuro Centro Cultural da Caixa, cuja obra se encontra em andamento. Está prevista ainda, pelo Projeto Monumenta, a construção de um módulo de serviço denominado Caminhos dos Jacarandás, a ser construído ao longo do limite oeste da praça, buscando recriar a atmosfera original da preexistente fachada comercial que deu lugar ao prédio da CEF, isolado por um alto muro, tornando inóspita essa face da praça, o que reforça a sua imagem negativa aos olhos da população. Nesse módulo estarão concentrados os equipamentos hoje dispersos na praça, tais como dois conjuntos de banheiros, pagos e não pagos, as duas bancas de revista, a guardadoria (zeladoria) da praça, um espaço para acomodar o serviço de segurança, além de café de balcão, sorveteria e loja de flores, cujo propósito é dar animação à praça. Os tradicionais engraxates, em cadeiras especialmente desenhadas, estarão postados nas laterais do módulo. Também para os artesãos foram desenhados modelos de bancas adequados às suas atividades, e tudo indica que existem grandes possibilidades de serem financiadas por um banco tradicional, patrocinador tanto dos engraxates quanto dos artesãos da praça da Alfândega.

O segundo trecho do perímetro federal tombado se estende da extremidade da praça da Alfândega – na sua confluência com a rua da Praia, denominada largo dos Medeiros, com forte associação à memória da cidade – até a praça da Matriz, abarcando a subida da rua General Câmara, que relaciona as duas praças entre si. No largo dos Medeiros será retomada a sua topografia, alargadas as calçadas e remodelado o pavimento. Na sua continuidade, a rua General Câmara receberá calçamento apropriado para circulação controlada de veículos; o passeio direito será consideravelmente ampliado, e reforçada a iluminação pública para o pedestre. Diante da Biblioteca Pública do Estado, na esquina da rua Riachuelo, aproveitando um alargamento da via, será agenciado um local destinado a atividades vinculadas ao livro, denominado Largo dos Livreiros, tendo em mente a concentração de livrarias nas imediações. A partir desse cruzamento, o leito da rua retomará seu tradicional pavimento em paralelepípedo. A praça da Matriz terá restaurado o conjunto escultórico dedicado a Júlio de Castilhos, revitalizado o seu parque infantil e regularizada a pavimentação, além de comportar a melhoria do tratamento do largo da Legalidade, fronteiro ao Palácio Piratini.

A expectativa em relação a essa intervenção de restauração e melhoria do espaço público é de que à mesma se somará e ampliará o efeito da restauração de monumentos e edifícios privados, dando-lhe um sentido de conjunto, marcando a efetiva mudança do ambiente do centro histórico de Porto Alegre.

Com esse conjunto de intervenções, o objetivo do município é resgatar o caráter histórico de seus espaços centrais, ao mesmo tempo em que procura resolver problemas urbanos decorrentes de falta de conservação, do desgaste dos equipamentos, dando coerência e articulação às intervenções ali efetuadas. A finalidade é tornar o centro histórico cômodo, seguro, acessível, referenciado com informações históricas e turísticas, destacando-se os imóveis tombados e reforçando-se o caráter histórico de suas praças e ruas.

Espaços públicos restaurados e qualificados pelo Projeto Monumenta: praça da Alfândega, incluindo o módulo de serviços, avenida Sepúlveda e Cais Mauá; praça da Matriz, rua General Câmara e largo dos Medeiros.

Ações prévias de prospecção e escavação

Prospecção por georradar na praça da Alfândega

Empresa responsável pela obra:
Neocorp Desenvolvimento de Projetos Ltda.

Início e conclusão: 10/10/2004; 10/1/2005.

Valor da obra: R$ 17.999,84.

Instalação de infraestrutura para escavação na praça

Empresa responsável pela obra: Prol Engenharia Ltda.

Início e conclusão: 26/4/2006; 09/8/2006.

Valor da obra: R$ 80.292,47.

Escavação arqueológica

Empresa responsável pela obra: Neocorp Desenvolvimento de Projetos Ltda.

Início e conclusão : julho de 2006; fevereiro de 2007.

Valor da obra: R$ 154.775,00.



Obras no espaço público. Calçamento do Pórtico do Cais do Porto.

Obras de restauração e urbanização do espaço público

Módulos A, B e C: Pórtico do Cais, avenida Sepúlveda e praça da Alfândega

Projeto: Consórcio Incorp-RS Projetos.

Empresa responsável pela obra: EPT Engenharia e Pesquisa Tecnológica Ltda.

Mão de obra: 20 a 25 operários, entre mestre de obras, entalhadores de pedra, eletricistas, restauradores de luminárias, pedreiros, carpinteiros, serralheiros e serventes.

Valor da obra: R$ 3.514.000,00 (recurso de contrapartida municipal ao Projeto Monumenta).

Início e conclusão: janeiro de 2009, com previsão de término em julho de 2010.

Fiscalização da obra: Iphan, Smov e UEP Monumenta; técnicos de outras secretarias aportaram suas contribuições específicas na tomada de decisões e na fiscalização das obras.

Observação: a distância entre os armazéns do porto e o local da obra obriga a um deslocamento constante e exige um maior número de serventes.

Intervenção: readequação dos pavimentos, boa parte em pedra portuguesa; redesenho dos canteiros na forma primitiva; instalação e relocação de mobiliário urbano; remanejamento de equipamentos e redes; melhoria da iluminação pública para o pedestre e iluminação cênica de alguns dos monumentos; adoção de rampas e de pavimentação padronizada, visando facilitar o deslocamento de portadores de deficiência.

Módulos D e E: largo dos Medeiros, rua General Câmara e praça da Matriz

Projeto: Consórcio Incorp-RS Projetos.

Empresa responsável pela obra: Pérgola, Arquitetura, Construção e Restauração Ltda.

Valor da obra: R$ 2.299.719,60.

Início da elaboração do projeto: janeiro de 2010, com término previsto para dezembro de 2010.

Mão de obra estimada: 25 operários.

Fiscalização da obra: Iphan, Smov e UEP Monumenta.

Intervenção: retomada da topografia do largo dos Medeiros; pavimentação da rua General Câmara; alagamento de calçada; reforço da iluminação pública para o pedestre; agenciamento do largo dos Livreiros; restauração do monumento a Júlio de Castilhos; melhoria da pavimentação; revitalização do parque infantil e reurbanização do largo da Legalidade.

Módulo de Serviço Caminho dos Jacarandás

Proprietário: município de Porto Alegre.

Projeto: Consórcio Incorp-RS Projetos.

Valor da obra: R$ 678.145,11

Início e conclusão: em processo de licitação, com previsão de término no primeiro semestre de 2011.

Prazo: 7 meses.

Fiscalização da obra: Iphan, Smov e UEP Monumenta.

Intervenção: construção de um conjunto de instalações para abrigar duas bancas de revistas; cafeteria; sorveteria; florista; banca do mel; guardadoria; vigilância; duas baterias de banheiros.

Histórico: a posição do módulo de serviço ao longo do canteiro junto à sede da Caixa tem como propósito – para animar essa face da praça da Alfândega – recriar a situação histórica da fachada comercial que ali havia e reunir em uma única edificação boa parte dos equipamentos hoje dispersos na praça.

A mão de obra envolvida nas obras de restauração dos espaços públicos é estimada em torno de 75 operários, nas várias modalidades.

Contrapartidas públicas e privadas ao Projeto

Trata-se das ações desenvolvidas com recursos de outras fontes, entre as quais empresas, via renúncia fiscal, ou organismos públicos, e que foram contabilizados como contrapartidas locais, juntamente com os custos municipais e estaduais.

Restauração de elementos artísticos no interior da Igreja Nossa Senhora das Dores

Proprietário: Mitra Diocesana.

Responsável pela proposta de restauração dos elementos artísticos: equipe liderada por Susana Cardoso Fernandez, especialista em conservação e restauração de bens culturais móveis.

Fiscalização da obra: Iphan, Projeto Monumenta, comissão da paróquia e Refap – Refinaria Alberto Pasqualini.

Execução: Empresa SCF Preservação de Patrimônio Cultural Ltda.

Mão de obra: 2 especialistas em restauro de bens móveis; 15 trabalhadores, em média, entre eles alunos estagiários de artes plásticas, deficientes auditivos com curso médio, alunos de restauração de pintura mural do curso do Senac.

Início e conclusão: janeiro de 2004; dezembro de 2006.



Vista dos altares laterais da Igreja das Dores.

Bento Viana

Valor da obra: R$ 891.310,50.

Tipo de intervenção: a restauração dos bens integrados – forro da nave, retábulos e altares laterais, imagens sacras, pinturas murais, inventário do acervo – contou com o patrocínio das empresas Refap – Refinaria Alberto Pasqualini, patrocínio *master*; Dana; Cláudio Vogel Telhas; Inçavas e Sulgás, por meio de renúncia fiscal via LIC – Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Uso proposto: religioso, e local para eventos musicais e sociais.

Observações: intervenção financiada por meio de renúncia fiscal, via Lei de Incentivo à Cultura do Estado Rio Grande do Sul, e incorporada ao orçamento do Projeto Monumenta na qualidade de contrapartida local.

Relocação do terminal de ônibus Viamão

Proprietário: EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação.

Gestão junto às instâncias envolvidas para a relocação: Projeto Monumenta, EPTC e Metroplan.

Responsáveis pelo projeto de deslocamento do terminal: EPTC juntamente com a Metroplan - Empresa Metropolitana de Transportes.

Execução: EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação (empresa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre).

Início e conclusão: outubro de 2004.

Valor da obra: R$ 52.329,52.

Observação: a remoção foi uma atividade anterior às obras de requalificação da praça da Alfândega. Ao longo de vinte anos, até 2004, na avenida Sepúlveda situava-se um terminal improvisado de transporte metropolitano que atendia a cidade vizinha de Viamão. Este, além de não oferecer mínimas condições de conforto e segurança aos usuários, degradava o ambiente da região, já castigado pelo trânsito pesado, não só de ônibus, mas principalmente de veículos de carga e automóveis, ao longo da avenida Mauá, o que contribuía para secionar ainda mais a área de projeto.

Adequação dos armazéns A e B e Pórtico do Cais para eventos

Proprietário: governo federal, sob administração da Superintendência de Porto e Hidrovias – SPH, da Secretaria de Infraestrutura e Transportes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Execução: empresa organizadora da Casa Cor, por ocasião do evento em 2003.

Mão de obra: serralheria contratada para execução das aberturas, segundo projeto aprovado pelo Iphan; para os demais serviços, mão de obra da própria empresa organizadora da Casa Cor.

Fiscalização da obra: Iphan.

Valor: R$ 72.000,00;

Valor incorporado ao orçamento do Projeto Monumenta Porto Alegre: R$ 11.000,00.

Início e conclusão: setembro de 2003.

Intervenção: execução de aberturas e instalação de dois portais metálicos de passagem, para permitir a ligação entre os armazéns A e B e o Pórtico, de modo a relacioná-los entre si; melhorias nas instalações hidráulicas, elétricas e na rede de esgotos; pintura do pórtico e dos armazéns.

Observação: intervenção de baixo custo, com excelentes resultados para a funcionalidade do conjunto de espaços do Pórtico e Armazéns A e B por conectá-los e potencializar suas possibilidades de uso, a começar pela ala infantil da Feira do Livro, que se instala no local. Uma pequena parcela do valor da obra foi incorporada como contrapartida no orçamento do Projeto Monumenta, sendo o restante considerado investimento extraprograma.

Investimentos extraprograma

Trata-se de investimentos financiados por parceiros do Projeto Monumenta em ações complementares que se somam àquelas por ele realizadas diretamente, ampliando seus efeitos em benefício da valorização do centro histórico, sem que seu custo seja contabilizado como parte do orçamento contratado com o MinC/ Monumenta no escopo do projeto.

Relocação do referencial da rede lógica do metrô de Porto Alegre

Proprietário, empresa responsável pela obra: Trensurb – Empresa Metropolitana de Trens Urbanos.

Fiscalização da obra: Trensurb.

Valor da obra: R$ 134.000,00.

Início e conclusão: setembro de 2006.

Intervenção: recuo em 10 m da torre referencial da rede lógica do metrô e confecção de nova base em concreto para a torre; supressão do trecho de 10 m da linha da Trensurb e relocação do muro do metrô correspondente ao novo alinhamento.

Observação: a relocação tem por objetivo permitir a duplicação da comporta fronteira ao Pórtico do Cais, conforme projeto já elaborado.

Projeto de duplicação da comporta fronteira ao Pórtico do Cais Mauá

Proprietário: município de Porto Alegre.

Projeto e orçamento: IPH – Instituto de Pesquisas Hídricas do curso de Engenharia, UFRGS.

Financiador do projeto: Ministério das Cidades, Programa de Saneamento para Todos.

Fiscalizador da elaboração do projeto: DEP – Departamento de Esgotos Pluviais/PMPA.

Valor: R$ 50.000,00.

Contrapartida municipal: R$ 5.000,00.

Início e conclusão: 2006.

Observação: a SPH – Superintendência de Portos e Hidrovias, da Secretaria de Infraestrutura e Transportes, apresentou o projeto de ampliação da comporta ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento Portuário.



Vista da sala de exposições do Margs.

Conservação preventiva do Pórtico do Cais Mauá, do Porto de Porto Alegre

Proprietário: Superintendência de Portos e Hidrovias e governo do estado, responsáveis pela demanda de conservação preventiva por exigência do Iphan.

Financiador: Câmara Riograndense do Livro.

Empresa responsável pela obra: Câmara Riograndense do Livro, na preparação para a 55ª Feira do Livro, cujo setor de literatura infantil se instala no Cais Mauá.

Mão de obra: 2 carpinteiros, 2 pintores, 3 vidraceiros, 3 eletricistas e 4 ajudantes.

Valor da obra: R$ 9.200,00.

Responsáveis pela demanda de conservação preventiva por exigência do Iphan: Projeto Monumenta, por demanda do Relatório de Conservação do Programa Monumenta.

Fiscalização da obra: Iphan e Projeto Monumenta.

Início e conclusão: outubro 2009.

Intervenção: pintura das paredes do Pórtico Central; colocação de 35 vidros nos Armazéns A e B; jateamento com água das paredes do Pórtico Central; colocação de lâmpadas nas luminárias do Pórtico Central; recolocação e pintura das tábuas da rampa para pedestres dos Armazéns A e B.

Conservação preventiva no Margs – Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli

Proprietário: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Obra: lavagem e pintura externa da frente e da lateral do prédio na rua Sepúlveda, incluindo a repintura do grupo escultórico localizado acima da portada de ingresso do Margs, afetado por fungos.

Financiador: Secretaria de Estado da Cultura – Sedac.

Valor da obra: R$ 7.900,00.

Empresa responsável pela obra: Company Soluções em Altura.

Início e conclusão: outubro de 2009.

Observação: essa intervenção fez parte do custo da exposição integrante da programação do Ano França-Brasil.

Imóveis privados – investimento direto dos proprietários

Proprietários: listados na tabela da página 66.

Obra: melhorias no interior dos prédios em restauração pelo Monumenta.

Financiador: financiamento direto dos proprietários.

Empresa responsável pela obra: Company Soluções em Altura.

Valor do investimento extraprograma dos proprietários privados: R$ 690.715,48.

Outros investimentos extraprograma

1. Relocação do referencial da rede lógica do metrô de Porto Alegre; R$ 134.000,00.
2. Projeto de duplicação da comporta fronteira ao Pórtico do Cais Mauá; R$ 50.000,00.
3. Conservação preventiva do Pórtico do Cais Mauá, do Porto de Porto Alegre; R$ 9.200,00.
4. Conservação preventiva do Margs; R$ 7.900,00.
5. Conservação preventiva do sobrado Riachuelo, 933; R$ 3.000,00 (investimento do proprietário no pós-obra).
6. Valor total: R$ 204.100,00.

Total dos investimentos extraprograma: R$ 894.815,48

Ações Concorrentes

Ações Concorrentes são as iniciativas no campo da economia e da cultura, no fortalecimento da relação dos grupos sociais com o patrimônio cultural da cidade. Delas são exemplos o projeto de qualificação dos artesãos da praça da Alfândega, que resultou no desenvolvimento de uma coleção para seus produtos – Coleção Jacarandá –, valorizando a forte presença dessa árvore na praça. Esse trabalho está registrado em uma publicação de 2004: *Nós somos da praça*. Outra oficina recentemente concluída – Largo da Quitanda – veio reforçar essa primeira, tendo catálogo impresso.

Destaca-se ainda as escavações arqueológicas na praça da Alfândega, que revelaram as escadarias do antigo cais do porto da cidade, de 1858. O processo para chegar àquela atividade implicou em oficinas de formação de estudantes nas técnicas da arqueologia, em parceria com a Fapa – Faculdade Porto-Alegrense.

O Projeto Monumenta desenvolveu também, juntamente com o Instituto Pão dos Pobres, um curso de qualificação em marcenaria e carpintaria para a restauração de edificações históricas, voltado para jovens em situação de vulnerabilidade social, visando formar mão de obra para construção civil em geral.

As ações de aproximação entre os grupos sociais que dão vida à cidade e seu patrimônio são fortalecidas em dois projetos: o Projeto Interpretativo do Centro Histórico, que busca desenvolver uma "leitura" da história do centro por meio de painéis informativos dispostos em pontos estratégicos, de placas de ruas com os nomes antigos das mesmas e da identificação de prédios de importância histórica; e o projeto Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, identificando os **territórios negros** na área de atuação do projeto, para nesses locais erguer marcos físicos construídos coletivamente por artistas plásticos negros, assim como oficinas de formação de jovens para atuarem como monitores do projeto.

A maior parte das ações concorrentes foi executada mediante contratos das instituições proponentes com a Unesco, selecionadas por meio de editais públicos, contando sempre com a contribuição dessas entidades através de contrapartidas em serviços, instalações ou equipamentos.

Ações Concorrentes (socioculturais) concluídas

Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre

Entidade responsável: Grupo de Trabalho Angola Janga.

Público-alvo: moradores, população que frequenta o centro histórico e visitantes, com ênfase para a população afro-brasileira.

Valor do contrato: R$ 182.000,00.

Início e término do contrato: de abril de 2009 a março de 2010.

Na etapa inicial do projeto foram contratados o antropólogo Losvaldyr Bittencourt, para a elaboração da pesquisa sócio-antropológica, no valor de R$ 10.000,00, e a museóloga Ilma Villasboas, para a elaboração do projeto museológico, pelo valor de R$ 15.000,00.

Atividade conjunta do Monumenta com o Crab – Centro de Referência Afro-brasileiro, reunindo as entidades representativas do movimento negro. A ação já estava sendo gestada antes da implantação do Programa em Porto Alegre. Trata-se do projeto do Museu de Percurso do Negro, cujo objetivo é estabelecer no centro histórico de Porto Alegre um percurso de conhecimento e fruição a partir de espaços emblemáticos e significativos para a etnia negra, do ponto de vista histórico e das expressões da atualidade. Baseado na invisibilidade material da cultura negra, o projeto objetiva dotar o centro da cidade com marcos esculturais representativos dessa cultura em Porto Alegre, relacionados à história da presença negra, com informações sobre o significado desses lugares. Algumas das ações já foram cumpridas por meio do contrato com a Unesco, como a conclusão da pesquisa histórico-antropológica sobre a presença da população negra no centro e o projeto para o Museu de Percurso. Estão em preparação a contratação das demais ações do projeto, entre as quais oficinas coletivas com artistas locais, construção dos marcos

com o registro do processo e edição de publicações, além da formação de jovens para orientar a visitação do circuito de marcos.

Oficina de qualificação dos artesãos da praça da Alfândega, produção da Coleção Jacarandá e do livro Somos da praça

Empresa responsável: Piracema Design , dirigida por Heloisa Crocco.

Público-alvo: grupo de artesãos da praça da Alfândega.

Valor do contrato: R$ 59.900,00.

Início e término do contrato: 15/1/2006; 12/10/2006.

Ação: realização das oficinas de qualificação dos artesãos da praça da Alfândega, por meio de contrato entre a empresa Piracema Design e a Unesco, com o objetivo de produzir linha de artesanato característica de Porto Alegre e da praça, cujos bons resultados levaram a equipe a buscar junto ao Sebrae-RS os meios para garantir continuidade à formação oferecida. Os artesãos reformularam sua associação e começaram a ver boas perspectivas de evolução. Esse processo foi registrado num pequeno livro, *Nós somos da praça*, lançado na 50ª Feira do Livro, com apresentação do patrono da feira, o escritor Donaldo Schuler, e pequeno texto do acadêmico Moacir Scliar. No livro é exposta a oficina de qualificação da qual resultou a Coleção Jacarandá, que apresenta a criação de artesanato com a imagem de Porto Alegre.

O objetivo é que a praça da Alfândega, usando sua árvore símbolo, reforce sua característica de praça cultural, passando pelo reconhecimento das potencialidades criativas de quem ali trabalha, arrojando-se em um novo caminho. Um dos aspectos importantes que se têm verificado, desde a implantação do Projeto Monumenta em Porto Alegre, é o conjunto de parcerias que ele consegue aglutinar. O entusiasmo do Sebrae com a proposta de qualificação do artesanato local foi materializado nas oficinas de Associativismo e de Preço e Qualidade, ministradas em continuidade à Oficina de Qualificação do Artesanato. O resultado alcançado por essa parceria pode ser apreciado nas páginas do pequeno livro ou seu DVD, ou então em visita à Feira do Artesanato da Praça, onde os produtos da Coleção Jacarandá aparecem identificados com a marca criada especialmente para ela. Assim também, o Santander Cultural abriu suas portas para oferecer aos artesãos cursos de informática e visitas guiadas às suas exposições.

No segundo semestre de 2008, por meio de contrato com a Unesco, ministrou-se nova oficina, cujo tema, inspirado na história da praça da Alfândega, foi o largo da Quitanda. Foram confeccionados uma vitrine para exposição da coleção e um catálogo das peças produzidas.

Oficina de arqueologia histórica

Entidade responsável: Fapa – Faculdade Porto-Alegrense.

Público-alvo: estudantes universitários de história.

Valor do contrato: R$ 47.707,12.

Início e término do contrato: julho a dezembro de 2005.



Escavação arqueológica na praça da Alfândega.

Com o objetivo de suprir a falta de profissionais na área da arqueologia, foi ministrada uma oficina para a sensibilização de estudantes, especialmente de história, em convênio entre o Monumenta, a Unesco e a Fapa – Faculdade Porto-Alegrense, no início de 2005. A prática de prospecção para oficinandos teve como canteiro a área da Santa Casa de Misericórdia, onde está sendo edificado o Centro Cultural da instituição, implicando os achados em modificação para sua incorporação ao projeto, que prevê que os mesmos ficarão evidenciados no piso do *hall* de ingresso do Centro Cultural. Boa parte dos estudantes formados pela oficina da Fapa participou da subsequente escavação arqueológica na praça da Alfândega, levada a efeito na primavera de 2006. Dois pontos de prospecção foram abertos: um junto à rua da Praia, primeira rua da cidade, onde batiam as águas do Guaíba, e outro no alinhamento do antigo porto de 1852. Nesse segundo sítio, foram evidenciados os vestígios prospectados pelo georradar: um trecho da amurada do cais e uma das escadas de acesso ao espelho d'água. As escavações foram abertas para visitas monitoradas e se fizeram acompanhar por uma exposição sobre a história da praça, executada diretamente pelo Programa Monumenta. A Associação dos Cartunistas – Grafar, por meio de contrato com a Unesco, produziu cartuns aplicados nos tapumes que cercavam a escavação do cais. Teve lugar também uma ação educativa conjunta com o Centro Cultural Santander e a Câmara do Livro, proporcionando visitas guiadas às escolas e transeuntes interessados, nas quais um personagem histórico recebia os visitantes, narrando os fatos ali ocorridos.

Cartuns nos tapumes da escavação arqueológica

Entidade responsável: Grafar – Grafistas Associados do Rio Grande do Sul.

Público-alvo: moradores, usuários do centro e visitantes.

Valor do contrato: R$ 16.400,00.

Início e término do contrato: novembro a dezembro de 2006.

O Projeto envolveu 17 cartunistas e a distribuição de dois mil fôlderes. Tratou-se da elaboração, pelos cartunistas da Grafar, de 17 painéis aplicados sobre o tapume da área isolada, inspirados na escavação arqueológica em curso na praça da Alfândega. O projeto de cada um dos cartuns foi reunido, impresso em fôlder e aplicado no tapume, ação que se deu ao longo do dia 1º de dezembro de 2006, acompanhada pelo público que por ali transitava. É curioso observar que os cartuns permaneceram no local por mais de um ano e não foram alvo de vandalismo ou pixações.

Divulgação do potencial turístico da Igreja Nossa Senhora das Dores

Empresa responsável: Cult Produtora Cultural.

Público-alvo: paroquianos e visitantes.

Valor do contrato: R$ 38.574,26.

Contrapartida: R$ 9.300,00.

Em 2007, foi produzido, editado e distribuído pela igreja um conjunto de folhetos e CDs para divulgação da história e das atividades da Igreja Nossa Senhora das Dores. Selecionado por meio de edital, o projeto Divulgação do Potencial Turístico da Igreja Nossa Senhora das Dores foi patrocinado pelo Programa Monumenta por meio do contrato com a Unesco. Foram lançados cinco folhetos diferentes – *Restauração; Cultural e serviços; Arqueologia; Visita guiada; Lenda* –, um livreto sobre a história da igreja e um DVD com dados históricos e imagens da evolução da construção da paróquia até os dias atuais.

Oficina de marcenaria e carpintaria no Instituto Pão dos Pobres

Entidade responsável: Instituto Pão dos Pobres.

Público-alvo: jovens, especialmente aqueles em situação de risco social.

Valor do contrato: R$ 225.400,62.

Composição de custos: R$ 137.230,00, Monumenta; R$ 88.170,00, Instituto Pão dos Pobres.

Início e término do contrato: segundo semestre de 2004.



Cartunistas desenhando no tapume de proteção da escavação arqueológica na praça da Alfândega.

A proposta do Instituto Pão dos Pobres para oferecer a oficina concorreu em edital e foi selecionada, e firmou-se um convênio entre o instituto e o Monumenta, por meio da Unesco. Ministrada em 2007, a oficina deu ênfase à carpintaria e marcenaria, voltando-se para o público de jovens em situação de vulnerabilidade social. Além da prática da restauração em madeira, na carpintaria do instituto, foram lecionados: leitura de projeto, informática, história da arte e da arquitetura, conservação do patrimônio; e também ocorreram visitas a obras em Porto Alegre e em outras localidades. O trabalho de conclusão da oficina foi a restauração de um portal em madeira de proporções avantajadas, ricamente trabalhado, da porta de entrada do edifício da Pinacoteca Ruben Berta de Porto Alegre, cuja obra de restauração encontra-se em andamento. O

Monumenta e o instituto procuram agora empresas interessadas em incorporar esses jovens às suas equipes, como aprendizes. Tendo em vista o êxito do curso e o entusiasmo do instituto com sua realização, que amplia seu campo de atuação, este busca aliados para uma nova edição.

Leituras da cidade: Porto Alegre e seu patrimônio

Entidade responsável: Faculdade de Educação UFRGS.

Público-alvo: professores e interessados.

Valor do contrato: não houve desembolso de recursos financeiros.

Início e término da ação: desenvolvida ao longo do segundo semestre de 2008.

Na esfera da educação patrimonial, em 2008 foi ministrado pela Faculdade de Educação da UFRGS, em colaboração com o Monumenta, o curso de extensão *Leituras da cidade - Porto Alegre e seu patrimônio.* Voltado para professores em todos os níveis, a procura pelo evento gerou uma longa lista de espera e de interessados nas próximas edições do curso. É prevista uma publicação pela editora da UFRGS, que registrará o conteúdo do curso, visando apoiar os professores em sala de aula.

O curso de educação para o patrimônio, buscando respostas à indagação de como ler o centro histórico de Porto Alegre, estimulou os professores a incorporarem essa temática no processo pedagógico.

Projeto personagens da rua da Praia

Entidade responsável: Instituto Hominus, com a cooperação do Espaço Cultural do Sindicato dos Bancários.

Público-alvo: moradores do centro, alunos da rede escolar.

Valor do contrato: R$ 88.000,00.

Início e término do contrato: julho de 2008; maio de 2009.

Contemplado no edital de seleção de projetos 474/2007 – Educação Patrimonial em Sítios Históricos. Dirigido pelo Instituto Hominus, com apoio e assessoria da UEP, tal atividade registra a memória dos porto-alegrenses que marcaram a paisagem da rua da Praia, por meio de depoimentos de moradores do centro histórico. A produção desse trabalho resultou em um DVD, um jogo infantil e em outros materiais com caráter didático, a serem distribuídos para as escolas.

2ª Oficina de qualificação dos artesãos da praça da Alfândega – Largo da Quitanda

Empresa responsável: LT – Arquitetura, Interiores, Design, Projetos e Execução Ltda.

Público-alvo: artesãos da praça da Alfândega.

Valor do contrato: R$ 68.744,00.

Início e término do contrato: julho a dezembro de 2008.

Observação: tendo em vista a necessidade de o local do evento ser próximo da feira de artesanato, a 2ª Oficina foi ministrada nas dependências do Centro Cultural dos Bancários, na rua General Câmara, mediante cedência gratuita do espaço.

Contemplada no edital de seleção de projetos 306/2007 – Promoção de Atividades Econômicas em Sítios Históricos –, a oficina de qualificação em *design* Largo da Quitanda foi concebida com o apoio, incentivo e supervisão do Programa Monumenta. Dirigida pela empresa LT - Arquitetura, Interiores, Design, Projetos e Execução, especializada em empreendedorismo comunitário na área de *design* de produtos, tal oficina qualificou o grupo de artesãos da praça da Alfândega no desenvolvimento de peças que têm como inspiração o patrimônio cultural do centro histórico.

Exposição sobre a história da praça da Alfândega

Entidade ou empresa: edital do Projeto Tapume, financiado diretamente com recursos do Programa Monumenta.

Público-alvo: moradores, população que frequenta o centro histórico e visitantes.

Início e término da ação: desenvolvida em agosto de 2007.

O Projeto Tapume, do Programa Monumenta, foi implementado por meio de edital em algumas cidades, entre as quais Ouro Preto e Porto Alegre, e contava a história do lugar onde se desenvolvia uma das ações do Projeto Monumenta. Compunha-se de um *banner* linear, contínuo, tendo como suporte o tapume da própria escavação arqueológica, com altura em torno de 2 m, contendo ilustrações e textos, conforme *layout* fornecido pela UCG. No caso de Porto Alegre, o "tapume" demarcava a área da praça da Alfândega onde estava sendo escavado o sítio do antigo porto da capital, e mostrava fotos e gravuras do período de construção do antigo cais, na metade do século 19, complementadas por textos explicativos. O local, integrado à área da 53ª Feira do Livro, foi amplamente visitado.

Exposição sobre o Monumenta

Entidade responsável por acolher a exposição em Porto Alegre: Santander Cultural.

Público-alvo: moradores, população que frequenta o centro histórico e visitantes.

Valor do contrato: financiado diretamente com recursos da UCG Monumenta.

Início e término da ação: 22 de janeiro a 13 de fevereiro de 2007.

Realizada no átrio do Santander Cultural, situado na praça da Alfândega, tratou-se de uma exposição itinerante com 48 painéis em grande formato, criando um labirinto. Preparada pelo setor editorial do Programa Monumenta em parceria com a Unesco, apresentou os resultados do Programa Monumenta até o final de 2006.

Destaca-se o estabelecimento da lista de prioridades de intervenção para a conservação de sítios e conjuntos históricos urbanos, com 101 registros, e as 26 cidades beneficiadas, com 168 obras em monumentos e 150 em espaços públicos; 15 municípios apoiados na elaboração de seus planos diretores e de conservação em parceira com os ministérios das Cidades e do Turismo e 929 móveis privados selecionados para financiamento. Salienta-se que uma exposição sobre a integralidade das ações do Programa Monumenta foi inaugurada em Belo

Horizonte no Encontro Mundial de Gerentes do BID, em maio de 2006, depois aperfeiçoada.

Designação como "Centro Histórico"

A valorização crescente do centro histórico de Porto Alegre foi reforçada pela lei municipal n. 10.634, de 22/01/2008 – acatada pelos Correios –, que oficializou a denominação de centro histórico para a área central da cidade. Várias instituições e lojas já adotam em seu endereço a menção ao centro histórico. Por outro lado, o Conselho do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural do município, com o objetivo de divulgar essa lei, instituiu em 17/8/2008 a Semana do Festival do Centro Histórico. E a Amich - Rede de Amigos do Centro Histórico de Porto Alegre realiza desde 2008 esse festival, com vasta programação de valorização de sua história e cultura.

Ações Concorrentes (socioculturais) em andamento

Projeto interpretativo do centro histórico

Entidade ou empresa responsável: a licitar.

Público-alvo: moradores, população que frequenta o centro histórico e visitantes.

Valor do contrato: R$ 273.885,08.

Composição dos custos: R$ 197.119,49, Programa Monumenta; R$ 76.765,57, contrapartida municipal.

Início e término do contrato: será licitado no início de 2011, com prazo de execução estimado em 6 meses.

Com a finalidade de oferecer embasamento para as decisões quanto às mudanças a serem efetuadas na praça, assim como em todo o espaço público da área do Monumenta, incluindo os largos e as vias, efetuou-se uma exaustiva pesquisa histórica, tendo por objeto o centro histórico, seus monumentos e edificações de valor cultural. Esse trabalho foi feito por meio de um levantamento de fontes documentais para a formação de um banco de imagens fotográficas e iconográficas, contendo até o momento mais de 1.200 imagens já digitalizadas. Esses dados alicerçaram a elaboração do Projeto Interpretativo da história da área central, por meio do qual serão instalados elementos de comunicação visual contendo informações históricas, fotográficas e literárias, em lugares representativos para a memória do centro histórico da cidade, de forma que a população e os visitantes possam se apropriar do seu significado pregresso, incorporando-os à imagem e à vivência atual do centro. Além de dez painéis informativos em pontos estratégicos do centro histórico, serão colocadas 600 placas de rua, com seu nome atual e antigo, placas em prédios históricos e um conjunto de esculturas no largo dos Medeiros, situado na rua da Praia, via mais importante do centro de Porto Alegre. O Projeto Interpretativo, que consta da revisão do perfil do projeto Porto Alegre, como um todo, já foi enviado à UCG para avaliação.

Resumo das Ações Concorrentes

1. Oficina de qualificação dos artesãos da praça da Alfândega; R$ 59.900,00.
2. Oficina de arqueologia histórica; R$ 47.707,12.

3. Cartuns nos tapumes da escavação arqueológica; R$ 16.400,00.

4. Divulgação do potencial turístico da Igreja Nossa Senhora Dores; R$ 38.574,26.

5. Oficina de marcenaria e carpintaria no Instituto Pão dos Pobres; R$ 225.400,62.

6. Leituras da cidade: Porto Alegre e seu patrimônio; não houve desembolso de recursos financeiros.

7. Projeto personagens da rua da Praia; R$ 88,000,00.

8. 2ª oficina de qualificação dos artesãos da praça da Alfândega – Largo da Quitanda; R$ 68.744.00.

9. Exposição sobre a história da praça da Alfândega por meio de edital do Projeto Tapume do Programa Monumenta.

10. Exposição sobre o Monumenta; sem custo para o Projeto.

11. Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre; R$ 182.000,00.

Valor total das Ações Concorrentes: R$ 726.726,00.

Outras ações

As ações de qualificação do olhar dos artesãos da praça da Alfândega para o patrimônio cultural ao seu redor, empreendidas pelo Monumenta, se deram através de cursos de qualificação em *design* de produto. Essas atividades trouxeram consigo a necessidade de qualificar também os pontos de venda. Nesse sentido, o Programa Monumenta contratou o projeto de outros *stands*, adequados às novas necessidades dos artesãos. Outro grupo de trabalhadores que faz parte da paisagem desse espaço público são os engraxates. Para estes, também foram desenvolvidos projetos de novas bancas. A partir desses projetos, o Programa tem apoiado as iniciativas dos dois grupos citados a fim de obterem recursos financeiros para a execução dos novos pontos de trabalho, por meio da Lei Rouanet.

Cooperação técnica

Várias foram as atividades de cooperação técnica com entidades afins. A primeira e de mais longa duração foi encetada com o Cientec – Fundação de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e se desenvolveu ao longo de quatro anos, com a participação do engenheiro Fernando Recena, objetivando dar suporte em tecnologia da restauração na obra de recuperação das fachadas do Palácio Piratini, ação descrita minuciosamente na segunda parte desta publicação.

Em uma parceria entre a UEP e o Mestrado Acadêmico em Construção Civil – oferecido pelo Núcleo Orientado para Inovação da Edificação, do Curso de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da UFRGS, na disciplina de Patologia das Edificações –, sob a responsabilidade dos docentes Ângela Mansuero e Luiz Carlos Bonin, determinou-se como exercício de aplicação prática dos conhecimentos recebidos a análise dos resultados das restaurações do Projeto Monumenta. Para tanto, escolheu-se a Igreja Nossa

Senhora das Dores, na qual foram feitas várias medições em relação, entre outros, à umidade e salinidade. No caso do estudo das argamassas históricas dessa igreja, foram analisados a natureza do material (cargas e agregados), o traço, a granulometria, a compactação, a coloração e o acabamento superficial, objetivando identificar as diferentes técnicas empregadas na produção das argamassas ao longo da história da edificação, permitindo precisar a datação das diversas fases construtivas do prédio e a elaboração de maquete eletrônica. Essas pesquisas possibilitaram a identificação de um alto grau de salinidade em uma das paredes, sendo então providenciado seu tratamento com argamassa de sacrifício, antes da execução do reboco e pintura.

Outra cooperação, com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, consistiu em alunos do primeiro semestre desse curso acompanharem as obras do Projeto Monumenta, elaborando relatórios a cada visita. As obras envolvidas no Projeto são: Igreja Nossa Senhora das Dores, praça da Alfândega, Pinacoteca de Porto Alegre Ruben Berta, Clube do Comércio e Biblioteca Pública do Estado. O projeto de extensão, voltado para o acompanhamento das obras do Monumenta pelos alunos da FAU/UFRGS, consta em um blog onde são postados os resultados obtidos pelos alunos, com relatórios de obras e respectivas fotos. Em 2009, esse projeto foi escolhido pela FAU/URGS para representá-la no XXVIII Encontro e XIII Congresso Arquisur da Faculdade de Arquitetura, Design e Urbanismo da Universidad Nacional del Litoral, em Santa Fé, Argentina, tendo recebido o Prêmio Arquisur Prof. José Miguel Aroztegui, em reconhecimento aos resultados do projeto de extensão entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS e a UEP Monumenta Porto Alegre.

Rede de interesse

As universidades têm mostrado especial interesse pelas ações do Monumenta Porto Alegre, em especial as de arquitetura e urbanismo. Acadêmicos de outras cidades do Rio Grande do Sul (Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Canoas, São Leopoldo) vêm sistematicamente visitando o Projeto Monumenta, produzindo trabalhos sobre ele e participando de visitas guiadas pela área de concentração de obras. Outros cursos, como os de história, turismo, geografia, economia e de pós-graduação ou de especialização, além de contarem com palestras, também buscam o apoio do Programa para parcerias nas áreas de educação e extensão universitária.

O Monumenta Porto Alegre tem sido tema de trabalhos de final de curso de graduação e pós-graduação. *Financiamento da restauração de imóveis privados pelo Projeto Monumenta,* por exemplo, é o título do trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Arquitetura Brasileira e Patrimônio, da FAU/PUCRS, desenvolvido por um participante, quando os resultados do Projeto Monumenta foram apresentados pela equipe da UEP na disciplina de intervenções urbanas.

O Programa criou laços com entidades classistas abrigadas no centro histórico, como a Santa Casa de Misericórdia, IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil, Santander Cultural, Sindicato dos Médicos, Sindicato dos Bancários, Clube do Comércio, entre outras associações e centros culturais da região central. A parceria entre o Programa e as instituições citadas, em geral, se dá na forma de palestras e de atividades



Edifício Tuiuty Rocco, de propriedade do Gboex.

desenvolvidas pelos profissionais da UEP, em conjunto com sua programação, que cada vez mais está se voltando para a importância cultural do centro histórico e para o trabalho de requalificação que o Programa promove.

Cabe destacar que entidades como o Sindicato dos Bancários restauraram sua sede com recursos financeiros próprios. Seguindo essa onda inspirada pela atuação do Monumenta na cidade, o Gboex – Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército também investiu na recuperação de seu prédio, bem como a Galeria Chaves, tradicional ponto de vendas do centro histórico, abrigado em uma edificação tombada e requalificada.

Assim, mesmo que indiretamente, o Monumenta em Porto Alegre contribuiu para a restauração de edificações que poderiam ser beneficiadas pelo seu financiamento

e que acabaram financiadas por seus proprietários: o edifício Tuyuti, na rua Caldas Júnior; o edifício Floriano Nunes Dias, na avenida Borges de Medeiros; a sede do Instituto dos Arquitetos e o Centro Cultural Solar Conde de Porto Alegre, na rua General Câmara. O edifício da antiga Confeitaria Rocco e a fronteira praça Conde de Porto Alegre, a "casca" do antigo Hotel Nacional, entre outros, foram valorizados na esteira do esforço local do Projeto Viva o Centro, da SPM – Secretaria de Planejamento Municipal. Entre as ações da Caixa pelo PAR – Programa de Arrendamento Residencial, voltadas para famílias de baixos ingressos, contabiliza-se pelo menos cinco realizações em prédios de valor cultural no centro histórico. O Ministério das Cidades contribuiu com a restauração e adequação de um prédio abandonado há décadas pelo INSS, transformado em habitação social, situado em local estratégico, abrindo para as escadarias do viaduto Otávio Rocha.

Publicações relacionadas ao Projeto Monumenta

Além desta, outras publicações realizadas pelo Programa Monumenta, que dizem respeito, no todo ou em parte, às ações do Projeto Monumenta Porto Alegre:

Praça da Alfândega. Porto Alegre, RS. Brasília: Iphan/Monumenta/MinC, 2007. (Coleção Preservação e Desenvolvimento n. 4.)

Recuperação de imóveis privados em centros históricos. Brasília: Iphan/Monumenta/MinC, 2009.

Catálogo da exposição do Programa para a reunião do BID em Belo Horizonte. Brasília: Monumenta, 2008.

Publicações realizadas pela UEP Monumenta Porto Alegre:

Nós somos da praça. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2004. (Coleção Jacarandá.)

Largo da Quitanda. Centro histórico de Porto Alegre-RS. Coleção de produtos dos artesãos da praça da Alfândega produzida no escopo do contrato da empresa LT – Arquitetura & Design Ltda., 2008.

Publicações realizadas por parceiros do Monumenta Porto Alegre:

Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Heliana Comin Vargas e Ana Luisa Howard de Castilho, orgs. São Paulo: Manole, 2009. (Cap. Monumenta Porto Alegre, p. 130-168.)

A arqueologia vai ao hospital. Porto Alegre: Centro Histórico e Cultural Santa Casa de Porto Alegre, 2009.

Quadros de investimentos do Projeto Monumenta Porto Alegre

A seguir são reproduzidos os quadros de investimentos do plano de trabalho do Projeto Monumenta Porto Alegre, de junho de 2002, e da revisão de perfil do plano de trabalho, de setembro de 2009.

Plano de Trabalho do Projeto Monumenta Porto Alegre, de junho de 2002

Quadro de fontes e componentes (em R$)					
META	**ETAPA/FASE**	**ADMINISTRAÇÃO / SUPERVISÃO**	**VALOR PROGRAMA**	**VALOR EXTRAPROGRAMA**	**TOTAL**
		ESPECIFICAÇÃO			
1	1.1	Equipe UEP fase perfil do projeto	107.000,00		107.000,00
	1.2	Equipe da UEP por 3 anos	415.000,00		415.000,00
SUBTOTAL			**522.000,00**		**522.000,00**

META	**ETAPA/ FASE**	**ESTUDOS E PROJETOS**	**VALOR PROGRAMA**	**VALOR EXTRAPROGRAMA**	**TOTAL**
		ESPECIFICAÇÃO			
2	2.1	Projetos arquitetônicos dos monumentos	759.880,00		759.880,00
	2.2	Projetos de reurbanização dos logradouros	198.500,00		198.500,00
	2.3	Consultoria econômico-financeira	62.000,00		62.000,00
	2.4	Consultoria de mercado imobiliário	11.630,00		11.630,00
	2.5	Consultoria pesquisa sócio-econômica	7.990,00		7.990,00
	2.6	Consultoria elaboração perfil do projeto	15.000,00		15.000,00
	2.7	Pesquisa de demanda por bens e serviços	15.000,00		15.000,00
	2.8	Pesquisa histórica	8.000,00		8.000,00
SUBTOTAL			**1.078.000,00**		**1.078.000,00**

META	**ETAPA/FASE**	**INVESTIMENTOS INTEGRADOS**	**VALOR PROGRAMA**	**VALOR EXTRAPROGRAMA**	**TOTAL**
		ESPECIFICAÇÃO			
3	3.1	Palácio Piratini	309.605,00		309.605,00
	3.2	Pinacoteca Ruben Berta	478.536,00		478.536,00
	3.3	Biblioteca Pública do Estado	465.760,00		465.760,00
	3.4	Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa	452.791,00		452.791,00
	3.5	Museu de Arte do Rio Grande do Sul	349.760,00	7.102.182,00	7.451.942,00
	3.6	Memorial do Rio Grande do Sul	321.250,00		321.250,00
	3.7	Igreja Nossa Senhora das Dores	1.518.580,00		1.518.580,00
	3.8	Pórtico Central do Cais do Porto	147.742,00		147.742,00
	3.9	Armazéns A e B do Cais do Porto	1.759.932,00	2.500.000,00	4.259.932,00
	3.10	Imóveis privados	5.957.044,00	8.228.005,00	14.185.049,00
	3.11	Praça da Matriz	532.000,00		532.000,00
	3.12	Praça da Alfândega	786.000,00		786.000,00
	3.13	Vias da área de projeto	1.671.000,00		1.671.000,00
SUBTOTAL			**14.750.000,00**	**17.830.187,00**	**32.580.187,00**

Quadro de fontes e componentes (em R$) - cont.					
META	**ETAPA/ FASE**	**INVESTIMENTOS CONCORRENTES**	**VALOR PROGRAMA**	**VALOR EXTRAPROGRAMA**	**TOTAL**
		ESPECIFICAÇÃO			
4	4.1	Fortalecimento institucional	40.000,00		40.000,00
	4.1.1	Implementação de legislação que incentive a preservação e a valorização da área de interesse histórico	20.000,00		20.000,00
	4.1.2	Criação de instância de gestão compartilhada do patrimônio histórico entre o Município, o Estado e a União	20.000,00		20.000,00
	4.2	Promoção de atividades econômicas	60.000,00		60.000,00
	4.2.1	Implantação de calendário festivo e de roteiro cultural do centro histórico	30.000,00		30.000,00
	4.2.2	Divulgação do Projeto de Porto Alegre através dos veículos de comunicação de forma contínua	30.000,00		30.000,00
	4.3	Treinamento de artífices e agentes locais de cultura e turismo	348.000,00		348.000,00
	4.3.1	Formação de artífices	40.000,00		40.000,00
	4.3.2	Requalificação dos artesãos da praça da Alfândega	79.000,00		79.000,00
	4.3.3	Capacitação profissional para grupos da etnia negra – Percurso do Negro em Porto Alegre	209.000,00		209.000,00
	4.3.4	Capacitação de guias turísticos	20.000,00		20.000,00
	4.4	Programas educativos	52.000,00		52.000,00
	4.4.1	Projeto interpretativo	30.000,00		30.000,00
	4.4.2	Patrimônio histórico como conteúdo programático	22.000,00		22.000,00
SUBTOTAL			**500.000,00**		**500.000,00**
TOTAL GERAL			**16.850.000,00**	**17.830.187,00**	**34.680.187,00**

Revisão do Perfil do Projeto, de setembro de 2009

META	ETAPA / FASE	ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISAO	VALOR ETAPA FASE
1	1.1	MANUTENÇÃO DA EQUIPE DA UEP	522.000,00
TOTAL DA META			**522.000,00**
META	**ETAPA / FASE**	**ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISAO**	**VALOR ETAPA FASE**
2	2.1	PROJETOS EXECUTIVOS E DETALHAMENTOS	500.000,00
TOTAL DA META			**500.000,00**

META	ETAPA / FASE	ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISAO	VALOR ETAPA FASE
3	3.1	PALÁCIO PIRATINI	570.293,11
3	3.2	PINACOTECA DE PORTO ALEGRE BERTA LOCATELLI	1.900.365,23
3	3.3	BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO	441.811,17
3	3.4	MUSEU DA COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA	239.625,84
3	3.5	MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL	327.364,47
3	3.6	MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL	558.612,78
3	3.7	PÓRTICO CENTRAL DO CAIS DO PORTO	140.931,81
3	3.8	IGREJA NOSSA SENHORA DAS DORES	3.043.697,54
3	3.9	EDIFÍCIO DA RUA RIACHUELO (IMÓVEL PRIVADO DESTACADO)	297.934,80
3	3.10	EDIFÍCIO CLUBE DO COMÉRCIO (IMÓVEL PRIVADO DESTACADO)	803.112,75
3	3.11	EDITAL DE IMÓVEIS PRIVADOS	5.487.144,24
3	3.12	PRAÇA DA MATRIZ E AVENIDA GEN. CÂMARA	2.300.000,00
3	3.13	PRAÇA DA ALFÂNDEGA	2.932.312,42
3	3.14	ARQUEOLOGIA DA PRAÇA DA ALFÂNDEGA	253.067,31
3	3.15	VIAS DA ÁREA DE PROJETO	52.329,52
3	3.16	MÓDULO DE SERVIÇOS DA PRAÇA DA ALFÂNDEGA	678.145,11
3	3.17	PROJETO INTERPRETATIVO	273.885,06
TOTAL DA META			**20.300.633,16**
TOTAL GERAL			**21.322.633,16**

Revisão de Perfil do Projeto, de setembro de 2009

O montante de investimentos constantes no plano de trabalho é de R$ 21.322.633,16, sendo que seus componentes atingem os seguintes percentuais:

- Restauração de imóveis privados: 31%.
- Restauração de monumentos públicos: 34%.
- Restauração de espaços públicos: 30%.
- As rubricas de manutenção da equipe da UEP, projetos executivos e detalhamentos são responsáveis pelo dispêndio dos restantes 5% dos recursos.

Dos recursos do Projeto, 95% foram carreados para investimentos em restauração de monumentos, de prédios de valor cultural e do espaço público – seu objetivo precípuo –, e apenas 5% foram dispendidos em ações de suporte à execução do projeto.

Sobre o montante de recursos do plano de trabalho – R$ 21.322.633,00 –, o município participa com a contrapartida de R$ 4.161.552,62, ou seja, 19,6% do montante total, sendo que a contrapartida restante de 10,4% tem por fontes o Estado e a iniciativa privada.

Quanto à mão de obra responsável pelas 20 obras de restauração, o Projeto Monumenta empregou diretamente cerca de 300 operários nas mais diversas modalidades de ofícios, o que é um volume apreciável, em se tratando de mão de obra especializada. Esta,

Antigo pórtico de entrada do Colégio das Dores, na rua da Praia, a ser restaurado pelo Monumenta.



certamente, está apta a enfrentar outras obras de restauração e a multiplicar o seu saber entre os jovens que ingressam no ofício. Soma-se ainda como empregos gerados pelo Projeto todos aqueles envolvidos com as escavações arqueológicas, com as ações concorrentes, com as ações extraprograma, a quantificar, além dos empregos indiretos.

Para uma melhor apreciação do volume real de recursos envolvidos no Projeto Monumenta Porto Alegre há ainda três importantes contribuições para a sua execução:

- Projetos Concorrentes, cujos recursos vieram diretamente do orçamento do Programa Monumenta, via contratos com a Unesco, que somam R$ 726.726,00.
- O valor despendido diretamente pelos proprietários privados nos seus imóveis, classificado como investimentos extraprograma (R$ 690.700,00).
- Os investimentos complementares àqueles do plano de trabalho, realizados por outros agentes, ou de conservação preventiva, como especificado, cujos valores somam R$ 204.100,00.

Chegam a R$ 1.621.550,00 os valores totalizados pelos três componentes de recursos obtidos de fontes externas ao plano de trabalho do Projeto Monumenta Porto Alegre, perfazendo aproximadamente 7% do montante de investimentos. Verifica-se, daí, que o valor final investido no Projeto Monumenta Porto Alegre é de R$ 22.944.183,00.

VI. Conclusão

À guisa de conclusão, apontamos aspectos julgados de interesse para a avaliação do processo de implantação e de desenvolvimento do Projeto Monumenta Porto Alegre, no período de 2001 a 2009.

Equipe da UEP Monumenta Porto Alegre

Fator fundamental para os resultados obtidos pela UEP foi a permanência do núcleo da equipe desde sua formação, a começar pelo arquiteto especialista em patrimônio, proveniente do quadro técnico da Epahc – Equipe do Patrimônio do Município, envolvido há tempos na qualificação do centro histórico. Ele participou, em 1999, junto com técnicos do Iphan e do Iphae, da elaboração da instrução de tombamento federal do eixo longitudinal ao porto. Outros membros da UEP, incorporados ao longo do tempo, também pertencem ao quadro técnico do município e têm forte compromisso com a causa da preservação do patrimônio. Nesse sentido, além do exigido formalmente para constituição de equipes de trabalho, a UEP de Porto Alegre pôde contar com a contribuição de um historiador, de outro arquiteto com larga experiência em conservação e obras de restauração, de um administrador e de três estagiários que deram suporte às áreas de história e arquitetura, e apoio administrativo. No que tange ao componente historiográfico, essa estrutura propiciou rapidez e custos reduzidos na elaboração de pesquisas, no levantamento de imagens antigas em arquivos fotográficos, na orientação dos historiadores contratados para suplementação de pesquisas e na reunião e sistematização dos dados históricos em diferentes suportes de informação, de modo a oferecer bases sólidas para a tomada de decisões sobre as restaurações. Por outro lado, contribuiu para a sedimentação da imagem do Programa ao veicular a história de Porto Alegre, sempre enriquecida com fotografias de qualidade, especialmente para os meios de comunicação e entidades de ensino interessadas. Também houve agilidade na análise de projetos de restauração de imóveis públicos e privados e acuidade nas informações prestadas aos proprietários de imóveis, em especial quanto às orientações técnicas no campo da preservação do patrimônio cultural.

A área administrativa foi responsável pela eficiência no gerenciamento e trâmite das informações e processos necessários à execução do projeto, bem como no controle financeiro. Além da equipe envolvida diretamente no projeto, outros profissionais e instituições colaboraram de maneira fundamental para o sucesso do Programa Monumenta na capital gaúcha. Entre esses, destacamos os arqueólogos, sob a supervisão do Programa de Arqueologia Histórica do Município, da Secretaria da Cultura, presentes ao longo de todo o processo e ativos nos períodos de prospecções e escavações, oferecendo elementos de conhecimento


Bento Viana

Detalhe de residência na rua Demétrio Ribeiro, 536, restaurada pelo Monumenta.

e prática profissional para a tomada de decisões. Merece destaque por sua contribuição a Caixa Econômica Federal, que designou um gerente responsável pela conta do Monumenta, que de pronto se envolveu com o Projeto. A Caixa local se empenhou com sucesso na busca de uma fórmula jurídica para os contratos com os condomínios de valor cultural, de forma que esses pudessem se beneficiar do financiamento. Trata-se de situação inédita e alvissareira, pelo fato de a Caixa, até então, não dispor de nenhuma figura jurídica de contrato que lhe permitisse oferecer empréstimos aos milhares de condomínios pelo país afora, para obras de reforma e manutenção, independentemente de serem mais antigos ou mais recentes.

A coesão da equipe da UEP foi gradativamente construída, devido a todas as decisões serem tomadas em conjunto. Desde o início, todos os seus membros responsabilizaram-se solidariamente por seus resultados. Assim ocorreu também com as decisões que envolviam outras esferas e entidades. O fato de os membros da UEP, independentemente de sua função na equipe, conhecerem todas as atividades em curso também influiu para que na eventual ausência de um deles se mantivesse a normalidade e o ritmo dos trabalhos.

Atividades e relacionamento com a UCG

Do ponto de vista da UEP, da forma como o Programa foi aperfeiçoado ao longo do tempo, há poucos procedimentos a serem corrigidos. Foram positivos:

- a qualificação técnica da equipe da UCG e de todos os funcionários do município, do estado e do Iphan;
- o tratamento amistoso da UCG para com os técnicos da UEP;
- a proatividade e disponibilidade para orientar a UEP diante de dificuldades para as quais solicitou apoio para sua resolução;
- a rapidez na análise dos projetos, orçamentos e demais encaminhamentos da UEP;
- a ênfase na produção e sistematização de conhecimento, no registro e documentação, por meio de excelente setor editorial.

Uma prática altamente positiva de parte da UCG é a exigência do Relatório de Conservação, anual, para o qual a UEP faz uma inspeção quanto à situação de conservação de cada um dos bens restaurados pelo Monumenta. Na ocasião dessa inspeção, em caso de ser constatada a conservação deficiente de um bem restaurado, o órgão responsável pela proteção é notificado e é solicitada a execução da conservação preventiva necessária para que o bem volte a apresentar a condição em que foi entregue pelo Monumenta. Em Porto Alegre, três bens já se beneficiaram dessa prática, dois dos quais de propriedade pública e um privado, sendo reparados os danos constatados.

No entanto, em relação à restauração de imóveis privados, a experiência de Porto Alegre demonstrou que seria interessante haver por parte da UCG as seguintes providências prévias:



Maquete com as intervenções do Monumenta na praça da Alfândega e avenida Sepúlveda.

- exigir no cronograma dos projetos a previsão de prazos para elaboração de cadastro planimétrico, arquitetônico e de prospecção, necessários ao estabelecimento de diretrizes para o projeto de restauração, e, na sequência, o diagnóstico das patologias, ambos imprescindíveis para embasar um bom projeto de restauração;
- intensificar a exigência de abertura e detalhamento dos orçamentos nos contratos dos tomadores privados dos empréstimos com as empresas executoras das obras, especialmente nos casos de condomínios, cuja falta dificultou a verificação do integral cumprimento dos contratos;
- exigir a comprovação de experiência pelas empresas executoras das obras nos imóveis privados, mesmo em obras de maior complexidade e de valor elevado, de forma a impedir a participação de empresas não qualificadas para as obras restauração.

Esses encaminhamentos são importantes para garantir a qualidade desejada da restauração das edificações, e facilitariam o projeto, execução e fiscalização das obras a cargo do Monumenta. Ainda quanto à licitação de obras, a sugestão é que seja exigido das empresas concorrentes, além da habilitação documental e de preços, a comprovação de sua habilitação técnica e uma proposta técnica para a restauração específica do monumento cuja obra está sendo licitada. É necessário buscar mudanças na lei de licitação para o caso de obras de restauração, invocando a especificidade das mesmas e seu caráter excepcional.

Do ponto de vista do processo de controle das ações do Programa, sugere-se a redução da duplicidade de procedimentos de controle das etapas do processo licitatório, de orçamento e outros, entre o município e a UCG.

Localização da sede do Monumenta em Porto Alegre

O fato de a sede da UEP Monumenta situar-se no Mercado Público Central, local conhecido e de caráter simbólico para a população, foi outro fator positivo, devido sua inserção no centro histórico e à proximidade com os interessados e beneficiados, facilitando os laços desses com a UEP.

Contrapartida local

A garantia de contrapartida local aos recursos aportados pelo Programa Monumenta foi assegurada nos sucessivos planos trienais do orçamento do município. Além dos meios financeiros, da contrapartida local constou a montagem da equipe da UEP e o pagamento dos proventos da coordenadora e da bolsa auxílio aos estagiários, a sede do projeto e os custos para a sua manutenção, assim como as despesas com correios e outras. Mas, acima de tudo, a contrapartida indispensável para os resultados do projeto foi a administração municipal, ao longo de três diferentes períodos, ter assumido o caráter estratégico do projeto e oferecido as condições para seu desenvolvimento. Dentro de suas possibilidades, todas as secretarias municipais colaboraram para os resultados do Monumenta, e seus técnicos muito se empenharam para isso.

À medida que os resultados dos investimentos começaram a ter visibilidade – acompanhados pelos meios de comunicação cujo empenho em veicular o Monumenta tem sido uma constante –, aumentou o interesse e o entendimento do seu alcance por parte do setor público e do setor privado. O fato de o município dispor de uma instância estratégica de coordenação e negociação das ações locais, públicas e privadas, relacionadas à valorização da área central, o Programa Viva o Centro, reforçou e potencializou os investimentos do Monumenta, visto que ações complementares vieram se somar a ele.

A contribuição do financiamento dos imóveis privados para a preservação da identidade do centro

Um componente em especial, o do financiamento a proprietários privados, demonstrou claramente a potencialidade dessa modalidade, cuja perspectiva deve ser a de ampliação para todo o país na forma de um programa nacional. A adesão da Caixa, sem a qual seria impossível obter bons resultados, pela sua abrangência de atendimento no país, oferece essa condição operacional para a extensão da ação. Trata-se de uma oportunidade única de realizar o que sempre foi considerada a maior lacuna do sistema de preservação do país, qual seja, o Estado não ter nada a oferecer aos proprietários – quando pelo tombamento, a lei os obriga a preservá-las – para que conservem suas edificações. O Programa Monumenta demonstrou que é possível o Estado ser parceiro dos proprietários na conservação do patrimônio histórico privado do país, o qual constitui o tecido dos centros históricos e é o mais numeroso. O esforço da Caixa para ter produzido um modelo específico de contrato para o financiamento da restauração de condomínios, superando todas as dificuldades inerentes a essa condição específica, aponta para potencialidade de cooperação dessa instituição financeira de fomento.



Inauguração da primeira escultura do Museu de Percurso do Negro, "O Tambor", em abril de 2010.

O papel das Ações Concorrentes de cunho sociocultural

O fato de as ações concorrentes se voltarem para o universo do patrimônio imaterial, na formação de jovens em matéria de preservação, da educação patrimonial, de atividades econômicas que vivificam os centros históricos, da informação cultural etc., confere coerência ao Programa, condizente com a complexidade dos centros históricos aos quais se destina, reforçando a relação de pertencimento entre a comunidade local e seu patrimônio cultural.

O registro da dimensão econômica

Verificou-se a necessidade de registro da real dimensão econômica do projeto – quantos empregos criou, em que modalidades e especialidades de mão de obra, volume de matéria-prima empregado, impostos gerados nos três níveis de governo; valor suplementar investido pelos privados com as obras no interior dos imóveis; valor dos investimentos agregados ao projeto por outros órgãos públicos e por empresas privadas, por renúncia fiscal estadual e federal.

Há que assinalar, ainda, que investidores privados do setor imobiliário nos últimos anos estão se especializando na compra e venda de imóveis antigos e de valor cultural, para ofertá-los aos interessados em investir na sua restauração. O ingresso de novos moradores no centro histórico também já é realidade, sendo cada vez mais valorizados os apartamentos com áreas generosas e vista privilegiada. Também fica patente a nova dinâmica da área pela rapidez com que espaços vagos são alugados novamente, e sempre com melhores instalações.

Por fim, sugere-se estudos para o desenvolvimento de índices para medir a satisfação da população com as intervenções proporcionadas pelo Monumenta, tendo em vista o Programa estar cumprindo uma década de atividades, sendo bem conhecido da população das cidades. Além disso, nas intervenções em prédios públicos e privados deve-se levar em consideração, quando houver viabilidade técnica, o emprego de tecnologias de sustentabilidade ambiental, como coleta e uso da água da chuva.

Veiculação pela imprensa no reforço à preservação

Cabe referência especial nesse processo ao papel desempenhado pela imprensa falada, escrita, televisiva e eletrônica, devido à cobertura permanente que as questões relativas à preservação têm merecido por parte dos veículos de comunicação. Tudo indica (essa é uma tendência verificada também em outros locais do país) que os meios de comunicação – ao produzirem cotidianamente matérias relacionadas ao Programa ou vinculadas à preservação da memória, cuja temática traz ao público notícias e discussões sobre esse assunto – reforçam a "bandeira" levantada pelo Monumenta, forjando gradativamente uma mudança na opinião pública e tornando positiva a atitude da população a respeito da preservação do patrimônio. Essa é uma mudança cujos reflexos são incomensuráveis.

Por entender ser esse o sentido da necessidade de veiculação de suas ações, a equipe da UEP, desde 2001, se empenha em atender os jornalistas, ao sugerir pautas, ao oferecer informações sobre a história dos lugares e sobre as obras em execução, ao alimentá-los

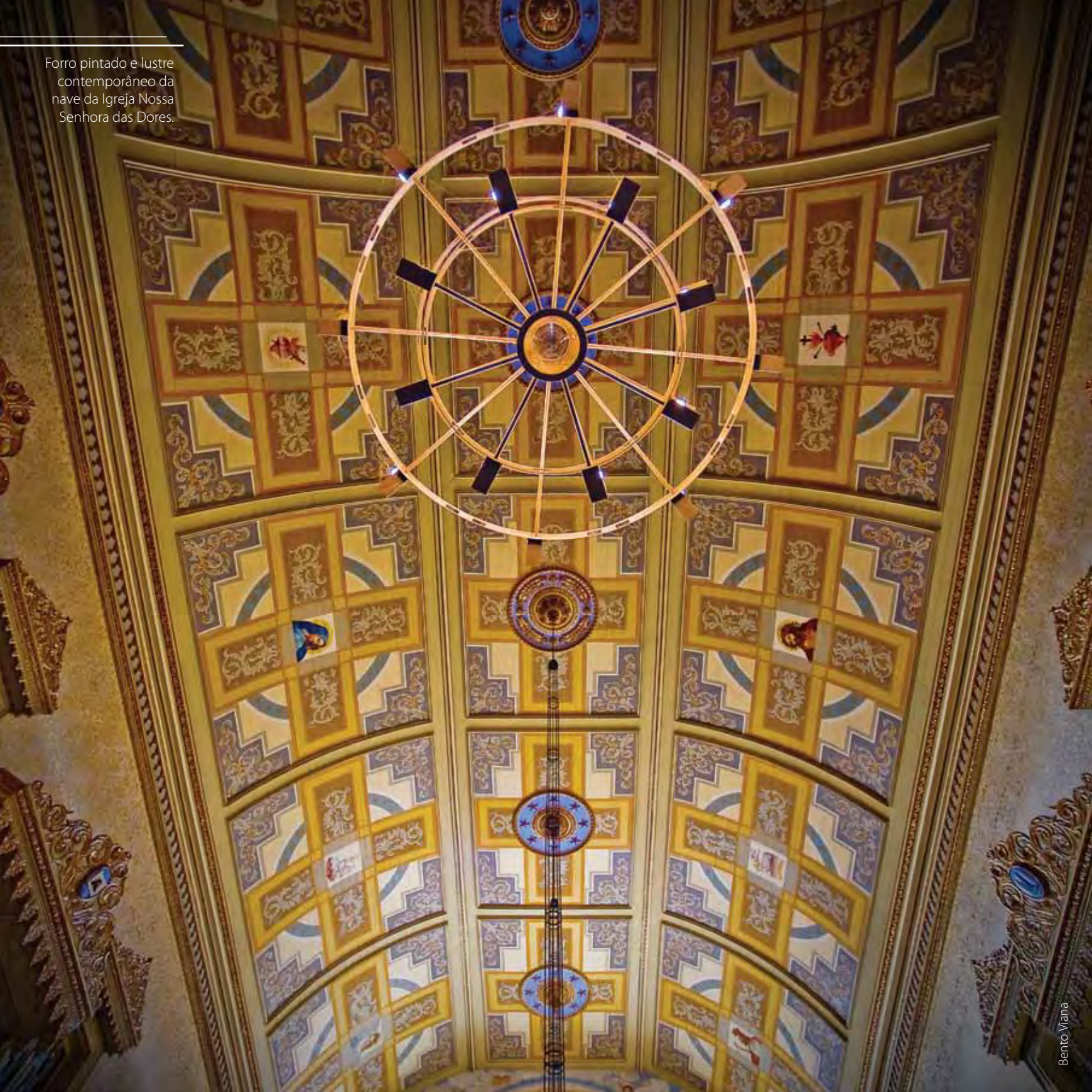


Detalhe da "casa dos azulejos", a ser restaurada pelo Monumenta.

com imagens históricas de seu arquivo, com o propósito de incentivá-los nesse interesse pelo tema. A resposta a esse estímulo nota-se pela quantidade de novas iniciativas privadas e públicas de valorização do patrimônio, espalhadas pela cidade, às quais se somam outras de parte da comunidade escolar e acadêmica, contribuindo com estudos, pesquisas, dissertações de mestrado e doutorado, além de visitas guiadas, para que professores e seus alunos conheçam e se sensibilizem com os legados históricos. É estimulante o crescimento do público frequentador das caminhadas pelo centro histórico, diurnas e noturnas, organizadas a cada final de semana, oferecidas pelo município e por entidades culturais.

Encerrando, há que saudar todos os agentes envolvidos até aqui pelos resultados alcançados e ressaltar a decisão do Iphan e Ministério da Cultura, em 2009, pela continuidade do Programa Monumenta, com outra denominação, a ser implementado em bases de gestão diversas, a começar pela ampliação do número de municípios participantes, expandindo-se para 173 cidades históricas brasileiras, que atenderam à primeira chamada pública e que estão, com o apoio do Iphan, discutindo as linhas básicas dos seus planos de ação. Nessa nova formulação, o programa é denominado PAC das Cidades Históricas.

Um programa que contenha e amplie as preocupações e a experiência adquiridas pelo Monumenta trará imensos benefícios às cidades que a duras penas se esforçam para manter seus centros históricos e contribuirá para a valorização do patrimônio cultural de toda a nação.



Forro pintado e lustre contemporâneo da nave da Igreja Nossa Senhora das Dores.

Bento Viana

VII. Anexo

Quadro das atividades e orgãos envolvidos no financiamento de proprietários privados para a restauração de imóveis de valor cultural pelo Programa Monumenta

Etapa	Item	Atividade	Responsável	Prazos
Preliminares	1	Contrato de Prestação de Serviços entre Caixa e MinC (26/3/2004) – n. 060/2004	MinC/Caixa	
	2	Criação do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade por lei municipal.	Legislativo municipal	
	3	Convênio do Programa Monumenta entre o MinC e as prefeituras/estados.	MinC/Prefeitura municipal/Governo do estado	
	4	Publicação do extrato do contrato ou aditivo Caixa/ Município no Diário Oficial do município/estado.	UEP	
Edital de seleção	5	Envio da nova minuta aprovada para o conhecimento e encaminhamento dos municípios	UCG (Coimp)	
	6	Preenchimento dos dados da minuta do edital (incluindo o número do processo aberto na prefeitura).	Município/Estado	
	7	Nomeação da Comissão Especial de Seleção (CES) por meio de portaria municipal.	Prefeitura municipal/ Entidade de seleção (ES)	
	8	Aviso de Seleção Pública de Imóveis Privados com divulgação em jornais de ampla circulação.	Município/Estado/ES	
	9	Divulgação para os interessados da abertura do edital de Seleção de Imóveis Privados. Durante o período de divulgação devem ser realizadas reuniões com os interessados para esclarecimentos do edital. Em alguns casos, a UCG poderá participar.	Município/Estado/ES	
	10	Convocação da Comissão Especial de Seleção para a abertura das propostas.	Município/Estado/ES	

Etapa	Item	Atividade	Responsável	Prazos
Edital de seleção (cont.)	**11**	Entrega das propostas para a CES com o formulário de apresentação. Os interessados poderão solicitar apoio técnico da UEP para a elaboração de suas propostas.	Interessados: pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, proprietários ou promitentes compradores, inquilinos ou parceiros dos proprietários ou usuários dos imóveis	
	12	Sessão pública de abertura das propostas.	Comissão Especial de Seleção (CES)	
	13	Classificação das propostas por critérios de relevância histórica do imóvel, estado de conservação, renda familiar e valor de contrapartida.	CES. A comissão poderá solicitar assessoria técnica nos casos que julgar necessário	
	14	Elaboração de relatório conclusivo com a lista dos proponentes classificados em ordem decrescente, nomes dos desclassificados com respectivas justificativas, conforme anexo VII do edital, e envio para autoridade competente (previamente definida no edital) para divulgação do resultado.	CES	
	15	Interposição de recursos.	Interessados	Até 5 dias úteis da divulgação
	16	Julgamento dos recursos.	CES/Autoridade competente	Até 5 dias úteis do recebimento do recurso
	17	Julgamento das propostas e divulgação do resultado.	CES/Autoridade competente	

Etapa	Item	Atividade	Responsável	Prazos
Edital de seleção (cont.)	**18**	Envio de cópia do relatório conclusivo.	UEP	
	19	Envio de cópia do relatório conclusivo com pedido de não objeção e aguardo da manifestação do BID para liberar a homologação dos resultados da seleção.	UCG (Coimp)	
	20	Não objeção ao relatório conclusivo do resultado do edital.	BID	
	21	Envio da não objeção às UEPs para posterior homologação do edital.	UCG (Coimp)	
	22	Homologação e divulgação dos resultados por meio de publicação no Diário Oficial da União e do Município e/ou Estado.	Autoridade competente	
Análise das propostas	**23**	UEP envia para a Caixa cópias: da lista final da seleção publicada no Diário Oficial (com indicação da fila de espera), das fichas das propostas e da lista dos destacados do convênio.	UEP	
	24	Caixa convoca os proponentes para apresentar a documentação necessária às análises econômico-financeira e jurídica. A Caixa deve convocar todos os proponentes dentro dos limites do recurso disponível no convênio.	Caixa	
	25	Convocação dos proponentes para as análises econômico-financeira e jurídica.	Caixa	
	26	Entrega da documentação para as análises econômico-financeira e jurídica, conforme anexo VI do edital.	Proponente	Até 10 dias úteis da data do recebimento da convocação
	27	Análise da documentação pela Caixa.	Caixa	
	28	Envio de ofício para a UEP com os resultados das análises econômico-financeira e jurídica.	Caixa	
	29	Caso o proponente não seja aprovado nessa etapa da análise, terá 10 dias para sanar as pendências. Caso não resolva, a Caixa convocará o próximo classificado na seleção de imóveis para apresentar a documentação.	Proponente/Caixa	

Etapa	Item	Atividade	Responsável	Prazos
Análise das propostas (cont.)	**30**	Convocação dos proponentes aprovados para participar de reunião com a UEP e o Iphan para definir o grau de detalhamento do projeto a ser apresentado e os documentos necessários à análise técnica.	UEP	
	31	Elaboração e apresentação à UEP dos projetos de arquitetura, engenharia, orçamentos e cronograma físico-financeiro. O desenvolvimento dessa etapa poderá contar com o apoio técnico da UEP e do Iphan.	Proponentes aprovados nas análises financeira e jurídica	Até 30 dias úteis da data do recebimento da convocação, podendo ser renovável por igual período
	32	Recebimento dos projetos, orçamentos e cronogramas físico-financeiros para a análise técnica.	UEP	
	33	Análise técnica e aprovação dos projetos e cronogramas físico-financeiros.	UEP e Iphan	
	34	Envio dos orçamentos de valores superiores a R$ 50 mil e respectivos projetos aprovados para a análise da Caixa. O orçamento apresentado pelo proponente deverá ser entregue à Caixa com uma cópia do projeto aprovado, apesar desta não responder pela análise dos projetos. Enviar para Caixa somente itens elegíveis no orçamento.	UEP	
	35	Envio de ofício para a UEP com os resultados das análises dos orçamentos.	Caixa	
	36	Elaboração e envio por ofício de relatório-síntese da etapa de análise das propostas para a Caixa e UCG. O relatório-síntese deve apresentar as cópias dos pareceres finais (financeiro, jurídico, de aprovação do projeto e do orçamento) para cada uma das propostas analisadas.	UEP	

Etapa	Item	Atividade	Responsável	Prazos
Assinatura dos instrumentos	**37**	Convocação, por escrito, dos proponentes aprovados para a assinatura dos instrumentos jurídicos após UCG informar que os recursos disponíveis poderão ser repassados para o Município/Estado (a situação cadastral não pode apresentar pendências no momento de repasse de recursos).	UEP e Caixa	
	38	Assinatura do Termo de Compromisso e Cooperação Financeira e do Contrato de Transação e Confissão de Dívida (4 vias e com o cronograma físico-financeiro sempre assinado como anexo). O contrato de confissão de dívida sempre será convertido em Escritura Pública de Confissão de Dívida para o registro no Cartório de Títulos e Documentos, e nos casos em que a garantia do financiamento for hipotecária, a hipoteca também será registrada no Cartório de Registro de Imóveis. Em qualquer um dos casos, a cópia dos registros será encaminhada para a UCG em conjunto com a via assinada dos instrumentos.	Caixa/Proponente aprovado e Município/Estado	Até 15 dias úteis da data do recebimento da convocação
	39	Publicação do extrato do TCCF e CTCD no Diário Oficial do Município/Estado.	UEP	
	40	Solicitação via ofício para a UCG do repasse do valor integral dos financiamentos contratados, com a remessa de uma via assinada do TCCF e CTCD, e informação dos números das contas abertas em nome dos mutuários.	Caixa Matriz	
	41	Solicitação de liberação de recursos via memorando à UCG (Coafi).	UCG (Coimp)	
	42	Envio de autorização de liberação de recurso via ofício à Caixa Matriz.	UCG (Coafi)	
	43	Envio de cópia dos registros e da publicação dos extratos dos instrumentos no Diário Oficial do Município/Estado.	UEP	

Etapa	Item	Atividade	Responsável	Prazos
Assinatura dos instrumentos (cont.)	**44**	Envio de cópia da via assinada do TCCF e CTCD, do registro e da publicação dos contratos firmados para o conhecimento do BID, com cópia do relatório-síntese.	UCG (Coimp)	
	45	Envio da confirmação de recebimento dos contratos (CBR) para a UCG (Coimp).	BID	
	46	Informe à Caixa Matriz (Gecoa) sobre a autorização de transferência dos recursos para a conta do proponente, com cópia da ordem bancária, e envio de ofício autorizando a transferência dos recursos para conta de imóveis privados do município.	UCG (Coafi)	
	47	Transferência dos recursos creditados pelo MinC para a conta do mutuário, envio do extrato dessa conta para a UEP e informe ao mutuário do crédito dos recursos na conta.	Caixa	
	48	Prestação de contas dos recursos concedidos para os financiamentos para a UCG (Coafi). A prestação de contas de imóveis privados será realizada com a apresentação dos extratos das contas dos mutuários no formulário padrão do Programa Monumenta que atende a IN01.	UEP	
Execução	**49**	Contratação das obras/serviços.	Mutuário	
	50	Execução das obras e serviços.	Empresa ou profissional contratado pelo mutuário	
	51	Informe à UEP sobre realização da etapa prevista no cronograma e solicitação de vistoria para a liberação dos recursos.	Mutuário	
	52	Fiscalização da obra conforme estabelecido no Regulamento Operativo do Programa - Item C1 do Título IV.	UEP e Iphan	
	53	Vistoria à obra e elaboração de um boletim de medição. Verificar se a placa do Programa foi colocada na obra.	UEP e Iphan	
	54	Autorização para a Caixa liberar os recursos da parcela executada de acordo com o cronograma físico-financeiro.	UEP	

Etapa	Item	Atividade	Responsável	Prazos
Execução (cont.)	**55**	Organização e guarda da documentação apresentada pelos mutuários e manutenção à disposição de auditorias da República ou do BID.	Prefeitura	
	56	Desembolso da parcela de acordo com a execução do cronograma físico-financeiro e autorização da UEP e Iphan.	Caixa local	
	57	Atestado do recebimento final da obra de recuperação executada pelo mutuário em acordo com o projeto e envio de cópia para a Caixa.	UEP e Iphan	
	58	Emissão de relatório final de execução financeira da obra.	Caixa	
	59	Depósito dos rendimentos das contas poupanças dos mutuários para a conta do Fundo Municipal de Preservação.	Caixa	
Amortização da dívida	**60**	Período de carência - 6 meses.		Desde a data do atestado
	61	Emissão dos boletos e cobrança das prestações do financiamento.	Caixa	
	62	Pagamento das prestações.	Mutuário	
	63	Crédito das prestações pagas pelos mutuários na conta do Fundo Municipal de Preservação.	Caixa	
	64	Cálculo do reajuste mensal do saldo devedor e anual das prestações.	Caixa	
	65	Cálculo e cobrança do saldo residual.	Caixa	
	66	Prestação de contas anual para o Fundo Municipal de Preservação – financeira.	Caixa	

SEGUNDA PARTE - Cadernos de Restauração

01



Bento Viana

PÓRTICO CENTRAL DO CAIS MAUÁ

PÓRTICO CENTRAL DO CAIS MAUÁ

O MONUMENTO

Endereço: avenida Mauá.

Proprietário: governo federal com outorga de uso ao estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de restauração: 12ª SR/Iphan.

Fiscalização da obra: Iphan, Smov e UEP Monumenta.

Empresa responsável pela obra: EPT - Engenharia e Pesquisas Tecnológicas.

Mão de obra: 20 operários, entre mestre de obras, serralheiros, pintores e serventes.

Início e conclusão dos trabalhos: agosto de 2002 e junho de 2003.

Valor da obra: R$ 129.301,99.

Uso proposto: praça seca onde ocorrem atividades culturais e eventos, sendo que o local de ingresso vai desde o centro histórico ao complexo de armazéns portuários e ao Cais Mauá.
O cais fronteiro ao Pórtico Central funciona intensivamente ao longo do ano. Nele se realizam eventos de toda ordem: feiras, casamentos, festas e lançamentos de produtos, mas especialmente o setor infantil da Feira do Livro se instala nos armazéns e no cais, tendo uma frequentação de milhares de escolares durante 15 dias. O Pórtico também é ponto de atracação de barcos e de venda de ingressos para passeios em embarcações turísticas.

Observação: a abertura de portas envidraçadas nas paredes laterais dos armazéns A e B, de forma a integrá-los ao Pórtico, permitiu o funcionamento unificado das instalações e o incremento considerável da utilização do conjunto, assim como a elevação substancial da taxa cobrada pela SPH – Superintendência de Portos e Hidrovias para a utilização do local. Organização da documentação técnica realizada pela arquiteta Débora R. M. da Costa.



Vista do Pórtico do Cais do Porto.

Bento Viana

Pórtico Central do Cais Mauá

Histórico

O Pórtico Central do Cais do Porto é tombado pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pela SMC – Secretaria Municipal da Cultura. O Pórtico e os armazéns A e B, adjacentes, foram os primeiros imóveis restaurados pelo Monumenta em Porto Alegre, de acordo com projeto disponibilizado pelo Iphan. A linha dos armazéns e o Pórtico Central são elementos essenciais no perfil da cidade. Com a Usina do Gasômetro, compõem um quadro harmonioso, incorporado à imagem de Porto Alegre enquanto localidade portuária. Ao mesmo tempo, são testemunhos da história da construção da capital.

O cais de Porto Alegre foi construído por etapas, de 1911 a 1947. As obras do primeiro trecho, defronte à praça da Alfândega, duraram de 1911 a 1913. As do Pórtico Central e dos armazéns A e B, iniciadas em 1919, terminaram em 1922. Os demais armazéns foram contruídos entre 1917 e 1927. Por fim, em 1947 ocorreu a inauguração da sede administrativa.

O Pórtico Central e os dois armazéns laterais foram erguidos com estruturas metálicas, encomendadas à Casa Daydé, de Paris. O engenheiro francês Henry Hauser dirigiu a montagem dessa "ossatura de ferro", como era denominada na época. Hoje, a vista do Pórtico e dos armazéns é parcialmente encoberta pelo muro da avenida Mauá, construído para proteger a cidade contra enchentes.



Vista interna do Pórtico do Cais do Porto.

A população, de forma gradual, começa a ter a oportunidade de usufruir da beleza da área portuária. Diversas atividades têm ocorrido nos armazéns, como a Exposição Casa Cor 2003. Entre as promoções culturais destacam-se a Feira do Livro, que ali instala os estandes de literatura infantil, e as últimas edições da Bienal do Mercosul.

Tombamento

A solicitação de tombamento federal partiu do arquiteto Júlio Nicolau Barros de Curtis, Diretor da 10ª DR - Sphan/FNPM, ao Subsecretário da Sphan, dr. Aloísio Magalhães, em 11 de março de 1981. Júlio Curtis declarou que se tratava de arquitetura exemplar, estruturada em ferro, acrescentando que aquele Pórtico monumental era singular no Brasil, uma das últimas grandes estruturas metálicas importadas da Europa. Ele destacou a localização privilegiada da edificação, como fechamento da perspectiva da larga avenida que parte de um dos espaços abertos mais importantes da cidade, e balizada por duas notáveis construções do início do século 20, o Margs – Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli e o antigo prédio dos Correios e Telégrafos.

O tombamento definitivo do Pórtico Central e dos armazéns A e B foi homologado pela então Ministra de Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, em 16 de fevereiro de 1983. A medida havia sido aprovada por unanimidade pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na sua 98ª reunião, em 10 de novembro de 1982, sendo relator do processo o conselheiro Cyro Ilídio Corrêa de Oliveira Lyra. O tombamento foi publicado no Diário Oficial da União em 17 de fevereiro de 1983 e



Vista da cobertura do Pórtico do Cais do Porto.

inscrito no *Livro do Tombo das Belas Artes*, volume II, sob o número 552.

Através da Lei Complementar 275/92, foram tombados pelo Município de Porto Alegre o Pórtico Central, os Armazéns A, A1, A2, A3, A4, A5, B, B1, B2, B3 e o Edifício Sede do Deprec, hoje SPH – Superintendência de Portos e Hidrovias, que passaram a integrar o patrimônio cultural da capital. Esses bens foram inscritos no *Livro do Tombo* número 48, folha 65, em 11 de outubro de 1995. Como fundamentação do tombamento desses bens há o fato de os armazéns, o Pórtico Central e o Edifício Sede constituírem um conjunto único e indissociável, que reúne diversos valores como patrimônio cultural da cidade. Com a Usina do Gasômetro, o conjunto arquitetônico se caracteriza pela unidade e peculiaridade, definindo o limite noroeste do promontório.

Para o disciplinamento do entorno dessas construções, em junho de 1997 a prefeitura municipal definiu uma área de proteção, que vai da Usina do Gasômetro até à doca contígua do armazém B3, dentro do muro da avenida Mauá e margem do Guaíba. A oeste, a área de proteção é delimitada pela linha sinuosa da referida margem junto às oficinas do Deprec. O perímetro delimitado fica subordinado à regulamentação de ocupação por novas construções pela prefeitura municipal.

O tombamento da Usina do Gasômetro pelo estado do Rio Grande do Sul foi homologado pela Portaria 03/83, que considerou a edificação como referencial urbano e marco da arquitetura industrial do estado. Foi definido como zona de proteção desse bem, pelo Iphae, através do parecer n. 22/95, um raio de 150 metros, a partir do centro do prédio da Usina.

O disciplinamento do entorno do sítio histórico de Porto Alegre, onde está incluído o Pórtico do Cais do Porto e os Armazéns A e B, foi recentemente elaborado pela 12ª SR/Iphan.

Características arquitetônicas – análise formal e tipológica

O Pórtico Central é composto por levíssima estrutura metálica, com peças rebitadas, emoldurada em vidro. Três vezes mais alto que os armazéns A e B adjacentes, está apoiado em oito pilares em perfil I. Os frontões, voltados para o Guaíba e para a avenida Sepúlveda, são translúcidos, com amplos panos de vidro que se destacam em meio aos sólidos armazéns laterais. Apesar da clara predominância dos aspectos funcionais na sua composição, o Pórtico apresenta discretas ornamentações: uma moldura em vidro verde e azul que contorna os panos de vidro dos frontões, quatro luminárias laterais em ferro e um lustre central. Um belo gradil com duas pilastras em ferro trabalhado, encimadas por luminárias, protege o acesso à avenida Sepúlveda. A cornija superior do Pórtico, também em ferro, é decorada por uma sequência de sete acrotérios metálicos. O piso é em paralelepípedos de granito formando uma estrela, no centro da qual está inscrita a data da inauguração do conjunto, "1922".

Histórico das obras realizadas

Além da instalação de sanitários, não houve, ao longo do tempo, execução de obras significativas nos armazéns A e B e no Pórtico Central do Cais do Porto.

Os armazéns A e B não passaram por restauração no Projeto Monumenta. Foram feitas apenas algumas obras pontuais, por ocasião do evento Casa Cor, em 2003: melhorias nos sanitários, pintura das alvenarias e colunas de ferro, e abertura de esquadrias nas paredes internas do Pórtico Central.



Abertura de esquadria nas paredes laterais do Pórtico Central (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).

Obras de restauração do Projeto Monumenta

Devido a seu estado precário de conservação, o Pórtico Central do cais porto-alegrense passou por obras de emergência – as primeiras realizadas pelo Monumenta em Porto Alegre. O Pórtico constituiu-se também como foco de recuperação da área central da cidade, com grande potencial de utilização e sustentabilidade.

A engenheira Virgínia Costa, professora do curso de Metalurgia da UFRGS, sem qualquer tipo de retribuição financeira, ficou responsável pela escolha das peças em mau estado, as quais foram encaminhadas para a sede da 12ª SR/Iphan – onde se encontram estocadas – como amostras das várias partes da construção. Por meio de um contrato entre a arquiteta Luisa Duran Roca e o Iphan, com intermediação da Unesco, foi elaborado e encaminhado à UCG um relatório sobre essa obra.

Intervenção no monumento

As obras de restauração do Pórtico Central do Cais porto-alegrense consistiram no realinhamento e reforço da estrutura e substituição de peças afetadas pela oxidação, tratamento da estrutura metálica remanescente, especialmente da cobertura, substituição de telhas e calhas, desoxidação completa da estrutura, limpeza e pintura da estrutura, substituição dos vidros não originais, complementação dos vidros faltantes, recuperação das luminárias.

A obra foi contratada pela Secretaria Municipal de Obras e Viação de Porto Alegre com a empresa EPT – Engenharia e Pesquisas Tecnológicas, vencedora da licitação. Os trabalhos começaram em 26 de agosto de 2002, com o término previsto para 23 de dezembro do mesmo ano. Esse prazo seria prorrogado até 6 de junho de 2003. A inauguração ocorreu em 18 de junho de 2003, com a presença do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil.

Os serviços foram efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pela 12ª SR/Iphan, com materiais compatíveis e fiscalizados pelo comitê composto por técnicos da 12ª SR/Iphan, da Epahc – Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre, da Smov – Secretaria de Obras e Viação do Município e UEP – Unidade Executora do Projeto Monumenta, conforme consta nos Relatórios Mensais de Avaliação de Obras do Iphan e Monumenta. Nesses relatórios

constam também algumas recomendações para a melhor execução dos serviços:

- Uso de tinta da marca Internacional, na cor cinza escuro, para a estrutura metálica – relatório de 29/11/2002;
- Uso de antiferruginoso marítimo da marca Internacional – relatório de 30/10/2002;
- Manter os vidros de cor verde (originais), quando em bom estado, e se necessário substituí-los pelos de cor azul, por não existir no mercado os de cor verde – relatório de 26/9/2002;
- Cuidados especiais na retirada dos vidros originais. Posteriormente, ficou decidida a não retirada dos mesmos, devido ao ressecamento da massa de fixação – relatório de 26/9/2002;



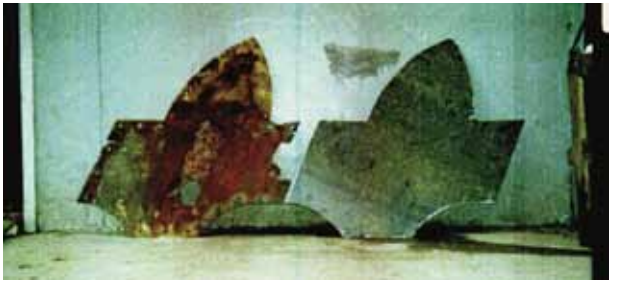
Vista do Pórtico Central do Cais do Porto, antes da restauração (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).

- Os rebites metálicos das estruturas, que já não são mais fabricados, haviam sido substituídos anteriormente por parafusos sextavados com porca. Esses parafusos continuaram a ser usados por apresentarem vantagem adicional: suportam mais peso que os rebites – relatório de 30/1/2003;
- Na substituição das telhas metálicas, a opção foi por telhas com espessura de 0,65 mm, por serem as de máxima espessura ainda disponíveis no mercado – relatório de 30/10/2002.





Estado de degradação da estrutura metálica do Pórtico Central (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Estado de degradação das peças de metal do Pórtico Central (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Estado de degradação das peças metálicas do Pórtico Central (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Estado de degradação das descidas pluviais da cobertura (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Limpeza com jateamento (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Recuperação da fachada para a av. Mauá (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).





Substituição das telhas metálicas
(Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Pinturas dos elementos decorativos
(Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Teste de cor para as paredes de alvenaria
(Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).





Frontões restaurados (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Recolocação da luminária lateral
(Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Recuperação do portão principal
(Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Luminária lateral restaurada (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Estrutura e luminária do portão principal recuperadas
(Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Frontão principal recuperado (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).



Elemento decorativo da descida pluvial recuperado (Fonte: arquivo 12ª SR/Iphan).

Estado do monumento em abril de 2007

Descrição baseada na mesma vistoria de abril de 2007.

Portão central

- Em bom estado de conservação;
- A falta de limpeza do local, a instalação elétrica e o telefone público colocado em frente ao portão prejudicam a visibilidade e depreciam o bem tombado;
- O meio-fio de pedra apresenta vestígios de pintura;
- Há plásticos de cor preta amarrados na estrutura metálica que devem ser retirados.

Armazéns A e B

Armazém A (lateral esquerda)

- A porta de vidro de acesso lateral está com a maçaneta solta;
- As vergas das portas metálicas da fachada para o Guaíba estão cedendo;
- Apresenta vidros quebrados no oitão, nas fachadas voltadas para o Guaíba e para a avenida Mauá;
- Os banheiros encontram-se em mau estado de conservação. As válvulas de descarga necessitam manutenção e o forro está deteriorado;
- A edificação está muito suja e apresenta teias de aranhas;
- Forro de gesso avariado.

Armazém B (lateral direita)

- Apresenta esquadrias enferrujadas e forro com cupins;
- Os banheiros não têm interruptores nem porta-sabonetes, necessitando de serviços de manutenção e conservação;
- O banheiro masculino está com reboco deteriorado, em função da umidade ascendente;
- O banheiro feminino não tem lâmpadas sobre as pias e a parede com a face externa voltada para o Guaíba apresenta umidade e pintura descascando e descolando;
- Ambos os banheiros necessitam de limpeza geral;
- As portas metálicas voltadas para o Guaíba apresentam sinais de ferrugem;
- Constatou-se que as instalações elétricas estão em condições precárias;
- Na fachada voltada para o Guaíba verifica-se a existência de vidros quebrados no oitão;
- A estrutura metálica do alpendre, na fachada voltada para a avenida Mauá, está sendo pintada.

Considerações

Após a vistoria anterior, foram retirados os dutos de instalações elétricas da fachada voltada para o Guaíba, que passavam abaixo do frontão do portão e acima dos portões dos armazéns A e B. De maneira geral, a edificação necessita de serviços de manutenção, limpeza e conservação.

Foi salientada a importância de uma revisão e adequação da rede elétrica e das instalações hidrossanitárias de acordo com a legislação e normas técnicas vigentes. O relatório de conservação da UEP Monumenta registra que a situação relatada acima persiste em 2010, com exceção da retirada do telefone público.



Bento Viana

Vista do Pórtico do Cais do Porto desde o Lago Guaíba.



02

Edu Lyra

PALÁCIO PIRATINI

O MONUMENTO

Endereço: Praça Marechal Deodoro ou Praça da Matriz.

Proprietário: estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de restauração e orientação técnica: Assessoria de Arquitetura da Casa Civil do Gabinete do Governador, Iphae – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado; Cientec – Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Levantamento cadastral: Planos & Projetos, Arquitetura e Restauro.

Fiscalização da obra: Iphan, Smov, Iphae, Sops - Secretaria Estadual das Obras Públicas e Saneamento e UEP Monumenta.

Empresas responsáveis pela obra: Fator Engenharia (fachada frontal); EPT - Engenharia e Pesquisas Tecnológicas (demais fachadas).

Início e conclusão da obra: do final de 2000 ao final de 2006.

Mão de obra: 10 a 15 profissionais, entre mestre de obras especialista na aplicação de cirex, marceneiro, pedreiros, carpinteiros, eletricista e serventes.

Valor da obra: R$ 570.292,89.

Intervenção: restauração das fachadas frontal, de fundos e laterais da ala governamental.

Uso proposto: continuidade do uso como sede de governo.

Observação: a obra foi executada com recursos de contrapartida do governo do estado, por intermédio de Convênio de Cooperação com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A obra de restauração das fachadas da ala governamental do Palácio Piratini foi integralmente registrada em relatório técnico concluído em 2006. Esse relatório foi coordenado até 2005 pelas arquitetas Marta Ghezzi e Denise Moré e, até a sua conclusão, pelas arquitetas Flavia Boni Licht e Luana Piccoli Frasson, integrantes da Assessoria de Arquitetura da Casa Civil do Gabinete do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, responsável pela preservação do Palácio Piratini. Além das profissionais já mencionadas, a elaboração desse documento contou com a participação do arquiteto Ângelo Braghirolli (Iphae), da engenheira civil Fernanda Macedo Pereira Vieira (Cientec), do engenheiro civil Fernando Antônio Piazza Recena (Cientec), e com a colaboração acadêmica dos estudantes de arquitetura Camila Warpechowski, Clarissa Castilhos e Rafael Passos.

A condensação do relatório técnico de restauração do Palácio Piratini, para a presente publicação, foi realizada pela arquiteta Débora R.M. da Costa.



Detalhe do escudo de armas do Rio Grande do Sul no frontão do Palácio Piratini.

Bento Viana

Palácio Piratini

Sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

O presente texto tem como base o relatório de acompanhamento da obra de restauração realizado no escopo do convênio entre o município e o governo do estado para a realização de obras em próprios estaduais integradas ao Projeto Monumenta Porto Alegre.

Histórico

A história do palácio governamental do estado do Rio Grande do Sul se inicia praticamente com a fundação de Porto Alegre. A primeira sede do governo na nova capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve sua construção iniciada em 1772, sendo concluída em 1789. As obras do atual palácio, que substituiu o anterior, começaram em 1909 e só foram concluídas em 1928. Conforme o professor Gunter Weimer, no âmbito estritamente arquitetônico, o prédio ocupa uma posição única por ter sido – ao que consta – integralmente projetado no exterior, para o qual muitos dos materiais foram importados, da mesma forma como todos os seus elementos escultóricos, cuja concepção e execução ficaram sob responsabilidade de artistas qualificados. A denominação "Piratini", adotada em 1955, por decreto do Governador Ildo Meneghetti, é uma alusão à cidade que sediou a primeira capital farroupilha, em 1836. Essa denominação homenageia, portanto, um capítulo marcante da história sul-rio-grandense.

Monumento

O projeto do Palácio Piratini é de autoria do arquiteto francês Maurice Gras. Com exceção da areia, dos tijolos, granitos e madeiras, os materiais utilizados, como ferros, mármores, elementos de serralheria artística, luminárias e, inclusive, cimento, são de procedência inglesa, francesa e italiana. Participaram de sua construção



Interior do Palácio Piratini.

artistas e artífices locais e outros profissionais, oriundos da Argentina e de diversos países da Europa, que executaram serviços altamente especializados, como trabalhos de cantaria, revestimentos ornamentais, esquadrias e mobiliário, além de esculturas e pinturas de reconhecido valor.

Em 2006, em comemoração aos 85 anos do Palácio Piratini, a Assessoria de Arquitetura da Casa Civil elaborou extensa pesquisa e realizou exposição sobre a história daquela edificação, denominada *Palácio Piratini 85 anos – 1921/2006*, aberta ao público no recinto do palácio. Na mesma ocasião, o governo do estado lançou o livro *Palácio Piratini 85 anos: patrimônio da arquitetura, cenário de história e política*, organizado também pela Assessoria de Arquitetura e que hoje está em sua terceira edição.

Tombamento

A solicitação de tombamento estadual foi feita em agosto de 1986 pelo arquiteto Charles Renê Hugaud ao arquiteto José Albano Volkmer, coordenador do então Cphae (Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), hoje Iphae. Hugaud propôs que o prédio do Palácio Piratini e seu acervo artístico e documental fossem tombados no dia da instalação do Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural.

Em setembro de 1986, o coordenador do Cphae solicitou ao Subsecretário de Cultura, Luiz Antônio de Assis Brasil, a abertura do processo de tombamento do Palácio Piratini e de seu acervo, ressaltando a importância desses bens e seu valor político-administrativo. No mesmo mês, a Câmara de Patrimônio Histórico, sob o parecer n. 752, aprova por unanimidade o tombamento, incluindo nesse ato os acervos históricos, artísticos e documentais.

No mês de novembro seguinte, o subsecretário de cultura reconhece o palácio e seu acervo como de interesse público, e os tomba nos termos do Artigo 1º da Lei Estadual n. 7231/78, combinado com o Decreto-Lei 25/37 e com o parecer n. 752 da Câmara de Patrimônio Histórico do Conselho Estadual de Cultura. A portaria correspondente, de n. 24/86, foi publicada no *Diário Oficial do Estado* em 12 de novembro de 1986.

Em nível federal, no dia 9 de novembro de 2000, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, onde coube ao conselheiro Nestor Goulart dos Reis Filho realizar e ler o parecer sobre o tombamento da área central de Porto Alegre, salientando o inegável valor histórico dos dois conjuntos urbanísticos: "cenário de origem e formação de uma das mais importantes cidades brasileiras, sendo seus edifícios documentos importantes de cada uma das etapas dessa formação e desenvolvimento".

Sobre o valor cultural do conjunto da praça da Matriz, Nestor Goulart ressaltou a qualidade dos projetos arquitetônicos, e atribuiu como principal obra desse sítio o Teatro São Pedro, reconhecendo nos outros dois edifícios, Palácio Piratini e Biblioteca Pública, as qualidades como partes de um projeto urbanístico, relacionados entre si e com o conjunto da praça. Goulart avaliou o conjunto como de indiscutível excepcionalidade, sendo aprovado pelo conselho.

Em 27 de dezembro de 2001, o presidente do Iphan solicitou a homologação do tombamento do sítio histórico das praças da Matriz e da Alfândega,



Fonte com grupo escultórico no pátio interno do Palácio Piratini, de autoria de Paul Landowski.

recomendado por unanimidade pelo Conselho Consultivo do Iphan.

Através da Portaria n. 010, de 15 de janeiro de 2002, foi homologado o tombamento do sítio histórico das praças da Matriz e da Alfândega, pelo então Ministro da Cultura, Francisco Weffort. A inscrição no *Livro de Tombo Histórico*, se deu em 24 de abril de 2003, sob o número 566.

Características arquitetônicas – análise formal e tipológica

O projeto de Maurice Gras para o Palácio Piratini é um importante exemplar do ecletismo europeu transplantado para o Brasil. Projetado na França e construído com materiais franceses, o edifício incorpora algumas peculiaridades do historicismo francês, pouco usuais nos projetos desenvolvidos então em Porto Alegre, mais ligados a influências alemãs e italianas. O prédio visível a partir da praça da Matriz é um imponente volume cúbico disposto sobre discreto embasamento em pedra clara. O corpo principal, em que pese possuir dois pavimentos, é fortemente unificado por uma sequência de oito semicolunas jônicas gigantes, que criam a impressão de um forte porticado. Nos intercolúnios, junto ao primeiro pavimento, predominam os cheios sobre os vazios, onde ornatos, mísulas e gradis escuros criam um peso que equilibra a porção superior, predominantemente vazada. Uma linha de balcões divide o corpo principal, acima dos quais abrem-se grandiosas vidraças correspondentes aos salões do segundo pavimento. Essas vidraças remetem ao neoclássico francês, juntamente com o tom claro do palácio e com a terminação lateral em cunhais à feição de pedra. A centralidade da fachada é marcada pela concentração de ornamentação junto à porta principal, onde as colunas se duplicam. Duas esculturas de Paul Landowski, representando a indústria e a agricultura, ladeiam a porta principal, sobre a qual localiza-se o Escudo rio-grandense. O entablamento é composto por uma discreta arquitrave, um friso dórico (em que pese a concepção jônica do restante do prédio), uma ampla cornija e uma platibanda vazada com balaústres.

Levantamento arquitetônico

O levantamento arquitetônico das fachadas foi contratado juntamente com a execução das obras de restauro, sendo executado pela equipe liderada pelo arquiteto Carlos Max Moreira Maia, simultaneamente à realização dos serviços. Foram realizados o levantamento cadastral das fachadas e passarelas e os registros gráfico e fotográfico das intervenções. Esse trabalho, detalhado, encontra-se arquivado no setor de arquitetura da Casa Civil do Palácio Piratini.

Histórico das obras realizadas

A construção do Palácio Piratini se iniciou em outubro de 1909 e foi concluída em dois anos. Mas os demais serviços de execução e ornamentação se desenvolveram até depois da mudança para o prédio do presidente da província, Antônio Augusto Borges de Medeiros, em 17 de maio de 1921. Na ocasião ainda faltava muito por fazer e as obras continuaram, com maior ou menor intensidade, por muitos anos. De 1930 a 1945, somente foram realizadas obras de conservação. Em 1945, tiveram

lugar os serviços de revestimento interno e externo, como os revestimentos de gesso no salão de festas, no *hall* e na sala de banquetes da recepção. De 1947 a 1952, foram executados os revestimentos de gesso e mármore, bem como a pintura do segundo pavimento do Palácio das Recepções. Em 1951, foi contratado o artista Aldo Locatelli para pintar três salas: Salão de Honra, Salão das Senhoras e Sala Vestíbulo. Em 1952, Locatelli foi novamente contratado para a pintura interna do Salão Principal, Salão de Banquetes e Salão de Honra, inclusive para a pintura mural de vários painéis a óleo, técnica também denominada "afresco seco". No primeiro governo do engenheiro Ildo Meneghetti, entre 1955 e 1959, foram executados vários serviços de conservação da edificação. Anteriormente havia sido instalado pela CEEE, no palácio, uma usina a diesel, para fornecer energia elétrica e iluminação em caso de emergência.

No governo de Leonel Brizola, entre 1960 e 1963, foi refeito o sistema de abastecimento d'água, construídos sanitários para o governador e funcionários, reparadas as instalações de esgotos e reformados os compartimentos do porão. O Salão Oval, com três janelas com sacadas, foi transformado em oratório. Também foi instalado um elevador para oito pessoas e construída uma estação transformadora. Na ala residencial foram reformados dois sanitários do primeiro pavimento, dois sanitários do segundo pavimento e a lavanderia, e instalada uma central de aquecimento.

Coube ao governo do coronel Walter Peracchi Barcellos a colocação dos parquês, dos lustres e das cortinas no Salão Negrinho do Pastoreio, que então era assoalhado com tábuas comuns e dividido em compartimentos, em conflito com a presença dos murais de Aldo Locatelli.

No período do governo de Euclides Triches foi construído o primeiro Galpão Crioulo, nos moldes dos tradicionais galpões das estâncias rio-grandenses, com 600 m^2, coberto de palha santa-fé, ocasião em que foram reformados os jardins. Estes, segundo depoimento do arquiteto Fernando Corona, foram embelezados com o acréscimo de uma fonte adornada com um chafariz em ferro de autoria do escultor francês Mathurin Moreau, de árvores decorativas e de sombra, sem qualquer plano preexistente, mas com apurado gosto feminino, idealizado pela primeira dama do estado, sra. Neda Ungaretti Triches.

Em 1982, no governo de Jair Soares, foi realizado o piso externo de pedra portuguesa, projeto de autoria da arquiteta Glenda Pereira da Cruz. Também foi realizada intervenção na balaustrada e restauração das obras de Locatelli, pela restauradora Leila Sudbrack.

No governo Colares foi realizada a reforma de dois sanitários no segundo pavimento e a substituição dos azulejos originais da cozinha; e no governo de Antônio Brito, a impermeabilização do terraço, a reforma dos dois sanitários nas passagens de carros, mantendo-se os degraus originais da escada em blocos de granito. Na ala residencial, foi reformado o sanitário do terceiro pavimento.

De 1999 a 2002, durante o governo de Olívio Dutra, foi substituído o piso da Casa Militar – devido ao intenso ataque de insetos xilófagos –, com a colocação de carpete em alguns ambientes e de tacos de madeira em outros, e restaurados a escada da ala residencial e o mobiliário do Salão Alberto Pasqualini. Nesse governo, em 2000, iniciou-se a recuperação da fachada principal em caráter de emergência. Na ocasião, a restauração

das fachadas foi integrada ao Projeto Monumenta, em convênio firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, contemplando obras de restauração em outros bens monumentais do estado na capital, como já foi referido anteriormente nessa publicação.

Por fim, durante o governo de Germano Rigotto, de 2003 a 2006, além do trabalho de manutenção e conservação, efetuado por técnicos e funcionários da Casa Civil, foi realizada a recuperação das demais fachadas da ala governamental e das passarelas de ligação com a ala residencial. Para tanto, em setembro de 2003, foi firmado novo convênio entre o município e o governo do estado, tendo como executor a Sedac – Secretaria de Estado da Cultura, visando a restauração de seis monumentos pertencentes ao estado. A restauração das fachadas do Palácio Piratini foi contrapartida estadual, que incluiu a elaboração dos projetos de restauração dos bens envolvidos no contrato. Restrições orçamentárias impediram a contratação de empresas privadas para a elaboração dos projetos. Esse trabalho coube à equipe do Iphae – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Nessa ocasião, somou-se à contrapartida estadual a elaboração dos orçamentos das obras pelo engenheiro Paulo Tatsch, cedido pela Susep – Superintendência de Seguros Privados para integrar o corpo técnico da Sedac. O trabalho impecável e criterioso de Tatsch foi



Fachada do Palácio Piratini.

de inestimável valia para a aprovação dos orçamentos das obras pela UCG Monumenta/Brasília. Os consultores do Monumenta, além de aprovar esses orçamentos, sempre mencionavam sua qualidade técnica, o que se deve à competência do autor.

Obras de restauração do Projeto Monumenta

As obras de recuperação das fachadas da ala governamental e das passarelas de ligação à ala residencial estão descritas neste trabalho, conforme Relatório Técnico de Restauro das Fachadas da ala governamental do Palácio Piratini, elaborado pelo setor de arquitetura da Casa Civil do governo do estado.

Embora a edificação esteja em uso e em constante manutenção, o que assegura sua longevidade, apresenta algumas patologias decorrentes de intensas atividades que nela têm lugar, necessitando de obras específicas para sanar os principais problemas.

Descrição do estado físico atual do prédio

Essa descrição foi baseada na Inspeção do Palácio Piratini, realizada por técnicos da 12ª SR/Iphan e Iphae, de agosto de 2005 a dezembro de 2006. Os documentos relativos à inspeção se encontram arquivados na sede da 12ª SR/Iphan.

Nas vistorias realizadas, foram detectados problemas considerados emergenciais, em virtude do agravamento das deteriorações e descaracterizações.

Na ala governamental, os principais problemas apontados foram:

- Subsolo – algumas salas com instalações elétrica e de rede lógica em mau estado; falta de ventilação e de iluminação natural; presença de insetos xilófagos em montantes de divisórias;
- Primeiro pavimento – instalações elétricas e de rede lógica em mau estado; ataque de insetos xilófagos nos tacos de madeira do piso; rampa de acesso mal dimensionada; descaracterização do piso da Casa Militar com a retirada dos tacos originais e a colocação de carpete, em 2000;
- Segundo pavimento – mau estado do piso de tabuão; infestação de cupins nos tacos; área de circulação servindo de depósito; instalações aparentes em mau estado. No Salão Alberto Pasqualini, por ocasião de eventos, a remoção dos móveis é realizada de forma inadequada – nessas ocasiões também é usada iluminação muito forte, que incide sobre as pinturas murais;
- Terceiro pavimento – presença de insetos xilófagos na escada, atualmente recoberta por carpete; retirada dos azulejos brancos facetados originais da antiga barbearia; problema nas canalizações hidrossanitárias localizadas no outro lado da parede do mural de Aldo Locatelli;
- Quarto pavimento – pé-direito inadequado, de 1,38m na área de circulação de funcionários.

Principais problemas registrados na ala residencial:

- Subsolo – péssimo estado das instalações elétricas e hidrossanitárias e falta de espaço na marcenaria;
- Primeiro pavimento – esquadrias externas danificadas, com inserção de aparelhos de ar-

condicionado na maioria; presença de umidade decorrente do escoamento de águas pluviais; ataque de insetos xilófagos no mobiliário do depósito;

- Segundo pavimento – esquadrias externas danificadas com a inserção de aparelhos de ar-condicionado na maioria; instalação elétrica em mau estado;
- Terceiro pavimento – umidade descendente decorrente das infiltrações da laje da cobertura e do terraço; instalações elétricas em mau estado.

Considerações técnicas sobre a degradação das fachadas

Segundo o *Relatório de restauro das fachadas da ala governamental do Palácio Piratini,* "uma edificação com grandes superfícies recobertas de argamassa sem proteção é de difícil manutenção, pois o material fica exposto permanentemente aos agentes responsáveis por sua deterioração, o que ocorre inevitavelmente".



Deterioração do lacrimal da fachada.

A velocidade e a intensidade desse processo de deterioração vão depender das características da própria argamassa, ou seja, dos materiais empregados e do seu traço. Outro elemento importante como agente de deterioração desse tipo de superfície é o ambiente onde a edificação está inserida. O Palácio Piratini encontra-se sob a ação de uma atmosfera urbana que contém uma série de compostos, os quais, em contato com a umidade do ar, tornam-se agressivos de maneira geral a qualquer aglomerado alcalino, inclusive o material de revestimento empregado no presente caso, o cirex.

Argamassas e concretos podem ser considerados materiais termodinamicamente instáveis, sendo passíveis de sofrer processo de deterioração conhecido como envelhecimento, caracterizado por:

- Ação física – pela absorção de água em ciclos alternados de molhagem e secagem, determinando a expansão e a contração do material, com a ruptura da estrutura resistente do material na camada superficial, determinando a perda de estabilidade da argamassa e o consequente esfarelamento do reboco da fachada oeste, com exposição da armadura das bases das colunas das passarelas;
- Ação físico-química – impondo a dissolução por lavagem da pasta do aglomerante, expondo o agregado e gerando também perda de estabilidade com esfarelamento;
- Ação química – promovida por agentes agressivos, em geral ácidos, presentes na atmosfera urbana em função da combinação principalmente dos compostos de enxofre residuais do processo de queima de combustíveis fósseis com a umidade do

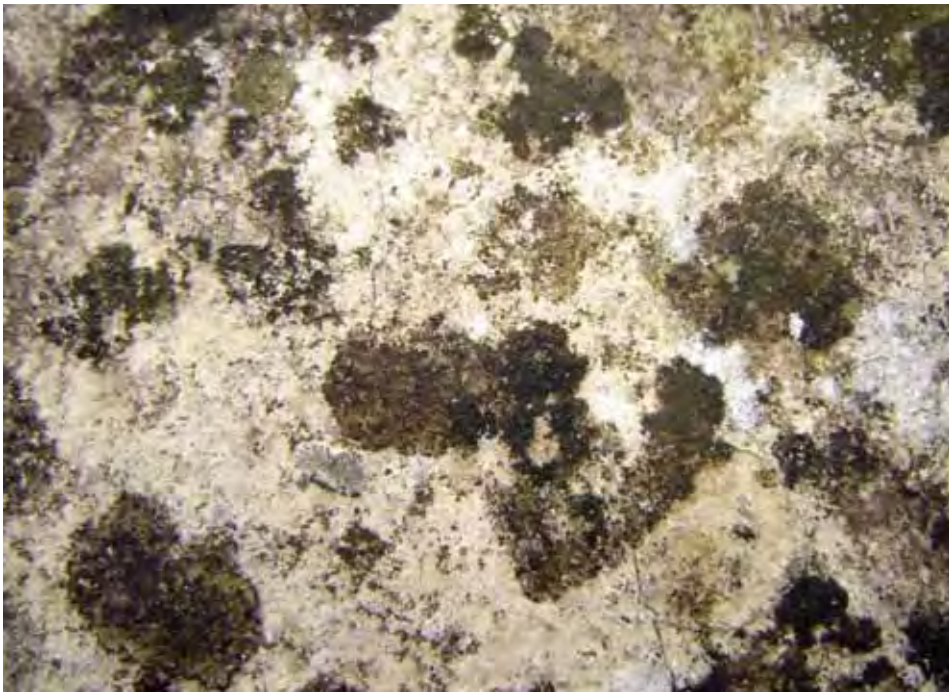
ar, produzindo ácidos sulfúrico e sulfuroso. Esses compostos têm forte poder de dissolução que, somado à ação mecânica de lavagem exercida pela chuva, geram, igualmente, perda de estabilidade do material com esfarelamento da argamassa.

Outro aspecto a ser considerado na deterioração dos materiais à base de cal reside na constante e inevitável redução do pH desses materiais alcalinos. Sendo uma argamassa que em sua produção tem como aglomerante a cal, a redução do pH foi prejudicial. Nesse processo de endurecimento, uma parte da cal não se transforma em carbonato de cálcio, restando sempre uma quantidade significativa de hidróxido de cálcio responsável pelo elevado pH das argamassas, que será fundamental na estabilidade química do aço ali imerso, como se verifica em muitas peças de argamassa armada encontradas nas fachadas do Palácio Piratini. Com a redução do pH, no caso de haver armaduras em concreto armado ou em argamassa armada, rompe-se a capa passivadora, estável apenas em ambientes de elevado pH, que protege o aço do processo de corrosão. Por outro lado, com a redução do pH, são criadas condições mais favoráveis à instalação de colônias de microrganismos e até ao crescimento de vegetação de algum porte.

A progressão do fenômeno de envelhecimento sempre estará associada ao aumento da porosidade do material e da fissuração causada pela retração oriunda do processo de carbonatação. O dano que determina maior comprometimento estético, com responsabilidade estrutural, está relacionado com o desenvolvimento de processos de corrosão das armaduras ou de peças estruturais de aço envoltas em argamassa.



Desplacamento do revestimento .



Colônias de microrganismos na fachada sul.



Ficus indiana na platibanda da fachada sul.

Isso ocorre em função de lascamentos, quebra de cantos e desprendimento de grandes fragmentos pela expansão do metal, ocasionada pelo maior volume ocupado pelos produtos da corrosão representados por óxidos e hidróxidos de ferro em relação ao material íntegro.

Um exame mais acurado dos trechos já lavados revelou que o estágio de degradação da argamassa de revestimento da fachada era ainda mais intenso do que se supôs por ocasião da primeira observação. Fissuras de diferentes aberturas e comprimentos, que antes da lavagem estavam encobertas pela sujeira depositada, foram postas em evidência, estando disseminadas ao longo de toda a fachada. Quebras e desprendimentos puderam ser percebidos em grande quantidade, havendo exposição da armadura de reforço em alguns locais. O acúmulo de material removido pela operação de lavagem que se depositou no passeio evidenciou o intenso desgaste superficial do revestimento. Em diversos trechos, mais notadamente na platibanda e nos cachorros, foi possível perceber que o revestimento, de natureza diversa do restante da fachada, apresentava-se extremamente fragilizado, sendo vulnerável ao simples toque dos dedos, e desagregava-se com pulverulência.

A degradação do material de revestimento se percebia de forma mais intensa em certos detalhes ornamentais, a ponto de alterar a forma original do elemento, principalmente em suas arestas. Onde se aninham pássaros foi possível constatar significativo acúmulo de excrementos, comprometendo esteticamente a fachada e contaminando a argamassa de revestimento. Em diversos locais, sendo a camada de revestimento submetida a percussão, foi percebida a formação de som cavo em alguns trechos, indicativo de seu desprendimento do substrato. Particularmente danificado apresentava-se o Escudo rio-grandense, com comprometimento de sua forma original pelo desprendimento de importantes fragmentos, causado pelo adiantado estado de corrosão da armadura de reforço em alguns pontos.

Confirmou-se assim a urgente necessidade de fixação das partes soltas, restituição das lacunas, colmatação das fissuras e proteção superficial do revestimento, conforme fora indicado no primeiro relatório da comissão e nas especificações técnicas integrantes do contrato e do primeiro termo aditivo contratual, celebrados com a empresa Fator Engenharia.

Por outro lado, a observação mais detalhada dos elementos de maior volume apostos sobre a fachada

principal permitiu supor a inexistência de movimentação relativa entre estes e o paramento vertical, pela ausência de indícios característicos desses processos de desprendimento, quais sejam fissuras ou deslocamentos com separação. Além disso, prospecções permitiram comprovar que os elementos ornamentais são ocos.

Diante dessas informações, e sendo constatada a dificuldade em promover o atirantamento eficiente desses blocos à fachada, o que poderia causar sérios danos, a comissão reavaliou sua orientação original quanto à fixação dos elementos de grande volume, que foram considerados estáveis no momento. A recomendação foi, portanto, de ser estabelecido um plano de inspeção periódica para acompanhamento do comportamento desses elementos ao longo do tempo, de modo a possibilitar a identificação e o saneamento de novas manifestações patológicas.

Projeto de intervenção nas fachadas

Em abril de 2000, logo após a queda de um grande fragmento do Escudo rio-grandense, ornamento de argamassa situado no frontispício, acima da porta principal, as fachadas do palácio foram vistoriadas com o auxílio de uma escada Magirus. Foi constatado que os ornamentos e revestimentos estavam afetados por diversas patologias, evidenciadas pela presença de inúmeras fissuras, com desplacamento da argamassa e, em alguns pontos, do concreto (como nos balaústres da platibanda); pela desagregação do revestimento, com esfarelamento; ou ainda por alterações cromáticas causadas pela instalação de colônias de microrganismos e vegetais inferiores.

Após serem submetidas, por quase um século, à ação das intempéries e a danos causados por intervenções inadequadas, as fachadas apresentavam sinais de alto grau de comprometimento dos ornamentos e revestimentos. A gravidade da situação exigia a realização de procedimentos de restauro para garantir a estabilidade estrutural e sustar o processo de degradação, especialmente na fachada principal, cuja recuperação, face ao risco de acidente, foi considerada prioritária, constituindo a primeira etapa dos trabalhos. Na segunda etapa foram recuperadas as fachadas laterais (leste e oeste) e a fachada posterior (sul), além dos dois elementos de ligação com a ala residencial.

Foi nomeada, pelo governo do estado, uma comissão formada por arquitetos e engenheiros representantes do Iphae - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, da Cientec - Fundação de Ciência e Tecnologia, da Sops - Secretaria das Obras Públicas e Saneamento do Estado e da Casa Civil do Gabinete do Governador. As intervenções foram pautadas por princípios internacionais de restauro e tiveram o acompanhamento de representantes do Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os trabalhos da comissão desenvolveram-se em três fases. Na primeira, compreendida entre os dias 28 de novembro de 2000 e 5 de janeiro de 2001, a comissão analisou o problema e apresentou suas recomendações em relatório que foi anexado ao processo n. 1408-08.01/00-5. A segunda fase, iniciada em dezembro de 2001 e concluída em agosto de 2002, compreendeu o detalhamento das especificações técnicas e a orientação dos procedimentos de estabilização e restauro da fachada principal da ala governamental. A terceira fase

correspondeu ao detalhamento das especificações técnicas e à orientação dos procedimentos de estabilização e restauro das fachadas laterais e posterior da ala governamental, e dos dois elementos de ligação com a ala residencial.

Após a conclusão da lavagem de toda a fachada principal, e baseada no minucioso cadastramento das patologias, a comissão procedeu a um maior detalhamento das especificações técnicas, visando sanar os danos, que foram agrupados em:

Instabilização da argamassa de revestimento



Aspecto provocado pela água das chuvas no revestimento da borda da laje da cimalha.



Fissuras disseminadas em todas as fachadas.

Fraturas



Fratura em balaústre da sacada.

Corrosão

Da armadura empregada na estabilidade de peças de argamassa armada, como reforço em balaústres ou de peças estruturais representadas por perfis metálicos revestidas por argamassa.



Armadura corroída em verga de porta da fachada.



Armadura corroída em balaústre da fachada principal.

Manchamento

Causado pela alteração da cor e da tonalidade, tendo como origem diversos fatores. São eles:

- Manchamento por processo de lixiviação;
- Manchamento por escorrimento de materiais poluentes e sujidades variadas depositadas no percurso da água da chuva;
- Manchamento por ação direta da radiação ultravioleta;
- Manchamento por ataque biológico representado pela ação de excrementos de pássaros;



Marcas de excremento de pássaros em escultura da fachada.

- Falta de insolação, notadamente na fachada sul;



Fachada sul antes da restauração.

- Vandalismo, com marcas deixadas pelo arremesso de ovos, cujas claras, praticamente proteína pura, funcionam como fixador, deixando manchas que só podem ser retiradas por abrasão; a ação mecânica representada por choques e batidas intencionais, e a aplicação de "ornamentos" por colagem, fixados com a ajuda de silicone que, ao serem removidos, deixam lesões no revestimento;



Marcas de ovos arremessados na fachada principal.

- Pinturas, especialmente nas esquadrias, executadas com algum descuido, produzindo marcas que só puderam ser retiradas por abrasão;
- Ferimentos acentuados na argamassa, causados por intervenções inadvertidas, como a colocação de aparelhos de ar-condicionado, ou mastros para bandeiras, com a introdução de uma estrutura de suporte diretamente nas paredes externas da edificação, feita de forma bastante agressiva ao prédio.



Corte na parede para a inserção de aparelho de ar-condicionado.

Relatório das obras de intervenção no monumento

A restauração da fachada principal foi contratada com a empresa Fator Engenharia, em 27 de novembro de 2001, e a das demais fachadas, com a empresa EPT – Engenharia e Pesquisas Tecnológicas, em 5 de outubro de 2004, ambas concluídas em maio de 2006 e realizadas através de procedimentos licitatórios compreendendo a execução de levantamento cadastral, diagnóstico, limpeza, verificação e remoção de elementos e revestimentos soltos, substituição dos balaústres da platibanda, fixação

e restituição de partes de ornamentos, recuperação do revestimento, remoção de cabos aparentes, restauração das esquadrias externas de madeira. Nas fachadas laterais e posterior foram também realizadas a imunização do revestimento e a instalação de telas metálicas e outros dispositivos destinados a evitar o pouso de aves. As esquadrias de ferro não foram incluídas nesses contratos devido a limitações de ordem financeira.

Elementos estabilizados e restaurados

A recuperação das fachadas da ala governamental e das passarelas do Palácio Piratini compreendeu intervenções de estabilização, restauro (em alguns casos, substituição) e proteção do revestimento, dos elementos ornamentais e das esquadrias de madeira.

Dentre os elementos ornamentais destacam-se, na fachada principal, o Escudo rio-grandense, obra do escultor espanhol Jesus Maria Corona, e duas esculturas, representando a agricultura e a indústria, do escultor francês Paul Landowski (também autor da estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro), enquanto a fachada posterior apresenta o grupo escultórico conhecido como *A primavera* ou *As quatro estações*, do mesmo artista.

Além desses ornamentos, as fachadas apresentam diversos elementos decorativos como colunas e pilastras, capitéis, medalhões e guirlandas em argamassa, balaústres de concreto na platibanda e balaústres de pedra calcária nas sacadas. O embasamento é constituído de blocos de pedra calcária apicoada.

Os dois elementos que interligam as alas governamental e residencial, denominados passarelas, são constituídos por laje de tijolo armado com vigamento de ferro, apoiada em quatro colunas de alvenaria de tijolos cerâmicos revestidos com argamassa.

Conforme relatório da Secretaria das Obras Públicas, o projeto original previa a utilização de grés branco de Taquari em toda a superfície acima do embasamento, mas não foi possível obtê-lo na quantidade necessária em tom uniforme e isento de manchas, sendo empregado estuque para revestir as paredes de tijolo, em lugar do reboco comum. Em vista disso, a execução do revestimento "em pedra reconstituída desde o filete da cimalha da cornija superior até o *soco* de pedra de Villars" foi contratada, em 1912, com Rousselet & Fils, estabelecidos em Paris e Buenos Aires. O revestimento seria de uma camada de emboço ordinário com dois centímetros de espessura e outra, de um centímetro, imitando pedra. No Brasil, esse tipo de revestimento recebe diferentes denominações regionais, como argamassa penteada, ou argamassa raspada, ou pó de pedra, dentre outras. Em Porto Alegre é usualmente conhecido como cirex.

O arquiteto Fernando Corona, filho do escultor e arquiteto espanhol Jesus Maria Corona, foi autor do Escudo rio-grandense situado sobre o ingresso principal do Palácio Piratini (e também vencedor do concurso internacional de projetos para a igreja matriz e atual catedral, projeto esse que não foi realizado). Ele relata que os ornamentos foram executados a partir de modelos originais de gesso vindos de Paris, os quais "eram entregues aos formadores, que os reproduziam pelo processo de formas em gelatina e fundidos com pedra reconstituída, a mesma do revestimento. Os estucadores e frentistas recebiam os ornatos e os colocavam no lugar certo".

No primeiro pavimento há sete portas em serralheria artística, de ferro e bronze, de procedência francesa,

enquanto as janelas foram executadas em madeira de louro. Nas esquadrias do segundo pavimento foram utilizados perfis de ferro, sendo compostas de portas com bandeiras fixas.

Platibanda

A platibanda, em alvenaria de tijolos cerâmicos, conta com balaústres de concreto armado, sendo 107 na fachada principal, 101 na fachada sul (posterior), 33 na fachada oeste e 30 na leste.

Na investigação realizada pela Cientec, em dezembro de 2000, foram constatadas diferenças na composição do concreto, levando à suposição de que já houvesse ocorrido a substituição de alguns elementos. Essa suposição foi confirmada após a remoção dos balaústres da fachada principal, quando foi encontrada uma peça datada de 1984.

A balaustrada estava visivelmente danificada, com muitas peças trincadas ou quebradas, com a ferragem exposta. Esse processo já estava instalado nos balaústres que não apresentavam sinais externos, o que justificou a substituição de todos os elementos.

Os novos balaústres possuem forma e dimensões idênticas às dos que foram removidos, sendo executados com concreto de melhor qualidade, recebendo uma camada de revestimento pigmentado, traços desenvolvidos pela Cientec. A face superior do corrimão e a face interna das platibandas eram revestidas com reboco comum.

Na fachada principal e nas laterais, alguns trechos de reboco que se haviam desprendido do substrato foram removidos e as superfícies foram regularizadas com graute comercial, recebendo também uma camada do revestimento empregado nos balaústres.



Balaústres da platibanda, antes e depois da restauração.

Como a maior parte do reboco do corrimão da balaustrada da fachada sul teve de ser removida por estar desprendida do substrato, a comissão deliberou pela retirada dos trechos remanescentes, a fim de possibilitar a substituição integral e evitar o futuro

aparecimento de trincas nas emendas. Foi também necessário substituir uma barra de ferro chato que armava as peças que compõem o corrimão e que estava totalmente degradada pela corrosão.

As faces externas das platibandas são revestidas com argamassa tipo cirex, cujas características de textura e tonalidade diferem do restante das fachadas. A análise visual de alguns fragmentos revelou que o revestimento original recebeu, posteriormente, uma camada de salpique e uma nova camada de revestimento tipo cirex. Toda a área apresentava inúmeras fissuras, especialmente na fachada sul, e a inspeção minuciosa, realizada por percussão, indicou muitos trechos com perda de aderência do revestimento, havendo algumas lacunas. Em vista disso, as intervenções de estabilização e restauro das platibandas compreenderam lavagem, colmatação de fissuras, fixação do revestimento e restituição das lacunas de cirex.





Platibanda da fachada principal, antes e depois da restauração.

Lajes da cimalha

As lajes da cimalha são suportadas por mãos-francesas e por cachorros em perfis de ferro duplo T, sendo possivelmente constituídas por abobadilhas de tijolo armado e vigotas de ferro, como a laje da cobertura e as lajes de entrepiso. Estão revestidas por duas camadas de lajotas cerâmicas, que se encontravam em bom estado, nas quatro fachadas. No trecho correspondente à fachada principal foi verificada a presença de pinos de ferro, com finalidade desconhecida, fixados às lajotas junto à borda. Observou-se também nas bordas das quatro lajes a presença de uma camada de salpique e outra de revestimento sobre o revestimento original, conforme foi verificado nas platibandas. Essa grossa camada dificultava o perfeito escoamento da água, induzindo sua penetração entre o revestimento e o substrato.

As intervenções nas lajes da cimalha compreenderam: limpeza; preenchimento de algumas lacunas na cerâmica junto às bordas com argamassa; desbaste da aresta do revestimento das bordas para facilitar o escoamento da água; e impermeabilização das lajotas e dos rejuntes. Além desses procedimentos, foram removidos os elementos de ferro no trecho pertencente à fachada principal.



Borda da laje da cimalha, antes da restauração.



Borda da laje da cimalha, depois da restauração.

Demais elementos da cornija

Assim como ocorre nas platibandas, também nos lacrimais e nos cachorros o revestimento original estava recoberto por uma camada de salpique e outra camada de revestimento tipo cirex, com textura e tonalidade diferentes e com menor resistência que o revestimento do restante das fachadas.

A recuperação desses elementos compreendeu limpeza, restituição das lacunas do revestimento, colmatação de fissuras com resina acrílica, fixação de trechos do revestimento com pinos de resina epóxi e proteção superficial.

Um trecho do lacrimal da fachada principal foi fixado com parafusos inox e buchas plásticas. No lacrimal da fachada oeste, onde ocorrera um desplacamento importante de um fragmento de argamassa, foi necessário remover e restituir um trecho de 15 metros lineares. Nesse caso, a ferragem original, com formato de mola, que se encontrava totalmente comprometida pela corrosão, foi substituída por uma armadura constituída por quatro barras longitudinais e estribos, soldada no perfil duplo T.



Desplacamento de fragmentos do revestimento do lacrimal da fachada leste.



Lacrimal e cachorros após a restauração.

Escudo rio-grandense

O Escudo rio-grandense está situado no friso, sobre a porta principal do palácio. É um ornamento de grandes dimensões, composto pelo brasão da República Rio-grandense, sustentado por dois anjos apoiados em guirlandas de rosas e ornamentado por volutas.



O escultor espanhol Jesus Maria Corona o modelou em 1913, sendo constituído por uma camada de base e duas outras camadas: a interna, que dá forma ao ornamento, é constituída, provavelmente, de cal e areia, conforme foi sugerido pelo ensaio realizado pela Cientec, enquanto a camada de revestimento foi executada com a mesma argamassa do restante da fachada. Em razão de suas grandes proporções, não constitui um elemento maciço, sendo estruturado com uma armação de ferro.

Em março de 2000, em decorrência da corrosão da armadura provocada pela ação da umidade, verificou-se o desprendimento e a queda de um bloco de argamassa das volutas que constituem o elemento central superior. Na sequência, foi necessário remover outras partes do ornamento que apresentavam instabilidade: o cotovelo e o joelho de um dos anjos e mais dois trechos do elemento central. Por ocasião da primeira vistoria no local foi possível remover, sem auxílio de qualquer



Escudo rio-grandense na fachada principal, antes e depois da restauração.

ferramenta, vários fragmentos integralmente soltos e prestes a se desprender.

O restauro integral do Escudo rio-grandense, com a reconstituição total desses ornamentos, foi de execução bastante requintada, para que não houvesse dano ao material remanescente e para que o volume original da peça fosse reproduzido da maneira mais fiel possível. Compreendeu uma série de procedimentos, que incluíram limpeza, reposição de fragmentos, restituição da volumetria original, restituição das lacunas do revestimento, colmatação de fissuras e proteção superficial.

A comparação de fotografias antigas com aquelas tomadas imediatamente antes do início da obra revelou que o ornamento já havia sofrido intervenção em época não identificada, percebendo-se pequenas diferenças nas bordas das volutas. Em vista disso, e considerando os princípios do restauro crítico, na restituição do trecho danificado foi reproduzida a volumetria, sendo eliminados pequenos detalhes, não perceptíveis ao observador comum, posicionado ao nível do passeio.

Colunas e pilastras

A fachada principal apresenta oito meias-colunas e quatro pilastras. Cada uma das fachadas laterais conta com duas pilastras e duas meias-pilastras, enquanto na fachada posterior há seis pilastras e quatro meias-pilastras. Cada uma das passarelas que interligam as duas alas do palácio é apoiada em quatro colunas.

Todos esses elementos são construídos em alvenaria de tijolos e revestidos com argamassa tipo cirex. Os capitéis, em estilo jônico, acrescidos de pingentes, foram executados provavelmente em argamassa de cal e areia e, como os demais ornamentos, são ocos e armados com barras de ferro.

O revestimento, em argamassa tipo cirex, apresentava inúmeras fissuras, estando mais danificados os anéis das bases e as faces superiores dos capitéis. O exame realizado por percussão revelou perda de aderência do revestimento em algumas regiões dos fustes. As colunas das passarelas apresentavam alterações cromáticas muito acentuadas, variando do bege ao rosado.

As intervenções para estabilização e restauro compreenderam lavagem, colmatação de fissuras, fixação do revestimento e proteção superficial. Um fragmento de um dos capitéis da fachada principal foi colado e ancorado com pino de aço inoxidável. O revestimento da superfície superior de todos os capitéis daquela fachada foi substituído, enquanto nos capitéis das demais fachadas foram apenas preenchidas as lacunas. Foram restituídas as lacunas do revestimento das bases das meias-colunas da fachada principal e revestidas integralmente as bases de todas as colunas das passarelas.



Base das colunas das passarelas, antes da restauração.

Base das colunas das passarelas, depois da restauração.

Outros ornamentos em argamassa

Os tríglifos, guirlandas, sobrevergas e demais ornamentos executados em argamassa de cal e areia, com revestimento em argamassa tipo cirex, se apresentavam em estado de conservação regular. Assim como o escudo e os capitéis, são elementos ocos, armados e ancorados com barras de ferro.



Diversos ornamentos das fachadas.

Todos os ornamentos foram lavados e suas fissuras colmatadas, recebendo proteção superficial. Pequenas falhas foram tratadas com argamassa tipo cirex.

Umbrais e vergas

O revestimento de diversas vergas das esquadrias do segundo pavimento apresentava algumas lacunas e fissuras de grande abertura, que delimitavam trechos com perda de aderência do substrato. Somente na fachada leste não ocorreu esse problema.

Os trechos de revestimento soltos foram removidos, e as lacunas preenchidas com argamassa tipo cirex. Em uma das janelas da fachada principal, o revestimento foi fixado à verga com parafusos e buchas. Na fachada



Verga de janela da fachada posterior, antes e depois da restauração.

oeste foi necessário isolar a abertura do vão com lâminas de PVC, a fim de evitar que a argamassa penetrasse na caixa da persiana metálica.

Junto às esquadrias metálicas do segundo pavimento foram observados, também, filetes de tinta grafite produzidos pela imperícia do responsável pela pintura. Na fachada principal essas manchas permanecem. Por ser o início dos trabalhos, houve receio de removê-las por abrasão e causar um dano maior. Nas demais fachadas foi realizada raspagem com um bisturi, técnica que deverá ser aplicada na fachada principal em uma restauração futura.

Nos vãos das esquadrias onde estão instalados condicionadores de ar, o revestimento dos planos verticais dos umbrais estava danificado pela inserção, sem cuidado, de perfis metálicos destinados a apoiar os aparelhos. Apresentava também manchas muito escuras, de natureza não identificada. Diversos testes realizados na fachada principal para remoção dessas manchas, com solvente, tíner, ácido fosfórico e amoníaco, não obtiveram resultado, sendo necessária a substituição do revestimento nos locais afetados. Nas demais fachadas, foi removida somente a argamassa que havia sido aplicada nos locais de inserção dos perfis, sendo substituída por outra com textura e tonalidade mais assemelhada ao revestimento original adjacente.

Todas as superfícies receberam proteção superficial com uma demão de verniz acrílico em dispersão aquosa.

Demais trechos das fachadas revestidos com argamassa

Os demais trechos, revestidos com cirex, estavam afetados por patologias semelhantes aos anteriormente descritos, com maior ou menor gravidade, apresentando fissuras disseminadas por toda a superfície, diversas lacunas e algumas regiões com perda de aderência ao substrato.

Foram observadas também alterações cromáticas causadas pela exposição diferenciada aos raios solares e às águas de chuvas. Havia áreas com tonalidade amarelada na fachada principal, e outras com tonalidade rosada na fachada posterior e nas passarelas – as causas dessas mudanças de cor não foram identificadas.

O revestimento da fachada sul, que apresentava de forma permanente alto teor de umidade devido à orientação solar desfavorável, estava gravemente manchado pela presença de fungos. Também nessa fachada havia uma lacuna de grandes proporções acima do vão da porta do vestíbulo superior, situada à esquerda do grupo escultórico, e um trecho de revestimento prestes a se destacar sobre o vão da outra porta.

Além dessas patologias causadas por agressores naturais, verificavam-se danos causados por atos de vandalismo e intervenções inadequadas.

Na fachada principal foram constatadas manchas causadas pelo lançamento de ovos, por resíduos da cola de silicone empregada na decoração natalina e por perfurações para fixação de cabos de energia elétrica, destinada aos condicionadores de ar.

Nas demais fachadas estavam disseminadas perfurações destinadas à fixação de cabos de energia elétrica, telefonia, rede de lógica, antenas e para-raios. Além disso, na fachada sul, uma parede fora danificada pela abertura de um vão para instalação de um condicionador de ar, posteriormente removido. As intervenções de restauro compreenderam lavagem, raspagem dos resíduos de silicone (na fachada principal), remoção dos cabos aparentes, colmatação de fissuras, fixação do revestimento, restituição das lacunas do revestimento e proteção das superfícies com verniz acrílico em dispersão aquosa.



Detalhes da fachada posterior, antes e depois da remoção dos cabos.

Não obtiveram êxito as tentativas de remoção, com ácido fosfórico e com amoníaco, das manchas presentes na fachada principal causadas pelos resíduos de ovos, visto que, com o impacto, o material penetrou na superfície porosa. O amoníaco dissolveu apenas a sujeira que havia aderido a uma das manchas, permanecendo a marca. Nas demais regiões manchadas não foram percebidas alterações.

Esculturas



Grupo escultórico "A Primavera", na fachada posterior, antes e depois da restauração.

As duas figuras femininas que representam a agricultura e a indústria, do escultor Paul Landowski, ocupam as laterais da porta principal do palácio, enquanto o grupo escultórico *A primavera*, ou *As quatro estações*, está localizado no centro da fachada posterior.

As duas esculturas da fachada principal apresentam manchas escuras, em tom cinza uniforme, cuja origem não foi identificada, e variações de tonalidade causadas pela ação do intemperismo. Além disso, constituem um abrigo para aves, que ali se aninham, gerando um acúmulo de excrementos.

As intervenções nessas duas esculturas restringiram-se à limpeza e à proteção superficial. No grupo escultórico, além desses procedimentos, foi restituído o elemento de coroamento, do qual se havia desprendido um grande fragmento. Como o trecho remanescente estava muito degradado, não foi possível identificar os relevos originais, sendo a restituição limitada ao volume do elemento, sem a reprodução dos ornamentos.

Sacadas

Nas sacadas foi utilizada pedra francesa de Chassignelles, com a qual foram torneados os balaústres e executados os demais elementos dos guarda-corpos e o revestimento dos pisos. As lajes de piso são de tijolos armados, e os suportes, tipo console, possivelmente estruturados com perfis metálicos, são revestidos e ornamentados com argamassa.

A fachada principal conta com sete sacadas, havendo três em cada uma das fachadas laterais e quatro na

fachada posterior. Todas estavam afetadas, em maior ou menor grau, por diversas patologias, como ausência de rejuntes e manchas em cor de ferrugem nos balaústres e demais elementos do guarda-corpo.

A instalação de mastros para bandeiras nas três sacadas centrais da fachada principal, executada sem nenhum cuidado, danificou a base dos guarda-corpos.

Na fachada principal, a corrosão da armadura provocou o desplacamento da borda da laje da sacada mais próxima à catedral. O mesmo processo, evidenciado por fissuras no revestimento, já começava a ocorrer em outras três sacadas daquela fachada, nas três sacadas da fachada oeste e em uma da fachada leste. Esse problema não se verificou na fachada posterior, apesar de ser a mais comprometida de todas no que se refere aos demais elementos.



Borda de sacada da fachada principal, antes e depois da restauração.

Parte da borda de calcário da laje do piso de uma das sacadas da fachada posterior, dois balaústres da fachada principal e um balaústre da fachada oeste estavam fraturados.

Alguns remendos que podem ser observados nos guarda-corpos devem datar da época da construção do palácio, pela qualidade do trabalho, executado com material idêntico ao calcário original.

As intervenções para restauração das sacadas compreenderam: lavagem, restituição das bordas das lajes, colagem dos fragmentos e restituição dos rejuntes e das regiões danificadas, com argamassas cujo traço foi desenvolvido pela Cientec.

Embasamento

O embasamento, até 2,45 m acima do passeio, onde foram utilizados blocos de calcário procedentes de Villars, na França, apresentava grandes manchas cor de ferrugem, de natureza não identificada, geralmente situadas ao redor das juntas, e outras alterações cromáticas provocadas pelo escorrimento da água de condensação dos condicionadores de ar instalados nas janelas.

O embasamento foi lavado com água e sabão neutro. Tentativas de remoção das manchas com ácido fosfórico e com amoníaco não obtiveram nenhum resultado.





Manchas de natureza não identificadas no embasamento da fachada principal.

Esquadrias de madeira

No primeiro pavimento há nove conjuntos de esquadrias de madeira, formados por uma janela de duas folhas, duas janelas de uma folha e um óculo de formato elíptico, sendo quatro conjuntos na fachada principal, um conjunto na fachada oeste, dois na fachada leste e dois na fachada sul. Além desses, há mais dois óculos em cada uma das fachadas laterais e duas janelas de uma folha na fachada oeste.

No subsolo há três grandes portas e duas janelas, todas com duas folhas móveis e duas fixas. Além disso, há seis pequenas janelas de uma folha e duas de duas folhas na fachada sul.

Os serviços de recuperação das esquadrias de madeira compreenderam a remoção da pintura, a substituição de pequenos trechos danificados pela umidade ou pela



Esquadrias de madeira da fachada principal, antes e depois da restauração.

ação de cupins, a aplicação de cupinicida e a repintura, além da reposição de algumas fechaduras e dobradiças.

Elementos novos e padronizados foram instalados em substituição às bandeiras comprometidas pela instalação de condicionadores de ar, aos apoios e às calhas para coleta da água dos condensadores. Não foi ainda possível eliminar os aparelhos, visto que a instalação de um sistema central de condicionamento de ar depende de obras em pisos e paredes revestidos e ornamentados com materiais nobres, exigindo mão de obra altamente especializada e recursos financeiros em montante elevado.

Seteiras e sancas



Quadros metálicos nas sancas das passarelas.

Os vãos das doze seteiras existentes na fachada sul e todas as sancas junto ao forro das duas passarelas, locais onde se aninhavam aves, foram fechados com quadros metálicos executados com cantoneiras de ferro e tela. Os quadros foram fixados à alvenaria com parafusos e buchas plásticas.



Quadros metálicos nas seteiras da fachada posterior.

Muretas das passarelas

O restauro das oito muretas com balaústres, existentes nas passarelas, compreendeu os serviços de lavagem e saneamento, restituição do revestimento de sua face superior e substituição parcial de seis balaústres danificados.

Procedimentos realizados

Serão descritos a seguir, com maior detalhe, os procedimentos realizados para estabilização e restauração das fachadas e passarelas. Os mesmos foram precedidos de testes destinados a avaliar o desempenho dos diversos produtos e argamassas.

Insertos para ancoragem de andaimes

Dadas as características arquitetônicas do edifício, a comissão aprovou um sistema para ancoragem dos



Detalhe da ancoragem do andaime na fachada principal.

andaimes, compreendendo a inserção de elementos de fixação em locais que não comprometessem a leitura da fachada e que pudessem permanecer no local após a conclusão dos trabalhos, sendo utilizados futuramente em serviços de manutenção e conservação .

Foi concebido um sistema baseado na colocação de insertos metálicos em pontos determinados da fachada, aos quais eram acoplados um parafuso e uma manilha para fixação de cabos de aço a serem tensionados para aproximar a estrutura do andaime contra a fachada, sendo essa aproximação limitada pela interposição de estroncas apoiadas nas colunas da fachada. Os insertos foram colocados em orifícios executados na alvenaria e fixados com resina à base de metacrilato de uretano.

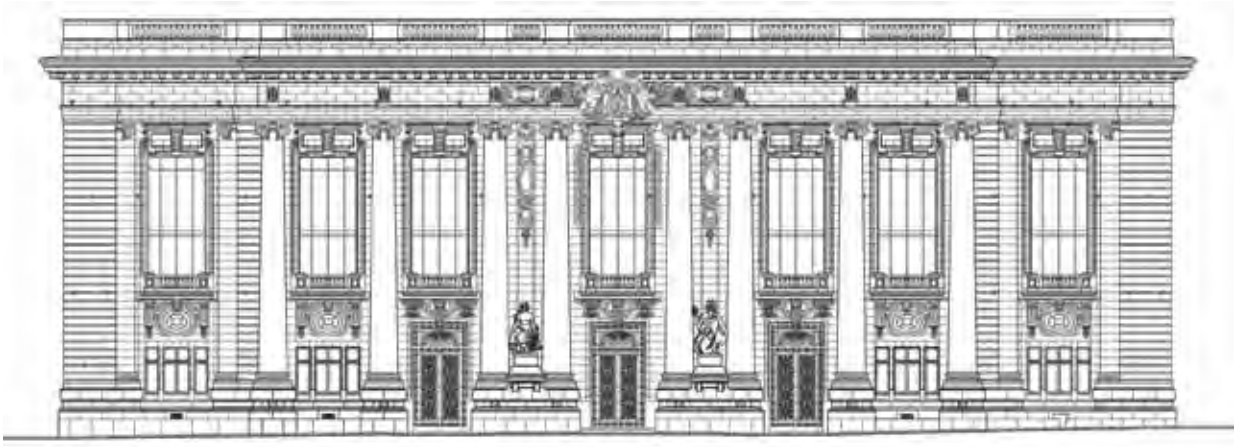


Detalhe da ancoragem dos andaimes nas demais fachadas.

Essa técnica, empregada na restauração da fachada principal, foi alterada nas demais fachadas pela substituição dos cabos de aço por barras rosqueadas, eliminando a necessidade de emprego das estroncas e fazendo com que o contato do andaime com o prédio ocorresse apenas por meio das referidas barras.

Um conjunto do sistema, a ser posteriormente utilizado nas fachadas, foi ensaiado no Laboratório da Cientec, sendo o resultado satisfatório.

Foram colocados 138 insertos, sendo 33 na fachada principal, 51 na fachada sul, 30 na fachada oeste e 24 na fachada leste.



Fachada principal com a marcação dos insertos.

Limpeza e saneamento

A limpeza e o saneamento das fachadas foram executados mediante procedimentos mecânicos e químicos:

- Limpeza mecânica por lavagem com jatos d'água sob pressão, com sabão neutro, por escovamento ou por abrasão, com a utilização de bisturis e espátulas para remoção de materiais aderidos à superfície da argamassa;





Diversas tentativas para remoção de manchas

- Limpeza química com o uso de algicidas, bactericidas e fungicidas, aplicados por aspersão ou por compressas, tendo sido possível remover apenas a porção superficial da vegetação inferior e não a que estava interiorizada;



Aspersão de solução química
em base de pilastra da fachada posterior.



Compressa de solução química
em base de pilastra da fachada posterior.

- Proteção química do revestimento, com a realcalinização da superfície para elevação do pH a partir da aplicação de uma solução saturada de hidróxido de cálcio, com o objetivo de dificultar a instalação de novas colônias de microrganismos.

Fachada principal: a limpeza geral da fachada principal foi realizada com jato de água fria e sabão de coco. Alguns testes realizados com água quente e com hipoclorito não produziram melhores resultados. Em certas regiões e elementos onde havia maior acúmulo de sujidades foi utilizada escova de cerdas de náilon. Além da fuligem e dos excrementos de aves, o revestimento daquela fachada apresentava:

- resíduos de cola de silicone utilizada para afixar decoração natalina;
- manchas provocadas por resíduos de ovos;
- respingos de diferentes tintas utilizadas na pintura de esquadrias;
- trechos escurecidos sob os condicionadores de ar;
- algumas manchas amareladas, de natureza desconhecida.

Os resíduos de silicone, por estarem ressecados, foram facilmente removidos com espátula, ficando uma tênue marca mais clara no revestimento.

As duas tentativas de remoção das manchas causadas pelos ovos, com amoníaco líquido e com ácido fosfórico, não obtiveram nenhum resultado. O amoníaco permitiu remover a sujeira aderida a uma das manchas, permanecendo a marca do resíduo que penetrou no revestimento poroso.

Alguns pequenos respingos de tinta foram removidos com bisturi, mas nos trechos mais afetados dos umbrais, sob os condicionadores de ar, onde se verificavam simultaneamente manchas escuras de natureza desconhecida, foi necessário substituir o revestimento.

O processo de lavagem não removeu as manchas amareladas, e a identificação de sua causa demandaria uma investigação que provocaria danos à fachada, tendo sido descartada .

As manchas de cor parda do embasamento de pedra também não puderam ser eliminadas, apesar dos testes realizados com amoníaco e com ácido fosfórico. Sua natureza não foi identificada, sendo descartada a hipótese de constituírem colônias de fungos, em análise realizada por especialistas em microbiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fachada posterior (sul): o grau de degradação do revestimento da fachada posterior era muito maior que o verificado nas demais fachadas, devido à sua orientação solar desfavorável (sul). O que se revelava pela coloração alterada e por grande número de trincas e fissuras importantes, ficou comprovado pelo acúmulo de material arrastado pela água da primeira lavagem e depositado nas plataformas do andaime e no piso do pátio.

O revestimento apresentava uma tonalidade cinza escura, com incontáveis manchas disseminadas por toda a superfície, indicativas de fungos e outros microrganismos. Esse problema não foi sanado mediante a lavagem com água e sabão neutro, prevista nas especificações técnicas.

Considerando que a limpeza efetiva da fachada, com a remoção desses materiais orgânicos, era condição essencial para a estabilização do processo de degradação do revestimento, a comissão técnica procedeu a uma série de testes com diversos produtos químicos em pequenos trechos da parede. Assim foram testados, inicialmente:

- hipoclorito de sódio, em solução a 10%;
- solução composta por 2.700 ml de água, 80 g de fosfato trissódico, 30 ml de detergente neutro e 90 ml de hipoclorito de sódio (a 10%);
- fungicida à base de cipermetrina;

- solução clorada de amônio quaternário (nome comercial Everbrite);
- glicerina com ureia;
- trietanolamina;
- acetato de cobre com ácido acético.

Como os produtos químicos empregados nos testes não estavam removendo os fungos causadores das manchas escuras, foram realizadas duas tentativas de remoção mecânica com escova de cerdas metálicas, mas a alternativa foi descartada por danificar o revestimento.

Finalmente, um novo teste visando a remoção das manchas causadas por fungos foi realizado com produtos utilizados na higienização de ambientes industriais para produção de alimentos, compreendendo uma pré-lavagem com detergente, e a aplicação de um bactericida à base de cloreto de dialquil dimetil benzil amônio e polihexametileno biguanida. Este apresentou um resultado mais promissor e, para melhor avaliação, foi realizada nova aplicação dos produtos em um trecho maior, no cunhal esquerdo, cujo revestimento se apresentava mais escurecido que no restante da fachada.

O detergente não surtiu efeito como clareador do revestimento, mas atenuou as manchas escuras. Considerando que os demais produtos testados foram absolutamente ineficazes, a comissão avaliou o resultado como o melhor dentre todos os testes realizados e deliberou pela aplicação dos dois produtos em toda a superfície da fachada. Foi recomendada a utilização do detergente em diluições diferenciadas, sendo mais concentrado nos locais afetados pelas manchas escuras e mais diluído nos demais trechos da fachada, enquanto o produto bactericida deveria ser empregado em concentração uniforme.

Visando alterar o pH do revestimento de modo a evitar a proliferação dos fungos, foi também previamente testada a impregnação de um pequeno trecho com uma solução alcalina, à base de hidróxido de cálcio, para verificar a possibilidade de surgimento de manchas ou outro dano no revestimento.

Inicialmente, toda a fachada foi novamente lavada com jato de água de baixa pressão e detergente Nippo-lat 100 Red, sendo utilizadas escovas de cerdas de náilon nos locais que apresentavam manchas escuras. A seguir, o detergente foi removido com jato de água pura e toda a superfície foi pincelada com o bactericida, nas proporções de 1:5 nos locais mais afetados por fungos e de 1:10 no restante da área. Após a secagem, o revestimento foi impregnado com uma solução alcalinizante de hidróxido de cálcio, na diluição de 0,28%, aplicada com trincha.

Após a conclusão desses procedimentos no primeiro trecho da fachada posterior, constatou-se que houve alguma redução na intensidade das manchas causadas por fungos, mas que o problema permaneceu ainda muito visível. Considerando que, apesar de todos os testes realizados com diferentes produtos, os resultados não atingiram aquilo que era esperado, a comissão optou por não avançar nas tentativas para não danificar mais a argamassa do revestimento. Então os esforços foram concentrados na estabilização do revestimento e dos ornamentos, para garantir sua durabilidade.

Fachadas laterais e passarelas: nas fachadas laterais não havia evidências de contaminação por microrganismos

mas, como medida preventiva, a comissão deliberou pela execução dos mesmos procedimentos de limpeza e saneamento realizados na fachada sul, com aplicação das soluções bactericida e alcalinizante, além da instalação dos dispositivos destinados a evitar o pouso de aves.

Verificação e remoção de elementos e revestimentos desagregados

Toda a superfície das fachadas foi submetida a uma inspeção minuciosa, com vistas a identificar desplacamentos do revestimento causados por corrosão da armadura ou por simples perda de aderência. A investigação foi feita por percussão, com martelo de madeira, e as regiões que apresentaram som cavo foram assinaladas nas pranchas de elevação, como referência para o procedimento de fixação com pinos de resina epóxi.



Remoção de elemento solto no lacrimal da fachada oeste.

A região mais afetada, nas quatro fachadas, era a platibanda, sendo também constatada perda de aderência em alguns trechos da cornija, do friso, dos cunhais e do fuste das colunas.

O reboco da face superior do corrimão estava bastante danificado, sendo removido totalmente na fachada sul e apenas os trechos soltos das demais fachadas.

Substituição de elementos das balaustradas

A substituição de elementos é apropriada em alguns casos, como diante da situação de intensa degradação em que se encontravam os balaústres. Essa técnica deve sempre ser considerada a partir da avaliação de certos parâmetros:

- a fácil remoção das peças a serem substituídas;
- a ausência de uma função estrutural de responsabilidade;
- o elevado grau de dificuldade para o seu restauro;
- o elevado custo esperado na intervenção;
- a impossibilidade de garantir a eficácia da intervenção.

Quando esses cinco fatores se somam, há a indicação da necessidade de substituição, como ocorrido no caso dos 271 balaústres da platibanda.

Essa decisão foi reforçada posteriormente pela identificação de peças mais recentes, indicando que algumas, substituídas no passado, já tinham descaracterizado, portanto, a originalidade do conjunto.

Durante a retirada dos balaústres, ocorreu a decomposição de muitas peças que apresentavam risco de quebra iminente, com a possibilidade de desprendimento de fragmentos ou de elementos inteiros sobre a calçada.

Os novos balaústres, distintos dos originais, foram executados em uma única peça, assim como sua armadura, constituída igualmente de uma única barra central para facilitar sua fixação, bem como servir de elemento de reforço. Como os originais, os balaústres passaram por um processo de estucamento.

Para a fundição dos balaústres, foram confeccionadas quatro fôrmas de resina de poliéster reforçada com fibra de vidro, compostas por cinco partes (quatro laterais e um fundo).

As peças foram executadas em concreto, sendo utilizado, na fachada principal, cimento Portland tipo IV, classe 32 (pozolânico) e aditivo superplastificante. O traço foi desenvolvido pela Cientec. Para confecção dos balaústres das demais fachadas foi aprovado o emprego de cimento ARI, visto que as primeiras peças, executadas com cimento pozolânico, estavam apresentando problemas pela demora na cura.

A armadura original, constituída por quatro barras de aço soldadas, acompanhando a curvatura do balaústre, foi considerada imprópria, por implicar em uma camada muito fina de recobrimento. Nos novos balaústres foi utilizada uma única barra de aço CA-50 com diâmetro de 12,5 mm, posicionada no eixo do elemento.

Os balaústres das muretas das passarelas são de concreto armado, e diversos apresentavam fraturas. Desses, seis estavam seriamente comprometidos, sendo substituídos apenas os trechos danificados. Todos os balaústres foram assentados com graute de uso geral.



Colocação de novos balaústres.



Platibanda restaurada.

Regularização de reboco

Os trechos de reboco do corrimão (exceto face externa) e da face interna da platibanda, que tinham sido removidos por estarem desprendidos do substrato, foram restituídos com graute de uso geral.

Estucamento de elementos da platibanda

Os balaústres, a face superior do corrimão e a face interna da platibanda receberam um revestimento com argamassa . A tonalidade da argamassa foi obtida com a adição de pigmento amarelo.

Além da finalidade estética, o procedimento visou assegurar maior proteção aos elementos que não estavam revestidos com a argamassa tipo cirex, utilizada no restante da superfície das fachadas. Nos balaústres removidos havia vestígios de um tratamento superficial, executado após sua fabricação. Os demais elementos apresentavam reboco comum.



Estucamento dos balaústres.





Recuperação de ornamentos e revestimento de argamassa

A recuperação dos ornamentos de argamassa compreendeu a restituição de lacunas e a estabilização geral de inúmeras peças, para garantir a segurança estrutural e interromper o processo degenerativo verificado. Como formas de estabilização, dependendo do caso, foram adotadas:



Injeção de resina acrílica em fissura do revestimento.

- Colagem com resina acrílica ou epóxi (aplicada por meio de injeções no tratamento de fissuras, colmatou as argamassas superficialmente, garantindo sua impermeabilização. Ao impedir a entrada de umidade, evitou o prosseguimento da degeneração);
- Colagem com pasta de cimento aditivada na estabilização de fragmentos de maior proporção;
- Ligação por meio de pontes de aderência obtidas com pinos de epóxi, de aço ou com parafusos e buchas plásticas;
- Grampeamento – técnica utilizada para unir partes soltas e em fissuras, como nos parapeitos de sacadas da fachada sul.



Grampeamento do corrimão da balaustrada na fachada posterior.

A seguir, são descritos mais detalhadamente os procedimentos.

Colagem e ancoragem de fragmentos: na fachada principal, três fragmentos de argamassa foram recolocados e fixados aos ornamentos de onde se desprenderam, sendo dois no elemento central superior do escudo e o terceiro no capitel da terceira coluna a contar da esquerda, conforme os procedimentos abaixo descritos.

Primeiramente, o fragmento foi colado ao substrato com resina epóxi de alta viscosidade. Após a cura, o fragmento e o substrato foram perfurados com broca n. 8 para injeção de resina epóxi de baixa viscosidade e inserção de um pino de 4 mm executado com arame inoxidável, no qual foram produzidas ranhuras a fim de proporcionar melhores condições de aderência. Para finalizar, o orifício foi obturado com argamassa tipo cirex.

Da mesma forma foi fixado um outro trecho do elemento central superior do escudo, que apresentava risco de queda.

Em uma região do lacrimal, que também apresentava risco de queda e que requeria fixação de baixo para cima, foram utilizados parafusos inoxidáveis e buchas plásticas. Nas demais fachadas não ocorreu esse tipo de problema.



Sequência dos procedimentos de colagem de fragmentos do Escudo rio-grandense.

Reconstituição de lacunas: os trechos de ornamentos de pequenas dimensões foram restituídos somente com argamassa, a mesma utilizada para o preenchimento das lacunas do revestimento, que foi aplicada sobre uma camada de resina acrílica pincelada sobre o substrato, como ponte de aderência.

Na restituição dos elementos do Escudo rio-grandense (joelho e cotovelo de um dos anjos e volutas do elemento central superior), do coroamento do grupo escultórico *A primavera* e dos anéis das bases de coluna das passarelas, para assegurar continuidade da estrutura, foi feita uma malha com arame inoxidável (e = 1 mm), fixada à parte estável do ornamento com parafusos inoxidáveis e buchas plásticas. A seguir, foi executada uma ponte de aderência com resina acrílica e restituída a volumetria dos elementos faltantes, modelada com argamassa do tipo cirex. A malha de arame ficou imersa na parte restituída.



Procedimentos para reconstituição do joelho de um anjo do Escudo rio-grandense.





Detalhe da malha de arame do elemento central superior do Escudo rio-grandense.

Bordas de laje das sacadas: a recomposição das lajes de piso das sacadas – ofendidas pela corrosão do aço de armação – foi procedida a partir da limpeza por abrasão tanto da argamassa como do material metálico corroído, da restituição da seção original da peça através do emprego de microconcreto e da reposição do revestimento em argamassa cirex, cuja retenção foi obtida pela colocação de arames de aço inoxidável, fixados por parafusos igualmente de aço inoxidável, constituindo um tipo de armadura de pele .



Malha de arame em borda de sacada



Borda de sacada restaurada.

Revestimento em cirex, colmatação de fissuras: em todas as fissuras com largura igual ou superior a 1 mm foi injetada resina acrílica transparente, a fim de evitar a penetração de água. As fissuras de menor calibre receberam somente a aplicação, com pincel ou rolo, do verniz acrílico em dispersão aquosa, utilizado na proteção superficial de toda a fachada.

Algumas fissuras com maior abertura foram obturadas com argamassa de revestimento, após a injeção de resina acrílica.

Fixação de trechos: nos trechos de revestimento afetados por perda de aderência foram executadas perfurações com broca n. 6, até que fosse atingida a parte estável do substrato, em ângulo que permitisse a penetração de resina por gravidade e observando distâncias variáveis entre as perfurações de 10 a 15 centímetros, conforme o caso.

Os orifícios foram preenchidos com resina epóxi incolor, de baixa viscosidade e grande capacidade de penetração capilar. A resina, espalhando-se entre a camada de revestimento e o substrato, atuou como um adesivo e, ao solidificar-se no interior dos orifícios, constituiu pinos que reforçaram a fixação. Após a cura da resina, as aberturas foram fechadas com argamassa de revestimento.

Em algumas superfícies horizontais, em que a fixação devia ser feita de baixo para cima, não sendo, portanto, viável a execução de pinos de epóxi, foram utilizados parafusos inoxidáveis com buchas plásticas.





Procedimento para fixação dos revestimentos.

Para a fixação do revestimento trincado da verga da esquadria do Salão Alberto Pasqualini, na fachada sul, onde a presença de uma viga metálica não permitiu a utilização de parafusos inoxidáveis com buchas plásticas, foram preparados pinos de resina epóxi moldável (nome comercial Durepoxi) que, após serem embebidos em resina epóxi gelatinosa (nome comercial Poxipol), foram inseridos em orifícios perfurados ao longo da trinca.

Também na fachada sul, a placa de revestimento da sobreverga da esquadria direita do vestíbulo superior, que se encontrava desprendida do substrato, com risco iminente de desplacamento, foi fixada mediante a injeção, pela fissura superior, de pasta de cimento, à qual foi adicionada uma pequena quantidade de cal. A elevada fluidez necessária foi obtida pelo emprego de aditivo superplastificante, já que a água em excesso favoreceria a retração da pasta, reduzindo a eficiência da técnica.

Essa técnica foi adotada em razão do significativo afastamento do revestimento em relação ao substrato, o que impedia a aplicação de parafusos, já que o reposicionamento do material destacado seria impraticável tendo em vista o risco de fraturar a placa de argamassa. O uso de resinas para a colagem demandaria elevado volume de material a um alto custo. Além disso, aspectos técnicos relacionados com o diferente comportamento de resinas poliméricas frente a variações térmicas desaconselharam seu emprego.

O serviço foi complementado com alguns pinos de resina epóxi nos trechos da placa onde não foi possível injetar aquela mistura. Nesses trechos persistia o som cavo quando submetidos ao teste de percussão. O procedimento teve pleno êxito.

Reconstituição de lacunas: as lacunas do revestimento foram preenchidas com argamassa com traço similar ao original. A reconstituição desse traço foi obtida por meio de um processo físico-químico de laboratório, para identificação da natureza e a composição granulométrica dos seus componentes, bem como de suas proporções, para posterior reprodução e aplicação nos pontos indicados como necessários para restauro da superfície. Aqui foram utilizados cimento branco, cal, areia natural de coloração branca vinda de Capão do Leão, pigmentos e mica. Para que as características da nova argamassa utilizada se aproximassem o máximo possível da existente, foram preparadas inúmeras amostras, comparadas uma a uma nos locais onde a reposição era necessária.

Com todos esses cuidados, foi possível restituir à argamassa a mesma textura, a mesma cor e a mesma resistência, mas não suas características iniciais após cem anos. E talvez esteja aqui a grande dificuldade de trabalhar com esse tipo de revestimento: a ação



Sequência dos procedimentos de reconstituição de trecho da base das colunas da passarela.

do tempo. Mesmo que o material de reposição na reconstituição de peças em argamassa ou no revestimento seja produzido rigorosamente segundo o traço original, com materiais similares àqueles empregados originalmente, não é possível reproduzir o envelhecimento do material.

Na base das colunas da fachada principal esse trabalho foi realizado com cuidados redobrados e, mesmo assim, dois anos depois já era possível perceber algumas diferenças que, na ocasião, não existiam. O passar do tempo faz com que essas diferenças se evidenciem, o que sugere que o trabalho de manutenção tem que ser constante para que o aspecto mais próximo do original seja mantido.



Reconstituição de revestimento danificado.



Recontaminação por microorganismos em trecho reconstituído.

Mais significativa torna-se a dificuldade à medida que o aspecto do material é alterado pela presença de microrganismos, principalmente de vegetais inferiores que alteram tanto a coloração da superfície do material como sua textura, como ocorre de forma tão significativa na fachada sul.

Além disso, com o tempo, é previsível a instalação natural de novas colônias de fungos, de algas e de outros vegetais inferiores. Assim, para que o aspecto dos trechos restituídos não se apresentasse muito diferente, foi procedida a recontaminação do revestimento novo com esses microrganismos, a fim de acelerar o processo de desenvolvimento de suas colônias e, portanto, uniformizar a coloração. Para tanto, foi utilizado material biológico existente nas proximidades da região restaurada, minimizando a possibilidade de introdução de organismos estranhos ao local.

A coleta do material foi realizada com água e esponjas macias que permitiram, através de pequenas esfregações, remover o material que foi transportado nas esponjas e reaplicado na região restaurada.

Para garantir a fixação da nova argamassa ao substrato foi utilizada uma ponte de aderência de resina acrílica.

Proteção superficial dos ornamentos e revestimento

Após a execução de todos os procedimentos destinados a sanar as diversas patologias identificadas, os ornamentos e demais regiões revestidas com argamassa receberam aplicação de verniz acrílico em dispersão aquosa, visando, principalmente, impermeabilizar e diminuir o efeito do desgaste superficial causado pela lixiviação.

No Escudo rio-grandense foram aplicadas três demãos de verniz acrílico, para assegurar maior proteção, visto tratar-se de um elemento de grande volume, projetado para fora da fachada e, portanto, mais vulnerável à ação do intemperismo.

No grupo escultórico e demais ornamentos foram aplicadas duas demãos do verniz. Também foram aplicadas duas demãos em todos os elementos horizontais.

No fuste das meias-colunas e nos trechos planos das paredes foi aplicada somente uma demão do produto, com o intuito de não alterar as características originais relativas à absorção e à reflexão da luz, que fatalmente modificariam as condições de brilho da superfície.



Aplicação de verniz acrílico.

Recuperação de elementos de rocha calcária

Colagem de fragmentos: na fachada principal, um balaústre de sacada, cuja base sofrera ruptura por estar assentada sobre uma junta do piso, foi restaurado mediante colagem com resina epóxi de alta viscosidade. O acabamento final, para restituição de pequeno trecho faltante, foi executado com uma argamassa desenvolvida pela Cientec, composta por calcário moído e cimento branco .

Outros dois balaústres que sofreram pequena fratura na parte superior também foram colados com resina epóxi, sendo um na fachada principal e o outro na fachada oeste. Foi colada com resina epóxi, ainda, a borda de rocha calcária do piso de uma das sacadas da fachada posterior.

Reconstituição de lacunas: os socos dos guarda-corpos das três sacadas centrais da fachada principal, executados em rocha calcária, apresentavam danos decorrentes da instalação dos mastros das bandeiras. Naquela ocasião, os blocos de pedra foram quebrados com ferramentas manuais para chumbamento dos suportes dos mastros, sendo as aberturas, de formato irregular, preenchidas com argamassa de cimento e areia. Sua recuperação compreendeu os seguintes procedimentos:

- remoção dos elementos de fixação e da argamassa de cimento e areia;



Sequência de procedimentos de colagem de fragmento de balaústre de sacada.

- preenchimento das lacunas com graute de uso geral;
- execução de acabamento com a mesma argamassa constituída de cimento branco, calcário moído e resina acrílica;
- colocação de novos suportes metálicos, fixados por chumbadores com buchas metálicas.



Local de inserção do mastro, antes e depois de restaurado.

Reconstituição de rejuntes

Os rejuntes dos balaústres e demais elementos de rocha calcária de todas as sacadas foram restituídos com argamassa desenvolvida pela Cientec, composta de cimento branco e pó de calcário.





Recuperação dos rejuntes das sacadas.

Impermeabilização de piso cerâmico

A dupla camada de lajotas cerâmicas que reveste as lajes da cimalha foi impermeabilizada com duas demãos de resina acrílica incolor, visando impedir a penetração da água das chuvas, especialmente nos rejuntes.

Recuperação das esquadrias de madeira

A maior parte da pintura das esquadrias, que estava bastante desgastada, foi removida com sopro de ar quente, mas em alguns trechos onde estava mais aderida à madeira foi necessário utilizar removedor especial.

Em análise espectrográfica com infravermelho, realizada em lascas da tinta removida de uma esquadria da fachada principal, foram detectadas, na camada interna, absorções de ácido graxo, indicativas de tinta a óleo, enquanto a camada externa, de tonalidade cinza, era constituída de tinta esmalte.

A presença de apenas uma camada de esmalte sobre outra de tinta a óleo permite supor que originalmente as esquadrias apresentavam acabamento a óleo marrom (visto que não havia esmalte sintético na época da construção do palácio), e que somente receberam pintura com esmalte uma única vez. Em fotografia da década de 1950, observa-se que as esquadrias eram de coloração escura.

Como a remoção da pintura revelou uma madeira em excelente condição, e considerando que os postigos e as portas internas dos compartimentos correspondentes apresentavam acabamento incolor, valorizando a qualidade das madeiras, no lado interno das janelas foi utilizado esmalte incolor fosco com *teflon*. No entanto, para garantir maior proteção contra o intemperismo, o exterior foi repintado com esmalte pigmentado brilhante, em tonalidade creme.

Uma das bandeiras pequenas do conjunto de esquadrias do gabinete da Casa Militar apresentava uma folha que não correspondia ao local, com largura um pouco menor e formato da borda diferente do original. Foi possível corrigir a folha em questão utilizando-se parte de uma outra folha danificada, localizada no depósito do palácio.

Para a reposição das ferragens faltantes, foram fundidas réplicas em latão que receberam pintura com a mesma tonalidade das originais.



Restauração de esquadria.

Instalação de dispositivos de proteção para evitar o pouso de aves

Visando proteger as fachadas dos danos físicos e estéticos provocados pelos excrementos de aves, bem como dos riscos de doenças que os mesmos podem causar, foram buscadas soluções que bloqueassem o pouso e a permanência dessas aves sem agredir a edificação. Também foi considerada fundamental a escolha de um sistema que não prejudicasse a integridade física dos animais. Dessa forma, foi definido que seriam colocados:

- quadros de cantoneira metálica e tela Otis instalados em todas as seteiras e pequenas janelas da fachada sul e nas sancas das passarelas;
- lâminas de policarbonato com hastes de aço inoxidável, fixadas com adesivo em todos os planos horizontais salientes, nas fachadas laterais e posterior.





Dispositivo para evitar pouso e permanência de aves, instalados nas saliências da fachada posterior (sul).

Remanejamento de cabos

Os cabos elétricos que alimentavam os condicionadores, afixados na fachada, foram substituídos por outros, também aparentes, instalados no interior do prédio.

Conclusões e recomendações

Qualquer avaliação sobre o trabalho realizado deve, necessariamente, ser feita tendo como balizamento as limitações impostas pela natureza do serviço. Uma obra de restauro não pode e não deve ser caracterizada como uma reforma. O produto final do trabalho, não raro, frustra a expectativa de pessoas que desconhecem os princípios que regem esse tipo de atividade.

Todas as intervenções realizadas podem ser caracterizadas como conservadoras, por isso são desenvolvidas evitando-se ao máximo as substituições de elementos decorativos e peças estruturais, o que somente ocorrerá quando houver risco à segurança das pessoas ou à estabilidade da edificação.

O estado em que se encontravam as fachadas da ala governamental e as passarelas do Palácio Piratini – e em que ainda se encontram as fachadas da ala residencial – evidenciava, de forma contundente, o efeito do tempo manifestado através da degeneração dos materiais, visualmente perceptível, existindo em algumas situações possibilidade de acidente.

A corrosão da armadura de reforço dos balaústres obrigou a substituição de todos os elementos, com o extremo cuidado no sentido de produzir as peças de reposição da maneira mais fiel possível aos elementos originais. No entanto, a tecnologia atual foi empregada com o intuito de garantir a durabilidade das novas peças.



Detalhe de escultura na fachada do Palácio Piratini.

Bento Viana

A fixação de porções definidas de elementos ornamentais das fachadas com possibilidade de desprendimento impôs-se, não apenas pelo risco à segurança que representavam, mas pelo prejuízo histórico que significaria o dano em si, pela irrecuperabilidade da forma original e da autenticidade artística.

Técnicas especiais foram desenvolvidas para a consecução do objetivo, as quais, por sua absoluta originalidade, deverão ser avaliadas ao longo do tempo para confirmação da sua eficácia. Essa afirmativa impõe, de forma imperativa, a necessidade de acompanhamento da estrutura ao longo do tempo, através de um monitoramento programado, com registros fotográficos e escritos para consubstanciar qualquer intervenção que no futuro se faça necessária.

A camada de revestimento em argamassa do tipo cirex, rica em cal, expôs-se às intempéries ao longo desses quase cem anos sem qualquer proteção superficial. Naturalmente, o efeito do tempo, mais notadamente o efeito da umidade, causada pela lavagem constante, quer pela ação mecânica direta da chuva, ou pela ação físico-química exercida pela lixiviação lenta e permanente através de ciclos alternados de molhagem e secagem, determinou o envelhecimento do material, representado pela diminuição de sua resistência mecânica. O consequente esfarelamento da argamassa introduziu significativas alterações de porosidade, criando características diferenciadas, ao longo das fachadas, quanto à capacidade de refletir e absorver a luz, definindo alterações cromáticas e de brilho impossíveis de serem reproduzidas por um material novo, por mais próxima que sua formulação seja à do material original.



Palácio Piratini, sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Destaque para o desenho em pedra portuguesa no calçamento.



Detalhe da calçada em pedra portuguesa, em frente ao Palácio Piratini.

As manchas de diferentes colorações, ocasionadas por diferentes fatores, do lançamento de ovos contra a fachada ao escorrimento da água de condensação dos aparelhos de ar-condicionado sobre a superfície de pedra do embasamento, não puderam ser eliminadas, apesar de inúmeras tentativas através de procedimentos de base química. A ação mecânica foi descartada pela inevitável alteração do substrato, o que poderia representar a introdução de lesões nos materiais.

Também deve ser considerado importante o efeito das variações térmicas para o aparecimento de fissuras, destacamentos e perda de aderência ao substrato de algumas porções da camada de revestimento.

O trabalho desenvolvido no sentido de estabilizar essas irregularidades limitou-se à fixação do material solto nas regiões identificadas. Não pode ser descartada a possibilidade de surgirem novas irregularidades em um futuro próximo, o que reforça a necessidade e a importância do monitoramento que deverá ser feito nas fachadas ao longo do tempo.

Com o intuito de minimizar o efeito das intempéries sobre o revestimento, a opção foi por aplicar resina acrílica sobre a fachada, na tentativa de impermeabilizar a argamassa e aglutinar sua camada mais superficial. Acredita-se ter sido atingido o objetivo, principalmente nos ornamentos da fachada principal, embora no restante das fachadas, onde foi aplicada apenas uma demão, a impermeabilização não seja completa. No entanto, a aplicação de uma quantidade maior do produto impermeabilizante nos trechos planos fatalmente implicaria em alterações nas condições de reflexão da luz, gerando a sensação de brilho, incompatível com o aspecto original da edificação.



03

Bento Viana

MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL ADO MALAGOLI

O MONUMENTO

Endereço: praça da Alfândega, s/n.

Projeto preliminar: arquiteta Ediolanda Lüdke.

Projeto executivo: arquiteta Alice Cardoso, Iphae.

Obra de restauração: EPT – Engenharia e Pesquisas Tecnológicas.

Mão de obra: 15 a 20 trabalhadores, em média, entre pedreiros, marceneiros, serralheiros, carpinteiros, funileiros, vidraceiros, pintores e serventes.

Fiscalização: Iphan, Iphae, Smov e UEP Monumenta.

Início e conclusão: setembro de 2005 e abril de 2007.

Valor da obra: R$ 327.364,47.

Uso proposto: continuidade da ocupação como museu.

Intervenção: as obras incluíram a recuperação das cúpulas dos quatro torreões, solução dos problemas decorrentes de infiltrações e pintura.

Grau de utilização do uso proposto: 100% – uso mantido. O museu permaneceu em funcionamento durante as obras do Monumenta.

Organização da documentação técnica: arquiteta Débora R. M. da Costa, contrato Iphan/Unesco.



Museu de Artes Ado Malagoli – Margs, ao lado do Memorial Rio Grande do Sul.

Bento Viana

Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli

Histórico

Localizado na praça da Alfândega, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, pertencente ao estado, é patrimônio tombado nos níveis federal pelo Iphan e estadual pelo Iphae - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Situa-se na área do antigo cais de 1856, aterrada quando da construção do novo porto, de onde se ingressa no centro histórico da cidade pelo Pórtico do Cais Mauá. Construído no início do século passado, de 1913 a 1916, pelo arquiteto Theodor Wiederspahn, para abrigar a Delegacia Fiscal, seu projeto foi desenvolvido concomitantemente ao dos Correios e Telégrafos. Wiederspahn utilizou o conceito de simetria de forma sutil, na medida em que concebeu dois prédios assimétricos, mas de tal modo que cada qual possuísse uma torre junto à avenida que os separava, de sorte que as duas marcavam plasticamente a via e acentuavam o conceito primordial da monumentalidade inerente ao conjunto. Não se trata, no entanto, de uma simetria "literal", mas de uma simetria de "valor", com duas torres de volumes e de plásticas assemelhadas. Dentro dos pressupostos dos mesmos conceitos do historicismo, o prédio dos Correios e Telégrafos foi revestido de uma linguagem abarrocada e a Delegacia Fiscal de outra, que tendia mais para o classicismo.

Monumento

O Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli é uma das instituições da Secretaria de Estado da Cultura.



Bento Viana

Detalhe do pórtico de entrada do Margs. Esculturas simbolizando o comércio e a agricultura.



Detalhe de azulejo das escadarias do Margs.

Foi criado em 1954, por meio do decreto n. 5065, sendo organizado pelo artista Ado Malagoli. Depois de ocupar diversos espaços na cidade, a instituição foi instalada na praça da Alfândega, onde permanece. Em 1974, foi finalmente autorizada a cessão de uso da União para o governo do estado, por meio do decreto n. 73789, para abrigar o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, mas a ocupação definitiva se deu em 1978.

Em 1997, quando o museu foi uma das sedes da I Bienal do Mercosul, através de decreto oficial passou a chamar-se Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, em homenagem a seu patrono.

Tombamento

Solicitado em nível estadual pelo Diretor da Dphic (Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado), Leandro Silva Telles, ao Subsecretário de Cultura, Joaquim Paulo de Almeida Amorim, em 15 de junho de 1983. O tombamento foi justificado pelo estilo arquitetônico, pelo uso cultural da edificação e pela posição ímpar que ocupa em relação ao antigo edifício dos Correios e Telégrafos, formando com ele um dos mais belos conjuntos arquitetônicos da capital.



Vista do terraço do Margs.

A portaria de tombamento foi a de n. 04/83, de 20/06/1983, retificada através da portaria 03/84, de 1/08/1984 e ratificada pela portaria 01/85, de 11/07/1985. O tombamento foi inscrito em 30/06/1983, sob o número 22, no *Livro do Tombo Histórico*, e publicado no *Diário Oficial do Estado* em 16/08/1984.

Em nível federal, no dia 9 de novembro de 2000, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, onde coube ao conselheiro prof. Nestor Goulart dos Reis Filho realizar e ler o parecer sobre o tombamento da área central de Porto Alegre, salientando o inegável valor histórico dos dois conjuntos urbanísticos: "cenário de origem e formação de uma das mais importantes cidades brasileiras, sendo seus edifícios documentos importantes de cada uma das etapas dessa formação e desenvolvimento".

Em 27 de dezembro de 2001, o presidente do Iphan solicitou a homologação do tombamento do sítio histórico das praças da Matriz e da Alfândega, recomendado por unanimidade pelo Conselho Consultivo do Iphan.

Através da Portaria n. 10, de 15 de janeiro de 2002, foi homologado o tombamento do sítio histórico das praças da Matriz e da Alfândega pelo então Ministro da Cultura, Francisco Weffort.

Características arquitetônicas – análise formal e tipológica

O projeto da antiga Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional foi concebido concomitantemente ao do prédio dos Correios e Telégrafos, localizado ao lado. Ambos, em estilo historicista, formam um conjunto harmônico por meio de uma simetria não literal, com seus volumes cúbicos de altura similar, marcados por quatro torreões dos quais os dois junto à avenida Sepúlveda elevam-se acentuando o ingresso na entrada da praça da Alfândega. No Margs a entrada principal é excêntrica, mais próxima da esquina da avenida Sepúlveda. O volume prismático possui as extremidades salientes de forma a subdividir cada fachada em três faixas. A fachada central tem menor altura e é composta por um plano mais retraído. Os volumes mais salientes das extremidades são encimados por torreões coroados por cúpulas de bronze. Os torreões a sudoeste, noroeste e nordeste são iguais entre si e distintos do localizado a sudeste, mais elevado para compor com o torreão do prédio dos Correios e Telégrafos. Horizontalmente, o prédio divide-se em três níveis principais: um embasamento imitando



Detalhe de azulejo ornamental das escadarias do Margs.



Abóboda do salão principal do Margs.

um rusticado em pedra, com uma linha de janelas que se abrem para o porão; o corpo principal, marcado por sete robustas colunas jônicas na fachada; e um coroamento com barbacãs, figuras alegóricas, torreões e brasões trabalhados. As esculturas são de Alfred Adloff. O conjunto escultórico sobre a porta principal representa a agricultura e o comércio, repousando sobre um frontão curvo. São encimadas pelo brasão nacional e por duas alegorias da economia rio-grandense, provavelmente a agricultura e a navegação fluvial, as quais se equilibram no outro extremo da fachada com as representações da engenharia e da arquitetura.

Histórico das obras realizadas

O prédio do Margs foi utilizado pela Delegacia Fiscal em 1916, embora ainda não estivesse concluído, devido à falta de materiais vindos da Europa.

Em 1933, em razão do seu estado precário de conservação, foram executadas obras, dentre as quais a impermeabilização do terraço e novas instalações hidráulicas. Além disso, foi instalado elevador no edifício.

Em 1941 foi feita nova obra, com impermeabilização do terraço e recuperação da cobertura de cobre, além da troca do revestimento do piso de linóleo por tacos de madeira, da melhoria das instalações hidráulicas e da substituição da rede elétrica.

Em 1996, com intervenção da empresa Encol no prédio do Margs, todo o madeiramento do torreão 1 foi substituído, devido ao ataque de insetos xilófagos. A maior parte do problema de infiltrações foi resolvida (as águas das chuvas desciam até o térreo), mas não na totalidade.

O projeto de restauração de 1997 contemplou a recuperação das fachadas – com sua estrutura,



Terraço do Margs.

revestimento e elementos ornamentais –, impermeabilização do terraço, recuperação das coberturas de cobre dos torreões, climatização nas salas, novas instalações hidráulicas e elétricas, recuperação dos vitrais e da claraboia, novos sanitários, recuperação da casa de máquinas do elevador, ampliação da reserva técnica, recuperação das esquadrias de madeira e grades, recuperação das calçadas, construção de restaurante, cafeteria, auditório e biblioteca, entre outros.

As obras realizadas entre 1997 e 1998 apresentaram diversos problemas constatados posteriormente nas coberturas de cobre. Verificou-se que a substituição de todas as coberturas dos torreões apresentaram problemas de declividade nas calhas e trespasse das emendas de cobre. A falta de condições adequadas para guarda do acervo, de instalações e equipamentos, além da ação de intempéries, deixou o prédio em estado de degradação. Surgiram sérios problemas de infiltrações, rachaduras e fissuras nas fachadas, deterioração nas instalações elétricas e hidráulicas, entre outros.

Descrição do estado físico antes da intervenção

Apesar das obras concluídas em 1998, alguns problemas ainda persistiam na edificação. Um dos mais graves era o refluxo das águas das chuvas, pois o sistema de esgoto pluvial do centro da cidade não dá vazão a grandes volumes. As águas, ao retornarem, comprometiam o pavimento térreo da edificação.

Obras de restauração do Projeto Monumenta

A restauração do prédio do Margs faz parte do Projeto Monumenta em Porto Alegre, conforme termo de cooperação entre o estado do Rio Grande do Sul e o município de Porto Alegre.

Em sua maioria, as obras de recuperação do Margs foram realizadas no terraço e nos torreões da edificação, devido às grandes infiltrações provenientes desses espaços.

Intervenções no monumento

As intervenções foram feitas a partir das especificações técnicas apresentadas pela empresa RS Design Brasil Arquitetura e Restauro.



Grade das canaletas pluviais (Fonte: arquivo Iphae).

Calhas dos torreões 2, 3 e 4 – Remoções

Lajotas de cerâmica das platibandas: remoção das lajotas de cerâmica existentes sobre a superfície horizontal das platibandas, assim como da argamassa de assentamento.

Calhas: remoção das calhas de chapa galvanizada e do sistema de fixação. No torreão 2, remoção também do revestimento em manta asfáltica.

Tubos de queda: nos torreões 3 e 4, foram lacradas as bocas dos tubos de queda em desuso nos cantos oeste dos torreões, junto à rua Siqueira Campos, que permitiam vazão de água, ocasionando infiltrações e degradações na fachada e nos espaços internos da oficina do subsolo e na sala da cafeteria.

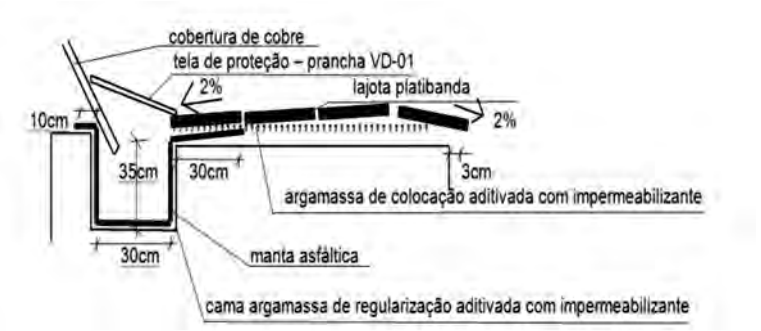


Mureta recoberta com lajotas (Fonte: arquivo Iphae).

Cama das calhas e superfície superior das platibandas: execução das camas das calhas – base e laterais – e superfície superior das platibandas com argamassa aditivada com impermeabilizante; foi apicoado o substrato existente, escovado com escova de aço e lavado com jato d'água, que eliminou todas as partículas soltas; executada a cama com argamassa de regularização, traço 1:3 de cimento e areia média limpa, isenta de sais e materiais orgânicos; a argamassa foi aditivada com impermeabilizante de alta eficiência; as camas das calhas têm declividade de 2% em direção aos ralos; a regularização das superfícies superiores das platibandas têm a mesma declividade. Foi feita uma saia de ferro galvanizado, presa nas telhas de cobre, sobre a extremidade superior da calha revestida de manta asfáltica.

Manta asfáltica: sobre as camas das calhas e superfície superior das platibandas foi aplicada manta asfáltica soldada, espessura de 3,5 mm, composta por manta impermeabilizante à base de asfalto, com acabamento, na face que fica exposta, de lâmina de alumínio na cor branca, reflexiva aos raios solares.

Lajotas de cerâmica das platibandas: a superfície superior das platibandas foi recoberta com lajotas similares às que foram retiradas, com a colocação das novas peças no mesmo sentido das anteriores. A argamassa de assentamento foi do tipo cimento-cola. Argamassa e rejunte foram aditivados com impermeabilizante de alta eficiência, aplicado conforme orientação do fabricante. A colocação das lajotas observou a declividade de 2% em direção à calha, sendo que a lajota do perímetro externo foi colocada com declividade de 2% para o lado oposto à calha, com balanço de no mínimo 3 cm, formando pingadeira.



Colocação de telas e de proteção de ralos: as proteções dos ralos são do tipo abacaxi, colocadas em todas as bocas dos tubos de queda – oito unidades no torreão 1 e três unidades em cada um dos demais; as telas de proteção foram executadas com perfil de ferro galvanizado do tipo cantoneira, malha de 12 x 12mm, fio 14 BWG, com aplicação, à pistola, de pintura antioxidante grafite médio; prancha VD-01.

Coberturas de cobre dos torreões 1, 2, 3 e 4

Recuperação: foi reconstituído o pináculo, com a mesma modenatura e chapa de mesma espessura do segmento remanescente, e estruturado de forma reforçada internamente para que não venha a sofrer danos com ventos fortes; recolocado em seu lugar com fixação reforçada, garantindo sua estabilidade.

Estruturas de madeira das coberturas dos torreões

Imunização: aplicação de cupinicida por fumigamento em todas as estruturas de madeira – tesouras e guarda-pó – das coberturas dos quatro torreões.



Colocação de chapas laterais da claraboia
(Fonte: arquivo Iphae).

Telas de proteção dos óculos: colocação de telas plásticas, tipo mosquiteiro, para proteção dos óculos das coberturas de cobre dos quatro torreões; fixadas num quadro de 1,30 x 1,50 m em madeira itaúba seca, tratada com cupinicida; o quadro foi aparafusado internamente na estrutura de madeira dos torreões.

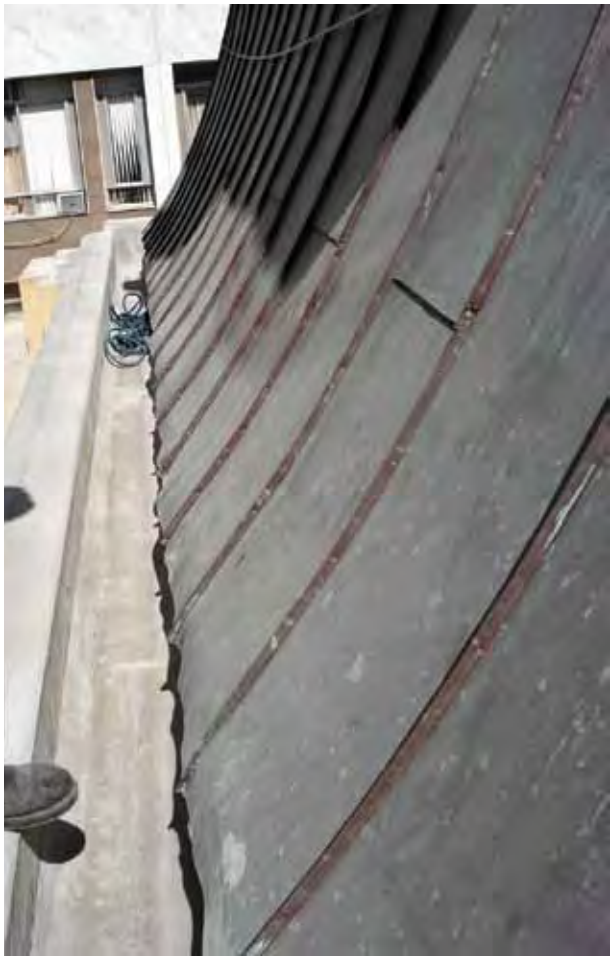
Recuperação interna dos torreões

Quadro de energia: substituição do quadro de energia metálico por outro de 80 x 80 cm, e seus componentes e fiações, degradados pela infiltração causada pelo tubo de queda agora desativado; remoção do fundo da caixa de madeira; restauração do marco e portas da caixa de madeira original com substituição das peças degradadas, remoção das camadas de tinta, aplicação de cupinicida, emassamento dos pontos e pintura com tinta esmalte semi-acetinada em duas demãos. Foi removido o segmento do tubo de queda embutido na alvenaria antes da colocação dos quadros, e recomposta a alvenaria.

Rebocos: recuperação interna – paredes e forros – das salas dos torreões, cafeteria e oficina; nos segmentos de alvenaria onde foi removido o reboco, também



Recuperação das grades das canaletas
(Fonte: arquivo Iphae).



Cama da calha e mureta do torreão 3 (Fonte: arquivo Iphae).

removeram-se as argamassas de rejuntamento existentes entre os tijolos, em no mínimo 2 cm de profundidade.

Pintura: remoção das camadas de tinta solta com espátula; execução de pintura com tinta acrílica fosca.

Tubos de queda do sistema de coleta de águas pluviais: substituição do segmento do tubo de queda do torreão 3, que apresentava vazamento na fachada da rua Siqueira Campos; a parede foi recomposta.

Terraço, claraboia, base de alvenaria da claraboia

Lado externo: remoção dos rebocos externos das laterais inclinadas da base da claraboia; preenchimento da junta de dilatação com mástique. Impermeabilização com manta asfáltica soldada nas laterais inclinadas da base da claraboia; colocação de chapa de fibrocimento colada com cimento-cola. As juntas de emendas das chapas de fibrocimento foram feitas com mástique apropriado, com 1cm de espessura, e levemente rebaixadas.

Lado interno: abertura da junta de dilatação em todo o perímetro da base da claraboia, marcada pela fissura no reboco do teto do salão nobre; limpeza de toda a argamassa existente na junta de dilatação e seu preenchimento com mástique.

Pintura do Salão Nobre: pintura das paredes e forro do salão nobre, após remoção com espátula das camadas de tinta soltas; execução de pintura com tinta acrílica fosca sobre as paredes, depois de recuperação de rachas, fissuras e outras imperfeições.

Cobertura de vidro e vitral: estrutura de ferro das portinholas de acesso da cobertura da claraboia e vitral – para as folhas das duas portinholas, com 73 x 68 cm. Foram construídos quadros de ferro de 3,5 cm, fixados na alvenaria, sobrepostos no lado externo da parede; executadas a colocação de dobradiças e fechadura de cilindro; lixamento do quadro e folha de ferro; aplicação de produto antiferrugem e aplicação de pintura na mesma cor, em duas demãos.

Estrutura de suporte dos vidros da cobertura da claraboia, em alumínio: limpeza da estrutura; reconstituídas as partes que sofreram danos e complementadas as peças faltantes como os perfis de



Colocação de telas mosquiteiras (Fonte: arquivo Iphae).

terminação inferior dos vidros. Foram tratados os pontos que apresentavam ferrugem com aplicação de produto adequado e retocada a pintura nesses pontos.

Vidros: foram substituídas as chapas de vidro rachadas ou quebradas. Quatro unidades de 0,62 x 2,00 m e cinco unidades de 0,62 x 1,50 m, por vidros idênticos aos existentes – vidro laminado 8 mm (4 + 4 mm) acidado pelo lado interno, sendo a película interna de proteção contra raios solares. A colocação das chapas obedeceu ao sistema existente, guarnição de neoprene e vedação com silicone estrutural; os pontos que apresentavam infiltrações foram recuperados – vedação feita com silicone estrutural.

Vitral: limpeza do vitral e de seus vidros de proteção tanto pelo lado interno (salão nobre) quanto pelo lado externo (claraboia). Os vidros de proteção foram retirados, limpos no local e recolocados imediatamente após a limpeza de cada peça que compõe o vitral; a limpeza foi feita com água e detergente neutro.

Valas de drenagem de águas pluviais: executada a complementação de valas de drenagem de águas pluviais, conectando os despejos das torneiras e as bocas dos tubos de queda dos torreões, que deságuam a céu aberto no terraço, com as valas existentes; foi removida a argamassa de assentamento e de proteção mecânica do terraço; executada cama com argamassa impermeável aditivada com impermeabilizante de alta eficiência.

Grades de proteção das valas de drenagem: foram executadas e colocadas sobre as valas de drenagem grades de ferro de proteção idênticas às atuais: cantoneiras de 2 x 2 cm, espessura de 5 mm; e perfis chatos de 1,5 cm, espessura de 5 mm. As superfícies de todas as grades de ferro de proteção foram lixadas e tratadas com produto antioxidante, aplicado com pistola. Depois receberam duas demãos de tinta grafite médio, também aplicadas com pistola.

Lajotas de piso: as peças quebradas ou rachadas das lajotas de piso do terraço foram substituídas por peças idênticas em textura e coloração.

Juntas de dilatação: limpeza das juntas de dilatação existentes no terraço, remoção das impurezas e vegetação existentes, complementação das juntas com mástique.

Painéis de venezianas de alumínio: foram colocados painéis de venezianas de alumínio no entorno da caixa d'água da casa de máquinas, de mesmo material, cor e



Detalhe do pórtico de entrada do Margs (antigo prédio da fazenda pública). A escultura da direita representa a indústria náutica e a da esquerda representa a pecuária gaúcha.

modenaturas dos existentes sobre a casa de máquinas, e que envolvem os equipamentos de climatização.

Fachadas

Elementos ornamentais: os elementos ornamentais foram fielmente reconstituídos.

Proteção de todos os pisos, internos e externos: os pisos das salas de exposições e os do terraço, principalmente, foram protegidos com lona plástica durante a execução dos serviços de pintura, para que não sofressem nenhum dano ou respingo de tinta.

Alvenarias externas: lavagem das fachadas, incluindo todos os elementos externos pintados do terraço e casa de máquinas, com jato d'água sob pressão; remoção das camadas de tinta soltas com espátula; remoção dos segmentos de rebocos externos, degradados e desagregados. Sobre superfície perfeitamente limpa e seca, após a aplicação de massa e de um fundo preparador, foi aplicada pintura com tinta acrílica semibrilhante ou fosca conforme orientação do fabricante. Foram definidas as cores para pintura do prédio, sendo o amarelo ocre para a base, ocre nas paredes, médio para os detalhes (cimalhas, pilares e pilastras), claro para ornamentos, grafite médio para grades, esquadrias brancas na parte externa e natural internamente, com aplicação de selador de base nitro.

Esquadrias de madeira externas: protegidas as ferragens e os vidros, executou-se o lixamento das esquadrias, interna e externamente; as partes de madeira danificadas, assim como as ferragens e as fechaduras, foram recuperadas ou substituídas, quando necessário; aplicação de cupinicida interna e externamente. Seguiu-se a aplicação de massa de nivelamento, com lixamentos intercalados, e a pintura com tinta esmalte semibrilhante.

Elementos em ferro – portões, grades, venezianas da casa de máquinas do ar-condicionado e outros: limpeza com escova de aço e remoção das camadas de tinta com removedor e espátula; aplicação de produto antioxidante em todas as peças em duas demãos; pintura com tinta grafite médio, em duas demãos.



Colocação de selador (Fonte: arquivo Iphae).



04

Bento Viana

MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL

O MONUMENTO

Endereço: rua Sete de Setembro, 1020.

Responsável pelo projeto: arquiteta Alice Cardoso, Iphae.

Fiscalização: Iphan, Iphae, Smov e UEP Monumenta.

Empresa responsável pela obra: ATM Construções.

Mão de obra: 15 a 20 operários, entre mestre de obras, pedreiros especializados em recomposição de ornamentos, marceneiros, funileiros especializados em tubulações de cobre, serralheiros, pintores, pintores-alpinistas para pintura de detalhes ornamentais.

Início e conclusão da obra de restauração: novembro de 2006 a abril de 2008.

Valor da obra: R$ 407.904,05.

Uso proposto: continuidade da função atual de Memorial.

Tipo de intervenção: no térreo, isolamento de fundações, recuperação de rebocos e pinturas internas, vedação das claraboias metálicas, com pé-direito duplo. Terraço de cobertura: impermeabilização, isolamento térmico e pavimentação cerâmica do piso, peitoris de proteção, gradil de ferro, pluviais. Terraço do terceiro pavimento: recuperação de rebocos e pinturas. Cobertura do volume da escada: substituição de madeiramento e telhado, tratamento de fissuras e rebocos deteriorados.

Sala de múltiplos usos: recuperação do madeiramento e substituição do telhado. Também foi feita a lavagem geral das fachadas, a recuperação dos rebocos deteriorados e a pintura externa do prédio.

Grau de utilização do uso proposto: 100% – uso mantido. O memorial permaneceu em funcionamento durante as obras do Monumenta.



Atlante "A Europa e a América", de Wenzel Folberger, Memorial do Rio Grande do Sul.

Bento Viana

Memorial do Rio Grande do Sul

Histórico

O projeto, datado de 1910/1913, é do arquiteto Theodor Wiederspahn (Théo), mesmo autor do projeto do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli. Com o museu, o memorial forma par na marcação simbólica da entrada da praça da Alfândega, a praça comercial do centro histórico da cidade. Apresenta um estilo arquitetônico marcado pela tendência às formas abarrocadas, especialmente as do barroco alemão. O Memorial do Rio Grande do Sul, antiga sede dos Correios e Telégrafos, é patrimônio tombado pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1980. Em 1996, sua destinação sofreu importante modificação quando o governo federal e a Secretaria de Estado da Cultura assinaram o termo que cedia o prédio para a criação de uma nova instituição – o Memorial do Rio Grande do Sul, que objetivava discutir e divulgar a história, as culturas e as identidades do estado. Em 1998, a edificação passou por obras de restauração que foram concluídas nesse mesmo ano, tendo sido inaugurado em 24 de julho de 1998, e aberto ao público em 27 de junho de 2000.

Monumento

Em um terreno conquistado da dragagem do canal de acesso ao porto, com aterros trazidos em carroções do bairro da Glória e arredores, no dia 24 de fevereiro de 1911 era lançada a pedra fundamental do futuro prédio. A construção, de 1911 a 1913, ficou sob a responsabilidade do engenheiro alemão Rudolf Ahrons.



Memorial do Rio Grande do Sul. Vista da fachada norte, na avenida Sete de Setembro.



Detalhe de "gatera" no Memorial do Rio Grande do Sul.

As chaves do prédio foram entregues aos Correios e Telégrafos em 24 de fevereiro de 1914. A inauguração oficial ocorreu em 21 de abril de 1914.

A edificação é remanescente do apogeu comercial do final do século 19 e início do século 20, e está inserida em espaço urbano onde desempenhava importante função comercial devido à sua proximidade do porto.

Tombamento

A solicitação de tombamento federal partiu do arquiteto Júlio Nicolau Barros de Curtis, Diretor da 9ª DR – Sphan/FNPM, em vista do risco de perda irreparável do imóvel. Curtis justificou a solicitação pela importância do conjunto arquitetônico que o prédio forma com o do Margs, e pelo fato dele ser precioso documento da cultura regional.

O tombamento foi homologado em 8 de janeiro de 1981, por meio da portaria n. 32, de 12 de janeiro de 1981, publicado no Diário Oficial da União em 14 de janeiro do mesmo ano.

O bem foi inscrito no *Livro de Tombo Histórico,* folha 83, sob o número 482, e no *Livro de Tombo de Belas Artes,* volume II, folha 3, sob o número 545, em 29 de janeiro de 1981.

Características arquitetônicas – análise formal e tipológica

A decoração do antigo prédio dos Correios e Telégrafos ficou a cargo da oficina de João Vicente Friedrichs, com participação de Jesus Maria Corona, Franz Radermacher, Wenzel Folberger e Victorio Livi.

O edifício segue um estilo eclético e, apesar de ser concebido ao mesmo tempo que o vizinho prédio da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, possui, diferentemente daquele, forte influência do barroco alemão. Tem uma fachada movimentada, com acesso pelo centro, através de um pórtico curvo em projeção, encimado por frontão curvo. Uma grande torre de relógio à esquerda marca a avenida Sepúlveda. O prédio é dividido em três níveis: um embasamento similar ao do Margs, imitando pedra rústica; o primeiro pavimento, composto por vidraças ladeadas por pilastras coríntias; e o segundo pavimento, composto por portas envidraçadas que se abrem para duas sacadas frontais. Possui quatro cúpulas de metal nos cantos, além de profusa ornamentação em motivos florais e abstratos e algumas esculturas, onde se destaca o grupo de Atlas acima do frontão, ladeado por imagens representando a Europa e a América. Outros grupos complementam a ornamentação da fachada.

Levantamento

O levantamento cadastral do prédio antigo dos Correios e Telégrafos foi elaborado pela arquiteta Ana Lúcia Goelzer Meira, em 1981, para participação no IV Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos – Cecre, de novembro de 1981 a junho de 1982.

Histórico das obras realizadas de 1999 a 2000

Restauração do edifício para instalação do Memorial do Rio Grande do Sul – centro de referência da memória da história gaúcha, com documentos, fotografias, objetos, imagens e depoimentos sobre fatos relevantes do estado.

O projeto arquitetônico ficou a cargo da Tangram Arquitetura e o projeto estrutural, da Building Engenharia; a SPM Engenharia desenvolveu os projetos hidrossanitários, de prevenção de incêndio, das redes elétricas e de ar-condicionado. A coordenação geral dos trabalhos de projeto foi da Quorum/Rio Consultoria.

Segundo as especificações técnicas, elaboradas pelo arquiteto Luiz Antônio Rocha, os serviços de restauração foram os seguintes:

- Abertura de lajes de entrepiso para execução de escada ao segundo pavimento e na cobertura, para torre de arrefecimento;
- Demolições de paredes conforme projeto arquitetônico;
- Remoção dos peitoris das janelas do segundo pavimento (pátio interno) e fechamento com vidro temperado;
- Remoção da esquadria no segundo e terceiro pavimento (acesso ao elevador);
- Remoção de todo o piso do pavimento térreo, possibilitando o aumento do pé-direito;
- Remoção de toda a pavimentação existente no segundo pavimento;
- Remoção dos carpetes no terceiro pavimento e substituição dos tacos em mau estado;
- Remoção dos pisos de paviflex e cerâmica na cobertura e na torre do relógio;
- Remoção total do revestimento de azulejos nos banheiros;
- Execução de reforço estrutural, com perfis de ferro I, sob a área do arquivo (laje do terceiro pavimento);



Instalação da obra.

- Execução de lajes de concreto armado no rebaixo das torres de arrefecimento, cisterna do térreo e reservatório da cobertura;
- Execução de mezaninos metálicos no segundo pavimento, para suporte do sistema de ar-condicionado;
- Execução de desnível metálico no segundo pavimento para o auditório;
- No terceiro pavimento, executada estrutura de mezanino para compartimento do ar-condicionado;
- Execução de escada em concreto armado e ferro, conectando internamente térreo e segundo pavimento;
- Execução de claraboias, substituindo a existente e cobrindo os pátios internos;
- Impermeabilização do reservatório existente;
- Execução de instalações hidrossanitárias, de gás, de combate a incêndio, elétricas, de lógica e de ar-condicionado;
- Revestimento em cerâmica 20 x 20 cm nos sanitários e copa;
- Pavimentações de granitina no térreo, segundo pavimento e terceiro pavimento, conforme projeto;
- Preservação dos pisos de tacos de madeira em bom estado;
- Piso melamínico nos mezaninos;

- Piso carpete no auditório;
- Execução de piso de chapa recalcada nos patamares da escada do térreo e nas plataformas de chegada dos elevadores;
- Recuperação das esquadrias de madeira;
- Execução de forros de gesso conforme projeto;
- Pintura geral da edificação.



Remoção da proteção mecânica e proteção do peitoril.

Obras de restauração do Projeto Monumenta

O prédio do Memorial do Rio Grande do Sul faz parte do Projeto Monumenta em Porto Alegre, juntamente com diversos bens de propriedade do Estado, conforme termo de cooperação entre o estado do Rio Grande do Sul e o município de Porto Alegre. As obras executadas referem-se basicamente ao terraço, coberturas e fachadas, com poucos serviços nos demais pavimentos.

Estado físico do monumento

Os itens não contemplados nas obras do Monumenta e que necessitam de intervenções são as pinturas internas e as esquadrias. Os demais serviços foram executados por ocasião da obra de restauração e adaptação para o Memorial do Rio Grande do Sul e na restauração do Projeto Monumenta.

Projeto de intervenção

Elaborado pelos técnicos do Iphae, é composto de plantas baixas, cortes, fachadas, memorial descritivo e fichas de diagnóstico.



Colocação de placas de obra.



Terraço do 1º pavimento – restauração da fachada interna norte.

Relatório das obras de intervenção 2007/2008

Realizadas pela empresa ATM Construções, se iniciaram em março de 2007. Foram executados os seguintes serviços:

Térreo

Recuperação de rebocos internos das salas Agência Filatélica: foi removido o reboco interno, deteriorado pela umidade – na faixa das paredes junto ao piso, abaixo das aberturas –, e aplicado novo reboco.

Pintura: executada com tinta acrílica similar à existente nas paredes com rebocos recuperados.

Claraboias metálicas sobre os pátios internos e elevadores: substituição das vedações entre a estrutura metálica e as chapas de vidro laminado, para eliminar infiltrações.

Algeroz metálico: remoção dos algerozes de chapa metálica existentes ao longo das calhas, no perímetro das claraboias, junto às paredes de alvenaria; retirados e substituídos os rebocos danificados pela umidade (faixa com altura média de 30 cm); instalados algerozes novos, em chapa metálica, com altura de 25 cm, com a parte superior embutida na alvenaria.

Terraço da cobertura: remoção da camada de proteção mecânica deteriorada em toda a área do terraço e da manta asfáltica existente.



Colocação de manta asfáltica.

Remoção e recuperação de rebocos

Preparação para impermeabilização: remoção dos rebocos da base do guarda-corpo de alvenaria, das platibandas e das paredes até a altura de 30 cm.

Recuperação das platibandas: a face superior das platibandas (onde posteriormente foi fixado o gradil de ferro) recebeu regularização com argamassa de cimento e areia, com adição de impermeabilizante. A superfície, pintada com a mesma tinta das alvenarias externas, após a regularização apresenta declividade de 3% em direção ao piso do terraço.

Aplicação de impermeabilizante: aplicação de manta asfáltica de 4 mm em toda a superfície do terraço; a manta subiu até a altura de 30 cm (altura média da base do guarda-corpo). Após o término da instalação, foram feitos testes de estanqueidade, devidamente fiscalizados.

Isolamento térmico: após a impermeabilização foi implantada camada de brita leve da Schenkel e placas de 85 x 100 cm de poliuretano (Denverterm EPS).

Proteção mecânica do terraço: após a impermeabilização, foi executada a proteção mecânica com argamassa de cimento e areia, recobrindo toda a superfície do terraço, respeitando-se as juntas de dilatação e obedecendo aos panos, linhas divisórias e inclinação de 1% em relação aos tubos de queda pluviais.

Arremates de alvenaria: execução de arremates nas alvenarias das paredes e dos guarda-corpos do terraço, decorrentes dos serviços de impermeabilização. A superfície ficou nivelada à existente, com textura homogênea.

Peitoris de proteção da platibanda do terraço: execução de balaustrada em ferro no mesmo modelo do gradil existente no terraço do terceiro pavimento, com altura de 1 m. O guarda-corpo horizontal foi feito em tubo redondo com diâmetro de 2 ½"; o gradil, de barras chatas de ferro com secção 2" x 3/8".

Verificação dos pluviais existentes e criação de um novo tubo de queda pluvial: abertura de tubo de queda pluvial no terraço, próximo à fachada da rua Siqueira Campos. A alvenaria foi aberta pela parte externa da parede, até o terraço do terceiro piso. Foi embutido tubo de queda com diâmetro de 100 mm e recompostos a alvenaria e o reboco.

Aparelhos de ar-condicionado: retirada e relocação dos aparelhos de ar-condicionado existentes sobre a laje do terraço; nos pontos de infiltração, foram refeitas as canalizações.

Terraço - Terceiro pavimento

Remoção e recuperação de rebocos deteriorados: remoção dos rebocos fissurados na mureta de sustentação do gradil de ferro e na parte inferior das paredes que delimitam o terraço. Nas demais paredes, foram recuperados os rebocos deteriorados pela umidade.



Terraço – piso e gradis.



Escada de acesso – forro colocado.

Cobertura do volume da escada/acesso terraço

Proteção da escada com lona plástica e compensado: os degraus e balaustradas de ferro foram revestidos com lona plástica e placas de compensado desde o terceiro pavimento, observando a segurança para o tráfego necessário durante a execução das obras. Até o terceiro pavimento, o material era trazido pelos elevadores, devidamente protegidos e limpos ao final de cada dia.

Remoção de entelhamento, forro e estrutura existente: foram removidos o telhado superior em quatro águas, de chapas galvanizadas lisas, os dois telhados laterais de telhas onduladas, o forro e a estrutura de madeira existentes.

Nova estrutura para o telhado: execução de estrutura em madeira de lei, usando-se como orientação o projeto original.

Execução de entelhamento: cobertura em telhas metálicas trapezoidais, duplas, com isolamento termo-acústico em poliestireno expandido (EPS) de 50 mm de espessura, com pintura eletrostática a pó na cor telha; as inclinações dos panos de telhado obedeceram a situação existente.

Forro de madeira: foi executado forro de lambris de madeira em três panos, um deles horizontal (abaixo da cobertura em quatro águas) e os dois outros acompanhando a inclinação dos telhados laterais, de acordo com a situação anterior.

Calha: substituição da calha de chapa galvanizada existente junto à balaustrada de alvenaria, observando o caimento de 3% na direção do escoamento.

Rebocos: foram removidos e recuperados os rebocos internos fissurados e deteriorados por umidade (devido à calha externa).

***Pintura*:** foram pintadas as paredes de alvenaria e forro de madeira.

Nova porta de saída com ferragens: instalação de porta de ferro no mesmo modelo da existente anteriormente, em chapa de ferro corrugada; as dimensões da folha da porta são 84 x 174 cm; foi instalada fechadura de cilindro e três dobradiças.

Cúpulas dos torreões

Torreão 1 - principal

Forro de madeira: remoção do forro de madeira existente sobre a área aberta, abaixo da cúpula de cobre, para possibilitar o acesso à estrutura de madeira da cúpula.

Recuperação da estrutura de madeira: foram identificadas e substituídas todas as peças ou segmentos de peças danificadas, deterioradas ou não,



Retirada de madeira do torreão.

condizentes com a estrutura original, por outras de igual secção, obedecendo a modenatura e a forma de fixação das peças originais da estrutura, com o mesmo tipo e acabamento de madeira existente. Aplicação de cupinicida em toda a estrutura de madeira. As peças que permaneceram foram imunizadas no local, e as peças novas, imunizadas por imersão antes de sua colocação.

Recuperação da cobertura de cobre: as peças muito deterioradas, que não puderam ser recuperadas, foram substituídas por outras de iguais dimensões e espessura (aproximadamente 0,65 mm). A dobragem de junção das peças foi feita de forma a não permitir a infiltração das águas de chuvas. Cuidou-se para que a cobertura não permanecesse descoberta, sendo colocada lona plástica.

Calhas: recuperação das calhas de cobre existentes.

Forro de madeira: colocação de forro de madeira novo, utilizando-se peças do mesmo tipo das originais.



Detalhe do torreão 1 – relógio.



Torreão principal após a conclusão da obra.

Torreões 2, 3 e 4

Recuperação da estrutura de madeira: identificação e substituição de todas as peças ou segmentos de peças danificadas, deterioradas ou não condizentes com a estrutura original, por outras de igual seção, obedecendo a modenatura e a forma de fixação das peças originais da estrutura, com o mesmo tipo e acabamento de madeira existente. Aplicação de cupinicida em toda a estrutura de madeira. As peças que permaneceram foram imunizadas no local, e as peças novas, imunizadas por imersão antes de sua colocação.

Recuperação da cobertura de cobre: apresentação de laudo técnico sobre o estado de conservação das chapas de cobre e das juntas das mesmas pelo arquiteto Analino Zorzi, da Kroma Engenharia. As peças muito deterioradas, que não puderam ser recuperadas, foram substituídas por outras de iguais dimensões e espessura (aproximadamente 0,65 mm). A dobragem de junção das peças foi feita de forma a não permitir a infiltração das águas de chuvas. Cuidou-se para que a cobertura não permanecesse descoberta, sendo colocada lona plástica quando necessário.

Calhas: recuperação das calhas de cobre existentes.

Calhas e condutores novos: instalação de calhas novas de cobre, desde a saída das calhas existentes até a borda dos torreões, sendo dois trechos em cada torreão; da borda até o piso do terraço, observando caimento de 2%, foi instalado condutor vertical de cobre com secção retangular.

Portas de acesso aos torreões: execução de três novas portas de ferro, uma em cada torreão, medindo 60 x 160cm, conforme o modelo existente e utilizando-se chapa de ferro corrugada.

Torneira para limpeza do terraço no torreão 2: construção de tubulação de água em PVC soldável, com diâmetro de 25 mm, a partir do reservatório interno do torreão 2, com redução para diâmetro de



Sala múltiplos usos – remoção de peças de madeira.

20 mm, para torneira metálica de jardim instalada na parede externa do torreão; na saída do reservatório foi colocado registro de gaveta, sendo a canalização aparente fixada por braçadeiras.

Telhado sala de múltiplos usos

Piso da sala: foi protegido o piso de madeira com lona plástica e painéis de compensado em toda a extensão da sala.

Cobertura: remoção da cobertura de telhas metálicas onduladas existente e colocação de lonas plásticas para proteção da cobertura.

Recuperação da estrutura de telhado, tesouras, ripamento e encaibramento: verificação do estado de conservação do madeiramento existente e identificação de todas as peças ou segmentos de peças danificadas, deterioradas ou não condizentes com a estrutura original, que foram substituídas por outras de igual secção, obedecendo à modenatura e a forma de fixação das peças originais da estrutura, com o mesmo tipo e acabamento de madeira existente. Aplicação de cupinicida em toda a estrutura de madeira. As peças que permaneceram foram imunizadas no local, e as peças novas, imunizadas por imersão antes de sua colocação.



Recuperação da claraboia sobre elevadores.



Sala multiuso – telhado instalado.



Colocação de subtelhado na sala multiuso.

Recuperação forro guarda-pó: verificação do estado de conservação do forro e identificação de todas as peças ou segmentos de peças danificadas, deterioradas ou não condizentes com o forro existente, que foram substituídas por outras de igual secção, obedecendo à modenatura e a forma de fixação das peças, com o mesmo tipo e acabamento de madeira existente. Aplicação de cupinicida em toda a estrutura de madeira. As peças que permaneceram foram imunizadas no local, e as peças novas, imunizadas por imersão antes de sua colocação.



Torreão 1 – madeiramento original.

Ripamento: execução de ripamento para a fixação das telhas metálicas trapezoidais.

Entelhamento: execução de cobertura em telhas metálicas trapezoidais, duplas, com isolamento termo-acústico em poliestireno expandido (EPS) de 50 mm de espessura, com pintura eletrostática de cor telha.

Recuperação interna

Recuperação de rebocos: remoção dos rebocos internos – das salas do andar térreo, do volume da escada, do mezanino do arquivo (paredes e forro) e do saguão do terceiro pavimento – com fissuras ou rachaduras, deteriorados pela umidade ou desagregados; em alguns casos foram colocadas telas plásticas e grampeadas as fissuras e rachas.

Pinturas sobre alvenaria: removidas as camadas de tinta solta com espátula, houve aplicação de massa corrida em determinados pontos para se obter superfície homogênea, sem imperfeições; à aplicação de fundo preparador, seguiu-se a execução da pintura com duas demãos. As cores utilizadas foram definidas pela comissão de acompanhamento de obras depois de executada uma prospecção, como no caso do Margs, por meio de pesquisa estatigráfica, para identificar as várias camadas de cor até chegar à primeira delas, a partir da qual foi decidida a cor a ser empregada na pintura do prédio.

Pinturas sobre madeira: no forro de madeira sobre o volume da escada, foi executada pintura com tinta esmalte semibrilhante.

Recuperação externa

Lavagem geral das fachadas: todas as fachadas foram lavadas com jato d'água fria a baixa pressão e com escova de cerdas macias, com cuidados para não haver vazamentos e infiltrações para a parte interna; não foram usados detergentes ou produtos abrasivos, para evitar danos ao reboco e elementos decorativos das fachadas.

Recuperação de rebocos: remoção dos segmentos de rebocos degradados e desagregados – localizados previamente por percussão – das paredes que delimitam o pátio interno do terceiro pavimento e alvenarias do terraço; as argamassas de rejuntamento existentes entre os tijolos foram removidas até a profundidade de 2 cm. Sobre os segmentos a serem



Marcenaria no local de trabalho.

recuperados, com a superfície abundantemente molhada, aplicou-se chapisco, sendo preenchidas de antemão as juntas entre os tijolos; após a secagem total do chapisco, foi aplicado emboço em camada de 20mm; a camada de reboco foi aplicada sobre a superfície de emboço abundantemente molhada e nivelada com o reboco existente.

Pintura acrílica: estava prevista a pintura apenas das áreas de fachada do pátio interno e terraço. Entretanto, devido ao tempo decorrido até a execução, foi necessário estender o serviço para toda a fachada externa. Na face superior das platibandas, a pintura foi feita sobre a impermeabilização. A execução das pinturas de acabamento foi precedida de fundo preparador e duas demãos de tinta acrílica fosca. A cor utilizada seguiu os mesmos critérios empregados no Margs, para a harmonização do conjunto.

Pintura esmalte sobre ferro: nas portas da escada e dos torreões, gradis de ferro e janelas do terraço, foi executada pintura com esmalte sintético fosco sobre fundo antiferruginoso. Os gradis de ferro foram pintados na cor preta e as demais pinturas na cor branca, conforme esquadrias existentes[1].

1 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO – Iphae. *Memorial do Rio Grande do Sul/Recuperação do prédio*. Memorial descritivo e especificações, 2004.

Relatório dos serviços executados das obras de intervenção

As obras, que estão sendo realizadas pela empresa ATM Construções, se iniciaram em março de 2007. Conforme consta nas atas de reuniões semanais, realizadas pela comissão de fiscalização das obras, composta pelo Iphan, Iphae, Smov, UEP Monumenta e empresa contratada, foram feitas as seguintes recomendações para a melhor execução dos serviços:

- Reestudo dos preços, permitindo a pintura geral do prédio;
- Não substituição total da manta de impermeabilização do terraço;
- Retirada da proteção mecânica do piso do terraço;
- Substituição da proteção térmica de espuma de poliuretano por uma camada de brita leve da Schenkel, embaixo da impermeabilização;
- Possibilidade de retirada da camada antiga de reboco com cimento nas muretas baixas;
- Substituição da impermeabilização com Aquafin 2000 por manta asfáltica de 4 mm;
- Eliminação do piso cerâmico;
- Eliminação do item extintores, sendo a diferença de valor empregada na recuperação dos guarda-corpos do terraço;
- Vedação das passagens d'água (vãos retangulares 10 x 20) e os caimentos direcionados para o exterior do prédio;
- Substituição do material de isolamento térmico da impermeabilização do terraço por placas de 85 x 100 cm de poliuretano (Denverterm EPS);
- Por ocasião das chuvas, foi realizada abertura das alvenarias em 2 tubos de queda, onde foi constatada redução da bitola original de 100 mm de ferro fundido para 75 mm de PVC;
- Peitoril na janela de um dos salões de exposição que fica 7 cm acima da laje do terraço;



Vista parcial do terraço.



Detalhe da pintura original encontrada em volta dos "óculos" do *hall* de acesso.

- Remoção da mureta de contenção de águas pluviais no vão da porta de um dos torreões;
- Retirada dos aparelhos de ar-condicionado existentes sobre a laje do terraço, nos pontos de infiltração, sendo refeitas as canalizações;
- Apresentação pela empresa dos itens a excluir e incluir (não previstos no projeto);
- Estudos para o recobrimento das canalizações dos condicionadores de ar, que ficaram expostas;
- Na cobertura da sala multiusos foram encontradas chapas de material desconhecido, a serem enviados para a Cientec para análise e identificação;
- Não foi necessária a instalação de novo pluvial, pois os existentes são suficientes;
- Foram retiradas as madeiras deterioradas do telhado no volume da escada;
- Houve vazamento proveniente da torre do relógio, devido à quebra do joelho na canalização e de torneira improvisada (a ser desativada);
- A comissão solicitou à empresa o reaproveitamento das tábuas de forro em bom estado, que foram retiradas da sala multiusos;
- Sugerido laudo sobre o estado de conservação da cobertura de cobre ao arquiteto Analino Zorzi, da Kroma Arquitetura;
- Modificação do caimento da cimalha externa do terraço, em virtude de ter o caimento sobre o piso;
- Para compatibilizar o reboco de cal novo com a superfície lisa de massa corrida existente, será colocada uma cobertura de nata de cal e areia fina;
- Foi decidida a colocação de massa corrida sobre as áreas com argamassa nova, para que a superfície fique uniforme;



Estrutura em madeira do torreão do Memorial.

Bento Viana



Bento Viana

Detalhe de escultura pastoril de Paul Landowski, no pátio interno do Palácio Piratini.

- Cálculo das áreas reais para pintura (as áreas deterioradas são maiores do que o previsto);
- Ficou resolvida a não execução das lajes de concreto previstas no perímetro da fachada principal (porão), pois as mesmas não resolveriam o problema de umidade ascendente;
- No mezanino do arquivo foi refeita a recuperação das paredes com rachaduras;
- Ficou decidido excluir o item novas calhas nos torreões, sendo o problema de infiltrações resolvido com um caimento adequado;
- A pintura interna será realizada na sala multiusos (faixa superior), no saguão do terceiro pavimento e em partes do mezanino do Arquivo Público.
- Foram feitas gestões junto ao Monumenta para a pintura externa do prédio num total de 3.650 m^2, e a pintura foi realizada;
- Deverão ser refeitas as novas áreas de reboco de cal no andar térreo, pois o reboco aplicado não aderiu bem à parede;
- Foi realizada com sucesso a impermeabilização e uniformização de seis orifícios retangulares do guarda-corpo do terraço, devendo ser executado o mesmo tratamento em todos os orifícios existentes;
- Não foi incluída no orçamento original a imunização do madeiramento dos torreões, devendo constar nas trocas de serviços;
- Tendo sido alterado o escoamento das águas sobre as alvenarias dos torreões, serão retirados do orçamento parte das calhas e condutores de cobre dos torreões 2, 3 e 4. No torreão 1 não existem calhas;
- Nas claraboias está prevista troca do silicone nos encaixes dos vidros. O teste com água mostrou poucas infiltrações, podendo ser reduzidos os serviços previstos;
- A EPT entrou com a solicitação de troca de serviços e de prorrogação das obras por 30 dias;
- Foram observadas as infiltrações ocorridas durante fortes chuvas. No mezanino do Arquivo Histórico,



Recuperação do *hall*.



Aspecto da edificação após a conclusão da obra.

através de testes, verificou-se que a infiltração provém da cimalha externa, que será regularizada e impermeabilizada em etapa posterior. Na sala do Acervo da Ditadura, aparentemente a goteira está localizada junto à unidade interna do aparelho de ar-condicionado *split*, junto ao teto;

- Foram deixadas "janelas" para mostrar as cores existentes antes da pintura atual;
- Após inúmeros testes, a ATM verificou que a umidade remanescente no alto da parede do saguão do segundo pavimento deve-se a uma falha na impermeabilização do terraço, junto a um dos tubos de queda, tendo sido chamada a firma responsável para solucionar o problema.



05

Bento Viana

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

BIBLIOTECA PÚBLICA

O MONUMENTO

Endereço: rua Riachuelo, 1190.

Proprietário: estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de restauração da 1ª etapa, realizada pelo Projeto Monumenta: arquiteta Miriam Sartori Rodrigues, do Iphae. A seguir à conclusão do projeto, foi contratado pelo Iphan, via Unesco, o levantamento planialtimétrico detalhado, realizado pela arquiteta Luisa Duran Roca, preparatório à fase seguinte da obra de restauração.

Obra de restauração da 1ª etapa, realizada pelo Projeto Monumenta: EPT - Engenharia e Pesquisas Tecnológicas.

Mão de obra da 1ª etapa: 10 a 12 operários, entre mestre de obras, pedreiros, marceneiros, serralheiros, capinteiros, restauradores dos ornamentos de cobre, vidraceiro, funileiro e serventes.

Fiscalização da obra da 1ª etapa: Iphan, Iphae, Smov e UEP Monumenta.

Início e conclusão da 1ª etapa: outubro de 2007 e julho de 2008.

Valor da obra da 1ª etapa: R$ 348.687,34.

Intervenção na 1ª etapa: saneamento de infiltrações no terraço da cobertura, claraboia da escada, paredes do subsolo, execução de drenos, restauração da estrutura do piso e entrepiso de madeira. Restauração dos forros de estuque do andar inferior e das suas pinturas murais, fachadas, elementos ornamentais, esquadrias, telhado, terraço, claraboia e sistema de esgotamento pluvial.

Observação sobre a continuidade da obra de restauração: financiada com recursos do BNDES, a obra tem continuidade, com projeto de restauração de autoria da arquiteta Maria Lúcia Fuentefria, sendo iniciada em março de 2009, executada pela empresa Espaço Arquitetura e Restauro, com término previsto para o segundo semestre de 2011, constituindo-se do restauro dos forros em estuque, esquadrias e vitrais, restauração dos rebocos externos e pintura das fachadas.

Uso proposto: continuidade da atual função de biblioteca.

Observação sobre uso da edificação: foi necessária a transferência temporária da biblioteca para a Casa de Cultura Mário Quintana. A expectativa é de que na biblioteca fiquem abrigadas as coleções raras para pesquisa e uma outra edificação abrigue as suas funções correntes.



Biblioteca Pública.

Bento Viana

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Histórico

A Biblioteca Pública situa-se na proximidade imediata da praça da Matriz, constituindo-se em um dos elementos configuradores do ingresso à mesma, juntamente com o Teatro São Pedro e o Palácio da Justiça. Ao centro da praça está o Monumento a Júlio de Castilhos, tendo como cenário de fundo a Catedral Metropolitana, o Palácio Piratini, a antiga Assembleia e, na lateral, o antigo Palácio Provincial, hoje Memorial do Ministério Público. No entanto, além da importância histórica e monumental do prédio da Biblioteca Pública, essa possui em seu acervo o principal patrimônio bibliográfico do estado, com mais de cem mil volumes, entre os quais obras raras, sendo a mais antiga de 1519. Além dos valiosos documentos, o serviço de empréstimo de livros à população tem permitido que sucessivas gerações de moradores da cidade, independente de categoria social, tenham acesso a seu acervo.

ELEVADOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO

Empresa

Thyssen-Krupp Elevadores S.A.

Mão de obra

Cinco eletricistas, mecânicos, engenheiros mecânicos e técnicos em elevadores.

Data de início e conclusão da obra de restauração

Setembro 2006 e julho de 2007.

Valor da obra

R$: 93.728,80

Tipo de intervenção

Substituição da máquina de tração e do motor do elevador; restauração do painel de operação da cabine; substituição dos comandos eletrônicos; restauração das portas de andar e de cabine; modernização do painel de controle eletrônico do elevador, para adequá-lo às atuais normas de segurança; restauração do banco de couro da cabina.



Porta da Biblioteca Pública, em restauração.



Biblioteca Pública antes da restauração.

SÍNTESE DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NA BIBLIOTECA

Para essa finalidade, é utilizado o texto das arquitetas Doris M. S. Oliveira (UEP Monumenta) e Miriam S. Rodrigues (Iphae), intitulado *Eliminação de patologias da Biblioteca Pública do estado do Rio Grande do Sul*, de 2005, como segue.

O prédio da Biblioteca Pública, bem tombado por seu valor histórico e estético em nível estadual e federal, integrante do Projeto Monumenta Porto Alegre, passou por intervenções para correção de patologias causadas por infiltrações, ataque de insetos xilófagos (cupim) e falta de conservação. No projeto de restauração, além da eliminação das patologias, foram necessários cuidados adicionais de proteção dos elementos decorativos.

Sistemas e técnicas construtivas foram preservados. Para tal, foram feitas análises dos rebocos para a restauração das argamassas com o mesmo traço, granulometria e composição, e a cal foi queimada no próprio local. Houve intervenção nas coberturas, em calhas, condutores, sistema de drenagem e impermeabilizações. Foram recuperados rebocos e feitas correções no dreno existente junto à fachada externa. Os pisos da Biblioteca são tacos com diferentes desenhos, cores e dimensões, assentados sobre cama de madeira. Nos entrepisos somente foram substituídas as madeiras que não apresentavam mais condições estruturais devido ao ataque de insetos. O forro de estuque foi refeito, respeitando-se a técnica e os materiais, especialmente a plasticidade da argamassa de cal e sua fixação no ripamento da estrutura.

A obra foi dividida em duas etapas: a restauração das partes mecânicas e elétricas do elevador e as obras civis que incluíram a restauração da sua cabine, contendo diversos ornatos. A restauração do elevador da BPE merece destaque tanto pela sua maquinaria quanto pela antiguidade e valor estético da caixa de madeira e adornos de metal.

A execução da obra foi acompanhada com uma comissão composta por técnicos representantes do Projeto Monumenta, do Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Iphae - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado,

da fiscalização da Smov - Secretaria Municipal de Obras e Viação e das empresas Thyssen-Krupp e EPT - Engenharia e Pesquisas Tecnológicas.

Características da edificação

A construção do prédio da Biblioteca Pública do Estado foi iniciada em 1912 e seu autor é Afonso Hebert, que dirigia a Secretaria de Obras Públicas do Estado no governo de Carlos Barbosa. O projeto original correspondia a um prédio estreito, ao longo da rua Riachuelo, cujas obras foram empreitadas por Roberto Roncoli.

Em 1919 foi iniciada a ampliação das suas instalações, com um significativo aumento ao longo da rua da Ladeira (atual rua General Câmara) e remodelação, sob a direção de Victor Silva. Theophilo B. de Barros, que substituiu Hebert, "conta ter introduzido algumas modificações no projeto original"[1]. As pinturas murais foram realizadas por Ferdinand Schlatter, e diversas obras de decoração interna, adornos, esculturas e pinturas de artistas como Eduardo de Sá, Giuseppe Gaudenzi, Alfred Adloff, Eugène Latour, Libindo Ferraz e Oscar Pereira da Silva, entre outros, enriquecem o seu interior. A obra foi inaugurada por ocasião do centenário da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1922.

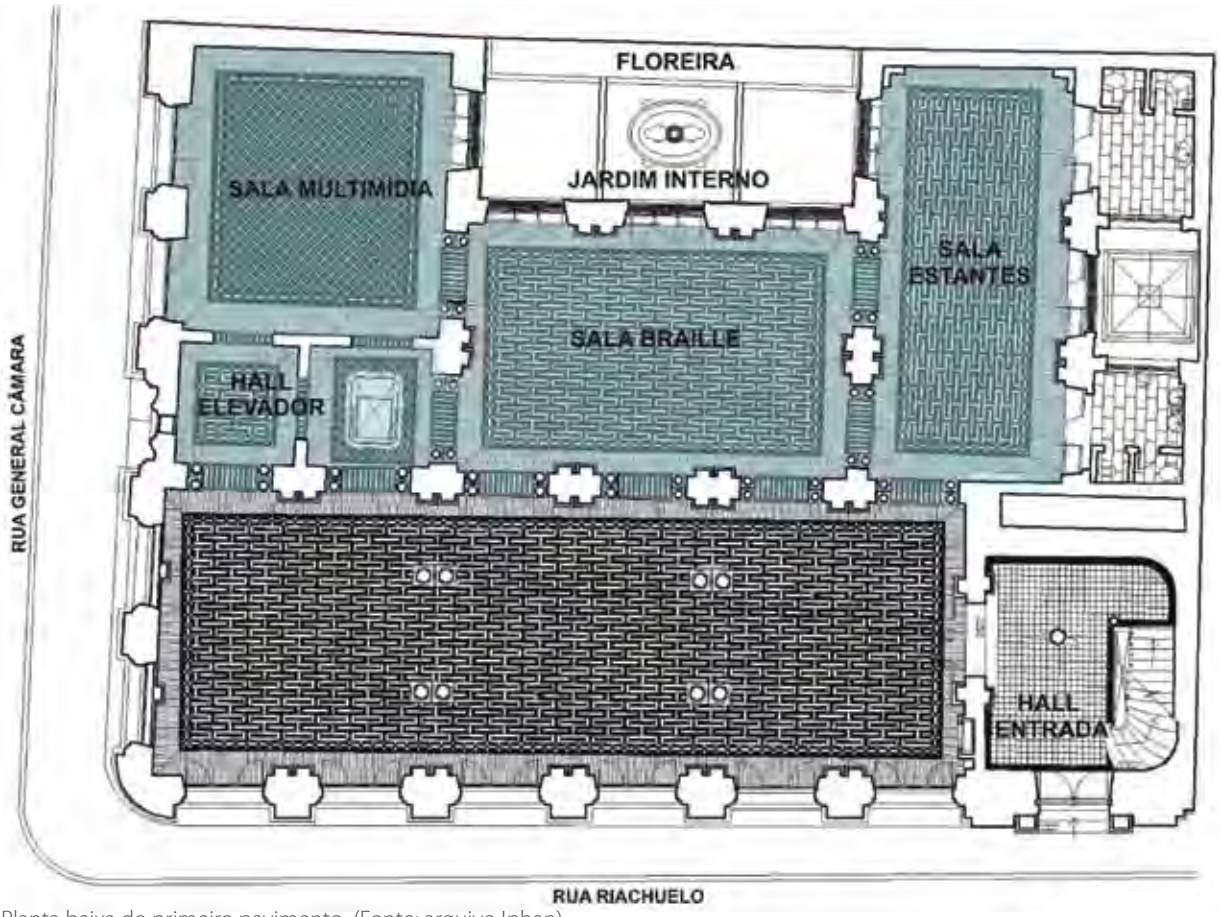
A doutrina positivista de Auguste Comte foi marcante nas primeiras décadas da política republicana gaúcha. Foi nesse período que ocorreu um grande incremento na construção civil, tanto na arquitetura oficial, patrocinada pelo Estado, quanto na da iniciativa privada, apresentando referências ao positivismo. A Biblioteca Pública do Estado é considerada representativa dessa doutrina pelo simbolismo que carrega tanto na edificação quanto no seu interior, e também em seu acervo, com farta coleção sobre a filosofia positivista e milhares de volumes de literatura francesa.

Nos nichos existentes entre as janelas dos dois pavimentos, dez bustos de mármore encomendados na Europa, provavelmente na França, retratam grandes vultos da humanidade que Comte elegeu como patronos dos meses do calendário positivista: Júlio César, São Paulo, Carlos Magno, Dante, Guttemberg, Shakespeare, Descartes, Frederico III, Aristóteles e Bichat. Como o



Biblioteca Pública do Estado antes do restauro (Fonte: arquivo Monumenta).

1 WEIMER, Guinter. *O positivismo gaúcho e sua arquitetura*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 1985. p. 54.



Planta baixa do primeiro pavimento (Fonte: arquivo Iphan).

calendário positivista divide o ano em treze meses, faltaram três bustos: Moisés, Homero e Arquimedes, os quais, conforme afirma Comte, deveriam ser colocados em capelas internas dos templos da humanidade. Segundo Doberstein[2], o governo provincial positivista utilizava-se da arte para propagar sua doutrina, e os bustos seriam "instrumentos eficazes na propaganda e na conversão da sociedade ao positivismo".

2 DOBERSTEIN, Arnoldo. *Estatuária e ideologia*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura,1992. p. 20.

A edificação possui 2.908,28 m², distribuídos em três pavimentos, e planta baixa em formato de U. O acesso principal é feito pela rua Riachuelo, e nesse pavimento existe um *hall* que distribui a circulação aos outros níveis através de uma escadaria de ferro fundido importada da Alemanha, da marca Joly, com parafusos marchetados em formatos de flores, peitoril decorado e degraus revestidos de mármore Carrara.

O acesso ao subsolo é feito pela rua General Câmara, ou internamente, pela área de circulação. É nesse



Elevador restaurado.

acesso, construído na ampliação da edificação, que está localizado o elevador, marca Otis, número A 0638, um dos primeiros a ser instalado no Rio Grande do Sul, representando uma inovação tecnológica que facilitava a circulação de funcionários, de usuários, de livros e de documentos. Ele é revestido por uma caixa externa em madeira, ricamente adornada por entalhes e esculturas de metal douradas. Os motivos escolhidos para decorar a caixa são relacionados aos ambientes que o cercam, como o gótico-florentino e cenas da *Divina Comédia* de Dante, no segundo pavimento, e a tradição artística francesa, no primeiro pavimento, obra do escultor Giuseppe Gaudenzi.

Com relação a seus aspectos formais, de acordo com a arquiteta Doris Machado de Bittencourt, "a fachada mostra um vocabulário de tradição clássica, inspirada em modelos greco-romanos, a que os estudiosos têm atribuído classificação de neoclássica"[3].

Uma modulação horizontal é apresentada em dois níveis distintos: o primeiro nível marcado pela alvenaria com rustificação imitando a pedra romana, e o segundo, marcado por colunas jônicas parcialmente embutidas

3 BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. *Biblioteca pública do estado do Rio Grande do Sul* (Histórico da edificação). Arquivo Iphan/RS, Porto Alegre, 2000.

nas paredes, definindo o ritmo do projeto. A entrada principal está localizada em uma das extremidades, com sua portada e com seu entablamento definindo o módulo vertical.

Originalmente, todas as paredes e tetos eram cobertos por pinturas murais, sendo que o mobiliário, esculturas, lustres, luminárias, telas a óleo, tapeçaria e adornos formavam um conjunto de requinte e refinamento. A pintura decorativa tem um estilo especial para cada uma das salas e dos salões, o que determinou a escolha da mobília, conforme consta no relatório de obras públicas de 1922. Como exemplo, pode ser citado o salão egípcio, assim designado pelas pinturas murais que revestem suas paredes e forro, sendo que todo o mobiliário original é no estilo gótico-florentino. O lustre de bronze e as galerias de madeira mostram os demônios de Dante, e os adornos têm cenas da *Divina Comédia*, o que se repete na ante-sala do elevador, situada ao lado, e na caixa de madeira do mesmo, já citada anteriormente.

Os espaços internos foram ao longo dos anos sendo adaptados para novos usos e necessidades, porém realizaram-se poucas alterações na sua planta baixa. Por exemplo, o grande salão de leitura do primeiro pavimento estava originalmente dividido em três salas de conferências – A, B e C. Elas possuíam cadeiras dispostas como em uma plateia, tribuna de madeira lavrada com adornos de bronze, circundada por cadeiras de espaldar alto com o brasão do estado e a inicial BP (Biblioteca Pública). Atualmente, esse conjunto encontra-se no salão Alberto Pasqualini do Palácio Piratini, sede do governo do estado. Parte dos móveis, como a mesa de despachos de Borges de Medeiros, cópia fiel de uma existente em Versailles, objetos de adorno, como vasos de majólica, e telas a óleo, como a *Prisão de Tiradentes*, de Parreiras, foram retirados da biblioteca em 1972. A sala Borges de Medeiros recebeu essa denominação por abrigar durante vários anos o gabinete da presidência do estado, no qual Borges despachava enquanto as obras do Palácio Piratini não ficavam concluídas. Essa sala mantém as pinturas murais nas suas paredes e forro de estuque. Ainda estão presentes nesse espaço os lustres e as galerias de madeira lavrada, adornados por conjunto de esculturas em bronze, e as telas a óleo com a imagem de Auguste Comte e Borges de Medeiros, com molduras de madeira ricamente entalhadas.

O salão mourisco é outro espaço interno que merece destaque, assim chamado por abrigar pinturas murais que reproduzem desenhos e cores de influência árabe, como pintura dourada, luminárias penduradas no teto por correntes de bronze e cadeiras revestidas em couro verde inglês, com braços esculturados. Nos quatro cantos do salão estão dispostos pedestais de mármore e granito esculpidos, encimados pelos bustos de bronze de Shakespeare, Dante, Homero e Camões. Os bustos de Júlio de Castilhos, de Borges de Medeiros e do escultor Luís Sanguini estão dispostos sobre dois pedestais de madeira. A escultura de Eduardo de Sá, de uma serpente entrelaçada em duas colunas de mármore azul, e uma esfinge completam a decoração.

Essa aparente mistura de estilos e decoração é uma das características do período em que a biblioteca foi construída. Segundo Nestor Goulart Reis Filho: "Para a arquitetura brasileira, a influência do positivismo representava o estímulo ao desenvolvimento tecnológico.

O ecletismo – propondo uma conciliação entre os estilos – foi um veículo estético eficiente para a assimilação de inovações tecnológicas de importância"[4].

As inovações tecnológicas mais representativas da biblioteca ficam por conta da iluminação elétrica – que era uma novidade no período de sua construção –, a instalação do elevador e as galerias metálicas para a guarda do acervo bibliográfico.

Essa descrição faz-se necessária para justificar o fato de que, além das obras para eliminar as patologias existentes, diversas medidas foram necessárias para proteger os bens móveis e integrados da Biblioteca Pública do Estado. Estas compreendem: cobrir com compensado naval degraus, estrutura e paredes laterais da escada; com lona preta e gesso os ladrilhos hidráulicos do *hall* de entrada e vestíbulo do primeiro pavimento; revestir com compensado naval as bases das colunas e rodapés; cadastrar, numerar e retirar os lustres; remover as telas a óleo que estavam fixadas sobre as alvenarias e fazer o escoramento dos forros de estuque utilizando escoras metálicas, espuma e compensado naval. Essas ações foram previstas e os materiais e serviços incluídos no orçamento da obra.

Tombamento

O prédio da Biblioteca Pública foi tombado pelo Iphae através da Portaria n. 04/82, de 14 de julho de 1982, sendo inscrito no *Livro do Tombo Histórico* sob o n. 06. Posteriormente, o órgão estadual ampliou a proteção da edificação com o tombamento dos bens móveis e integrados, através da portaria n. 12/90, publicada no *Diário Oficial do Estado* em 22 de agosto de 1990. Fazem parte desses bens o elevador, a escada, as colunas de mármore, o mobiliário, os lustres, os adornos e o acervo de obras raras.

O reconhecimento em nível federal deve-se à inclusão do prédio da Biblioteca Pública no tombamento do sítio histórico das praças da Matriz e da Alfândega. O parecer do conselheiro Nestor Goulart Reis Filho, relator do processo e integrante do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, salienta o inegável valor dos dois conjuntos urbanísticos e reconhece as qualidades dos edifícios da Biblioteca Pública, do Palácio Piratini e do teatro São Pedro como parte de um projeto urbanístico de indiscutível excepcionalidade.

Em 27 de dezembro de 2001, foi solicitada pelo presidente do Iphan a homologação do tombamento, recomendado por unanimidade pelo conselho. Através da Portaria n. 010, de 15 de janeiro de 2002, o tombamento foi homologado.

Inserção urbana

A Biblioteca Pública faz parte do sítio histórico da praça da Matriz, espaço urbano que reúne no seu entorno edificações que são a sede dos principais poderes públicos e eclesiásticos do estado. Está localizada no eixo de acesso à praça e, juntamente com o Teatro São Pedro e o Tribunal de Justiça, forma um pórtico de entrada, tendo o monumento a Júlio de Castilhos como um dos atrativos desse espaço emblemático da cidade. Num plano mais elevado, como um cenário de fundo,

4 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura do Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 179 e 169.

estão a Catedral Metropolitana, o Palácio Piratini e a Antiga Assembleia Provincial. Por sua vez, a Biblioteca Pública também se caracteriza como marco referencial do espaço urbano, por estar localizada na esquina da rua General Câmara, participando como um importante elemento de ligação com a praça da Alfândega.

Características arquitetônicas – análise formal e tipológica

A fachada apresenta uma modulação horizontal que divide o prédio em três níveis: um embasamento e dois pavimentos principais. O embasamento, correspondente à área do porão semienterrado, é discreto, sem ornamentação, marcado por janelões de arco abatido. No primeiro pavimento, a alvenaria apresenta uma rusticação pesada, à guisa de pedra romana . As janelas, com vergas retas de cantos arredondados, possuem vidros martelados verdes. No segundo pavimento, a ordem jônica define o ritmo do projeto. As colunas jônicas estão parcialmente embutidas nas paredes. Uma cimalha secundária divide o pavimento, sem entretanto interromper as linhas verticais das meias-colunas. Na porção inferior do pavimento assim dividido instalam-se nichos abrigando os bustos dos vultos históricos; acima da cimalha, janelas em arco pleno dão uma aparência de *loggia* ao conjunto. Um pesado entablamento, composto por arquitrave tripartida, friso pouco decorado, uma cornija saliente e uma platibanda vazada, arremata o coroamento. A entrada principal, na extremidade leste, é acentuada por vários elementos ornamentais: coroada por frontão curvo encimado por uma tocha em alvenaria, recebe um óculo e um brasão sobre a porta, que possui um frontão triangular próprio.

Intervenções na edificação

Ao longo dos seus 96 anos de existência, o mau uso, maus tratos, vandalismo, furtos e falta de manutenção preventiva e corretiva trouxeram prejuízos à edificação, principalmente ao mobiliário, aos adornos e às pinturas murais. Em 1956, sob a orientação de Ado Malagoli, as paredes e tetos dos salões de leitura, da sala de referência, do depósito de livros e da sala Guilhermino César, que contém o acervo de obras referente ao Rio Grande do Sul, foram cobertos com tinta PVA, primeiramente na cor verde e, posteriormente, nas cores amarela e cinza, porque as pinturas murais da Biblioteca Pública foram então consideradas sem valor artístico, prejudicando a concentração dos usuários. A sala Borges de Medeiros, o Salão Mourisco e o Salão Egípcio foram "poupados" da pintura, mas vitimados por uma "restauração" desastrosa na década de 1960, quando foram utilizados produtos e técnicas inadequados e alterados os desenhos originais.

Na década de 1970, uma intervenção alterando o sistema de iluminação trouxe enorme prejuízo estético ao prédio. Foram instaladas caixas com disjuntores e feixes de canos contendo a fiação, além de luminárias fluorescentes, junto às sancas, que emitem luz e calor e queimam a pintura, causando a perda de pigmento. Outra intervenção prejudicial foi a substituição do monta-cargas por uma caixa de cimento, destruindo um belo elemento escultórico de madeira. A única documentação sobre esse elemento é uma fotografia, além da lembrança de pessoas que frequentavam a biblioteca, como o escritor Luiz Antônio de Assis Brasil. Os dois prédios lindeiros com 13 pavimentos, e as explosões de rochas feitas há dois anos para a construção do anexo do Teatro São Pedro, causaram

danos à Biblioteca, como o surgimento e aumento de rachaduras e fissuras nas suas alvenarias.

Nas últimas décadas, a edificação tem passado por obras de restauração que procuram corrigir algumas das patologias existentes. Em 1990, houve intervenções na cobertura, nos banheiros e adequações na rede elétrica e lógica da edificação. Em 1998, foi construído um dreno, junto à fachada da rua Riachuelo, para solucionar problemas de infiltração de água nas paredes do subsolo.

Em 2006, a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito do Projeto Monumenta, foi contemplada com um montante de recursos que permitia executar uma parte das obras necessárias à restauração integral da Biblioteca, sendo preciso estabelecer prioridades para as intervenções. Basicamente a restauração, finalizada em 2008, foi dividida em duas etapas distintas: as obras civis e a restauração do elevador. Dentre as obras elencadas está o tratamento das patologias causadas por insetos xilófagos e pela umidade.

PISOS, ENTREPISOS E FORROS

Diagnóstico

A intervenção nos pisos foi realizada em três salões do primeiro pavimento. Esses pisos são de tacos de madeira com diversos tamanhos e desenhos, assentados sobre "cama de madeira" e fixados com cola e pregos. Foi feito o cadastramento completo dos pisos, que propiciou a reconstituição exata dos desenhos originais. Para a

Piso de tacos restaurado.



retirada dos tacos foram tomadas medidas de precaução e proteção de todos os elementos integrados ao prédio, como colunas, rodapés e outros. Após a remoção dos pisos, foi possível identificar a dimensão das patologias existentes na estrutura de entrepisos, composta por barrotes de madeira e perfis I metálicos, de 30 cm de altura. Foram identificadas as estruturas de madeira em condições de reaproveitamento e as que deveriam ser substituídas.

Nos entrepisos estava prevista a substituição de peças de madeira deterioradas (barrotes) por perfis metálicos. A substituição de peças de madeira por peças metálicas seria adequada, em termos conceituais e ambientais, mas, nessa situação, não foi possível porque os forros de estuque são executados com estrutura de madeira, sendo esses elementos indispensáveis para possibilitar sua fixação. Assim, os barrotes deteriorados foram substituídos por outros de madeira de alta densidade com dimensões semelhantes.

Os forros da Biblioteca Pública são de estuque composto por uma estrutura de taliscas de madeira, que é uma armação formada por ripas dispostas longitudinalmente, preenchidas com argamassa de cal e fixadas na estrutura dos entrepisos ou do telhado.

Os forros de estuque do subsolo, em sua maior parte, possuem pinturas murais que apresentavam descolamento de placas e da camada pictórica, abaulamento e fissuras. Sua deterioração tem origem no ataque de insetos xilófagos nas estruturas de sustentação (barroteamento e estruturas secundárias) e na umidade causada principalmente pela ação humana, como lavagem de pisos de forma inadequada, além da ocasionada por condensação. A intervenção para saneamento dessas patologias requereu a retirada do piso para possibilitar o acesso à estrutura do forro. Toda essa operação causaria trepidação, podendo danificá-lo mais. Dessa forma, fez-se necessária uma intervenção de fixação da camada pictórica, não prevista na licitação.

Tratamento

Foram retirados os pisos de tacos que estavam comprometidos. A maior parte foi substituída, uma vez que se quebraram na retirada, principalmente as peças pequenas, pela quantidade e tamanho dos pregos utilizados na fixação. As camas foram completamente substituídas, pois apresentavam ataque generalizado de insetos. Na substituição foi utilizada madeira de alta densidade – grápia.

Os barrotes de madeira foram tratados com cupinicida Jimo, e as peças que apresentavam alto grau de deterioração, substituídas. Esse procedimento foi executado com todo cuidado, devido ao fato do forro de estuque estar neles fixado.

Com relação aos forros de estuque, primeiramente a camada pictórica foi fixada com Mowiol, aplicado no forro em forma de vaporização. Para proteção dos forros, foi montada uma estrutura com andaimes metálicos reguláveis, onde foram apoiadas chapas de espuma de alta densidade envoltas em filme inerte. Esse trabalho foi orientado por restaurador especializado. Foi feita limpeza nos espaços entre os pisos e os forros. As taliscas de madeira que formam a estrutura do forro foram escarificadas e imunizadas.

Nos locais em que o forro apresentava abaulamento foram trocadas as peças de madeira deterioradas e



Sistema de fixação de estuque.

fixadas as estruturas. Onde o forro havia se deteriorado ou derribado, foi executado um novo com a mesma técnica do original, com argamassa de cal. Este produto foi queimado no local, testando-se sua plasticidade até atingir o grau de aderência necessário para sua fixação nas taliscas de madeira. Para evitar fissuras, o acompanhamento da secagem foi criterioso, sendo o grau de umidade constantemente monitorado.

Para fixação da estrutura do estuque que apresentava abaulamento, inicialmente estava prevista na licitação a aplicação de resina de poliéster sobre lã de vidro. O tratamento foi alterado, pois isso tornaria a estrutura rígida e não atenderia a um critério básico de restauração, que é a reversibilidade da intervenção. Assim, a solução utilizada foi um sistema com arames galvanizados colados nas taliscas de madeira com adesivo estrutural de base epóxi e amarrados em parafusos na estrutura dos barrotes.

TELHADO, TERRAÇO, CLARABOIA E SISTEMA DE ESGOTAMENTO PLUVIAL

Diagnóstico

A cobertura da Biblioteca é composta por dois telhados de quatro águas com telhas francesas, e sistema de

calhas de cobre e dutos embutidos na alvenaria, terraço de acesso e claraboia de vidro que cobre a escadaria.

As telhas e calhas apresentavam acúmulo de musgos, liquens e sujidades. José La Pastina Filho[5] afirma que o entupimento dos condutores de águas pluviais pela vegetação e outros elementos ocasionam o refluxo das águas para o interior do telhado, fazendo surgir outros problemas na edificação.

O terraço apresentava problemas de infiltração de água, pois a impermeabilização estava comprometida.

A claraboia está localizada sobre a escadaria de acesso ao terraço, sendo composta por uma estrutura de ferro e fechamento com vidros lisos de 5 mm. Apresentava infiltração, principalmente junto às paredes, pois os vidros tinham dimensões diversas: alguns não chegavam até a calha. Tal situação ocasionava infiltração permanente nas alvenarias internas, causando descolamento do reboco e oxidação das estruturas de ferro.

O porão apresentava umidade excessiva na parede da rua Riachuelo, proveniente do subsolo e da água das chuvas. O dreno existente junto a essa fachada não estava funcionando adequadamente por três motivos: a falta de impermeabilização da parede interna do dreno, junto à parede da biblioteca; a falta de ventilação do dreno e o preenchimento com cacos de telhas cerâmicas juntamente com a brita. Esses fatores ocasionavam uma situação de umidade permanente. A profundidade do dreno inicia em 2,30 m e decresce, devido à declividade do terreno, até o nível da rua General Câmara. Sua largura é de 0,50 m, com duas paredes de alvenaria de tijolos de quatro furos assentados em cutelo.

5 LA PASTINA FILHO, José. *Manual: conservação de telhados*. Brasília: Iphan/Monumenta, 2005. p. 52.

Tratamento

As telhas e calhas foram lavadas com jato de água. A oxidação nas grades de proteção das calhas foi removida e as mesmas foram pintadas com tinta esmalte. Revisados os dutos, os que estavam deteriorados foram substituídos.

No terraço, o piso de lajotas cerâmicas não foi retirado e sobre ele foi aplicado Aquafin 2K em duas demãos cruzadas. Após a secagem do produto, foi colocado novo piso de cerâmica para proteção mecânica, sendo executada uma canaleta para coleta e escoamento de águas pluviais.

A claraboia foi desmontada e sua estrutura foi tratada com fundo convertedor de ferrugem Colormix. Foram colocados vidros novos com o comprimento apropriado, fixados com silicone. A calha de cobre foi recolocada, fixada adequadamente, e colocados os tubos de queda pluviais.

Originalmente estava prevista a remoção do reboco das paredes que fazem o fechamento da claraboia. Porém, uma prospecção de pintura, em local não analisado anteriormente, revelou pinturas murais embaixo de uma camada fina de argamassa. Tendo em vista a nova situação apresentada, foi necessária alteração da intervenção prevista para a recuperação do reboco. Optou-se por não removê-lo, deixando sua recuperação para outra etapa da restauração.

Inicialmente não estava prevista a intervenção no dreno existente abaixo da calçada da rua Riachuelo, mas apenas a execução de calha superficial para a coleta da água. No entanto, devido ao fato de o porão apresentar umidade excessiva na parede da rua Riachuelo, proveniente do

subsolo e de água das chuvas, decidiu-se investigar a origem do problema.

Foi retirado todo o enchimento de brita e de cacos de telhas, e impermeabilizada a parede de tijolos furados com Aquafin 2K. O dreno foi preenchido somente com brita média e foram colocados respiros para viabilizar a ventilação. Foi feita a calha superficial para coleta da água de chuva e colocadas grelhas de ferro fundido em frente das janelas e gradis. Essa calha foi a solução encontrada para esgotar as águas pluviais, pois, devido às sucessivas camadas de aterro e asfalto, as janelas e gradis do subsolo ficaram abaixo do nível do passeio público. Ao longo dos anos foram acrescidos às aberturas diversos objetos e materiais para solucionar o problema, como pingadeiras de cerâmica, argamassas, pedaços de folhas de flandres etc. Tais medidas foram paliativas. A solução encontrada resolveu definitivamente o problema, além de proporcionar um espaçamento entre o gradil e o nível do passeio público, eliminando a corrosão causada pelo acúmulo de água e umidade constante.

As alvenarias internas do subsolo, junto ao dreno e abaixo das janelas e gradis, foram recuperadas com traço de emboço e reboco similares à composição original. A metragem de paredes recuperadas foi de 40 m^2.

FLOREIRA

Diagnóstico

A floreira do jardim interno, medindo 10,5 x 1,14 m, possuía folhagens de grande porte e não era impermeabilizada. Estava em contato direto com as alvenarias, causando umidade permanente e descolamento das pinturas murais. A vegetação, inadequada para o local, e a intensa umidade contribuíram para o surgimento de musgos e fungos nas paredes, prejudicando a estabilidade dos rebocos e das alvenarias.

Conforme publicação do International Centre for the Study of Preservation of Restoration of Cultural Property (Iccrom), grande causa de deterioração das alvenarias é a interação entre a porosidade dos materiais e a absorção de água. Essa interação pode provocar a degradação através de reações químicas, de mecanismo físico (estresses externos e internos), de transporte de sais em processo de dissolução e recristalização, e de aumento do substrato biológico[6].

Frederico Almeida afirma que a existência da vegetação pode causar rupturas e destruição nas alvenarias, pois as raízes e os caules se expandem promovendo a destruição dos elementos presentes nas paredes da edificação[7]. Por isso, a escolha da vegetação apropriada e a manutenção regular são fundamentais para a preservação da edificação.

As paredes da Biblioteca Pública do Estado, constituídas por tijolos de barro, argamassa e rebocos à base de cal, formam uma estrutura de grande porosidade, contribuindo para a absorção de água e o desenvolvimento de plantas, fungos e outros agentes biológicos. A umidade deve estar em constante processo de evaporação para que não cause degradação dos materiais.

6 ICCROM, Unesco, WHC. *Conservation of Architectural Heritage, Historic Structures and Materials. Laboratory Handbook*. v.1. Roma: Iccrom, 1999. p. 6. Disponível em: <http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_14_ARCLabHandbook01_en.pdf>. Acesso em: 23 julho 2008.

7 ALMEIDA, Frederico Faria Neves. *Manual: conservação de cantarias*. Brasília: Iphan, 2005. p. 52.

Tratamento

A solução dada para os problemas identificados foi retirar a terra e a vegetação, bem como o reboco deteriorado pela umidade. Foi executada impermeabilização na superfície interna da floreira, reconstituído o reboco e revisado o sistema de esgotamento pluvial.

O reboco das alvenarias externas em contato com a floreira foi refeito no mesmo traço do original, conseguido através de análise.

Foi realizado caimento no fundo da floreira com declividade de 2% para o escoamento da água e coleta em dois ralos canalizados para duas caixas coletoras existentes no pátio. A impermeabilização foi feita com Aquafin 2k aplicado em duas demãos cruzadas.

Foram encontrados equipamentos de um banheiro construído dentro da floreira, com revestimento cerâmico branco, de marca recente. Esses elementos foram retirados. Ao ser retirada a camada de reboco, também foram encontrados azulejos de revestimento no bordo interno, possivelmente da época de construção da Biblioteca, pois apresentam a mesma composição de cores dos vidros, em tons de amarelo e verde. Os azulejos foram limpos e recolocados.

ELEVADOR HISTÓRICO

Diagnóstico

A restauração do elevador da Biblioteca Pública previa a recuperação mecânica do equipamento, incluindo substituição do motor e da máquina de tração, dos cabos, do limitador de velocidade e do controle eletrônico. O projeto incluía também a restauração da cabine, da caixa do elevador e de seus elementos decorativos.

A caixa do elevador apresentava deterioração pelo ataque de insetos xilófagos, sendo o assoalho uma das partes mais comprometidas. As paredes internas da caixa são compostas por lâminas de madeira de jacarandá, coladas sobre tábua de madeira, provavelmente de pinho, e apresentavam problemas de ataque de cupins e brocas, sendo encontradas larvas vivas em atividade. Conforme a descrição feita por Gonzaga[8], as brocas são identificadas por deixarem como resíduo de seu ataque um pó finíssimo, de cor clara. Não costumam atacar madeiras secas e preferem o alburno (parte exterior e mais clara do tronco). Os cupins, por sua vez, produzem galerias com pequenos furos para aeração e deposição dos excrementos granulados escuros.

Faltavam alguns adornos da caixa externa em consequência de vandalismo, e havia deterioração nos gradis metálicos da cabine, causada por umidade e falta de manutenção. Os elementos decorativos são compostos por uma liga metálica de estanho, de latão e de laminado de cobre, e cobertos com tinta dourada. Essa composição foi identificada através de análise, conforme a tabela na página 224. Alguns estavam quebrados, e outros, faltantes, tendo que ser completamente refeitos. A presença de sujidades, como resíduos de poeira incrustada na pintura, também foi identificada no diagnóstico.

8 GONZAGA, Armando Luiz. *Madeira: uso e conservação*. Brasília: Iphan/Monumenta, 2006. p. 47.



Bento Viana

Detalhe de janela da Biblioteca Pública.

Tratamento

Para o tratamento das madeiras deterioradas da cabine do elevador, não havia possibilidade de retirar ou substituir peças, pois existem muitos ornamentos e entalhes. A solução foi fazer a intervenção pela parte interna da caixa. Essas peças foram escarificadas, imunizadas com K-otrine a 10%, e isoparafina por injeção e aspersão. A aplicação do veneno foi feita através da infiltração em toda a superfície interna das paredes, uma vez que a parte externa apresenta verniz, impedindo a penetração do produto. As lacunas e sulcos foram preenchidos com massa à base de serragem e acetato de polivinila.

Os adornos metálicos receberam limpeza mecânica com escova de latão de cerdas macias e, após, aplicação de produtos naturais, numa combinação de uma parte de óleo de mamona ou vaselina líquida, uma parte de verniz de boa qualidade (com resina de Damar), três partes de essência de terebentina de Veneza e uma pitada de essência de lavanda[9].

Para refazer as peças faltantes, primeiramente foi feito um molde em gesso com o preenchimento de uma composição de cera, parafina e breu, para depois ser feita uma forma refratária em volta do molde. A forma foi preenchida com liga de bronze idêntica à das peças originais. No acabamento foram realizados polimento e pintura, utilizando a mesma técnica da limpeza dos adornos originais.

9 MELO, Chesne Braitbach de. *Laudo técnico de restauração para adornos metálicos que compõem a ornamentação do elevador da Biblioteca Pública do estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2007.

Composição dos adornos do elevador
Composição dos adornos originais • 80% latão • 10% cobre • 10% estanho • Acabamento de laminação em cobre • Pintura metálica em ouro ducado e verniz
Composição dos adornos refeitos • 80% latão • 10% alumínio • 5% estanho • 5% cobre • Pintura com pó metálico em tom ouro ducado, diluído em extrato de banana (três demãos) • Aplicação de verniz (duas demãos)
Fonte: MELO, 2007.

O trabalho do técnico de restauração merece destaque, pois o resultado foi surpreendente, pela sua qualidade e sensibilidade: devolveu a integridade estética a esse bem cultural que se reveste de inigualável beleza.

Conclusão: os objetivos inicialmente definidos foram plenamente alcançados, visto que as patologias existentes foram saneadas. Cabe registrar que nesse projeto de restauração foram respeitadas as prioridades de eliminar os problemas estruturais existentes em detrimento dos itens com maior



Bento Viana

Livro ornamental na porta de entrada da Biblioteca Pública.

repercussão estética, como pintura externa das fachadas e restauração das pinturas murais. Apesar da necessidade premente e da vontade de devolver a beleza estética em sua plenitude ao bem tombado, sabiamente essas questões foram transferidas para a 2ª etapa da restauração, cujo projeto foi aprovado pelo Iphan e pelo MinC – Ministério da Cultura e financiado pelo BNDES. As obras estão em curso.

Salienta-se o acerto da criação da comissão de obras e a sistemática de reuniões semanais que proporcionou o entrosamento entre os técnicos, fiscais e empresas executoras. Essa dinâmica facilitou a tomada de decisões para situações imprevistas no projeto. Assim, evitaram-se os atrasos por falta de encaminhamento de soluções, o que proporcionou fluidez às obras.

Outro aspecto importante é a troca de informações, conhecimentos e procedimentos entre os técnicos dos diversos órgãos, criando uma espécie de fórum que permite o balizamento e a difusão das informações e soluções encontradas. Essa dinâmica, além de democratizar as tomadas de decisões, promove e dissemina a incorporação de novos conhecimentos e procedimentos nos trabalhos de restauração do patrimônio cultural pelas instituições responsáveis pela preservação em nível federal, estadual e municipal. Pela avaliação positiva, continua sendo adotada em todas as demais obras do Projeto Monumenta.

Referências

Almeida, Frederico Faria Neves. *Manual: conservação de cantarias.* Brasília: Iphan, 2005.

Bittencourt, Doris Maria Machado de. *Biblioteca Pública do estado do Rio Grande do Sul* (Histórico da edificação). Porto Alegre: Arquivo Iphan/RS, 2000.

Doberstein, Arnoldo. *Estatuária e ideologia.* Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

Gonzaga, Armando Luiz. *Madeira: uso e conservação.* Brasília: Iphan/Monumenta, 2006.

Iccrom, Unesco, WHC. *Conservation of Architectural Heritage, Historic Structures and Materials.* Laboratory Handbook, vol.1. Roma: Iccrom, 1999. Disponível em: <http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_14_ARCLabHandbook01_en.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2008.

La Pastina Filho, José. *Manual: conservação de telhados.* Brasília: Iphan/Monumenta, 2005.

Melo, Chesne Braitbach de. *Laudo técnico de restauração para adornos metálicos que compõem a ornamentação do elevador da Biblioteca Pública do estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, 2007.

Pereira, Cláudio Calovi. *Arquitetura de Porto Alegre no período positivista.* Porto Alegre: Revista do Memorial, 2007.

Reis Filho, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 1978.

Weimer, Guinter. *O positivismo gaúcho e sua arquitetura.* Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 1985.



Bento Viana

06

EDIFÍCIO CLUBE DO COMÉRCIO

EDIFÍCIO CLUBE DO COMÉRCIO

O MONUMENTO

Endereço: Rua dos Andradas, 1085.

Proprietário: Clube do Comércio.

Valor da obra: R$ 699.989,00.

Data de concessão do financiamento: dezembro de 2006.

Início e conclusão da obra: abril de 2007 e janeiro de 2008.

Projeto de restauração: Empresa Espaço Arquitetura e Restauro.

Empresa responsável pela restauração: Empresa Espaço Arquitetura e Restauro.

Intervenção: recuperação de cobertura, fachadas, vitrais e *hall*.

Mão de obra: 25 operários, entre mestre de obras, especialista em painéis de vidro trabalhado, especialista em mármore, pedreiros, carpinteiros, serralheiros e serventes.

Fiscalização da obra: UEP Monumenta e Caixa.

Uso proposto: continuidade do uso como clube.



Fachada do Clube do Comércio.

Bento Viana

Edifício Clube do Comércio

Histórico

A pedra fundamental do Clube do Comércio foi lançada no dia 23 de junho de 1938. A inauguração do edifício deu-se no dia 16 de dezembro de 1939. O prédio do Clube do Comércio, construído pela Dahne, Conceição e Cia., é um imóvel privado, tombado pela SMC – Secretaria Municipal da Cultura. Foi um dos mais tradicionais clubes porto-alegrenses e teve a primeira boate do Brasil com luzes coloridas. Os espelhos de cristal rosado e vidro de cristal negro foram trazidos da Europa para adornar seus famosos e tradicionais salões: o Salão dos Espelhos e o Salão Cristal.



Doris Oliveira

Portal e detalhe da fachada do Clube do Comércio.



Fachada principal.

Tombamento

O tombamento do edifício do Clube do Comércio como Patrimônio Histórico e Artístico Municipal ocorreu em 1996.

Características arquitetônicas – análise formal e tipológica

O Clube do Comércio é um dos marcos no processo de verticalização da área central da cidade. Com 11 pavimentos, possui fachada ornamentada em estilo tardo-eclético, apesar de seus interiores seguirem uma decoração *art déco*.

A fachada se organiza em quatro níveis principais bem delimitados: um embasamento compreendendo o térreo, sobreloja e primeiro pavimento, onde se destaca a imponente porta principal metálica, as marquises curvas e os letreiros em massa identificando o clube. Um segundo nível composto pelos salões do segundo e terceiro pavimentos, marcados por colunas coríntias gigantes e amplas vidraças de influência francesa. Uma pesada cornija separa esse nível do corpo principal do prédio, composto por seis andares residenciais, menos ornamentados. O prédio é encimado por um andar com tratamento diferenciado através de uma última cornija



Fachada principal.

e balaustrada. Verticalmente, a fachada se organiza em três faixas principais, a central projetada em relação às laterais.

Obras de restauração com financiamento do Projeto Monumenta

Essas obras incluíram a recuperação da cobertura, limpeza, recuperação e pintura das fachadas frontal e lateral esquerda e dos balcões, incluindo a remoção dos aparelhos condicionadores de ar, restauração dos vitrais da escadaria interna do prédio, abrangendo quatro pavimentos, restauração das esquadrias externas e de vergas das portas e janelas, do piso em mármore do *hall* de entrada do clube e também das esquadrias da porta de acesso principal e das portas internas.

A revitalização do interior do edifício exigiu criatividade. Os painéis de vidro, que contam a história do comércio, foram esculpidos por meio de técnica especial: conforme a equipe de Edgar Luz, os "desenhos eram feitos com uma espécie de ácido, que corroía o vidro e formava a figura. Era uma técnica utilizada pela antiga Casa Genta, em Porto Alegre. Como ela não existe mais, refizemos os desenhos com jato de areia".

Proposta de intervenção

Conforme *Proposta de intervenções para restauro do prédio do Clube do Comércio*, elaborada pela empresa Espaço Arquitetura e Restauro (EAR), o projeto de intervenção foi desenvolvido da seguinte forma:



Forma de ornamento.



Ornamento da fachada.





Detalhe do piso do *hall*.

Tipologias e lesões

Fachada e revestimento: a fachada eclética, com revestimento chamado cirex, apresenta lesões e lacunas a serem preenchidas, por quebra do revestimento, desgaste físico, rachaduras e vãos abertos para colocação de aparelhos de ar-condicionado. O revestimento cirex está descaracterizado por ter recebido pintura.

Esquadrias – fachada: as janelas, portas, sacadas e venezianas apresentam lesões aparentes de peças degradadas por apodrecimento, falta de proteção e lacunas por eliminação de partes para colocação de ar-condicionado, desprendimento da película da pintura e da massa de vidro. As persianas de enrolar são em PVC gelo, em substituição das originais, em madeira.

Elevação lateral: na elevação lateral esquerda, onde estão implantados os vitrais, as paredes apresentam lesões nos revestimentos e na pintura.

Pavimentação vestíbulo: o pavimento do vestíbulo foi executado em mármore preto florido e mármore branco espírito santo, com desenho composto de requadros retangulares e juntas secas. O rodapé alto, em mármore preto florido. As soleiras e degraus também em mármore branco. As peças de mármore apresentam lesões como rachaduras e lacunas pela ausência de partes.

Vitrais: os vitrais implantados no patamar das escadarias do primeiro, segundo e terceiro pavimentos são painéis compostos de vidros com desenhos gravados em ácido, fixados em estrutura de perfis metálicos (cantoneiras 1" x 3/8") com massa de vidraceiro.

Estrutura: no vitral 1, do primeiro pavimento, e no vitral 2, do segundo pavimento, a estrutura apresenta



Recuperação de esquadria.

pequeno desalinhamento e oxidação dos perfilados. No vitral 3 (terceiro pavimento), apresenta desaprumos e desalinhamento horizontal, com deformação da estrutura, o que compromete a estabilidade.

Vidros: os vidros dos vitrais apresentam rachaduras, lesões provocadas por batidas e pela tensão gerada pela deformação estrutural.

- Vitral 1: com vidros danificados por rachaduras em 12 peças;
- Vitral 2: os vidros não foram danificados – salvo uma peça, substituída por outro vidro para vedação do vão;
- Vitral 3: apresenta o maior número de lesões, 22 vidros rachados e 15 em lacunas, e vedação dos vãos com outros materiais.

Serviços

Fachada: será montado andaime metálico, tipo fachadeiro, com proteção de bandejas e tela, conforme norma do Ministério do Trabalho.

Lavagem: será realizada lavagem a baixa pressão, com água e detergente na proporção de 20:1, para remover sujidades, fungos e a pintura.

Revestimento cirex

Caso a remoção da pintura com a lavagem seja inviável, será executada nova pintura em três demãos, sobre selador acrílico, na cor próxima ao revestimento original.



Recuperação de esquadria.

Remoções: Todos os elementos estranhos à arquitetura da fachada serão removidos, como tubulação externa, aparelhos de ar-condicionado etc.

Esquadrias

Esquadrias de madeira: as esquadrias de madeira serão recuperadas da seguinte maneira:

- Substituição de peças degradadas;
- Complementação de peças em lacunas, como venezianas alteradas;
- Colagem de peças soltas;
- Substituição de vidros quebrados e de massa de vidros;
- Pintura geral externa com esmalte, após preparo das superfícies por lixamento, e aplicação de duas demãos de esmalte acetinado;
- Lixamento geral e lustro;
- Lavagem das cortinas de PVC.

Sacadas

Todas as sacadas e marquises serão impermeabilizadas, após as devidas remoções e preparações. Serão removidas as pavimentações existentes e executados novos contrapisos, impermeabilizados com Aquafin 2K Schomburg, ou similar, e colocado pavimento com ladrilhos hidráulicos 20 x 20.

Cimalhas

Todas as cimalhas das fachadas terão o capeamento de argamassa corrigido ou refeito e impermeabilizado com Aquafin 2K, ou similar.



Recuperação de cimalha.

Elevação Lateral

Jaús: quatro unidades.

Lavagem: será realizada lavagem a baixa pressão, com água e detergente, na proporção de 20:1, para remover sujidades, fungos e películas soltas da pintura.

Pintura: pintura com tinta acrílica (duas demãos) sobre selador acrílico (uma demão).

Pavimento do vestíbulo

O pavimento do vestíbulo em mármore preto e branco espírito santo receberá as seguintes intervenções para recuperação:

- Embrechamento de juntas com argamassa do pó de mármore preto ou branco com resina epoxídica;
- Colagem de peças soltas;
- Lixamento geral e lustro.

Vitrais

As intervenções para recuperação dos vitrais terão os seguintes procedimentos:

- Implantação de estrutura externa do poço para permitir o acesso aos vitrais;
- Montagem de andaimes metálicos e plataforma interna em cada vitral, no momento da intervenção.



Vista da situação do vitral anterior à restauração.



Vista da situação do vitral após a restauração.

Serviços em cada vitral

Vitral 1

- Lavagem para remoção das sujidades;
- Faceamento com filme plástico adesivo em todos vidros;
- Remoção dos vidros quebrados para restauro;
- Limpeza dos caixilhos de ferro e tratamento contra corrosão com fundo convertedor de ferrugem;
- Aplicação da pintura de acabamento;
- Recolocação dos vidros removidos.

Vitral 2

- Lavagem para remoção de sujidades;
- Faceamento com filme plástico adesivo em todos os vidros;
- Remoção da tinta dos caixilhos de ferro;
- Aplicação de fundo convertedor de ferrugem;
- Pintura com tinta de fundo e de acabamento.



Detalhes dos vidros do vitral.

Vitral 3

- Lavagem inicial para remover sujidades;
- Faceamento com filme plástico adesivo nas superfícies externa e interna e devida identificação;
- Corte dos filetes de massa interna e externamente;
- Acondicionamento de cada peça do vitral em caixa previamente preparada contendo sanduíche de isopor;
- Limpeza e colagem das peças danificadas, operações a serem realizadas em oficina;
- As partes em lacunas serão substituídas por vidros de 6 mm, com retorno dos desenhos originais gravados com jato de areia. Caso não seja encontrada a documentação (fotos ou desenhos) referente às peças, os vidros serão somente jateados;
- Após esse processo serão recolocados na estrutura recuperada, com massa de vidraceiro e pinos de ferro.

Estrutura

A estrutura de ferro será desmontada e removida por partes, e levada à oficina, onde receberá:

- Limpeza da corrosão por abrasivo;
- Desmonte das peças móveis;
- Galvanização a fogo;
- Remontagem das peças no local e solda;
- Pintura de acabamento, com tinta grafite cinza claro;
- Reforço estrutural: o vitral será reforçado externamente com a implantação de duas colunas de cantoneiras de aço galvanizado, fixas na alvenaria do prédio, conforme detalhe.

Intervenção

As obras de recuperação do Clube do Comércio foram iniciadas em 18 de abril de 2007, com duração de 180 dias, realizadas pela empresa Espaço Arquitetura e Restauro, tendo como responsável técnico o arquiteto Edgar Bittencourt da Luz.

A fiscalização das obras foi realizada pelos arquitetos do Projeto Monumenta Luiz Merino Xavier e Doris Maria de Oliveira, acompanhados pela arquiteta Elisabeth Essig, da Caixa Econômica Federal, entidade encarregada de



Vista da situação do vitral após a restauração.

contratar o financiamento ao proprietário do imóvel com recursos do Monumenta.

O Edifício do Clube do Comércio recebeu os seguintes serviços de recuperação, conforme o transcurso da obra:

Maio de 2007 – Foram executadas as etapas referentes às instalações provisórias e serviços gerais, limpeza, execução parcial de tapumes e andaimes e limpeza dos panos de vidro.

Junho de 2007 – Foram executadas as etapas referentes às instalações provisórias e serviços gerais, limpeza, execução total de tapumes e parcial de andaimes. Faceamento com papel adesivo dos vidros dos vitrais e remoção dos filetes de massa e dos vidros. Início da remoção das esquadrias de madeira.

Julho de 2007 – Foram executadas etapas referentes às instalações provisórias e serviços gerais, limpeza, execução total de tapumes, de andaimes e proteção com tela. Faceamento com papel adesivo dos vidros dos vitrais e remoção dos filetes de massa e dos vidros. Remoção das esquadrias de madeira, remoção de pintura e definição das cores.

Agosto de 2007 – Foram executadas etapas referentes às instalações provisórias e serviços gerais, limpeza, execução total de tapumes, de andaimes e proteção com tela. Recuperação dos vidros quebrados, montagem da estrutura metálica do vitral 3. Recuperação das esquadrias e início da pintura da fachada.

O presente texto tem como base o relatório de acompanhamento da obra de restauração realizado pelos órgãos responsáveis pela fiscalização juntamente com a empresa.

A UEP/ Porto Alegre manifesta seu profundo agradecimento a todas as pessoas e instituições que, desde de 2001, a apoiaram com seu trabalho dedicado e persistente, suas manifestações de carinho e apreço e pela qualidade e valor das ações desenvolvidas em prol do patrimônio cultural da cidade.



Equipe do Projeto Monumenta, da esquerda para a direita: Briane Bicca, coordenadora; Júlia Parise, estagiária em arquitetura; Luiz Merino, arquiteto especialista em patrimônio e artífice em madeira formado em projeto do Monumenta; Anelice Bernardes, estagiária em história; Doris Oliveira, arquiteta restauradora; Maria Inez, especialista em finanças; Lauro Machado, administrador; José Atílio, gerente de projetos com governo da CEF; Pedro Vargas, historiador.



Praça da
Alfândega na
década de 1930.





MONUMENTA



Ministério da
Cultura

